

RITTA MINOZZI FRATTINI

**A IMPLANTAÇÃO DA REFORMA DO ENSINO
DE 1º E 2º GRAUS NO ESTADO DE SÃO PAULO
NAS PÁGINAS DA IMPRENSA (1971-1982)**



ARARAQUARA – S.P.
2011

RITTA MINOZZIFRATTINI

A IMPLANTAÇÃO DA REFORMA DO ENSINO DE 1º E 2º GRAUS NO ESTADO DE SÃO PAULO NAS PÁGINAS DA IMPRENSA (1971-1982)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação Escolar.

Linha de pesquisa: Estudos Históricos, Filosóficos e Antropológicos sobre Escola e Cultura

Orientadora: Profª. Drª. Rosa Fátima de Souza Chaloba

Bolsa: FAPESP

ARARAQUARA – S.P.
2011

Frattini, Ritta Minozzi

A Implantação da Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus no Estado de São Paulo nas Páginas da Imprensa (1971-1982) / Ritta Minozzi Frattini. – Araraquara, 2011. 205 f. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara, 2011.

1. Educação na Imprensa. 2. História da Educação no Estado de São Paulo. 3. Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus. 4. Lei nº 5.692/71.

RITTA MINOZZI FRATTINI

A IMPLANTAÇÃO DA REFORMA DO ENSINO DE 1º E 2º GRAUS NO ESTADO DE SÃO PAULO NAS PÁGINAS DA IMPRENSA (1971-1982)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação Escolar.

Linha de pesquisa: Estudos históricos, filosóficos e antropológicos sobre escola e cultura

Orientadora: Profª. Drª. Rosa Fátima de Souza Chaloba

Bolsa: FAPESP

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Profª Drª Rosa Fátima de Souza Chaloba

UNESP/Araraquara.

Membro Titular: Profª Drª Vera Teresa Valdemarin

UNESP/Araraquara.

Membro Titular: Profª Drª Raquel Discini de Campos

UFU/ Universidade Federal de Uberlândia.

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Profa. Dra. Rosa Fátima de Souza, pelas orientações, pelo cuidado que sempre demonstrou pela minha pesquisa, pelo carinho e amizade.

À Banca de Qualificação e de Defesa: Prof. Dr. João Augusto Gentilini, Profa. Dra. Vera Teresa Valdemarin e Profa. Dra. Raquel Discini de Campos, pela disponibilidade em participar da banca e pelos comentários preciosos e esclarecedores para nossa pesquisa.

Aos meus pais, Sandra e Tomás, e à minha irmã Roberta pelo incentivo, amor e por oferecer as bases sólidas para a minha vida.

Ao Vitor Ueda, pelo amor e companheirismo.

À todos os integrantes do GEPCIE (Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Cultura e Instituições Educacionais), pela amizade, pelas importantes trocas na discussão da educação e por terem compartilhado minha trajetória na graduação e na pós-graduação.

À Virgínia Pereira da Silva de Ávila, pela leitura atenta desse texto de defesa, pelas correções precisas e pela amizade.

Aos colegas de pós-graduação em Educação Escolar da FCLAr/UNESP, por compartilharem o tempo, os conselhos e as dicas na discussão do projeto de pesquisa e pela amizade, em especial a Andréa Marcia Sant'ana, Ekristayne Medeiros de Lima Santos, Jaqueline Costa Castilho Moreira, Merilin Baldan, Muriel Lameira Ancelmo e Virgínia Pereira de Ávila.

Às minhas tias Yara, Marô, Goretti, Margarida e Simone, professoras e estudiosas do campo educacional.

Ao meu tio Marinho e minha prima Renata, pelos livros, textos e discussões sobre história e educação.

À República Six and the City, nas pessoas de Amanda, Camila, Letícia, Mônica e Shirley, pela amizade e por sempre me receberem com tanto carinho em minhas idas à Araraquara durante o curso de Mestrado.

À Silvana, Maria Angélica, Marcelo, Giovanni, Bruno, Beatriz e Enzo por me acolherem carinhosamente em suas casas durante minha estadia em São Paulo para a pesquisa no Arquivo.

Aos funcionários do Arquivo Público do Estado de São Paulo, pelo excelente atendimento e prontidão.

À Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo (FAPESP), pela concessão da bolsa de estudos para a realização dessa pesquisa, bem como ao incentivo à pesquisa no Estado de São Paulo.

À Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, Campus de Araraquara, pela oportunidade de formação acadêmica e humana.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar e seus professores e funcionários pela oportunidade de crescimento intelectual nesse período de estudos.

À todos os funcionários da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP/Campus de Araraquara, pela dedicação e os serviços prestados.

À sociedade, que me possibilitou formação superior em uma universidade pública, gratuita e de qualidade.

Aproveito para agradecer aos autores das teses e dissertações, bem como da literatura educacional e histórica, por nós utilizados para a realização de nossa pesquisa.

À todos aqueles que de alguma forma contribuíram para a realização desse trabalho.

Dedicado aos meus avós, Ivo e Eunice,
Mário e Maria Odete (*in memoriam*).

“A maneira como se tem encarado a liberdade de imprensa nem sempre é a mais correta. Tende-se a reduzi-la ao privilégio de quem edita jornais, de divulgar opiniões que julga de seu interesse e de informar sobre o que lhe parece merecer mais atenção da opinião pública. Esta é sem dúvida uma consequência da liberdade de imprensa nas sociedades de mercado. Corresponde, também, a um limite real das empresas jornalísticas, na medida em que nenhum indivíduo ou grupo encarna a generalidade das opiniões, a totalidade dos interesses, em suma, a suposta posição da verdade absoluta” (MOTA e CAPELATO, 1981, p. 257).

RESUMO

Este estudo que se insere no campo da história e da historiografia da educação tem como objetivo investigar os debates sobre a implantação da Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus – Lei nº 5.692/71 – no Estado de São Paulo, registrados no jornal *Folha de São Paulo*. Bem como analisar as representações construídas em torno dessa reforma tomando como referência as práticas discursivas de políticos, intelectuais, educadores e grupos da sociedade civil. Busca-se, dessa maneira, explicitar os enfrentamentos da rede estadual de ensino face à reorganização das escolas de 1º e 2º Graus; examinar a repercussão do projeto de redistribuição da rede física implantado no Estado de São Paulo a partir de 1975; identificar as repercussões sociais da reforma curricular do ensino de 1º Grau; e mapear os problemas e os principais debates em torno da profissionalização do ensino de 2º Grau. Para tanto, utilizam-se como fonte de pesquisa as notícias e editoriais publicados no jornal *Folha de S. Paulo*, entre os anos de 1971 e 1982, cujos exemplares encontram-se no Arquivo Público do Estado de São Paulo. A análise dessa fonte jornalística está apoiada no conceito de representação enunciado por Roger Chartier. Esse período de implementação da Lei, que se deu a partir da redistribuição da rede física, iniciada em 1975, provocou reação por parte da comunidade escolar paulistana, como professores, pais, alunos e diretores de escolas. Inicialmente a *Folha* informou e fez a propaganda das políticas educacionais do governo e noticiou os atos legais sobre a Reforma. Somente a partir de 1975 o diário passou a noticiar os discursos e manifestações dos vários sujeitos afetados por essa reforma, evidenciando de forma mais clara as dificuldades e os impasses cotidianos da implantação da Lei 5.692/71, porém não houve debate com a sociedade. Apenas no início de 1980 o impresso adotou uma posição mais crítica, principalmente em relação à profissionalização do 2º Grau. Entretanto, ao noticiar as críticas da comunidade escolar, a *Folha* omitiu-se sobre os ganhos democráticos preconizados pela Reforma, que ampliou de quatro para oito anos a escolarização obrigatória. A profissionalização obrigatória foi definitivamente eliminada pela Lei 7.044/82.

Palavras – chave: Educação na Imprensa. História da Educação no Estado de São Paulo. Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus. Lei nº 5.692/71.

ABSTRACT

This study, which belongs to the field of history and historiography of education, aimed at investigating the discussions on the implementation of the Education Reform for Primary and Secondary Education Law nº 5.692/71 in the state of São Paulo, registered in the *Folha de São Paulo* newspaper. As well as analyzing the representations built around this reform with reference to the discursive practices of politicians, intellectuals, educators and civil society groups. The aim is, thus, to highlight conflicts of the state education system at the reorganization of Primary and Secondary Education; to examine the impact of the project for the redistribution of physical network deployed in the State of São Paulo from 1975; to identify the social implications teaching of the curriculum reform in the Primary Education; and find the main problems and debates concerning professionalisation of Secondary Education. For this purpose, news and editorials published in the *Folha* newspaper are used as basis for research between 1971 and 1982, which are in the Public Archives of the State of São Paulo. The analysis of journalistic sources is supported by the concept of representation articulated by Roger Chartier. This period of implementation of the Act, which began from redistribution of physical network, started in 1975, provoked reaction from the school community venues, such as teachers, parents, students and school principals. Initially, *Folha de S. Paulo* reported and advertised the government's educational policies and legal acts of the Reform. Only since 1975 the newspaper began reporting the speeches and demonstrations of the several persons affected by this Reform, showing more clearly the difficulties and dilemmas of everyday implementation of Law 5.692/71, but there was no consultation with civil society. Only in the early 1980s the newspaper took a more critical position, especially in relation to the professionalization of the Secondary Education. However, in reporting the criticism coming from the school community, *Folha* omitted the democratic gains professed by the Reform, which expanded from four to eight years of compulsory schooling. The compulsory professionalization was definitively eliminated by Law 7.044/82.

Keywords: Education in the News. History of Education in State of São Paulo. Reform of Education of Primary and Secondary Education. Law nº 5.692/71.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Anúncio de sala para escritório em 03.06.1971	p. 38
Figura 2	Anúncio da Volkswagen em 20.04.1975	p. 38
Figura 3	Anúncio da Loteria Federal de 03.06.1971	p. 39
Figura 4	Propaganda da Telesp de 04.03.1976	p. 39
Figura 5	Anúncio de loja de móveis em 20.04.1975	p. 40
Figura 6	Propaganda de indústria automobilística de 22.08.1972	p. 40
Figura 7	Anúncios de faculdades particulares em 03.02.1972	p. 41
Figura 8	Anúncio de construção civil em 22.08.1972	p. 42
Figura 9	Propaganda de eletrodomésticos da Loja <i>Mappin</i> de 17.09.1972	p. 42
Figura 10	Anúncio do Banespa em 10.10.1972	p. 43
Figura 11	Propaganda de indústria do tabaco de 19.09.1972	p. 43
Figura 12	Anúncio de eletrônico em 05.09.1972	p. 44
Figura 13	Notícia do Governo Militar contra o comunismo publicada na FSP em 12.06.1971	p. 60
Figura 14	Primeira notícia sobre a Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus publicada na FSP em 15.06.1971	p. 69
Figura 15	Notícia sobre cursos supletivos para o combate ao analfabetismo de 09.09.1975	p. 75
Figura 16	Notícia da FSP sobre o Mobral de 11.09.1971	p. 81
Figura 17	Estudante do curso supletivo do Mobral em 09.09.1975	p. 82
Figura 18	Notícia de capa da FSP sobre a reestruturação da rede física de 05.03.1976	p. 86
Figura 19	Notícia de 10.03.1972 que divulga a conclusão do Plano Estadual de Implantação da Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus	p. 95
Figura 20	Notícia da FSP que registra o momento de entrega do Plano Estadual de Implantação da Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus ao governador Laudo Natel pela secretária da Educação Esther de Figueiredo Ferraz, de 17.03.1972	p. 97
Figura 21	Notícia da FSP em que o governador Laudo Natel, a secretária Esther de Figueiredo Ferraz e o diretor do FECE, João Pedro de Carvalho Neto, examinam maquete para construção de prédios escolares, de 19.11.1972	p. 104
Figura 22	Notícia sobre a promoção de capacitação aos professores pela SEE/SP para explicações sobre a Reforma Educacional publicada em 08.02.1972	p. 109
Figura 23	Notícia sobre a realização de estudos sobre a Reforma na Câmara de 13.10.1971	p. 111
Figura 24	Reunião de Estudos Sobre a Reforma do Ensino de 30.09.1972	p. 113
Figura 25	Propaganda de Cursos de Licenciatura, publicada pela FSP em 04.03.1974	p. 116
Figura 26	Assinatura do Decreto que estabeleceu as diretrizes para a reforma administrativa da SEE/SP publicado pela FSP em 22.08.1973	p. 119
Figura 27	Sequência de imagens de D. Geni preocupada com a matrícula escolar do filho no início do ano letivo de 1976 em 05.03.1976	p. 143
Figura 28	Opções do currículo do ensino de 2º Grau, publicada pela FSP em 08.11.1972	p. 162

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Distribuição de matrícula por níveis de ensino no Brasil	p. 65
Tabela 2	Distribuição das matrículas por nível de ensino – Estado de São Paulo – 1960-1980	p. 66
Tabela 3	Professores e Funcionários da Rede Estadual do Estado de São Paulo (1972-1982)	p. 145

LISTA DE ORGANOGRAMAS

Organograma 1 Estrutura do Ensino Secundário pela Reforma Gustavo p. 51
Capanema (1942)

Organograma 2 Estrutura do Ensino na LDB nº 4.024/61 p. 54

Organograma 3 Estrutura do Ensino na Lei nº 5.692/71 p. 71

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Currículo do Ensino Supletivo conforme quadro publicado pela p. 77
FSP em 30.10.1972

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEC	Associação de Educação Católica
CDE	Conselho de Desenvolvimento Econômico
CEE	Conselho Estadual de Educação
CENAFOR	Fundação Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para a Formação Profissional
CFE	Conselho Federal de Educação
CPP	Centro do Professorado Paulista
EAD	Educação à Distância
FECE	Fundo Estadual de Construções Escolares
FMI	Fundo Monetário Internacional
FSP	Folha de S. Paulo
GEG	Grupo Escolar-Ginásio
GERA	Grupo Executivo da Reforma Administrativa
GT	Grupo de Trabalho
INPE	Instituto de Pesquisas Espaciais
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
JEC	Juventude Estudantil Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MCP	Movimento de Cultura Popular
MEB	Movimento de Educação de Base
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
OESP	O Estado de São Paulo
PNA	Plano Nacional de Alfabetização
PNE	Plano Nacional de Educação
SACI	Satélite Avançado de Comunicações Interdisciplinares
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SEE/SP	Secretaria da Educação do Estado de São Paulo
SES	Serviço de Ensino Supletivo Estadual

SNI	Serviço Nacional de Informação
TCH	Teoria do Capital Humano
UNE	União Nacional dos Estudantes
USAID	Agency for International Development

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	18
1 “UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL”: NOTAS SOBRE A <i>FOLHA DE S. PAULO</i>	28
1.1 Breve histórico da <i>Folha de S. Paulo</i>	28
1.2 Por dentro do jornal: características da <i>Folha de São Paulo</i>	34
2 SOB O SIGNO DO PROGRESSO E DA MODERNIZAÇÃO: OS FUNDAMENTOS DA REFORMA EDUCACIONAL/ LEI 5.692/71	49
2.1 Antecedentes histórico-educacionais à Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus	49
2.1.1 A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 4.024/61	52
2.1.2 Educação para o desenvolvimento nacional.....	62
2.1.3 A extensão da escolaridade obrigatória: 1960 e 1970.....	64
2.2 Aspectos da Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus	68
2.2.1 A Lei nº 5.692/71 e o Ensino Supletivo	74
2.2.2 A avaliação escolar na nova reforma do ensino	84
3 PLANO DE IMPLANTAÇÃO DA REFORMA DO ENSINO DE 1º E 2º GRAUS: O PROJETO DE REDISTRIBUIÇÃO DA REDE FÍSICA NO ESTADO DE SÃO PAULO	86
3.1 Do Planejamento Prévio a Implantação da Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus	88
3.2 Do Plano Estadual de Implantação da Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus.....	94
3.2.1 Do Sistema de Assessoramento da Secretaria da Educação na Implantação da reforma.....	98
3.3 Do Fundo Estadual de Construções Escolares (FECE) e da Expansão da Rede de Ensino no Estado de São Paulo.....	101
3.4 Do Financiamento do Ensino para a Implantação da Lei nº 5.692/71.....	106
3.5 Dos cursos de capacitação de professores do ensino de 1º Grau	109
3.6 Do Planejamento Educacional: a reforma administrativa da Secretaria da Educação	117
3.7 Da implantação da Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus: Redistribuição da Rede Física e Remanejamento de Pessoal	122

3.7.1 Do Projeto de Redistribuição da Rede Física e do Remanejamento de Professores	124
3.7.2 Do Projeto de Redistribuição da Rede Física e do Remanejamento de Alunos	131
3.7.3 Representações em debate: a Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus no jornal <i>Folha de S. Paulo</i>	136
3.7.4 A coluna sobre Educação da <i>Folha</i> e a Reestruturação da Rede Física.....	148
4 “NESTA TERRA EM SE [IM]PLANTANDO TUDO DÁ?”: A PROFISSIONALIZAÇÃO DO ENSINO NA LEI 5.692/71	154
4.1 Currículo e Profissionalização Compulsória do Ensino	154
4.2 A nova organização curricular do ensino de 1º Grau nas páginas do jornal.....	157
4.3 A nova organização curricular do ensino de 2º Grau nas letras do jornal	160
4.3.1 A composição curricular do ensino de 2º Grau no Estado de São Paulo	163
4.3.2 A publicidade de cursos técnico-profissionalizantes estampada no jornal ..	167
4.3.3 Os Grupos de Trabalho e o currículo das habilitações profissionais	169
4.4 Dos prós e contras: o ensino profissionalizante no jornal <i>Folha de S. Paulo</i>	173
4.5 O fim da profissionalização compulsória do ensino	178
CONSIDERAÇÕES FINAIS	182
REFERÊNCIAS	187
ANEXOS	193
Matérias da <i>Folha de S. Paulo</i>	193

INTRODUÇÃO

A História da Educação Brasileira foi marcada, ao longo do século XX, por inúmeras leis e reformas no ensino. Como observa Gimeno Sacristán (1998a), as leis podem ser entendidas não como sinônimos de determinadas reformas educacionais, mas como instrumentos componentes de todo o processo de reordenação do sistema educacional no país.

Para Sacristán (1998a), as reformas educacionais são programas empreendidos pelos governos e visam a uma ação ou uma série de ações delimitadas num tempo, expressando, assim, as políticas educativas. Nesse sentido, faz-se necessário compreender as reformas educacionais para além das prescrições manifestadas nos seus documentos. Ainda, de acordo com esse autor, as reformas educacionais devem ser analisadas como uma espécie de “efeito colateral”. Esse efeito pode ser traduzido de acordo com Sacristán (1998a, p. 93), como “a formação de uma consciência pública que dá sentido e direção a uma esfera das relações sociais e das instituições sociais”.

No Brasil, foi aprovada em 11 de agosto de 1971, a Reforma do Ensino de 1º e 2º Grau Lei nº 5.692, que reestruturou a organização escolar em vigor desde a LDB nº 4.024/61, bem como promoveu uma ruptura da estrutura escolar e do ensino vigentes até então. Por essa reforma foram agrupados os antigos ensinos primário e ginásial em uma escola única de 1º Grau, com oito anos de duração. Além disso, foi substituída a formação acadêmica, que era extensiva a todo o território nacional, por uma formação técnica-profissionalizante.

De acordo com o texto da Reforma de 1971, dentre os objetivos principais para o ensino de 1º e 2º Grau constavam a auto-realização, a qualificação para o trabalho e a preparação ao exercício consciente da cidadania, associando a perspectiva meritocrática em consonância com o projeto político e econômico do Estado. Essa reforma provocou mudanças políticas, estruturais e organizacionais profundas no ensino, ocasionando uma série de mobilizações de pais, alunos, professores e diretores de escolas, documentadas na grande imprensa paulista.

Diante das modificações estruturais e organizacionais no ensino brasileiro introduzidas pela Reforma de 1971, as perguntas fundamentais a que esta pesquisa busca responder são: Como a Lei 5.692/71 impactou a rede de ensino no Estado de São Paulo? Qual a repercussão da Reforma na sociedade paulistana? Quais foram as

representações construídas acerca da Lei? De que forma uma lei que modificou mais de cem anos da estrutura educacional brasileira foi recebida pela comunidade escolar? Como a Lei foi assimilada no início e ao longo de sua implementação? Quais as reações por ela provocadas junto aos alunos, pais e dirigentes escolares? Em que medida essas reações podem ser consideradas como uma espécie de “efeito colateral”, conforme sugere Gimeno Sacristán?

Para responder a essas questões elegeu-se o jornal impresso como local legítimo de enunciação dos discursos pertinentes à educação, uma vez que esse veículo possui, no imaginário social, certo grau de credibilidade na mediação que realiza entre os fatos e a informação, procurando com frequência anunciar a imparcialidade na cobertura dos fatos sociais, bem como o pluralismo democrático na difusão de idéias. Essa legitimidade acrescida da representatividade e alcance social tem, sem dúvida, um papel decisivo na formação da “opinião pública” em torno da questão da Reforma de 1971.

Há décadas a historiografia contemporânea tem incorporado a imprensa como fonte fundamental para se compreender momentos históricos e a atuação de protagonistas, visto que é inegável o caráter de fonte primária relevante que os jornais possuem para os estudos históricos¹.

No estudo que ora se apresenta, optou-se pela análise do jornal *Folha de S. Paulo*. A escolha dessa fonte de pesquisa se deveu em primeiro lugar por se tratar do diário de maior tiragem na década de 1970, do Grupo Folha², seguido do jornal Última Hora. Segundo, porque essa fonte não tem sido utilizada para o estudo acerca das repercussões sociais advindas com a implantação da Reforma de 1971 no Estado paulista, ao contrário do seu maior concorrente, o jornal *O Estado de S. Paulo*, que já foi utilizado como fonte de pesquisa para o estudo da Lei 5.692/71 por Leisa Alves Ribeiro em sua dissertação de mestrado intitulada *O ensino de segundo grau em O Estado de S. Paulo (1972-1977)*.

Soma-se a isso o fato de que os anos 1970 do século XX retratam um período de mudanças significativas no âmbito da educação brasileira e, portanto, precisa ser

¹ A produção de trabalhos acadêmicos que utilizam a imprensa como fonte de pesquisa em História da Educação vem crescendo nas Universidades do país, mas ainda é incipiente. Exemplos dessa produção podem ser encontrados em: Mary Lou Paris (1980), Maria Lúcia Spedo Hilsdorf (1986), Edna Mercado (1996), Dóris S. S. Larizzatti (1999), Bruno Bontempi Jr. (2001), Raquel Discini de Campos (2007), Leisa Alves Ribeiro (2007) e Lílían Sanches Melo (2009).

² Sobre o Grupo Folha ver Taschner (1992).

conhecido com mais profundidade. Ademais, a imprensa mesmo censurada não deixava de revelar os conflitos e entraves cotidianos decorrentes da implantação da Reforma do Ensino.

Nesse empreendimento, realizou-se um minucioso levantamento de dados no Arquivo Público do Estado de São Paulo, que consistiu em fotografar com câmera digital todas as notícias sobre Educação do jornal *Folha de S. Paulo*, no período de junho de 1971³ a dezembro de 1982. No total, registraram-se aproximadamente 28.000 imagens sobre os mais variados temas educacionais do período. Após a coleta desse material as notícias foram organizadas e armazenadas em um banco de dados conforme tema, temporalidade, localização no arquivo digital e conteúdo.

Dessa forma, verificou-se que a FSP publicou inúmeras notícias e artigos sobre educação nos anos 1970. Vários temas do ensino e aspectos da Reforma estão presentes nesse jornal. Dentre as matérias mais recorrentes destacam-se: Formulação sobre a Reforma de 1971; Implantação da Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus Lei nº 5.692/71, no Estado de São Paulo; Reestruturação da Rede Física; Remanejamento de alunos, professores e diretores; Construções Escolares; mudança curricular no ensino de 1º e 2º Graus; Integração do 1º Grau; Municipalização da pré-escola; Ensino Superior; Vestibulares; UNE; greves de professores e alunos; decreto-lei 477; Estatuto para o Magistério; Formação de Professores; Reformulação do curso de Pedagogia; Ensino Pago; Ensino Supletivo; Ensino à Distância (Projetos de Teleducação do governo federal – Projeto Saci, Projeto Minerva, entre outros); Projeto Rondon; Mobral etc.

No que se refere aos temas, objetivou-se identificar e analisar as repercussões sociais sobre a implantação da Lei 5.692/71, no Estado de São Paulo, tomando como referência os três principais conjuntos de inovações introduzidos pela Reforma. Nesse sentido, buscamos analisar a repercussão da Lei sob três aspectos: 1) em relação aos enfrentamentos da rede estadual de ensino face à reorganização das escolas de 1º e 2º Graus, isto é, o impacto diante do projeto de redistribuição da rede física implantado no Estado de São Paulo a partir de 1975, em decorrência da constituição do 1º Grau de oito anos; 2) no que se refere à reforma curricular do ensino de 1º Grau; e 3) no que diz respeito aos problemas e debates em torno da profissionalização do ensino de 2º Grau.

³ O levantamento de dados no jornal iniciou-se no mês de junho do ano de 1971 devido à disponibilidade do impresso no Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Quanto à delimitação da periodização, a análise circunscreve-se durante a década de 1970, uma vez que este foi o período de implantação da Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus. No Estado de São Paulo, o estudo inicia no ano de 1971 com a promulgação da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, e se encerra em 1982, ano de promulgação da Lei nº 7.044/82, quando cessa a obrigatoriedade do ensino de 2º Grau profissionalizante.

Dessa forma, pretendeu-se, com base nas notícias da *Folha* dos anos 1970, compreender as mudanças sobrevindas com a Lei nº 5.692/71 e a repercussão na rede de ensino e na sociedade paulistana. No concernente ao trabalho com a mídia impressa, recorre-se à Luca (2008), quando diz que a imprensa é, a um só tempo, objeto e sujeito da história brasileira, mas também é veículo para a construção do passado. Os impressos que por aqui circulam não apenas testemunham, registram e veiculam nossa história, como são parte intrínseca da formação do País. Em outras palavras, como refere a autora, “a história do Brasil e a história da imprensa caminham juntas, se auto-explicam, alimentam-se reciprocamente, integrando-se num imenso painel” (LUCA, 2008, p. 8). Ainda segundo ela, nesse cenário, muitas vezes, os personagens são os mesmos, na imprensa, na política e nas instituições, uma vez que intervenções políticas de peso são decididas no interior das redações, estabelecendo e testemunhando avanços e recuos das práticas dos governos, da dinâmica do País, da formação de seu povo, do destino nacional.

Outra importante contribuição para a utilização dos jornais como fonte de pesquisa é evidenciada no clássico estudo de Maria Helena Capelato (1988), no qual destaca que os jornais merecem consideração dos historiadores, pois é uma das principais fontes de informação histórica. No exame dessa autora, o passado é, sem dúvida, o objeto do historiador. Compete ao historiador fazer reviver as personagens do passado, seus feitos, indagações e manifestações, retratadas nas colunas jornalísticas, procurando entendê-las na sua época. Com essa nova postura, a história cede lugar a uma história viva que se propõe como meta captar as transformações dos homens no tempo. Para isso, a imprensa oferece amplas possibilidades, uma vez que a vida cotidiana nela registrada em seus múltiplos aspectos permite compreender como viveram nossos antepassados, sujeitos “ilustres” ou anônimos.

Assim sendo, Capelato citando Wilhelm Bauer, afirma: “o jornal é uma verdadeira mina de conhecimento: fonte de sua própria história e das situações mais

diversas; meio de expressão de idéias e depósito de cultura. Nele encontramos dados sobre a sociedade, seus usos e costumes, informes sobre questões econômicas e políticas” (CAPELATO, 1988, p. 20).

Não obstante, Capelato (1988) chama a atenção para a necessidade de se questionar a veracidade da fonte jornalística, uma vez que a imprensa transformou-se em uma arma de poder manipulada pelos poderosos. Nesse sentido, é preciso que haja um diálogo entre historiador e fonte impressa, até porque, mais importante que a “realidade dos fatos” é a maneira pela qual os sujeitos da história tomaram consciência deles e os relataram, tendo em vista que a imprensa não é espelho fiel da realidade, mas, sim um espaço de representação do real, ou melhor, de momentos particulares da realidade.

Nessa direção, corrobora Campos: “faz parte da ética dos historiadores não apenas o compromisso com a realidade, mas também a busca pela verdade – mesmo que esta seja, em última instância, uma construção” (CAMPOS, 2007, p. 17).

Para uma abordagem adequada da fonte jornalística, Capelato (1988) alerta ser imprescindível, em primeiro lugar, formular perguntas a respeito da enunciação, dos interlocutores diretos, dos leitores, das modalidades e recursos discursivos, mas também da representação da realidade, do “projeto” do jornal e dos caminhos que este apresenta para alcançá-los. As investigações realizadas por Capelato sobre a imprensa paulista nos advertem para a importância de se “desmistificar a categoria abstrata ‘jornal’, fazendo emergir a figura dos jornalistas como sujeitos dotados de consciência que se determina na prática política” (CAPELATO, 1989, p. 12-13).

Como exemplifica Fonseca (2005), a grande imprensa é considerada a instituição capaz de simultaneamente publicizar, universalizar e sintetizar linhagens ideológicas. Isso porque a periodicidade diária com todo o aparato das manchetes, editoriais, artigos, charges, fotos, reportagens, dentre outros recursos, possibilita aos jornais uma influência sutil, capaz de sedimentar uma dada idéia, opinião ou representação. O que pode ser confirmado, a rigor, pela intensa participação que os jornais tiveram em momentos candentes da história política do País, tais como a participação de parcela significativa da grande imprensa nas conspirações que levaram ao golpe de 1964, assim como a influência que o jornal *Folha de S. Paulo* obteve na campanha das “diretas-já”, em 1984.

Nessa conceituação, para Fonseca (2005) a grande imprensa, concebida como ator político-ideológico, deve ser compreendida fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social. Além do mais, diz esse autor, a imprensa representa uma instituição em que se mesclam o público e o privado, em que os direitos dos cidadãos se confundem com os do dono do jornal. Os limites entre uns e outros são muito tênues. Afinal, a imprensa é uma das instituições mais eficazes na inculcação de idéias no que tange a grupos estrategicamente reprodutores de opinião tendo em vista a obtenção da hegemonia.

Ainda o autor sinaliza que por mais que a elaboração do jornal seja complexa, em razão da quantidade de pessoas envolvidas, da diversidade de temas, da velocidade e mutabilidade da informação e do *processo de produção* jornalístico⁴, há no jornal uma linha ideológica expressa através dos editoriais. Os editoriais desses órgãos representam tanto a posição oficial quanto a linha ideológico-editorial do periódico. O editorial reflete não exatamente a opinião dos proprietários dos jornais, mas o consenso das opiniões que emanam dos diferentes núcleos que participam da propriedade da organização. O modo como os editoriais defendem determinadas idéias e posições e criticam outras nos permite compreender o sentido das coberturas jornalísticas. Embora nestas haja contradição, é a opinião editorial o balizamento de um periódico.

Uma das principais características do jornalismo praticado no Brasil por grande parte da imprensa é a manipulação da informação. A esse respeito, Abramo (2003, p. 23-24) afirma:

O principal efeito dessa manipulação é que os órgãos de imprensa não refletem a realidade. A maior parte do material que a imprensa oferece ao público tem algum tipo de relação com a realidade. Mas essa relação é indireta. É uma referência indireta à realidade, mas que distorce a realidade. Tudo se passa como se a imprensa se referisse à realidade apenas para apresentar *outra realidade*, irreal, que é a contrafação da realidade real. É uma realidade *artificial, não-real, irreal*, criada e desenvolvida pela imprensa e apresentada no lugar da realidade real.

Bastos (2002) preconiza que a imprensa age como um mediador cultural e ideológico privilegiado entre o público e o privado, fixa sentidos, organiza relações e disciplina conflitos. A mídia impressa converge uma multiplicidade de falas, forma para

⁴ Para além do processo produtivo em si, a formação do Grupo Folha como amostra da constituição de um complexo empresarial de notícias é discutida por Taschner (1992).

certa maneira de ver, engendra mentalidades, “informa e coloca em forma o real, introduz uma ordem no real, construindo o acontecimento, ao mesmo tempo, como produto do real ou, pelo menos, o reconstrói através dos efeitos do real” (BASTOS, 2002, p. 152). Como se observa, a imprensa possui um discurso carregado de intenções à medida que incorpora e promove práticas que legitimam e privilegiam alguns conhecimentos em detrimento de outros, produz e divulga saberes com vistas à obtenção da hegemonia.

Nesse aspecto, cabe ao pesquisador fazer uma desmontagem do texto – da imprensa – a fim de desvelar os significados, as contradições e as diferenças de forma e de conteúdo das falas que produz. Essa desmontagem significa analisar o processo e as condições de sua produção, a partir dos discursos disponíveis. A imprensa é um “composto de contradições, o texto não é mais restrito a uma leitura única, harmoniosa e confiável. Ao invés disso, torna-se plural, aberto à releitura e não mais objeto de consumo passivo, mas objeto de trabalho, através do qual o leitor produz significado” (BASTOS, 2002, p. 153).

No entanto, vale a pena salientar que a imprensa pode ser pensada como uma prática cultural de seres humanos e não apenas como veículo ideológico manipulador das massas. Com base nessa concepção, os estudiosos da história cultural já demonstravam a importância de atentarmos às intenções de quem produz os jornais, à função do jornal em dado período social, aos pontos de vista implícitos e explícitos nos argumentos dos que escrevem, dos que fotografam e, finalmente, dos que leem o jornal.

Nesse sentido, apesar do jornal possuir um caráter intrinsecamente persuasivo, educativo, os jornais são polissêmicos e não monolíticos ao passo que há uma relação dialética entre redação e sociedade. De acordo com essa visão de imprensa, existe um contrato de confiança entre quem edita e escreve o jornal e entre quem lê o jornal. Esse contrato de confiança envolve crenças, aspirações, interesses, gostos. Escritores e leitores passam a comungar certa visão de mundo.

Para Robert Darnton (2010), as matérias jornalísticas precisam caber em concepções culturais prévias relacionadas às notícias, caso contrário a notícia perderia o sentido, ou seja, jamais a notícia se afasta demais do repertório cultural dos leitores. Ao mesmo tempo, o autor indica que esse universo comum é que verdadeiramente caracteriza a força educativa dos impressos.

Em se tratando do uso da imprensa como fonte para o estudo histórico da educação, Nóvoa (1997, p. 30-31) afirma que é através da escrita jornalística que emergem “vozes”. Vozes essas que nem sempre se fazem ouvir noutros espaços sociais, tal como na academia ou no livro impresso. A imprensa é, provavelmente, o local que facilita um melhor conhecimento das realidades educativas, uma vez que nela se manifesta de um modo ou de outro, um conjunto de problemas dessa área.

Nesse estudo a análise da fonte jornalística estará apoiada no conceito de representação enunciado por Roger Chartier. Ao interpretar o conceito de representação, Campos (2007) afirma que todo ser humano produz representações individuais que são ao mesmo tempo coletivas. Essas representações coletivas comportam uma tripla dimensão: a *cognitiva*, relacionada à organização mental da percepção do mundo; a *simbólica*, relacionada à interpretação do mundo real, e a *ideológica*, ligada à atribuição de valores às coisas do mundo.

O imaginário social é, portanto, o resultado das representações coletivas. Pensar o “mundo como representação” significa buscar as formas e os motivos que levaram as pessoas a agir de determinada maneira. Trata-se de tentar entender o imaginário de uma dada sociedade, uma vez que este imaginário seria o conjunto de representações partilhadas, à medida que determinada realidade social é construída a partir de idéias, símbolos, modos de pensar e compreender o mundo (CAMPOS, 2007).

Ainda segundo a análise da autora, o discurso das representações coletivas não é neutro, pois produz estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade, a legitimar um projeto reformador ou a justificar para os próprios indivíduos as suas escolhas e condutas.

Conforme sinaliza Campos (2007, p. 29-30), citando Chartier, “as lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção de mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio”. Ainda segundo ele, deve-se compreender que os enunciados individuais se remetem aos condicionamentos “não conscientes e interiorizados que fazem com que um grupo ou uma sociedade partilhe, sem que seja necessário explicitá-los, um sistema de representações e um sistema de valores”.

É nesta perspectiva que a presente investigação, cuja fonte principal é o jornal *Folha de S. Paulo*, se propõe a reconstruir, ou melhor, compreender e interpretar as

representações coletivas construídas com e a partir da implantação da Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus Lei nº 5.692/71.

Vale registrar que esse periódico paulista foi fundado em 1921, como *Folha da Noite*, por Olivial Costa e Pedro Cunha, e vendido no início da década de 1960 aos empresários Octávio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho, passando então a ser chamado *Folha de S. Paulo*. Mota e Capelato (1981) apontam como característica desse impresso a tradição liberal e democrática no tratamento das questões nacionais, tendo a ordem como projeto social e condição de progresso. Logo, temas como trabalho e educação sempre fizeram parte das preocupações do jornal desde a sua fundação: “Façamos de cada brasileiro um homem de corpo vigoroso e espírito culto e teremos criado um novo país, uma brilhante nacionalidade” (*FOLHA DA MANHÃ*, 01.01.1929, *apud* Mota e Capelato, 1981, p. 85).

O trabalho está organizado da seguinte forma:

No Capítulo I, **“Um jornal a serviço do Brasil”: notas sobre a *Folha de S. Paulo*** – apresentam-se alguns estudos sobre o jornal *Folha de S. Paulo*, especialmente aqueles que se relacionam à história, à linha editorial e ao próprio trabalho diário desse impresso.

O Capítulo II, **Sob o Signo do Progresso e da Modernização: Os Fundamentos da Reforma Educacional/ Lei 5.692/71** – destina-se, primeiramente, a caracterizar em linhas gerais o contexto histórico-educacional anterior à Reforma de 1971, em seguida discorre sobre o período militar e o pensamento progressista dos anos 1970 que tem como base o ideário nacional-desenvolvimentista. Por conseguinte, enfoca os fundamentos da Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus Lei nº 5.692/71.

O Capítulo III, **Plano de Implantação da Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus: O Projeto de Redistribuição da Rede Física no Estado de São Paulo** – trata do planejamento que antecedeu às mudanças ocorridas na rede estadual de ensino face à reorganização das escolas de 1º e 2º Graus (Lei Federal nº 5.692/71). Também são apresentados os discursos contidos na *Folha* sobre a repercussão do projeto de redistribuição da rede física implantado no Estado de São Paulo, junto aos sujeitos atuantes naquele período, tais como: pais, alunos, professores, diretores, políticos, jornalistas e grupos da sociedade civil.

Por fim, o Capítulo IV, **“Nesta Terra em se [im]plantando tudo dá”?: A Profissionalização do Ensino na Lei 5.692/71** – aborda de forma mais detalhada a

modificação ao ensino trazida pela reforma curricular do ensino de 1º e 2º Graus, como ainda versa sobre os problemas e debates em torno da profissionalização compulsória do 2º Grau nas notícias e artigos do jornal *Folha de S. Paulo*.

1 “UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL”: NOTAS SOBRE A FOLHA DE S. PAULO

1.1 Breve histórico da *Folha de S. Paulo*

A *Folha de S. Paulo* foi fundada na cidade de São Paulo por Olival Costa e Pedro Cunha em 19 de fevereiro de 1921, com o nome original de *Folha da Noite*. Era um vespertino que esperava atrair leitores das classes médias urbanas e da classe operária. Em julho de 1925, em decorrência do sucesso comercial que obteve o primeiro jornal, foi lançado o matutino *Folha da Manhã*.

Tania de Luca e Ana Luiza Martins (2008) chamam a atenção para uma diferença radical no tipo de imprensa que existira até meados do século XIX, daquela que veio a surgir e se desenvolver no início do século seguinte, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial. Até esse período, os órgãos de imprensa nasciam em defesa de uma causa e, portanto, tinham uma posição política-ideológica definida. Já no início do século XX esse modelo de “missão da imprensa” vai gradativamente se transferindo para uma lógica econômica. Nesse sentido, Mota e Capelato (1981, p. 27) observam que “não se trata mais de um jornal cuja organização tem forma de empresa, trata-se de uma empresa que tem atividade jornalística”.

É à luz desse novo modelo de imprensa que foi criado, em 1921, o jornal *Folha da Noite*. Desde o início, a *Folha* não nasceu como um jornal de causa e se desenvolveu sem um projeto editorial claro. Pelo contrário, para Mota e Capelato (1981) o jornal assumiu uma postura “oportunist” procurando atender a diversos interesses, entre eles da classe operária, dos funcionários públicos e das classes médias. Taschner (1992, p. 41-42) assinala que esta postura abria espaço para uma flexibilidade de linha editorial ou mesmo para a ausência de uma linha definida, o que é um elemento importante no caminho para a constituição de uma empresa no sentido de que “a mensagem-mercadoria segue à lógica e aos espaços do mercado e não necessariamente às opiniões do dono do jornal”.

No entendimento de Taschner (1992, p. 42), desde seus primórdios a *Folha* preocupou-se em apresentar-se com uma “feição leve e graciosa”, característica esta que demonstra preocupação em cativar o leitor. Preocupação essa que ganha cada vez maior proeminência, tornando-se objeto de cuidados mais sistemáticos nas redações. No entanto, a apreensão com o mercado levou a uma despolitização do jornal, pois o espaço

da política passou a ser partilhado com um número maior de outras seções na tentativa de agradar os interesses do público leitor⁵.

Inicialmente, o diário apresentava alguns toques antioligárquicos, o que explicaria sua simpatia pelos movimentos de 1922 e 1924 e mesmo a maneira amistosa pela qual saudou a fundação do Partido Democrático em 1926, criado em oposição ao Partido Republicano Paulista. Contudo, em 1930 o jornal apoiou a eleição de Júlio Prestes à presidência da República com críticas à Aliança Liberal de Getúlio Vargas, sendo por isto depredada e fechada (na época se dizia *empastelada*) em 24 de outubro de 1930, quando esta saiu vitoriosa da Revolução de 1930.

A *Folha* voltou a funcionar em 1931 com novos donos e nova linha editorial. Sua direção era composta por Octaviano Alves de Lima, Diógenes de Lemos Azevedo, Rubens do Amaral e o poeta Guilherme de Almeida. No tocante à linha editorial, observa-se a defesa dos interesses dos agricultores paulistas, da divisão internacional do trabalho e de um projeto de desenvolvimento capitalista para o campo, antiindustrialista e especificamente contrária a qualquer tipo de protecionismo estatal às indústrias. O diário se posicionou contrário a crescente regulação econômica pelo Estado e reprovou a centralização de poder pelo mesmo e a ampliação de seu aparato. Como se observa o periódico era favorável a um Estado de corte liberal.

Aos 10 dias de março de 1945, o jornalista José Nabantino Ramos assumiu o controle acionário da empresa, que passou a se chamar Empresa Folha da Manhã S/A. Foi fundado um terceiro diário, a *Folha da Tarde*, em 1949. Os jornais da empresa voltaram a defender os interesses das classes médias urbanas. No período Nabantino houve a preocupação com a imparcialidade, sugerindo objetividade e neutralidade, com a emergência da defesa do regime democrático.

A *Folha de S. Paulo* é caracterizada por Mota e Capelato (1981), a partir do período Nabantino, como de orientação liberal e democrática, mas tinha também traços pós-liberais bem delineados. Taschner (1992, p. 71) ressalta que a principal característica do impresso era a “absoluta imparcialidade em relação a partidos e intransigente defesa do interesse público”. O jornal ainda cobrava do Estado “largo estímulo às classes produtoras”, mas não privilegiava nenhum de seus setores em

⁵ A *Folha da Noite* era composta por múltiplas seções de interesse dos leitores como a seção de esportes, a feminina, além do tratamento novelesco de alguns fatos.

especial. Coerentemente, cobrava também “amplo desenvolvimento dos serviços sociais na cidade e no campo”.

Conforme análise de Mota e Capelato (1981) o jornal ensejou uma tentativa de caminhar pelo centro de duas tendências das classes dominantes, que se tornaram importantes nos anos 1950 e polarizaram o debate político até 1964. Não obstante, esse diário apoiava o desenvolvimentismo e, conseqüentemente, era favorável à entrada do capital estrangeiro. Segundo Taschner (1992), o jornal “namorou” a UDN e foi anticomunista como ela, embora legalista ao assumir a questão social. Da mesma maneira, defendeu o desenvolvimento do país, a educação e a instrução pública, como um antídoto contra o comunismo.

Em 1960, os três jornais *Folha da Manhã*, *Folha da Tarde* e *Folha da Noite* foram fundidos e passaram a ter o mesmo nome: *Folha de S. Paulo*, um matutino cujo lema é “Um jornal a serviço do Brasil”. Aparecendo sempre no cabeçalho do jornal sob o logotipo, o lema é seguido de três estrelas, que simbolizam os três jornais que deram origem à *Folha de S. Paulo*.

No dia 13 de agosto de 1962, em decorrência de grave crise financeira no jornal, Nabantino vendeu a *Folha* aos empresários Octávio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho. Transformou-se, a partir dos anos 1980, no diário de maior influência e circulação no Brasil.

Sob o comando de Octávio Frias de Oliveira, oriundo do campo do capitalismo financeiro, e Carlos Caldeira Filho, da construção civil, o jornal caminhou sob a lógica do mercado. Em entrevista à Taschner (1992, p. 118-9), Frias afirmou:

Temos combatido muito a idéia de que o jornalismo tem uma missão a cumprir, no sentido mais político-partidário, ou romântico, meio místico, que existe em torno disso: a missão da imprensa. E a gente procura ver a imprensa como um serviço público prestado por particulares, daí a gente estar sempre procurando saber onde está o interesse do leitor, e vamos satisfazer esse interesse – porque a gente quer fazer um jornalismo mais exato, mais agudo, mais digestivo, a gente quer vender mais jornal, subir na circulação, etc.

Interessa destacar que a *Folha de S. Paulo* dirigia-se mais às camadas médias. Do ponto de vista da orientação política, apoiou o Golpe de 1964, assim como a maior parte da grande imprensa, pois tanto este quanto a escalada do autoritarismo subseqüente foram justificados pelo combate às forças de esquerda e ao comunismo,

cujo crescimento evidentemente não seria interessante para nenhuma empresa capitalista. Segundo Mota e Capelato (1981), do golpe até 1968, a ênfase jornalística foi colocada sobre a notícia local e internacional. O diário paulista deu cobertura às manifestações estudantis de 1968, apoiando-as discretamente enquanto não havia luta armada. No entanto, seus editoriais eram extremamente inócuos e foram suspensos com a escalada da censura. A *Folha* fez autocensura, mantendo certo distanciamento ao noticiar os fatos durante o período do “milagre econômico”, principalmente entre os anos 1971 e 1974.

Entre os anunciantes que destinaram parte significativa de suas verbas para o jornal, o Estado foi um anunciante extremamente importante nas décadas de 1960-70. Os anúncios procuravam dar visibilidade às estatais, por meio de publicidade institucional ou de seus serviços, e ao próprio governo em nível federal, estadual e local. Considerada a época dos *slogans* do tipo: “Brasil, ame-o ou deixe-o”, “Ninguém segura este país”, além do grande volume de anúncios sobre Mobral, 31 de março, 7 de setembro, propagandas de cadernos regionais de estados etc. A falta de mobilização popular e a exclusão das classes populares eram compensadas, de alguma maneira, com intensa propaganda do governo (TASCHNER, 1992).

A referida autora acrescenta que entre 1968 e 1973, enquanto a economia do Brasil crescia a uma taxa anual de 11%, o setor de equipamentos eletrônicos se expandia à taxa de 20%. Dessa forma, o desenvolvimento da infra-estrutura de telecomunicações impulsionou a indústria eletrônica que, por sua vez, publicizava no jornal. Eram frequentes nos anos 1970 os anúncios de aparelhos de som, rádio, televisão, videocassetes, entre outros.

Além de um dos principais anunciantes, o Estado também emprestou dinheiro a Frias e Caldeira para o pagamento das dívidas contraídas pela empresa em período anterior. Nesse cenário, o jornal tratou de abdicar de certas liberdades, particularmente a de expressão. A *Folha*, até certo momento, ficou atrelada ao regime em decorrência dessas razões econômico-financeiras.

No período militar, nota-se a existência da censura prévia à imprensa como também o estabelecimento de censores em algumas redações. E ainda os telefonemas que simplesmente proibiam, no dia-a-dia, a divulgação de diversos acontecimentos, inclusive a existência da censura. Para a grande imprensa o período de maiores

restrições foi entre 1969 e 1975 aproximadamente⁶. Tudo isso, somado ao regime de concessões, sob os quais operavam no Brasil a TV e o rádio, daria ao Estado um amplo controle sobre o conteúdo das mensagens dos meios de comunicação de massas. Contudo, não temos aqui a pretensão de esgotar o assunto⁷.

Taschner (1992) revela que a *Folha de S. Paulo* acatou e lutou pouco contra a censura. Segundo a autora, inclusive, o impresso paulista praticamente não havia sofrido censura, enquanto outros jornais, como o *Estado de S. Paulo*, enfrentaram a censura e tiveram, até mesmo, censores na redação. Isto não significou, entretanto, que os jornalistas não tivessem lutado contra a censura e o autoritarismo.

Conforme demonstram Mota e Capelato (1981), a *Folha de S. Paulo* trabalhava em *low profile*⁸, mas assim mesmo era vista com desconfiança pelo governo Médici (1969-1973). Deve-se mencionar que para esses autores o matutino paulista não agradava a “gregos nem a troianos”. Não obstante, essa postura provocou uma série de atentados contra veículos de entrega de jornais da *Folha* no início dos anos 1970, que foram incendiados por grupos de extrema esquerda que faziam resistência à ditadura militar (GASPARI, 2002).

De acordo com Taschner (1992, p. 120), a partir da distensão política, iniciada em 1975, no governo Geisel (1974-1978), seria suspensa a censura prévia sobre a grande imprensa. A *Folha* nessa época já havia pagado suas dívidas. Então, o impresso começou, “numa política de avanços e recuos a assumir uma postura mais crítica e menos omissa”.

Taschner (1992) ainda esclarece que a partir de 1975 os diretores da *Folha de S. Paulo* perceberam que o impresso precisava de uma imagem mais definida. Nesse sentido, o jornal reformulou sua linha editorial e, com isso, passou a assumir uma posição mais para a esquerda, não no sentido de se tornar socialista, mas no de passar a defender, primeiro timidamente e depois com mais ousadia, o liberalismo e a redemocratização do regime político. Apesar de todos os seus cuidados, o matutino teve uma colisão com o regime em 1977 a ponto de seus proprietários, Frias e Caldeira, receberem ameaça de suspensão do jornal, que na prática equivaleria ao fechamento do

⁶ Ver *Folha de S. Paulo* de 05.03.1978, “Dossiê censura”.

⁷ Ver Ribeiro (2007), Cap. 1.

⁸ O período entre os anos de 1971 e 1974 foi chamado por Mota e Capelato (1981) de período *low profile*. Significa que a FSP noticiava os fatos, mas com certo distanciamento. Porém, do ano de 1975 em diante a *Folha* caminhou para a esquerda, esposando teses redemocratizantes.

mesmo. Com essa linha mais independente iniciada pela *Folha*, portanto, agravaram-se as relações do diário paulista com o governo militar.

A ascensão de uma redação renovada e engajada com a presença de nomes como os de Cláudio Abramo, Bóris Casoy, Clóvis Rossi, Jânio de Freitas e Alberto Dines⁹ acabou mudando a linha editorial do impresso paulista, à medida que trouxe gradativamente uma postura mais opinativa rumo ao processo de renovação política e naquilo que foi se consolidando a marca registrada da *Folha de S. Paulo*: a “defesa da cidadania” através do “liberalismo democrático”, frente ao totalitarismo, seja de direita ou de esquerda (MELO, 2009, p. 27).

A partir de então, os editoriais, que haviam sido suspensos, voltaram às páginas do periódico. Os jornalistas citados vêm o efeito dessa reestruturação na criação da seção “Tendências e Debates” no Caderno Opinião, na página 3. Trata-se de espaço opinativo que pretendeu “acolher as opiniões da sociedade civil”. É, sobretudo, a partir desse período, que a *Folha de S. Paulo* chegou a colocar-se na vanguarda dos meios de comunicação de massa, na defesa dos movimentos redemocratizantes, atingindo seu ápice, no apoio imediato e constante às matérias cobrindo o movimento pelas “Diretas Já” (MOTA e CAPELATO, 1981, p. 237).

⁹ Não nos cabe aqui relatar a influência de cada um desses jornalistas na FSP, porém, cumpre salientar o papel que os jornalistas Cláudio Abramo e Alberto Dines desempenharam no impresso paulista. Abramo, autodidata, foi responsável por reformas que modernizaram os dois principais jornais de São Paulo, primeiro *O Estado de S. Paulo*, depois a *Folha*. Na *Folha*, Abramo trabalhou de 1964 até a morte em 1987, interrompendo sua colaboração apenas por um breve período de tempo ao final da década de 1970, quando trabalhou na criação do efêmero “Jornal da República”. Voltou como correspondente em Londres e depois Paris, de onde veio ao Brasil para se transformar em um dos mais prestigiados comentaristas políticos do País, assinando a coluna “São Paulo”, na segunda página do jornal. No diário paulista foi chefe de reportagem, secretário-geral, diretor de Redação, coordenador do Conselho Editorial, além de correspondente e analista político. Sob sua gestão, a FSP alcançou destaque na imprensa brasileira e crescimento de vendas. Com a abertura política do regime militar, sob a orientação de Octavio Frias de Oliveira, Abramo comandou a mudança do perfil da *Folha*, com ênfase nos textos de opinião e com a contratação de jornalistas notáveis – vieram para o jornal nessa época Paulo Francis, Alberto Dines, Mino Carta, Tarso de Castro, Samuel Wainer, Osvaldo Peralva, Luiz Alberto Bahia e Newton Rodrigues, entre outros. É de Abramo também a concepção plástica das páginas 2 e 3 da *Folha*, dedicadas à opinião e abertas aos debates dos temas nacionais. Alberto Dines, jornalista de renome, foi editor-chefe do “Jornal do Brasil”, era professor da Faculdade de Comunicação da PUC do Rio de Janeiro e havia passado dois anos como professor convidado na Columbia University, em Nova York. Dines assinou a coluna dominical “Jornal dos Jornais” que foi publicada pela FSP entre julho de 1975 e setembro de 1977. A coluna destinava-se a comentar a semana da imprensa e temas relativos aos meios de comunicação. Era um dos frutos dos primeiros momentos da “distensão” política do regime militar. Os vaivens da abertura política “lenta, gradual e segura” acabaram, contudo, provocando a interrupção da coluna. Naquele momento, Dines, em certo sentido, antecipou a função que o jornal, anos mais tarde, sistematizaria na figura do *ombudsman* – defensor do leitor, crítico do jornal e dos meios de comunicação (DINES, 1991).

Na década de 1980, o jornal foi pioneiro no Brasil na instalação de computadores e informatização da redação. Também no final da década de 1990, o impresso paulista ousou ao contratar um *ombudsman*, uma espécie de ouvidor que anotava as críticas e opiniões dos leitores e tinha e ainda tem a independência de criticar matérias e reportagens do jornal com imparcialidade, sem represálias. O formato era tão pioneiro e revolucionário para a época que provocou muitos conflitos entre o então ombudsman Caio Túlio Costa e o articulista Paulo Francis, expostos numa série de artigos, até que Caio Costa acabou se mudando para o concorrente *O Estado de S. Paulo* (MOTA e CAPELATO, 1981).

Ainda Mota e Capelato (1981) afirmam que desde a década de 1980, a *Folha* também foi pioneira na adoção de infográficos e quadros que explicam, de maneira didática, os detalhes das principais notícias e o contexto das mesmas. No início da década de 1990, o impresso paulista começou a investir na criação de novos produtos e suplementos dentro do jornal, como a *Revista da Folha*, o caderno *Folhateen* e a *TV Folha*. Tendo como aliada uma grande campanha publicitária, em que o próprio diretor de redação Matinas Suzuki Jr aparecia na TV anunciando as novidades do jornal, a *Folha* passou a liderar as vendas em São Paulo, superando *O Estado de S. Paulo*.

A reforma gráfica em meados da década de 1990 e o lançamento de brindes como o *Atlas da Folha* e dicionários reforçaram a liderança na época. Em outubro de 1996, a venda avulsa de uma edição dominical da *Folha* chegava a 489 mil exemplares. Porém, pouco mais de uma década depois, o cenário era completamente adverso. Dados do Instituto Verificador de Circulação (IVC) mostram que a *Folha* fechou o primeiro trimestre de 2009 com média diária de 298.351, enquanto que no começo de 2000, essa média era de 429.476. Houve também queda nas vendas avulsas. O jornal vendeu em média 21.849 exemplares em todo o território nacional entre janeiro e setembro de 2009, sendo hoje o vigésimo quarto jornal em vendas avulsas, atrás dos concorrentes *O Globo* (15º) e *O Estado de São Paulo* (19º).

1.2 Por dentro do jornal: características da *Folha de São Paulo*

Durante o levantamento de dados na FSP em busca de notícias sobre a Lei 5.692/71, durante os anos de 1971 a 1982, algumas peculiaridades desse jornal merecem ser arroladas. Além das bibliografias de apoio sobre a história do jornal, como os estudos de Maria Helena Capelato e Carlos Guilherme Mota e Gisela Taschner que nos

possibilitaram compreender melhor aquele impresso, o manuseio do jornal também nos forneceu elementos importantes com vista à identificação de algumas características da *Folha de S. Paulo*.

Em relação ao período pesquisado, observa-se que de 1971 a 1977 o Editor/Presidente e também Chefe do jornal era Octávio Frias de Oliveira. A partir de 1978 o Editor Responsável pelo impresso foi o jornalista Bóris Casoy. No cabeçalho da *Folha* o slogan “Um jornal a serviço do Brasil” revela, num primeiro momento e especialmente na década de 1970, o caráter educativo do jornal no sentido de veicular idéias e valores à medida que o diário paulista tem a intenção de disponibilizar a informação aos seus leitores, assim como contribuir, através de suas notícias e editoriais, para o desenvolvimento do País no que se refere ao avanço científico e tecnológico, à contenção de problemas como o analfabetismo, a proliferação de doenças e a fome, bem como possibilitar a formação do cidadão consciente.

O jornal era vendido em bancas e por assinaturas. Em relação ao preço do impresso distribuído na Capital e no Interior de São Paulo¹⁰ durante os anos 1970 notamos as consequências da inflação econômica que o Brasil vivia naquele período, uma vez que no ano de 1971 o valor de um exemplar avulso da *Folha* era de Cr\$ 0,50 e no início da década de 1980 chegou a custar Cr\$ 40,00. O valor da assinatura semestral era de Cr\$ 75,00 em 06 de fevereiro de 1972, sendo que a mesma assinatura semestral da FSP custava Cr\$ 11.500,00 em 08 de dezembro de 1982.

Nos primeiros anos do período em foco, em sua diagramação, a *Folha* não era dividida por cadernos, ou melhor, aos domingos aparecia o número do caderno, mas não a sua denominação, as páginas eram apenas numeradas e as notícias encontravam-se dispersas pelo impresso. As denominações dos primeiros cadernos da *Folha*¹¹ foram: Folha Ilustrada, Turismo, Folha Feminina e Vida Social. De 1971 a 1973, como não havia divisões por cadernos, com exceção do caderno de Turismo e Folha Ilustrada, a

¹⁰ O jornal FSP era vendido diariamente, em 1972, nas regiões de São Paulo, Ceará, Piauí, Maranhão, Pará, Amazonas, Alagoas, Sergipe, Bahia, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Goiás, Santa Catarina e Brasília. Em 1982, o diário paulista era vendido por todo o Brasil. Contudo, o valor do impresso nos demais estados da federação era maior que no estado de São Paulo.

¹¹ Às sextas-feiras o caderno de Turismo já era denominado como tal. No 3º ou 5º Caderno de Domingo havia a seção **Folha Feminina**. A partir de agosto de 1971 aparece no 6º Caderno a seção com titulação **Vida Social**. Em abril de 1972 aparece os Cadernos de **Esportes** (2º Caderno) e **Economia** (3º Caderno). O Caderno de **Educação** aparece no dia 24 de maio de 1972. Em 22 de junho de 1972 aparece a seção intitulada **Polícia**.

opinião dos leitores aparecia em um quadro intitulado “Cartas à Redação”, presente, geralmente, na 6ª página do jornal. Aos domingos, as notícias sobre Educação encontravam-se no 2º Caderno.

Em 1972 despontam nas páginas do impresso os Cadernos: Exterior, Nacional, Local, Educação, Interior, Necrologia, Economia e Esportes, lembrando que já existia a titulação dos cadernos Folha Ilustrada, Folha Feminina Turismo e Vida Social. Até então, as notícias sobre o tema do ensino achavam-se na *Folha* sem caderno definido. Com a inserção dos novos cadernos ocorreram algumas mudanças na localização de notícias e/ou editoriais, como a seção “Cartas à Redação” que permaneceu na 6ª página, mas agora inserida no Caderno Nacional. Aos sábados havia o Caderno Agricultura e/ou Agropecuária, permanecendo aos domingos o Caderno de Domingo e a Folha Feminina, assim como às sextas-feiras o Caderno de Turismo. Além disso, encontrou-se a Coluna Social de Tavares de Miranda e Folha Ilustrada, publicada diariamente. Em dezembro de 1973 surgem os suplementos infantis da *Folha* com histórias em quadrinhos coloridas sob a titulação de *Folhinha de S. Paulo*: “um jornal a serviço a criança”.

Com a existência agora de um caderno para agrupar notícias sobre Educação¹², verifica-se um aumento no número de notícias sobre o tema. Escreveram artigos e assinaram notícias sobre Educação no jornal *Folha de S. Paulo*, no período estudado, professores, estudiosos e jornalistas como J. Penteado¹³, Antonio Carlos Escudero, Nelio Lima, Perseu Abramo, Dante Moreira Leite, Nadia Franco da Cunha, Irving Grunwildt, Irede Cardoso, Dulce Whitaker, Miguel Reale, Ailton Santos, Gioconda

¹² Na seção de Educação observa-se nesse período muitos anúncios e propagandas de Cursos para o Exame de Madureza. Assim como também encontramos misturadas com as notícias sobre Educação notícias sobre menores delinquentes, jovens e o uso de drogas, saúde das crianças, mortalidade infantil e alimentação, o problema da fome, merenda escolar e direitos da criança. No Caderno de Educação existia no período de 1971 a 1974 uma seção intitulada “Diálogo” que debatia sobre temas educacionais, porém não era assinada. Nessa mesma seção também eram publicadas cartas de leitores que encaminhavam correspondência para “Diálogo”/Seção de Educação. Não era um editorial diário, mas também não tinha dia específico para ser publicado no jornal. Em 1974 verificamos no Caderno de Educação uma coluna intitulada “Estante de Consulta”, publicada geralmente aos domingos, onde a colunista Beatriz Silva Ferreira escrevia textos acadêmicos sobre temas educacionais, respondia questões de leitores e, até mesmo, fazia indicações bibliográficas a pedido de leitores que se identificavam como professores ou interessados nos assuntos educacionais. Havia uma publicação diária do “Expediente da Educação” com informes e datas de todos os eventos, provas e concursos da área educacional.

¹³ J. Penteado escreveu artigos sobre o tema da educação nos primeiros anos da década de 1970. Era professor universitário, tradutor, escreveu um trabalho sobre Rui Barbosa, entre outros. Era um intelectual, mas não de tanta relevância nas pesquisas educacionais como os especialistas em educação da Universidade de São Paulo.

Guedes, Thereza Martins, entre outros. Contudo, destacamos o professor Perseu Abramo¹⁴ que escreveu os editoriais sobre Educação durante os anos de 1972 a 1979.

No período analisado nota-se nas notícias da *Folha*, a defesa do jornal pelo “interesse público”: defesa dos direitos de cidadania, como o direito à liberdade, à propriedade, à educação, à saúde, à moradia, direito ao trabalho, à expressão etc. Havia, especialmente entre os anos 1971 e 1974, propagandas governamentais atentando para o problema da fome no País, inclusive, com incentivos e investimentos na merenda escolar, bem como foram notáveis os incentivos do governo e do jornal na Campanha do Agasalho com *slogans* do tipo: “Não deixe ninguém morrer de frio”. O jornal evidenciava diariamente ainda os acidentes de trânsito, principalmente com morte por atropelamento e, com isso, alertava motoristas e pais sobre o perigo do trânsito.

Entre os anunciantes que destinaram parte significativa de suas verbas para o impresso na década de 1970, destacam-se as propagandas da indústria automobilística; dos bancos, sociedades imobiliárias, principalmente com anúncios de apartamentos e salas para escritório, agências de viagens; faculdades particulares; cursinhos pré-vestibular; cursos supletivos privados; lojas de material para construção; lojas de departamentos com a publicidade de artigos eletro-eletrônicos, móveis e vestimentas, como, por exemplo, a loja *Mappin*. Isto sugere que, embora o jornal não fosse, obviamente, um produto durável, ele se beneficiou diretamente do padrão de acumulação de capital que prevaleceu nos anos de 1970, particularmente após o início do chamado “milagre econômico”.

¹⁴ Perseu Abramo foi jornalista e sociólogo, nasceu em São Paulo em 1929. Iniciou sua atividade jornalística em 1946, tendo atuado no *Jornal de São Paulo*, na *Folha Socialista*, no jornal *A Hora*, em *O Estado de S. Paulo*, na *Folha de S. Paulo*, no *Jornal dos Trabalhadores* e no *Boletim Nacional* do Partido dos Trabalhadores (PT), entre outros. Foi professor de sociologia na Universidade de Brasília (UnB) e na Universidade Federal da Bahia (UFBA), e professor de jornalismo durante 15 anos na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), de 1981 até sua morte, em 1996. Teve importante participação no Sindicato dos Jornalistas de São Paulo e no Comitê Brasileiro de Anistia. Foi um dos fundadores do PT e seu dirigente durante 16 anos, exercendo, entre outras, as funções de secretário nacional de Imprensa e Propaganda e de Formação Política. Faleceu em São Paulo, em 6 de março de 1996, aos 66 anos. O jornalista Perseu Abramo participou ativamente da greve da categoria em 1979, quando era editor da *Folha*, foi demitido pelo jornal (juntamente com centenas de profissionais castigados pelo patronato) e acompanhou – criticamente – o nascimento e a implementação do Projeto Folha, que transformou o antigo jornal da família Frias numa empresa dirigida apenas por manuais e “decretos” (ABRAMO, 2003, p. 17). Inicialmente, o editorial sobre Educação do professor Perseu aparecia aos domingos e, posteriormente, sem dia definido podendo aparecer até três vezes por semana. O editorial redigido por Perseu Abramo teve início em abril de 1972 e deixou de ser publicado no jornal no ano de 1979, com a demissão desse editorialista da *Folha*.



Figura 01 – Anúncio de sala para escritório em 03.06.1971



Figura 02 – Anúncio da Volkswagen em 20.04.1975

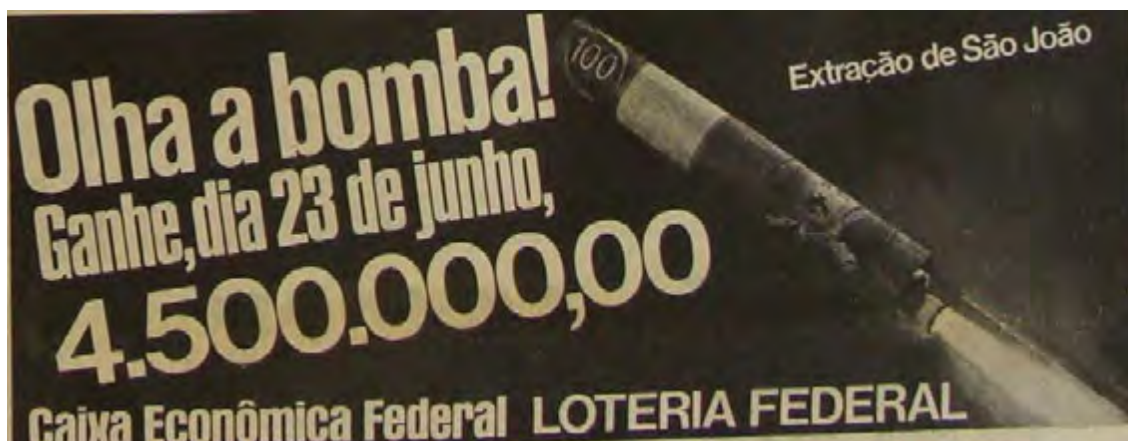


Figura 03 – Anúncio da Loteria Federal de 03.06.1971

Telesp chamando.

Veja nesta relação se é com você que ela quer falar.

PROMITENTE	INSCRIÇÃO	PROMITENTE	INSCRIÇÃO
Andre Carrazzone Filho	3025071	José Cardozo Mendes	1082809
Antonietta G. Sorniani	2434652	José da Costa da Cunha	6985211
Antonio Brito Vieira	6060102	Luiz Carlos Gilardi Falaschi	4024826
Bom Preço Móveis e		Marcello Freire	6054269
Utilidades Domésticas S/A	3157555	Marco Antonio Michaluate	7238355
Djalma Mendes de Souza	6060943	Maria Carmen Kords	6476082
Etelvino de Matos Canhoto	8064431	Maria Sebastiana de	
Fasa - Fósforo da		Oliveira Correa	7323042
Amazônia S/A	3350215	Mario Luiz Contarelli	
Feres Soubhia	6465315	Seixas	7336373
Geraldo Gomes Correa	8466920	Mario Pinto Duraes	6375979
Gerson Zalberg	8082170	Maximo Katuhiro Senday	8020078
Hardi Soligo Potting	3400646	Miriam Margarida Martire	7682379
Hermenegildo das Dores		Moretti Com. de Tintas	
e Silva	6395465	e Vern. Ltda	6112404
Impressora e Colocadora de		Otilia Luiza Goldmann	6361293
Papéis Ltda	3346269	Paulo Sergio N. Souza	
Ind. Com. de Materiais para		Rodrigues	6743706
Construções Leal Ltda	7277326	Super Mercado Temprego	
Insebol - Ind. Com. Óleos e		Ltda	4251954
Graxas S/A	2363178	Sydnei Martins Farrajota	5026660
Joel Buchalla	7280416	Wanderley Sola	8553459

As pessoas e empresas acima relacionadas inscritas no Plano de Expansão, devem comparecer à Rua Sete de Abril, nº 309 - térreo - guichês 17 e 18 munidas do carnê de pagamentos, para tratarem de assunto de seu interesse.



TELESP
TELECOMUNICAÇÕES
DE SÃO PAULO S.A.
CAPITAL: R\$ 1.000.000.000

Figura 04 – Propaganda da Telesp de 04.03.1976

ESCOLHA UMA DE NOSSAS 8 LOJAS PARA A COMPRA DE SEUS MOVEIS
Somos fabricantes POR ISSO, VENDEMOS SÓ MÓVEIS

DORMITÓRIO EM CAVIUNA.
5 Peças de 1.950,00
por **1.525,00**
ou 129,00 mensais

MESA ELÁSTICA DE FÓRMICA E 4 CADEIRAS
de 635,00 por **489,00**
Cores alegres e quentes.
ou 42,00 mensais

BELICHE em imbuia. Super resistente
de 400,00 por **275,00**

COLCHAO DE SOLTEIRO em espuma
de 120,00 por **85,00**

CONJUNTO ESTOFADO MARIA-MOLE em curvim,
diversas cores. Estrutura sólida
de 1.475,00 por **1.135,00**
ou 97,00 mensais.

ESTANTE DIVISIONAL em caviuna, com bar e bufet
de 1.350,00 por **1.079,00**
ou 89,00 mensais.

CONSULTE NOSSOS PLANOS DE CREDIÁRIO
ATENDEMOS ATÉ AS 22 HORAS

CLAMOI FABRICA DE MÓVEIS CLAMOI
R. MANOEL PRETO, 375 - SOCORRO - S. AMARO - SP
DISPACHAMOS PARA TODO O BRASIL - RESERVAMOS SEUS MÓVEIS SEM ACRÉSCIMO

Figura 05 – Anúncio de loja de móveis em 20.04.1975

MERCEDINHO, ESTÁ NA HORA DO SEU ÓLEO.

O Mercedinho, L-600 D, como todo veículo bem comportado, para no posto para tomar sua dose de óleo Diesel.

Só que com menos frequência do que qualquer outro na sua classe.

Seu motor, o OM-314 Diesel, leve, econômico, de injeção direta, projetado especialmente para ele, é capaz de fazer o trabalho de gente grande com um consumo de combustível deste tamanho.

Por isso, o Mercedinho é o melhor investimento leve movido a Diesel no mundo. Tanto que quando ele para para abastecer, com toneladas de carga em cima, o pessoal aproveita para fazer aquele popo com o motorista. Porque a próxima visita vai demorar muito mais do que o dono do posto gostaria.



Figura 06 – Propaganda de indústria automobilística de 22.08.1972

VESTIBULARES - Santo André

INSTITUTO UNIVERSITARIO DO GRANDE ABC
(IUGRAN) Decreto 89.913 - 11-1-72

CIENCIAS CONTABEIS ESTUDOS SOCIAIS

INSCRIÇÕES ABERTAS - EXAMES UNIFICADOS
Exames dia 20-2-72 - 9 horas

Rua Delfim Moreira, 40 (a 200 metros da E.F.S.J.) - prédio do Colégio "Santo André" - Telefone 44-7606 (107)

COLEGIO SÃO JOÃO

Av. Celso Garcia, 629 — Tels.: 93-3805 e 93-3088



Tendo em vista o CONVENIO com o ESTADO, as MENSALIDADES para 1972, serão as seguintes:

CURSO PRIMARIO: Cr\$ 15,00 todas as series
CURSO GINASIAL: Cr\$ 35,00 todas as series
CURSO COLEGIAL: Cr\$ 55,00 todas as series

ESCOLA DE MEDICINA DA FUNDAÇÃO SOUZA MARQUES

CONCURSO VESTIBULAR PARA 192 VAGAS

Inscrição até o dia 5 de fevereiro, das 9 às 16 horas, na Secretaria da Escola — Rua do Catete, n.º 6 — Rio de Janeiro — Estado da Guanabara.
DIA DA PROVA: 10 de fevereiro
LOCAL: Estádio do Maracanã, às 8 horas.
DOCUMENTOS: Carteira de Identidade com fotocópia; 2 retratos 3x4 e Recibo do depósito da Taxa de Inscrição (120,00), depositada em qualquer agência no BANCO HALLES — Rio de Janeiro — Estado da Guanabara — em nome da Fundação Técnico-Educacional Souza Marques.



FACULDADES ASSOCIADAS DO IPIRANGA

inscrições abertas até 5-2-72

LETRAS • HISTÓRIA • FILOSOFIA • PEDAGOGIA • TEOLOGIA

Provas unificadas, em forma de testes, dia 6/02/72

Disciplinas: Português, Inglês ou Francês e Conhecimentos Gerais

Inscrições, programas e informações:
Avenida Nazare, 993 - Tel. 273-4120

Figura 07 – Anúncios de faculdades particulares em 03.02.1972



Fornecer 14 modelos de empilhadeiras Clark, à gasolina, elétricas, ou a gás liquefeito de petróleo, com capacidade de 1.000 a 6.500 Kg. Oferecer a linha completa de guindastes Krahn-Kar, Jones e Galton. Trabalhar com o pequeno prodígio Melroe Bobcat. Limpar muito bem a área com as varredoras Tennant.

Essa movimentação de materiais que a Movitec promove com a máxima qualidade, foi o suficiente para provocar a nossa mudança. Agora estamos na Vila Leopoldina, em frente ao Ciasa, bem maiores, com 5.000 m², e tudo isso realizamos em apenas cinco anos. O pessoal de vendas e a equipe de assistência técnica, todos treinados nas próprias fábricas, também aumentou um bocado. Até o estoque de peças genuínas acompanhou toda essa ampliação. Quem quiser um bom movimento, é só analisar o nosso novo endereço.

O mesmo movimento que fez a Movitec mudar para 5.000 m², pode mexer até com a sua empresa.

A MOVITEC FEZ TANTO MOVIMENTO, QUE ACABOU MUDANDO...

Movitec
MOVIMENTAÇÃO TÉCNICA DE MATERIAIS LTDA.
Rua Jaguaré Norte, 488 Eng. Ar. Dr. Saúde Vitor
Vila Leopoldina - Caixa Postal 32304 - CEP 05318 - São Paulo, SP
Telefones: 268-5920, 268-6471 e 268-8900

Logos: Clark Equipment, Krahn Kar, Tennant, Mules Arados, Bobcat.

Figura 08 – Anúncio de construção civil em 22.08.1972

FRIGIDAIRE

...é no *Mappin*



REFRIGERADOR "FRIGIDAIRE"
(10 pés) 290 litros. Grande capacidade interna. Porta com gaxeta magnética. Congelador horizontal.

MENS. IGUAIS DE ... Cr\$ **58,00**
SEM ENTRADA



LAVADORA "FRIGIDAIRE" FRIGEMÁTICA DE LUXO - Totalmente automática. Lava por agitação e seca por centrifugação. Botão seletor de tempo para lavagem de diversos tipos de roupa.

MENS. IGUAIS DE ... Cr\$ **66,20**
SEM ENTRADA



REFRIGERADOR "FRIGIDAIRE"
(8 pés) 230 litros de aproveitamento interno. Um frio para cada tipo de conserva. Várias cores.

MENS. IGUAIS DE ... Cr\$ **45,20**
SEM ENTRADA

SEU CRÉDITO AGORA É AUTOMÁTICO! EXPERIMENTE E VERÁ!

Figura 09 – Propaganda de eletrodomésticos da Loja Mappin de 17.09.1972



Figura 10 – Anúncio do Banespa em 10.10.1972



Figura 11 – Propaganda de indústria do tabaco de 19.09.1972

uma palavra basta para você escolher o melhor TV em CORES:

Diga Philco!
Porque quando você escolhe TV em Cores Philco, você está comprando a Marca que introduziu a TV em Cores no Mundo!

A Marca de maior experiência - 17 anos de produção, 3 vezes mais do que qualquer fabricante europeu.

A única com Qualidade Multi-Controlada: todos os componentes inspecionados 5 vezes antes de serem montados, todos os televisores inspecionados 4 vezes e testados por até 48 horas de funcionamento ininterrupto.

Diga Philco!
E você está comprando o TV em Cores com o maior índice de automação avançada pela eletrônica mundial!

Um TV em Cores com imagem sempre nítida, real como a própria vida.

Diga Philco, o TV em Cores que compramos qualidade antes de comprar.

ISTO É AUTOMATISMO PHILCO!

A sua operação automaticamente a imagem do objeto, mesmo que esteja a 100 m de distância. O Sistema Automático de Cor ajusta automaticamente as cores sempre corretas.

A imagem não varia, não muda, não se desloca. Mantém a harmonia perfeita, imagem sempre nítida.

Não necessitam ser trocados e não há desgaste. Automático de Cor evita interferência indesejada, sem necessidade de ajustes manuais.

É este que a indústria filipina, a Circuitos Automáticos de Desempenho, já ganhou o prêmio das cores, porque não qualquer interferência prejudicial.

De objeto de referência, até como a sua própria e para não necessitar qualquer ajuste manual, mesmo por 100.000 horas de uso, o mesmo sistema mantém a imagem sempre nítida, mesmo de 100.000 horas de funcionamento.

O seu TV em Cores Philco, além de excelente qualidade, possui também de 100.000 horas de funcionamento, sem qualquer necessidade de manutenção.

E AINDA TEM MAIS:

- Filtro de radiação luminosa: de 100 a 140 volts e de 100 a 200 volts, sempre de qualidade, de 100.000 horas de funcionamento.
- Sistema de auto-teste, controlado automaticamente por um sistema de auto-teste.
- Indicador de tensão luminosa, digital, com controle automático.
- Sistema de auto-teste, controlado automaticamente por um sistema de auto-teste.
- Indicador de tensão luminosa, digital, com controle automático.

PHILCO



COR é PHILCO

Diga Philco - também em branco e preto o Televisor mais vendido no Brasil - 1.200.000 aparelhos!

PHILCO

Figura 12 – Anúncio de eletrônico em 05.09.1972

Segundo Taschner (1992), a definição da quantidade de páginas da *Folha de S. Paulo* era organizada conforme a maneira pela qual se relacionava a matéria editorial, a publicidade e as cotas de papel das redações. À priori a publicidade determinava o espaço das notícias. Desse modo, o espaço que sobrava do utilizado pela publicidade era distribuído entre as editorias, em proporções variáveis em função da importância relativa de cada matéria no conjunto das existentes para determinado dia.

Com a mudança administrativa da *Folha*, especificamente com a substituição de seu editor-chefe, que até 1978 era o próprio presidente do jornal Octávio Frias de Oliveira e a partir de 1978 passou a ser o jornalista Boris Casoy, observa-se também uma mudança nas características do jornal no que se refere aos assuntos educacionais. Pode-se dizer que houve uma diminuição na publicação de notícias sobre educação. Durante a chefia de Octávio Frias o jornal colocava em evidência os debates sobre o ensino no País, devido à grande quantidade de publicações e propagandas sobre o tema. Noticiava-se sobre todo e qualquer assunto que dizia respeito à educação da criança e do adolescente chegando a ocupar cerca de quatro páginas no jornal. Após 1977 identifica-se uma mudança na vertente do mesmo principalmente no que se refere à publicidade sobre educação, fato que pode ser atribuído a coalizão do jornal com o regime militar. Publicava-se apenas o necessário para manter os leitores informados sobre os assuntos do ensino. Nesse momento, o Caderno de Educação ocupava, em média, uma ou duas folhas do impresso paulista. O espaço sobre educação na FSP era ocupado por notícias, artigos, editoriais, publicação dos expedientes da educação e propagandas. Às vezes as páginas da Educação eram divididas com a seção de Necrologia e com a listagem das farmácias de plantão. De modo geral, o Caderno Educação aparecia após o Local e anterior ao de Economia.

Tomando-se como exemplo uma edição dominical da *Folha de S. Paulo* do ano de 1978, temos a estrutura dos cadernos do jornal assim configurada:

1º Caderno composto por: 1- Opinião (Editoriais do jornal – assinados, não assinados ou com as iniciais do autor), no qual estavam inseridas as seções: 1.1 - Painel, 1.2 - Contraponto (Editorial assinado por Sebastião Nery), 1.3 - A Palavra do Leitor (Seção de Opinião – opinião de leitores enviadas por cartas à redação do jornal), 1.4 - Tendências e Debates¹⁵ (Editoriais assinados por jornalistas, professores, intelectuais,

¹⁵ Destacam-se os seguintes colaboradores do jornal que escreviam textos para a seção “Tendências e Debates” do Caderno de Opinião da *Folha*: José Serra, Luiz Carlos Mendonça de Barros, Fernando

acadêmicos, políticos, entre outros), 1.5 – Charges, e 1.6 - Quadro de informações a respeito da organização administrativa do jornal, divisões e subdivisões das sedes jornalísticas (Sucursais), informações sobre assinaturas e tiragem do jornal; e 2 – Nacional.

2º Caderno: 2 - Nacional; e 3 – Exterior.

3º Caderno: 4 - Local; 5 - Educação, 6 - Necrologia (Em 1980, a seção Necrologia era dividida com a Policial); e 7 – Interior.

4º Caderno: 8 – Economia; 9 – Esportes; e 10 – Turfe.

5º Caderno: 11 – Folha Ilustrada, caderno noticioso e de variedade, na qual estava inserida a Coluna Social por Tavares de Miranda.

Vale lembrar que o jornal era dividido por cadernos numerados apenas aos domingos, sendo que nos dias úteis apareciam apenas as denominações dos cadernos e seções. Às sextas-feiras, após o caderno de notícias Local seguia o Caderno de Turismo. Às quartas-feiras identifica-se a presença da seção de Transportes após o Caderno de Educação e aos sábados o caderno intitulado Folha Agrícola ou Agricultura.

Em 1979 surgem as seções de Saúde, Ecologia, Geral, Economia/Trabalho, Polícia, Menores, Religião, Cidades e Previdência. Aos sábados: Folha Agrícola, Agropecuária, Mercados e Agropecuária. Em 1980 registram-se as seções intituladas Funcionalismo, Local/Saneamento, Folhetim aos domingos, Poluição aos domingos. A partir de 1981 surge o Caderno Especial.

A partir de 1978, aos sábados, observa-se uma página no Caderno de Educação sobre “Ciência e Tecnologia”. Na seção “Cartas à Redação”, inserida na página 6 do jornal, eram publicadas as cartas dos leitores, que freqüentemente se referiam às questões educacionais. As cartas manifestavam as opiniões acerca das modificações na rede de ensino e na SEE/SP, conforme as determinações do projeto de implantação da Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus Lei nº 5.692/71, bem como as nomeações de

Henrique Cardoso, Janio Quadros, Eduardo Portella, Marilena Chauí, Maurício Tragtemberg, Dulce Whitaker, Alceu Amoroso Lima – com o pseudônimo Tristão de Athayde –, José Carlos Azevedo, Paulo de Tarso Santos, Jorge Boaventura, Rogério C. de Cerqueira Leite, Miguel Reale, Claudio Lombo, J. A. Guilhon Albuquerque, Carlos Gentile de Melo, Newton Rodrigues, Gilberto Freyre, Jarbas Passarinho, Roque Aparecido da Silva, Paul-Eugène Charbonneau, Ary Silvério, Ricardo Antunes, Sérgio Mascarenhas e Marta Suplicy. Esses editoriais discursavam, de modo geral, sobre temas como a crise do ensino, em especial a crise das Universidades; Educação e Desenvolvimento; planejamento familiar; ensino pago; desenvolvimento científico e tecnológico, entre outros.

diretores e professores, aposentadoria de diretores, professores e funcionários da escola, aulas excedentes e reivindicações diversas.

Entre os anos de 1971 a 1978, as notícias educacionais mais recorrentes na FSP eram: Formulação sobre a nova Lei do ensino que reestruturaria os ensinos de 1º e 2º Graus, a Lei nº 5.692/71; Planejamento inicial sobre a implantação da L.F. 5.692/71 e esclarecimentos do Ministro Jarbas Passarinho sobre a Reforma do ensino; Reestruturação administrativa da SEE/SP; Ensino a Distância – Projetos de Teleducção do governo federal, como: Projeto Saci, Projeto Minerva, entre outros; Projeto Rondon; Mobral; Ensino Supletivo; Discussões acerca da elaboração de um Estatuto para o Magistério; Vestibulares; Implantação da Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus Lei nº 5.692/71 no Estado de São Paulo; Reestruturação da Rede Física; Remanejamento de alunos, professores e diretores; Construções Escolares; mudança curricular no ensino de 1º e 2º Graus; Expansão do Ensino Superior.

Em 1979, a *Folha* noticiava de forma recorrente sobre as greves de professores e alunos de todos os níveis do ensino e sobre as eleições na UNE.

A partir de 1979-80 nota-se um maior número de artigos assinados no caderno de Educação, enquanto que nos anos anteriores a maior parte dos artigos da *Folha* não tinha a assinatura dos autores.

Entre os anos de 1979 e 1982 os temas educacionais mais freqüentes nas páginas da *Folha* eram: permanecem as notícias sobre os projetos do governo (Projetos de Teleducção; Projeto Rondon; Mobral); Ensino Supletivo; Ensino Superior (Expansão do Ensino Superior; Crise das Universidades; Falta de verbas para a USP; Falência das universidades particulares; Contenção das universidades particulares pelo governo federal; Discussão sobre autonomia universitária); Vestibulares; Ensino Pago; Burocracia na SEE/SP; Formação de Professores (Licenciaturas curtas; “Decadência” do Curso Normal; Reformulação do curso de Pedagogia); Conseqüências do remanejamento de professores; SEE/SP inicia fiscalização nas escolas de 1º e 2º Graus sobre implantação da Lei 5.692/71; Críticas à Lei 5.692/71, especialmente à profissionalização do 2º Grau; Reestruturação do magistério; Integração do 1º Grau; Municipalização da pré-escola; Greves em todos os níveis de ensino com reivindicações sobre salário, formas de contratação, Estatuto do Magistério; Manifestações e lutas de estudantes e professores contra o decreto-lei 477 e outras medidas repressivas do governo autoritário; Aumento das anuidades em todos os níveis do ensino nas

instituições particulares; Debates sobre as mudanças na Lei 5.692/71 (Fim da profissionalização compulsória no 2º Grau).

Como se pode perceber, o jornal abordou todos os aspectos relativos ao ensino básico e superior. Sem pretender esgotar os assuntos do ensino da década de 1970, elege-se para este estudo a análise aprofundada dos discursos encontrados na FSP sobre a repercussão do processo de implantação da Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus Lei nº 5.692/71, especialmente a respeito da reestruturação da rede física e remanejamento de pessoal para o estabelecimento do 1º Grau de oito anos, bem como as mudanças curriculares introduzidas pela Reforma aos ensinos de 1º e 2º Graus.

2 SOB O SIGNO DO PROGRESSO E DA MODERNIZAÇÃO: OS FUNDAMENTOS DA REFORMA EDUCACIONAL/ LEI 5.692/71

Nesse capítulo serão analisadas as modificações advindas com o processo de implementação da Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus Lei nº 5.692/71 e o conseqüente impacto por ela produzido. Desse modo, a análise bibliográfica remonta aos anos 1930 na tentativa de demonstrar a profundidade das mudanças efetivadas a partir da Reforma de 1971 e o que esta Reforma representou para as instituições de ensino e para a sociedade brasileira. Destaca-se, ainda, a LDB 4.024/61, uma vez que esta Lei determinou as finalidades da educação brasileira em vigor até os anos 1980. Contudo, sofreu modificações no que diz respeito ao ensino de 1º e 2º Graus, através da Lei Federal 5.692/71.

2.1 Antecedentes histórico-educacionais à Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus

Ao longo do século XX ocorreram mudanças significativas no âmbito educacional brasileiro mediante a publicação de leis, decretos e reformas. A esse exemplo pode-se citar a Lei Francisco Campos (1931), as Leis Orgânicas do Ensino (1942-1946) até a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases nº 4.024/1961. Conforme demonstram Arelaro, (1988), Schwartzman (1984), Meneses (1999) e Souza (2008), o período entre os anos 1930 e 1960 foi marcado por um ensino extremamente seletivo e dual, à medida que havia a separação entre a escola primária destinada a alfabetizar e formar as massas e a escola secundária e superior direcionada à preparação das elites.

A Reforma Francisco Campos, Decreto nº 19.890 de 18/04/1931, estabeleceu, em nível nacional, o que ficou conhecido como a modernização do ensino secundário brasileiro. Nessa iniciativa, fixou uma série de mecanismos disciplinares tais como o aumento do número de anos do curso secundário e a sua divisão em ciclos, o currículo seriado, a frequência obrigatória às aulas (75%), a imposição de um rigoroso sistema de avaliação dos alunos e a reestruturação do sistema de inspeção federal a partir de princípios pautados na racionalidade e uniformização do sistema de ensino (SOUZA, 2008).

Para Schwartzman (1984), a Lei Francisco Campos de 1931 teve como principal marca a ênfase posta no ensino humanístico de tipo clássico, em detrimento da formação técnica, com o objetivo de “acentuar o caráter cultural do ensino secundário”

de modo que se tornasse um ensino preparador da elite intelectual do País, com sólidos estudos da humanidade clássica, como o latim e o grego. A historiografia da educação brasileira destaca que nas primeiras décadas do século XX a educação secundária manteve-se estruturada sobre os princípios estabelecidos em períodos anteriores (desde o Império), caracterizada por uma desarticulação com o ensino primário e técnico-profissional, por um currículo fundamentado em uma cultura geral com ênfase nas humanidades, por seu caráter propedêutico e pela distinção social em decorrência da pequena oferta de vagas que tornavam os poucos estabelecimentos públicos de ensino secundário existentes no Brasil como escolas de excelência.

A duração do ensino médio era de sete anos subdividido em dois ciclos: o 1º ciclo, com cinco anos de duração, consistia em um ciclo comum fundamental destinado à formação geral do estudante preparando-o para os diferentes setores da atividade nacional. O 2º ciclo, com duração de dois anos, previa certo grau de especialização dividido em três seções, cada uma delas agrupando matérias em conformidade com a orientação profissional de nível universitário que o aluno já deveria optar (Curso Jurídico, Curso de Medicina, Farmácia e Odontologia, Engenharia, Arquitetura e Química Industrial), voltava-se, portanto, para a preparação ao ensino superior (ANCELMO, 2010).

Havia, de fato, uma desarticulação entre o ensino médio secundário com o ensino primário e os outros ramos do ensino médio, de caráter técnico-profissionalizante (curso normal, industrial, comercial e agrícola), uma vez que, ao concluir o ensino primário, como requisito para poder ingressar no nível médio secundário (1ª série do curso ginasial), o estudante deveria prestar e passar no exame de admissão de forma a comprovar satisfatória educação primária.

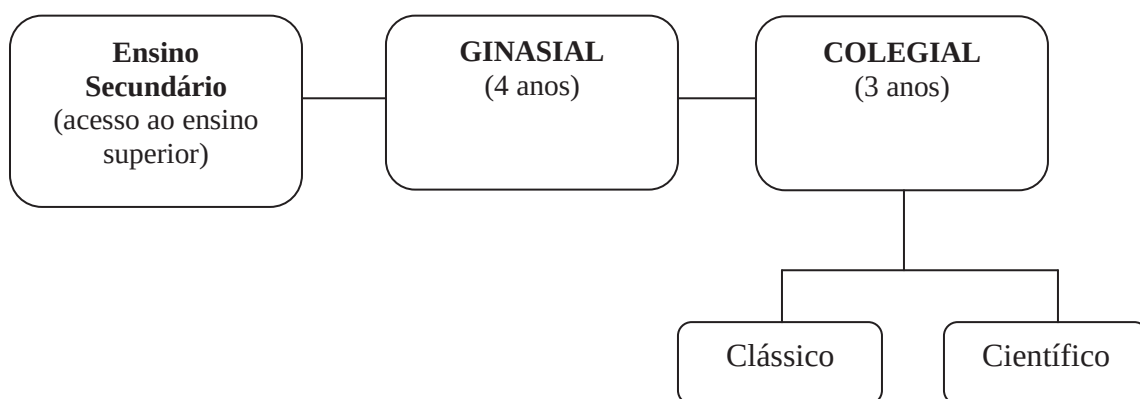
Conforme explicita Piletti (1988), até 1949 o ensino secundário acadêmico era o único que oferecia acesso aos cursos superiores, enquanto os demais cursos do ensino médio (curso normal, industrial, comercial e agrícola) caracterizavam-se pela terminalidade dos estudos. Assim, em relação ao ensino técnico-profissional, a desarticulação era resultante das barreiras historicamente construídas de diferenciação entre esses diferentes ramos do ensino médio, uma vez que o ensino profissionalizante apresentava um caráter assistencialista e de terminalidade dos estudos destinado às camadas populares.

Desse modo, o ensino profissional no Brasil revestiu-se de representações negativas e discriminatórias associadas ao trabalho manual e, por conseguinte, uma barreira social se colocou entre o ensino secundário com ênfase na cultura humanística e o ensino técnico-profissional de caráter utilitário.

Nunes (2000) ressalta que dentre o conjunto de reformas educacionais instituídas pelo ministro da Educação e Saúde do governo Vargas, Gustavo Capanema, as Leis Orgânicas do Ensino, instituídas entre os anos de 1942 e 1946, mantiveram as diferentes finalidades para os ensinos primário, secundário e técnico-profissionalizante. Os sistemas de avaliação do período reforçavam o caráter excludente e seletivo do ensino secundário, através da manutenção do exame de admissão e aprimoramento da rigidez no sistema de avaliação, o que ocasionava uma série de desistências para a continuidade dos estudos. Por essas reformas o ensino secundário objetivava formar no educando uma sólida cultura geral, elevar a consciência patriótica, destacando o papel primordial a ser desempenhado pelas elites dirigentes do País.

As referidas Leis mantiveram, de um lado, o ensino primário e, de outro, a subdivisão do curso secundário em dois ciclos (Organograma 01). O primeiro, denominado ginasial, com duração de quatro anos compreendia a formação geral do educando; o segundo, com duração de três anos, compreendia dois cursos paralelos: o clássico e o científico, com o objetivo de consolidar e aprofundar a educação ministrada no curso ginasial.

Organograma 1 – Estrutura do Ensino Secundário pela Reforma Gustavo Capanema (1942)¹⁶



¹⁶ Paralelo ao ensino secundário os alunos poderiam optar pelo ensino profissionalizante, porém este não lhes possibilitava acesso ao ensino superior e, como já mencionado, tinha caráter de terminalidade dos estudos.

Schwartzman (1984), Souza (2008) e Ancelmo (2010) observam que o Ministro Gustavo Capanema encaminhou as Leis privilegiando para o curso secundário a formação geral desinteressada, atendendo aos interesses dos grupos conservadores. No conjunto das disciplinas propostas para este nível do ensino houve a manutenção de uma educação geral, por meio da valorização das humanidades. Para reforçar o nacionalismo destacou-se no currículo a importância da educação física, do ensino da moral católica e da educação cívica pelo estudo da História e Geografia do Brasil, do canto orfeônico e das festividades cívicas.

2.1.1 A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 4.024/61

O final do governo Juscelino Kubitschek (1956-1960) foi marcado pela discussão sobre a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Essas discussões ocorreram em várias instâncias, uma vez que além do Congresso Nacional, grupos civis também debateram sobre a questão educacional como os órgãos educacionais, sindicais, estudantis, a imprensa e políticos nos comícios da campanha eleitoral de 1960. Ao tomar posse, embora por curto mandato – sete meses –, Jânio Quadros assinou um convênio com a Igreja Católica criando o Movimento de Educação de Base (MEB) através do Decreto nº 50.370, de 21 de março de 1961. Por conseguinte, a história é conhecida: a renúncia de Jânio, a tentativa de golpe dos ministros militares, a conciliação do parlamentarismo e a posse de Jango (CUNHA, 1985).

O debate sobre a LDB de 1961 foi, talvez, a discussão mais longa da questão da educação em nível nacional que já ocorreu no Brasil. Foram 13 anos de discussão no Congresso Nacional, uma vez que começou em 1948 e a Lei apenas foi promulgada em 1961. O debate assumiu um papel questionador até 1964, quando ocorreu o golpe de Estado e com ele o silenciamento da população.

Arelaro (1988), Hilsdorf (2003) e Souza (2008) assinalam que nos anos 1960, após a promulgação da primeira LDB, houve a facilitação dos exames de admissão, a disputa entre centralização x descentralização do ensino e debates sobre a abertura educacional para a iniciativa privada, além de proposições acerca de uma formação técnica e geral. Essa ampliação do acesso ao nível secundário significou, na prática, a facilitação dos exames de admissão, suprimidos legalmente no estado paulista em 1967.

Conforme a historiografia da educação brasileira, as discussões em torno da LDB nº 4.024/61 estabeleceram-se entre os educadores que defendiam a escola pública,

gratuita e laica *versus* os privatistas do ensino (ensino público x ensino particular). Nesta trincheira ficaram os católicos sob a liderança da AEC (Associação de Educação Católica), que apoiou a Campanha de Defesa da Liberdade de Ensino para a iniciativa particular em oposição à Campanha de Defesa da Escola Pública.

No dizer de Cunha (1985, p. 13):

A AEC mobilizou os colégios católicos, os Círculos Operários, a opinião pública conservadora e pressionou o Congresso Nacional. Esta militância católica começou a “rachar” na Juventude Estudantil Católica (JEC) e Juventude Universitária Católica (JUC) face à posição do movimento estudantil em favor da escola pública.

Os defensores da escola pública, por sua vez, mobilizaram a opinião pública progressista e o movimento estudantil e obtiveram apoio dos operários, lembrando que em 1961 ocorreram encontros como o I e II Convenções Operárias em Defesa da Escola Pública realizada em São Paulo pelo Sindicato dos Metalúrgicos.

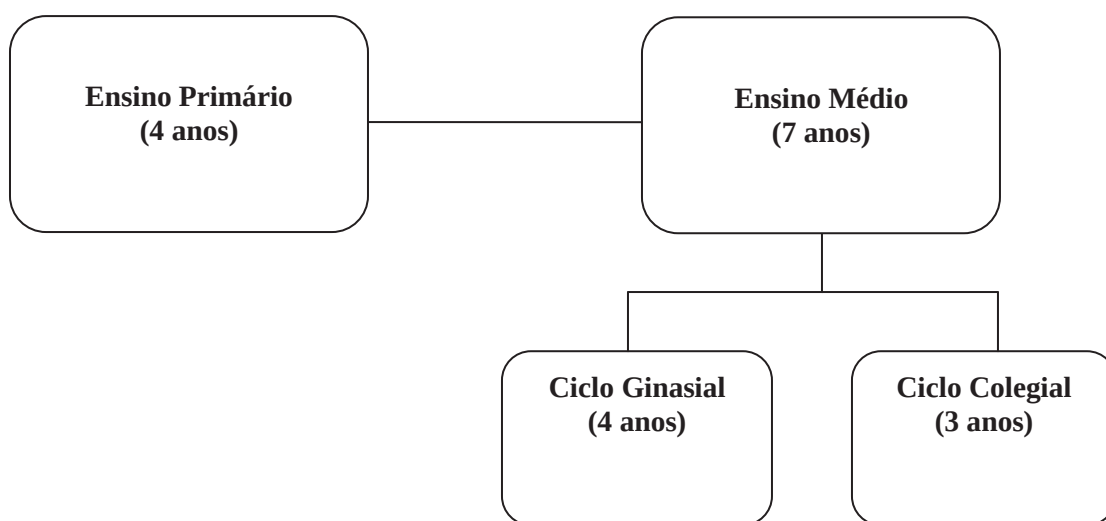
A LDB 4.024/61 terminou sendo uma conciliação dos interesses entre os grupos em disputa. Assim, conforme preconiza o artigo 2º da referida Lei, o ensino no Brasil seria direito tanto do poder público quanto da iniciativa privada. A gratuidade do ensino, prevista pela Constituição de 1946, fica sem explicação. Assim, abriu-se a porta para o financiamento da escola privada pelo Estado. Diante disso, Cunha (1985, p. 14) destaca que “Anísio Teixeira, no seu incurável otimismo, disse que a LDB é uma meia vitória, mas uma vitória”.

Outro ponto de discussão da LDB 4.024/61 foi a centralização *versus* a descentralização do ensino. A esse respeito, ao final do debate, a Lei consagrou a descentralização reservando ao governo federal a fixação de metas e a ação supletiva, financeira e técnica.

Segundo Arelaro (1988) e Souza (2008), a LDB nº 4.024/61 estruturou o ensino da seguinte maneira: o ensino primário com quatro anos de duração com possibilidade de ampliação por mais dois anos. Ao concluir o curso primário, o aluno deveria – até 1967, no Estado de São Paulo – prestar exame de admissão para, assim, ingressar no ensino médio, compreendido pelo curso ginásial de quatro anos, e um prolongamento deste com o curso colegial de três ou quatro anos de duração. O ensino médio (ginásial + colegial) era dividido pelos seguintes ramos do ensino: de um lado, o ensino acadêmico, composto pelo curso secundário, e de outro lado, o ensino técnico

profissionalizante que, por sua vez, estava subdividido pelos diferentes ramos: normal, industrial, comercial e agrícola, considerados necessários para o desenvolvimento industrial brasileiro. O ensino médio continua ainda fundamentalmente propedêutico. A partir de então, o aluno que concluísse qualquer ramo do ensino médio poderia ter acesso ao ensino superior mediante vestibular.

Organograma 2 – Estrutura do Ensino na LDB nº 4.024/61



Segundo Machado (1982), apesar de eliminar a diversificação quanto aos exames de aprovação para os diferentes cursos e apesar de instituir flexibilidade quanto à passagem de um curso para outro, o ramo do ensino mais prestigiado continuava sendo o secundário, não alterando significativamente a procura pelos cursos profissionais.

Ocorre que embora o texto legal da LDB 4.024/61 mencionasse a “escola democrática”, a escola média em seu interior permanecia seletiva, não apenas devido aos métodos rigorosos das avaliações, mas, sobretudo, pelas práticas educativas de uma escola considerada elitista. A esse respeito, Minguili (1984, p. 20) afirma:

O currículo era percebido como um rol de disciplinas (matérias) a ser ensinado aos alunos; cada professor procurava dar à disciplina lecionada um fim em si mesma; os conteúdos não atendiam às necessidades individuais e sociais dos alunos; o método de aprendizagem era passivo, pois os alunos ouviam e anotavam o que o professor explicava e procuravam devolver esses conhecimentos durante as provas. Os que não conseguiam acompanhar este tipo de

ensino eram reprovados ou abandonavam a escola. Na verdade, os “mais capazes” eram os que possuíam um capital cultural que favorecia sua promoção nesse tipo de escola que se caracterizava, ainda, por ser elitista.

A esse respeito, Freitag (2005) aponta o caráter tardio da LDB face às novas tendências da “internacionalização do mercado”, devido à seletividade do ensino que ela consagrou, à proclamação vazia da educação como direito dos cidadãos e dever do Estado, omitindo a verdadeira realidade social brasileira arraigada por uma profunda desigualdade social.

Em termos educacionais, a década de 1960 foi marcada, especialmente, pela tentativa de eliminação do analfabetismo e pela extensão da escolarização mínima de seis anos para todas as crianças em idade escolar. Nesse sentido, em 1962, o parlamentarismo assumiu ainda duas medidas de ordem educacional: a Mobilização Nacional contra o Analfabetismo (Decreto nº 51.470, de maio) e o Programa de Emergência para o Ensino Primário e Médio (Decreto nº 51.552, de setembro). No primeiro decreto evidenciou-se a necessidade de um entrosamento entre os propósitos de alfabetização e educação de base com o problema do desenvolvimento social e econômico do Brasil (CUNHA, 1985).

É importante lembrar que durante a República presidencialista de Jango, iniciada em 1963, por força de plebiscito, apesar do clima de conspiração, ainda teve tempo de propor à nação: o Plano Nacional de Educação (PNE), oriundo do Conselho Federal de Educação (CFE); o Plano Trienal de Celso Furtado, que encampou o PNE; a Comissão de Cultura Popular; o Plano Nacional de Alfabetização (PNA)¹⁷, através do Decreto nº 53.465, de janeiro de 1964, que oficializou, em nível nacional, o Sistema Paulo Freire como projeto para operacionalizar a alfabetização de jovens e adultos com vistas à redução do analfabetismo e promover uma consciência crítica entre os brasileiros.

Nos limites deste trabalho não nos cabe relacionar todas as experiências e instrumentos de trabalho cultural e educativo criados pelo Movimento de Cultura Popular (MCP) no início da década de 1960. Por outro lado, seria impossível deixar de enumerar, além da criação do próprio MCP¹⁸, em Recife; a criação da “Campanha De

¹⁷ O PNA foi extinto em abril de 1964, 14 dias após o golpe de Estado, através do Decreto 53.886.

¹⁸ Dentre os principais objetivos do MCP destacam-se: a) promover e incentivar, com a ajuda de particulares e poderes públicos, a educação de crianças e adultos; b) atender ao objetivo fundamental da educação que é o de desenvolver plenamente todas as virtualidades do ser humano, através da educação

Pé No Chão Também Se Aprende A Ler”, em Natal; do Movimento de Educação de Base (MEB) no âmbito da Igreja Católica; e do Centro Popular de Cultura (CPC) criado pela UNE.

Vale a pena lembrar que todos esses movimentos, pioneiros em educação popular nos anos 1960, receberam recursos públicos, mas o modo e os objetivos de sua aplicação foram diferenciados. O MCP, cuja meta era assegurar educação gratuita para todos, constituiu-se numa rede paralela ao ensino público então existente. O MEB se caracterizou por seus objetivos confessionais e catequéticos, mesmo que às vezes estes não estivessem explicitados. O CPC tentou organizar-se como empresa prestadora de serviços, mas teve de depender da União, pelo menos para dois de seus projetos principais: a construção do teatro no prédio da UNE e a campanha de alfabetização em 1963.

O único movimento que aplicou recursos públicos dentro da rede de escolas públicas foi a Campanha *De Pé No Chão Também se Aprende A Ler*. Por isso, em Natal, a defesa da escola pública não foi apenas um discurso, uma vez que a prática ocorreu na Secretaria Municipal de Educação com a implantação e implementação de uma rede escolar que assegurou matrícula para todos numa política de ensino gratuito e laico. Por outro lado, o único movimento que penetrou eficientemente na zona rural foi o MEB (CUNHA, 1985, p. 31).

De acordo com Cunha (1985, p. 16), pelo estudo das propostas e práticas desses projetos, seria “possível acompanhar um tempo de alvorada, curta alvorada”, no sentido de que foi possível a prática de uma política de cultura popular e educacional alternativa à fechada universidade e, de modo geral, à escola média elitista, formal e tradicional.

O golpe civil e militar que depôs o presidente João Goulart (Jango) em março de 1964 instaurou uma ditadura que durou 21 anos. O golpe de 1964¹⁹ ocorreu num momento recessivo de crise econômica e de grandes mobilizações operárias, estudantis

integral de base comunitária, que assegure, também, de acordo com a Constituição, o ensino religioso facultativo; c) proporcionar a elevação do nível cultural do povo, preparando-o para a vida e para o trabalho; d) colaborar para a melhoria do nível material do povo, através da educação especializada; e) formar quadros destinados a interpretar, sistematizar e transmitir os múltiplos aspectos da cultura popular (CUNHA, 1985, p. 17).

¹⁹ A respeito da História do Brasil no período militar ver: O'Donnell (1988); Camargo (1989); Habert (1992); Toledo (1997); Vizontini (1998); Skidmore (2000); Berg (2002); Gaspari (2002; 2003); Araújo (2004); Borges (2004); Grinberg (2004); Vitagliano (2004); Alves (2005).

e camponesas em torno de reformas políticas e institucionais de cunho nacionalista, chamadas “reformas de base” defendidas pelo governo Jango.

Segundo Habert (1992), os militares, associados aos interesses da burguesia nacional e internacional, justificaram o golpe como “defesa da ordem e das instituições contra o perigo comunista”. Na realidade, acrescenta a autora, o acirramento da luta de classes estava no centro do conflito. Nesse sentido, o golpe foi uma reação das classes dominantes ao crescimento dos movimentos sociais mesmo tendo estes um caráter predominantemente nacional-reformista. Foi também resultado do impasse entre o esgotamento da política populista que orientara o desenvolvimento e a industrialização do País no pós-guerra e os imperativos de novos moldes de expansão capitalista associado ao capital internacional.

Centralizou-se o processo de decisão sob o controle do Executivo, principalmente tendo em vista o controle de certas áreas vitais para a chamada Segurança Nacional. Instrumentos como os atos institucionais²⁰ do período 1964-66, a Constituição de 1967-69, o Ato Institucional nº 5, a Constituição de 1969, além de outros, muito contribuíram para a institucionalização do regime considerado autoritário. Esta centralização tornou-se vital, visto que para a formulação e a execução da política econômica do governo fazia-se necessário o controle de todos os fatores e mecanismos que viessem obstaculizar e distorcer ou, num sentido contrário, dinamizar e garantir a eficácia da estratégia adotada (MACHADO, 1982, p. 63).

As primeiras medidas tomadas pelo primeiro governo militar, do general Castelo Branco (1964-67) foram, então:

- a expansão do capital nacional e internacional, através da quebra das barreiras econômicas e políticas entre os países da América Latina;
- o esmagamento dos movimentos sociais contestatórios à implantação da ditadura militar;
- o arrocho salarial;
- o controle do aparelho sindical e a ênfase do caráter assistencial e recreativo do sindicato, em detrimento de sua função política;
- a intervenção nas entidades estudantis;

²⁰ Os Atos Institucionais constituíram-se em decretos emitidos pelo governo militar, cujo intuito era servir como mecanismo de legitimação e legalização às ações políticas instituídas pelos militares, estabelecendo, assim, diversos poderes extraconstitucionais.

- a proibição das greves;
- a instauração da censura nos meios de comunicação e a restrição à manifestação e participação política dos mais diversos setores da sociedade civil;
- a criação do SNI (Serviço Nacional de Informações);
- a centralização do poder e decisões no Executivo, governando na base de atos institucionais, decretos-leis e constituição outorgada;
- o controle dos sistemas legislativo e judiciário;
- a suspensão das eleições diretas para governadores e presidente da República;
- a cassação de mandatos e suspensão por dez anos dos direitos políticos de parlamentares opositores;
- a extinção dos partidos políticos existentes e a criação, por decreto, o bipartidarismo.

Nesse cenário, segundo uma linha de interpretação, o governo utilizava um aparato de repressão política que se abateu em todas as manifestações de oposição ao regime, tendo como alvo principal os movimentos operário, camponês, estudantil e as organizações de esquerda. Houve centenas de prisões e muitos militantes destes movimentos e organizações foram torturados, mortos ou exilados (HABERT, 1992; ROLLEMBERG, 2004).

Em contrapartida, há uma peculiaridade no regime ditatorial brasileiro, uma vez que até 1968 o Congresso Nacional continuou funcionando normalmente. Ocorre que o Congresso Nacional, nesse período, se transformou em uma instituição que apenas legitimava os atos institucionais e outros, mas os militares tiveram o cuidado de não excluir completamente as formas de representação parlamentar no Brasil. Interessa destacar que o regime ditatorial amordaçou a imprensa, os movimentos sociais, o movimento sindical, mas manteve diversas formas institucionais de representação política. Segundo O'Donnell (1988), os militares demonstraram a importância das instituições, dos procedimentos de mediação e dos organismos de confronto político que auxiliaram a tornar legítimas e dignas de crédito as regras do discurso político.

O regime militar no Brasil obteve uma popularidade muito grande, sobretudo com a classe média, principalmente nos anos 1970, através da idéia do Brasil-potência²¹. Era um apoio com base naquilo que era divulgado pelos meios de

²¹ A idéia do Brasil-potência pode ser entendida como incentivos governamentais para o desenvolvimento econômico e o progresso do País à medida que a política externa do regime militar buscou elevar a

comunicação, ou seja, o combate ao comunismo e o desenvolvimento econômico. Considerando que entre os principais recursos coercitivos utilizados pelo governo para se legitimar diante da população estavam a propaganda, a educação escolar, a violência física e a burocracia. Os meios de comunicação, sobretudo a televisão, constituem-se um importante instrumento do Estado, uma vez que permitia o inculcamento de idéias em parte da população sem precisar recorrer à violência física.

Desse modo, pode-se verificar na notícia abaixo, extraída do jornal *Folha de S. Paulo*, que este meio de comunicação foi utilizado para as campanhas publicitárias do regime autoritário com forte apelo nacionalista. Contudo, a imagem a seguir nos revela não uma propaganda no sentido clássico, mas uma notícia entremeada ao discurso de Souza Melo contra o que era considerado comunismo, justamente porque a notícia oferece mais autoridade à própria propaganda.

[illegible]

Essa perspectiva, a partir da propaganda nos meios de comunicação de massa, visa a garantir o apoio popular necessário para que o governo militar tivesse legitimidade. Essa busca por legitimidade do regime através dos meios de comunicação foi eficaz, no entanto, via televisão que jornal, uma vez que a Rede Globo de Televisão foi criada e financiada pelo regime militar e se expandiu nesse período.

tornando-se um veículo extremamente importante de divulgação das realizações do chamado Brasil-potência.

Habert (1992) e Alves (2005) mencionam que a resistência à implantação do projeto da ditadura foi se organizando nos anos seguintes. O ano de 1968 assistiu à eclosão de um amplo movimento social de protesto e de oposição à ditadura, com destaque para o movimento estudantil e operário. A resposta dos militares a tais manifestações foi o A.I.-5 (Ato Institucional nº 5), seguido do Decreto nº 477²², no governo do general Costa e Silva.

Com o A.I.-5 houve o endurecimento do regime, que, entre os poderes ilimitados que outorgou ao Executivo, permitiu-lhe fechar o Congresso por tempo indeterminado, cassar mandatos, suspender por dez anos os direitos políticos de qualquer cidadão, demitir ou aposentar qualquer funcionário público civil ou militar, aposentar juízes, acabar com o direito ao *habeas-corpus*, intensificar a censura prévia à imprensa²³ e aos meios de comunicação e aumentar a repressão militar e policial aos professores, jornalistas, políticos, músicos, artistas e escritores, que passaram a ser investigados e, muitas vezes, presos, torturados e exilados do País, além de consolidar o chamado Estado de Segurança Nacional. Pouco depois foi criada a Operação Bandeirantes, que deu origem ao que seria o principal centro de investigação e repressão do governo militar, o Destacamento de Operações e Informações – Centro de Operações de Defesa Interna, DOI-CODI.

Para Alves (2005), outra característica marcante do período militar foi a concentração burocrática e centralizada do poder que permitiu uma integração vertical entre as estruturas do Estado e seus aparelhos administrativos, dando a falsa idéia de descentralização de poderes e, ao mesmo tempo, a existência de uma estrutura coesa e harmônica. Ou seja, as decisões vinham de cima para baixo. Apesar de haver diversos órgãos auxiliares dentro do aparato do governo, as decisões mais importantes ficavam sob a responsabilidade de um único órgão, o Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE), o qual possuía dispositivos que garantiam a coesão entre os departamentos.

²² No período do regime militar a educação tornou-se questão de segurança nacional. Em 26 de fevereiro de 1969, foi promulgado o Decreto-Lei nº 477, que atribuía às autoridades universitárias e ao Ministério da Educação e Cultura (MEC) o poder de desligar ou suspender estudantes, funcionários e professores que estivessem envolvidos em atividades consideradas subversivas e perigosas à segurança nacional. O Decreto foi um desdobramento do A.I.-5, de dezembro de 1968, baseado nas recomendações do Relatório Meira Matos, que condenava a liberdade de cátedra e a autonomia universitária (CUNHA, 1977).

²³ Sobre a censura à imprensa ver Ribeiro (2007), Capítulo 1.

No período de implantação da Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus Lei nº 5.692/71 podemos observar que essa burocratização também foi estabelecida no setor educativo, o qual foi subdividido em diversas secretarias, porém a tomada de decisões permanecia no órgão central. Não obstante, essa discussão será retomada em páginas posteriores.

2.1.2 Educação para o desenvolvimento nacional

A historiografia da educação anota que as políticas educacionais implementadas no período militar, sob a égide do desenvolvimentismo e da segurança nacional, foram realizadas com a justificativa de que se investia na melhoria do “capital humano” com vistas a adequar a sociedade brasileira aos patamares das exigências da produção internacional. Nesse sentido, interessa destacar que o regime militar tomou como base de suas políticas o ideário nacional-desenvolvimentista baseado em uma das teorias econômicas mais pujantes da época: a Teoria do Capital Humano (TCH).

A Teoria do Capital Humano foi conceituada por Theodore W. Schultz como um conjunto de capacidades, habilidades e destrezas dos indivíduos com valor econômico. De acordo com esta teoria, a relação entre qualificação, força de trabalho e crescimento econômico é direta, na medida em que o nível de escolaridade levaria ao aumento de produtividade do indivíduo, à elevação de renda do trabalhador e, conseqüentemente, ao desenvolvimento econômico nacional. Nesta conceituação, a educação passou a ser considerada como preparadora de recursos humanos para o desenvolvimento econômico do País e, portanto, o investimento no fator humano seria determinante para o aumento da produtividade e para a superação do atraso econômico nacional: tinha-se uma visão economicista da educação.

Nesse sentido, Frigotto (1993, p. 40) argumenta que o processo educativo estaria reduzido à função de produzir um conjunto de habilidades intelectuais que funcionariam como geradores da capacidade de trabalho e, conseqüentemente, de produção. Assim, a educação seria um dos fatores fundamentais para explicar economicamente as diferenças de capacidades de trabalho e, conseqüentemente, as diferenças de produtividade e renda.

No Brasil, a Teoria do Capital Humano passou a fundamentar o planejamento educacional implementado pelo regime militar, principalmente a partir dos acordos

MEC-USAID²⁴, que deram as marcas da política educacional no período: desenvolvimento, produtividade, eficiência, eficácia e controle.

Machado (1982, p. 53) sublinha que em 1967 foi criado o Plano Estratégico de Desenvolvimento, que teve como uma de suas linhas de ação dar “prioridade à preparação de recursos humanos para atender aos programas de desenvolvimento nos diversos setores, adequando o sistema educacional às crescentes necessidades do País, principalmente no que se refere à formação profissional de nível médio”. Este Plano pretendeu, como uma de suas diretrizes básicas de ordem geral, proporcionar a “expansão de programas especiais de preparação de pessoal técnico para as atividades agrícolas, comerciais e industriais, visando atender às imediatas necessidades do desenvolvimento econômico”. A mesma autora aponta que dentre os programas prioritários para a educação média, encontravam-se:

A reformulação do ensino médio, para constituir com o primário um sistema fundamental que, atendendo à elevação do padrão qualitativo, assegure a formação básica do educando e sua preparação para as atividades econômicas na indústria, agricultura e serviços; a formação e treinamento de professores de disciplinas específicas de ensino técnico e de práticas educativas; a expansão dos programas de equipamento escolar, especialmente de escritórios-empresa e oficinas industriais e o aperfeiçoamento profissional de pessoal técnico de nível médio (MACHADO, 1982, p. 53-54).

Nessa perspectiva, o Código Estadual de Educação estabelecido pela Lei 10.125/68, que determinava a Política Educacional do Estado de São Paulo, estabeleceu que o planejamento educacional em todos os níveis do ensino deveria estar vinculado ao desenvolvimento econômico e social do País. O Código garantiu para o ensino médio os mesmos objetivos determinados pela Lei 10.038/68 oferecendo prioridade pela criação de colégios técnicos no território estadual tendo em vista a então necessidade de formação de mão-de-obra para o trabalho (MINGUILI, 1984, p. 27).

²⁴ Uma característica marcante no âmbito educacional nas décadas de 1960 e 1970 foi a expansão da rede de ensino e da escolaridade básica, que contou, para isso, com os acordos denominados MEC-USAID. No período de 1964 a 1968 foram assinados 12 acordos com o objetivo de produzir diagnósticos na perspectiva de resolver os problemas educacionais brasileiros, sempre pela demanda necessária para que o Brasil pudesse alcançar desenvolvimento e modernização.

É possível perceber três linhas de ações dos acordos MEC-USAID: 1) assistência técnica; 2) assistência financeira (traduzida em recursos para financiamento de projetos e compra de equipamentos e pacotes educacionais dos EUA); e 3) assistência militar (vinda de consultores militares norte-americanos ao Brasil e treinamento de militares brasileiros nos EUA, assim como fornecimento de equipamentos militares).

O ideário desenvolvimentista foi entendido pelo governo vigente como a possibilidade de produzir bens e riquezas de modo a atender à crescente demanda da população brasileira. Isso, em tese, possibilitaria a superação da pobreza e do atraso nacionais de modo a intensificar a idéia do chamado Brasil-potência. Entre 1970 e 1973, sob o comando do Ministro da Fazenda Delfim Neto, a economia brasileira cresceu em torno de 10% ao ano, fenômeno que ficou conhecido como “milagre econômico”, no qual destacamos o crescimento da indústria automobilística e bens de consumo popular, como, por exemplo, os eletroeletrônicos.

A adaptação da TCH pela política educacional brasileira não foi bem vista por muitos estudiosos e grupos da sociedade civil. A historiografia da educação brasileira ressalta que, na década de 1970, a influência da TCH refletiu, sobretudo, nas instituições de ensino através da obrigatoriedade da formação profissional no ensino médio.

Em decorrência dessa proposta de profissionalização do ensino e de extensão da escolaridade dos cidadãos que surge, em 1971, a Lei nº 5.692. No entanto, a educação para o trabalho vista como parte da educação geral impactava profundamente a concepção de ensino secundário prevalecente no Brasil desde o século XIX (SOUZA, 2008).

2.1.3 A extensão da escolaridade obrigatória: 1960 e 1970

Ao longo da história da educação brasileira, o ensino primário fora o alvo mais incisivo das políticas públicas e logrou uma significativa expansão anterior à que ocorreu ao ensino médio. Em meados do século XX, com o ensino primário já praticamente universalizado, o ensino ginasial passou a ser o ponto de estrangulamento do sistema (principalmente em decorrência das dificuldades impostas pelos exames de admissão). Desse modo, verifica-se um deslocamento das exigências democratizantes do primário para o ensino secundário ginasial (ANCELMO, 2010).

Durante as décadas de 1950 e 1960, a partir das tensões sociais geradas por uma ínfima oferta de ensino secundário, ocorreu no País uma ampliação dos serviços educacionais para níveis cada vez mais elevados da instrução na tentativa de superar privilégios e princípios discriminatórios no que se refere à seletividade da escola média e à diferenciação então existente entre o curso secundário acadêmico e o curso técnico-profissionalizante.

Segundo Ancelmo (2010), ao elucidar os estudos de Nunes (1979), no intervalo entre o Estado Novo e o Regime Militar a pressão das camadas populares urbanas em torno dos líderes políticos (no caso, refere-se ao Estado de São Paulo) os obrigava a institucionalizar tais movimentos reivindicatórios transformando a abertura de ginásios públicos em bandeira de luta nas câmaras estaduais. O ginásio secundário era a escola que representava a oportunidade de ascensão social para as camadas populares à medida que significava uma alternativa lógica na estimativa que faziam das vantagens relativas aos diferentes tipos de educação.

Não obstante, nesse período, a democratização das oportunidades educacionais em nível secundário era um dos maiores desafios da educação brasileira. Porém, como frisou Souza (2008, p. 206):

(...) o próprio processo de expansão acelerada indicava outros problemas como a concentração de matrículas no primeiro ciclo em detrimento do segundo, assinalando a função distributiva do curso ginasial, os altos índices de abandono e seletividade do ensino, o desequilíbrio na distribuição regional dos estabelecimentos escolares dentro do país (entre regiões e zona urbana e rural) e a preferência do alunado pela educação secundária ao invés da formação profissional.

Como se observa na Tabela 1 a expansão de vagas nas escolas públicas brasileiras ocorreu paulatinamente desde anos anteriores à implantação da Lei nº 5.692/71. Mas, foi o ensino de primeiro grau que teve a maior expansão em termos absolutos.

TABELA 01 – Distribuição de matrícula por níveis de ensino no Brasil

ANO	1º grau	2º grau	3º grau
1962	9.664.423	335.761	107.299
1968	14.348.120	801.075	278.295
1974	19.286.611	1.681.728	937.593
1978	21.473.100	2.519.122	1.225.557

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, 1980.

TABELA 02 – Distribuição das matrículas por nível de ensino – Estado de São Paulo (1960-1980)

	Pré-Escola	1º Grau	2º Grau	3º Grau	Total
1960	24.000	1.620.805	84.223	25.915	1.754.943
1970	113.937*	3.202.972	284.186	149.326	3.750.421
1980	390.402	4.343.567	730.665	430.683	5.895.317

Fonte: RUS PEREZ, José Roberto. *Avaliação, impasses e desafios da educação básica*. Campinas, SP: Editora da Unicamp; São Paulo: Annablume Editora, 2000, p.27.

* Refere-se a 1971.

Em dezembro de 1967 a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo traçou algumas normas na tentativa de extensão da escolaridade pela constituição de uma escola fundamental de oito anos de duração mediante a determinação do *Exame Unificado de Admissão*²⁵, cujas provas seriam elaboradas na própria Secretaria da Educação e teriam um índice esperado de 80% de promoção, além da instalação dos Grupos Escolares-Ginásio (GEGs)²⁶.

Tais medidas visaram, sobretudo, combater a grande seletividade do antigo exame de admissão organizado em cada escola e, assim, possibilitar a então democratização do ensino elementar e ginásial. Dessa maneira, a abertura educacional ao curso ginásial (antigo 1º ciclo do Ensino Médio) garantiu o ingresso ao ginásio aos alunos oriundos do ensino primário, o que causou reação dos professores e da comunidade, pois estes temiam que a entrada do “povo” na escola secundária rebaixasse o “nível” cultural da mesma.

Para Minguili (1984) em virtude da facilitação dos exames de admissão e, em decorrência disso, houve um aumento de alunos ingressantes no curso ginásial. Em 1968, o governo estadual autorizou os diretores que aproveitassem ao máximo a capacidade física dos prédios escolares e, se estes não fossem suficientes, os diretores

²⁵ A SEE/SP em dezembro de 1967 determinou o *Exame Unificado de Admissão* com vistas a “democratizar” o ensino médio, de modo a combater a grande seletividade do antigo exame de admissão organizado em cada escola. Autores como Azanha (2004), Nunes (2000), Piletti (1988), Rus Perez (2000) e Souza (2008) assinalam uma antecipação do Estado de São Paulo à Lei 5.692 que viria culminar na escola de 1º Grau.

²⁶ Em 1970 foi criado o Grupo Escolar-Ginásio (GEG), primeira experiência de ensino básico de oito anos. A direção desse tipo de escola era exercida pelo diretor do antigo primário (grupo escolar). Em 1975 os GEGs foram denominados Escola de 1º Grau e foi o precursor da Escola Única de oito anos, implantada no Estado de São Paulo a partir de 1976 (MINGUILI, 1984).

poderiam providenciar prédios a serem alugados pelo Estado até que o mesmo construísse as salas de aulas necessárias para abrigar este maior número de alunos.

Mas o Estado não possuía pessoal administrativo suficiente para suprir as necessidades das escolas; tampouco possuía acomodações físicas para todos os alunos. As escolas funcionavam em períodos reduzidos de trabalho e, em muitas delas, a limpeza do prédio era feita apenas uma vez por semana (MINGUILI, 1984, p. 22).

Vale ainda notar que nesse momento, no campo educacional, verifica-se “uma busca pela racionalização do processo educativo, dando-se prioridade ao planejamento, à especialização do trabalho e aos sistemas de supervisão e avaliação que pudessem imprimir ao processo maior eficiência e eficácia” (SOUZA, 2008, p. 259).

Assim, pode-se dizer que a abertura educacional não ocorreu de forma imediata no Brasil, com a Reforma de 1971, especialmente no Estado de São Paulo. Essa expansão iniciou antes, no entanto, à medida que o ensino público começou a se democratizar a escola passou a dar indícios da falta de estrutura física, material e humana para abrigar um maior número de alunos.

Nesse cenário, como bem assinalado por Souza (2008) as políticas de abertura do ensino ginasial às camadas populares privilegiaram o acesso sem a garantia de medidas asseguradoras da qualidade do ensino devido à falta de materiais, infraestrutura adequada e professores com formação especializada para os cursos profissionalizantes. Além disso, a facilitação dos exames de admissão aos ginásios instituída pelo governo do Estado de São Paulo a partir de 1967 foi recebida com grande indignação e resistência pelo magistério. Dessa maneira, uma medida que buscava minimizar e gradativamente eliminar as barreiras históricas entre o curso primário e o secundário foi incorporada pelos professores como um golpe implacável aos padrões de qualidade da escola secundária.

Não obstante, havia o problema da má formação dos professores primários, os baixos salários, as precárias condições de trabalho e o tradicionalismo nas práticas de ensino que garantiam a continuação da enorme seletividade que forçava a repetência e o abandono escolar. Nesse sentido, para muitos educadores da época, a solução para esses problemas seria a transformação da escola primária em uma escola básica, democrática e adaptada às exigências da sociedade urbano-industrial (SOUZA, 2008).

No entanto, sem perder de vista as profundas modificações no ensino, foi a Lei 5.692/71 que possibilitou a ampliação do acesso a níveis educacionais mais elevados para uma maior parte da população, ao passo que unificou o ensino primário e o ginásial (antigo 1º ciclo do ensino médio) numa escola básica de oito anos, assegurando, assim, o acesso legal de todas as crianças e jovens em idade escolar a escola pública.

2.2 Aspectos da Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus

Para Souza (2008), a partir dos anos 1970 do século XX a educação brasileira ganhou novas orientações, uma vez que se observa a forte presença de uma cultura aplicável, prática, técnica e utilitarista. Além do mais, um número cada vez maior de crianças e jovens adentraram nas escolas elementares e médias. Nesse sentido, essa autora assinala que estes receberam uma formação consideravelmente diferenciada em relação às gerações anteriores, no que se refere à organização do trabalho escolar e ao currículo, pois estes foram profundamente transformados nesse período.

Em 11 de agosto de 1971 o Congresso Nacional aprovou a polêmica Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus, Lei nº 5.692/71²⁷. Essa Lei manteve as finalidades da educação nacional determinadas pela LDB 4.024/61 e fixou diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º Graus a partir dos objetivos gerais dispostos no artigo 1º da referida Lei: “desenvolver as potencialidades do educando, qualificá-lo para o trabalho e prepará-lo para o exercício consciente da cidadania” (BREJON, 1986).

Para o articulista da *Folha*, J. Penteado, os objetivos centrais da Lei citados acima não suscitaram debates intensos e acalorados entre parlamentares ou entre os educadores de todo o País, à semelhança da discussão do projeto de lei da LDB 4.024/61, “agora modificada em numerosos artigos”, reiterou (PENTEADO, FSP, 14/08/1971, p. 64).

²⁷ Em 1969 o Ministro da Educação do governo Costa e Silva nomeou um Grupo de Trabalho no Ministério da Educação e Cultura composto por 32 membros, encarregados de estudar e propor diretrizes para a atualização da legislação anterior (LDB 4.024/61) no que refere ao ensino elementar e médio. Problemas de ordem macroestrutural e, antes de mais nada, conflitos intensos na cúpula do poder, levaram a uma estagnação dos trabalhos. Já sob o comando do novo presidente, Emílio Garrastazu Médici, e a gestão de Jarbas Passarinho no MEC os trabalhos foram retomados. Agora, porém, por um grupo menor, composto de dez membros, cujo relator foi Valnir Chagas, que dentro de 60 dias deveria apresentar o projeto da Lei, de forma a atualizar e expandir a lei do ensino de 1º e 2º Graus. No Congresso Nacional, o Projeto de Lei foi apreciado em regime de urgência, num curto período de um ano, sem passar por discussões públicas com a sociedade civil, silenciada dentro dos limites impostos pelo regime militar. (PILETTI, 1988; SAVIANI, 2002; FREITAG, 2005; SOUZA, 2008).

A Reforma do ensino de 1º e 2º Graus instituída no início da década de 1970 impactou profundamente o funcionamento e a organização didática-pedagógica das escolas primárias e médias no Brasil. Mas, em realidade, além dos dispositivos da reforma, um conjunto de decretos, pareceres e resoluções foram “estabelecidos em âmbito nacional e estadual nos anos 1970, visando à normatização dos mais diversos aspectos da organização do ensino, evidenciando a centralização e a burocratização vigentes no campo educacional nesse período” (SOUZA, 2008, p. 266).

A primeira notícia sobre a Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus foi publicada no jornal *Folha de S. Paulo* em 15 de Junho de 1971. Na matéria o impresso anunciou a declaração feita pelo ministro Jarbas Passarinho dizendo que o Congresso Nacional teria 45 dias para examinar o projeto da reforma do ensino. Segundo disse o ministro ao jornal paulista, a tramitação dessa Reforma teria regime de urgência, seguida da preparação dos professores para esclarecimentos sobre os objetivos do anteprojeto de reforma dos antigos ensinos primário e médio.



Figura 14 – Primeira notícia sobre a Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus publicada na FSP em 15.06.1971

No dia 26 de Junho de 1971, a *Folha* publicou a íntegra da redação do projeto da Lei que fixou as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º Graus.

Os pontos principais do projeto sobre o ensino de 1º e 2º Graus destacados pelo diário paulista foram: 1) O ensino de 1º Grau teria a duração de 8 anos, sendo

obrigatório dos 7 aos 14 anos de idade. O ensino de 2º Grau teria no mínimo 2 e no máximo 5 anos de duração, com iniciação profissional; 2) Os municípios estariam obrigados a aplicar pelo menos 20% de sua receita tributária na manutenção do ensino de 1º Grau; 3) A partir da 7ª série, os alunos poderiam se matricular na série seguinte, mesmo se dependentes; 4) As empresas comerciais, agrícolas e industriais ficariam obrigadas a manter o ensino de 1º Grau gratuito para os empregados e seus filhos de 7 a 14 anos; e 5) Nos estabelecimentos de 1º e 2º Graus seriam incluídas no currículo as disciplinas Educação Moral e Cívica, Física e Artística, encerrando-se com habilitações profissionais.

Em 12 de Agosto de 1971, após ser sancionado o projeto de Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus pelo presidente Emílio Garrastazu Médici (1969-1973), a *Folha de S. Paulo* divulgou na íntegra a Lei nº 5.692/71 com 88 artigos e 8 capítulos utilizando, para tanto, duas páginas inteiras do jornal. Ao publicar apenas a íntegra da Lei pode-se interpretar que inicialmente não houve discussões no jornal acerca das modificações que esta introduzira ao ensino.

Aliás, no discurso do veículo diário observa-se que desde 1971 até o ano de 1975 o diário paulista dedicou-se apenas a informar os leitores sobre as mudanças que ocorriam na estrutura e organização do ensino a partir das prescrições da Lei 5.692/71 e noticiar as ações do governo do Estado e da SEE/SP para a implantação da Reforma de 1971.

Freitag (2005) ressalta que a Reforma de 1971 introduziu três conjuntos de inovações educacionais em relação à lei anterior: 1) extensão do ensino obrigatório de 4 para 8 anos, gratuito em escolas públicas, reduzindo o ensino médio que era de 7 para 3 ou 4 anos; 2) profissionalização do ensino médio (a inovação mais polêmica), garantindo ao mesmo tempo continuidade e terminalidade dos estudos; e 3) reestruturação do funcionamento do ensino no modelo de escola integrada (integração dos currículos do 1º e 2º Graus), definindo-se um núcleo comum de matérias obrigatórias e uma parte diversificada de matérias optativas a escolha do aluno.

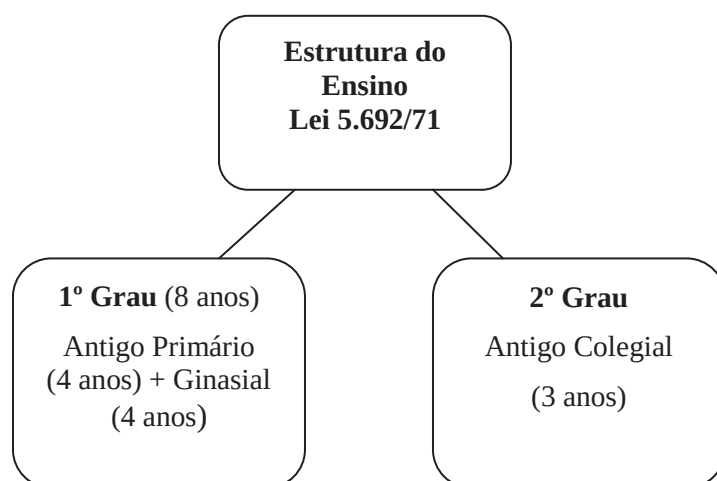
Em relação à organização estrutural, a legislação organizou o sistema educacional em três graus: o 1º Grau incorporou o antigo ensino primário com o ensino ginásial (1º ciclo do antigo ensino médio), configurando oito anos de escolarização obrigatória para a formação de crianças e jovens na faixa etária entre 7 e 14 anos; o 2º Grau correspondia ao antigo curso colegial (2º ciclo do antigo ensino médio)

responsável pela formação integral do adolescente e sua qualificação para o trabalho; e o 3º Grau referia-se ao ensino superior.

Na avaliação de Souza (2008) é certo que a então denominada escola de 1º Grau, constituída a partir da fusão do ensino primário (4 anos) com o ensino ginásial (4 anos), foi uma das mais significativas mudanças no período, repercutindo na organização da rede de ensino, na profissionalização do magistério e nas representações sociais sobre a educação escolar.

O antigo segundo ciclo do ensino médio – o colegial – passou a ser designado como ensino de 2º Grau, unificando, assim, os vários ramos desse nível – o secundário e os cursos técnicos. A Lei estabeleceu a profissionalização compulsória no 2º Grau sobrepondo historicamente à prestigiosa e arraigada concepção de educação secundária (SOUZA, 2008).

Organograma 3 – Estrutura do Ensino na Lei nº 5.692/71



A escola básica de 1º Grau unificaria todo o sistema de ensino, de forma a assegurar a continuidade dos estudos. Na verdade, essa reordenação simplificava a estrutura educacional imprimindo-lhe maior racionalidade com vistas a atender as reivindicações democráticas de extensão da escolaridade obrigatória (SOUZA, 2008; FREITAS 2009).

Tal mudança, por sua vez, aponta Souza (2008), demandava uma reestruturação substancial na rede de escolas públicas e privadas.

A implantação do ensino de 1º Grau obrigatório exigia dos poderes públicos iniciativas de ampliação de vagas, fossem para cobrir o déficit histórico de atendimento ao ensino elementar, fossem para oferecer as séries finais do ensino de 1º Grau a toda população em idade escolar (SOUZA, 2008, p. 267-268).

Conforme registram estudos recentes, o tema da profissionalização ou a formação para o trabalho foi o aspecto mais polêmico da Lei 5.692/71. Contudo, especialmente nos primeiros anos da década de 1970, o jornal paulista não realizou críticas incisivas a respeito da profissionalização do ensino, a *Folha* informou os seus leitores sobre a reestruturação curricular preconizada pela Lei 5.692/71, mas não introduziu o debate.

Inclusive, para J. Penteado, articulista da *Folha de S. Paulo*, a principal contribuição inovadora à história do sistema educacional brasileiro trazida pela Reforma do ensino de 1º e 2º Graus foi o conceito de qualificação para o trabalho para ambos os ciclos. Na visão do articulista, a terminalidade dos estudos deveria ser o principal objetivo da Reforma na crença de que ao concluir o 2º Grau o adolescente deveria estar apto, não apenas para prosseguir nos seus estudos, mas para desempenhar o seu papel no sistema de produção, o que o autor do impresso considerou como social e psicologicamente importante. J. Penteado afirmou que o que se procurava com a Reforma era diminuir a pressão social de grandes massas de alunos às universidades (PENTEADO, FSP, 27/06/1971, p. 61).

Na edição de 14 de agosto de 1971, Penteado voltou a tratar da Lei do ensino dizendo que para os idealizadores da Reforma Educacional de 1971:

[...] a conquista de um diploma profissional de nível médio estancará, em parte, o grande número de adolescentes que, anteriormente, somente sabiam se preparar para os cursos superiores. Não possuíam condições para outras alternativas de trabalho, na hipótese de reprovação nos vestibulares ou abandono de curso” (PENTEADO, FSP, 14/08/1971, p. 64).

Em outro artigo, J. Penteado mencionou que outra inovação trazida pela Reforma e que certamente provocaria debates acalorados seria a seriação anual e semestral, em ambos os graus de ensino, com a matrícula por disciplina, a partir da 6ª série do 1º Grau. O primeiro grau compreenderia oito anos, sendo que os dois últimos, após a sondagem de aptidões, seriam destinados à iniciação profissional; o segundo grau teria três anos de duração, podendo haver cursos de duração de quatro ou até cinco anos.

Nesta última hipótese, respeitando-se as determinações fixadas pelo CFE, os estudos poderiam ser aproveitados nos cursos superiores subsequentes.

Conforme sinalizou J. Penteado, o imperativo da racionalidade argüida na justificativa do projeto pelo relator da Reforma, Professor Valnir Chagas, estaria na concretização de um amplo programa de medidas a serem tomadas a curto e a longo prazo para tornar eficaz a implantação progressiva da Reforma, no âmbito federal ou estadual. Assim, o Congresso Nacional deveria instituir um programa com os fluxogramas financeiros e medidas técnicas, administrativas e pedagógicas para a construção paulatina da infra-estrutura.

O articulista J. Penteado apontou ainda que a concretização dos principais objetivos da Reforma, fixados no seu artigo 1º, de impulsionar as potencialidades individuais dos alunos para sua auto-realização, qualificação para o trabalho e preparação para o desempenho de uma cidadania consciente, exigiria novas instalações didáticas e modelos de prédios escolares renovados. Além da “existência, ao tempo e a hora, de professores preparados adequadamente para desempenharem suas responsabilidades docentes nas disciplinas, áreas de estudo e atividades escolares exigidas pela nova reformulação curricular” (PENTEADO, FSP, 27/06/1971, p. 61) e, mais especialmente ainda, para o ensino e aprendizagem de disciplinas que comporiam o currículo de iniciação profissional no 1º Grau e de habilitação profissional no 2º Grau.

Em visita a São Paulo, Valnir Chagas, principal autor da Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus, membro do CFE, afirmou ao jornal:

[...] antigamente, o ensino era geral ou técnico. Agora procura fazer-se uma síntese dos dois, de tal modo que, futuramente, se fale mais em termos de aptidões do que de conhecimentos. Pretende-se ensinar os alunos, em menor ou maior prazo, conforme a capacidade do estudante, a usar as mãos e a mente. Essa tendência é hoje mundial e se observa inclusive nos EUA (FSP, 03/02/1972, p. 16).

Segundo o jornal paulista, o currículo seria o pressuposto para a integração dos antigos ensinos primário e ginásial numa escola única de 1º Grau com oito anos de duração.

Na visão da *Folha*, a Reforma do ensino previa “a necessidade de uma nova concepção de escola, uma vez que o currículo da escola de 1º Grau deverá ter como

objetivo a sondagem das aptidões dos alunos”. No entanto, para a constituição de um ensino de 1º Grau:

[...] não basta a disponibilidade de salas e professores para abrigar e orientar os alunos ao longo dos oito anos de escolaridade, mas muito mais que isto, se faz necessário equipamentos para que o educando possa tomar contato com instrumentos que lhe permita desenvolver atividades de caráter exploratório de tendências e aptidões vocacionais (FSP, 29/10/1972, p. 23).

Além disso, acrescentou o articulista J. Penteado, a implantação da Lei 5.692/71 implicaria, ainda, na construção de prédios e instalações apropriadas, salas ambientes e novo material didático.

J. Penteado alertava ainda, que para ocorrer de fato a profissionalização em nível médio o sistema administrativo e econômico da sociedade brasileira teria que acompanhar o processo educacional para que os propósitos da Reforma, neste importante aspecto, não se transformassem em novas aspirações pedagógicas desacreditadas. Portanto, o articulista já apontava que para haver viabilidade na implantação da Reforma Educacional seriam necessários investimentos em infraestrutura física e material e em formação de professores.

2.2.1 A Lei nº 5.692/71 e o Ensino Supletivo

As mudanças no ensino supletivo também foram objeto de atenção do jornal. De acordo com a *Folha*, o ensino supletivo foi previsto na Lei nº 5.692/71 com duas finalidades:

- 1) suprir a escolarização regular para os adolescentes e adultos que não a tenham seguido ou concluído na idade considerada própria; e
- 2) proporcionar, mediante repetida volta à escola, estudos de aperfeiçoamento ou atualização para os que tenham seguido o ensino regular no todo ou em parte (FSP, 23/07/1972, p. 22).

A publicação do diário paulista de 04 de dezembro de 1972, intitulada “CEE: normas para ensino supletivo” anunciou que de acordo com a Deliberação nº 30/72, o CEE estabelecera que o Ensino Supletivo no Estado de São Paulo constaria não apenas de cursos e exames tradicionais (antigo Madureza), mas também de cursos destinados à qualificação para o trabalho, capacitando, assim, maiores de 14 anos para o exercício de uma ocupação através da formação profissional.

Conforme divulgou o impresso, com a deliberação do CEE, o Ensino Supletivo, no Estado de São Paulo, abrangeria cursos e exames, sendo estes últimos destinados ao

prosseguimento de estudos ou para o exclusivo efeito de habilitação profissional. Assim, “os cursos supletivos, de acordo com os objetivos a atender, poderão ser ministrados em classes ou mediante a utilização de rádio, televisão, correspondência e outros meios de comunicação que permitam alcançar um maior número de alunos” (FSP, 04/12/1972, p. 09).



Figura 15 – Notícia sobre cursos supletivos para o combate ao analfabetismo de 09.09.1975

Segundo a *Folha*, após o sancionamento da Lei 5.692/71 e para facilitar a sua compreensão e orientar a execução da política governamental em relação ao Ensino Supletivo, o professor Valnir Chagas, um dos principais autores do anteprojeto da Lei, submeteu um Parecer ao CFE, que o aprovou por unanimidade, no qual definia quatro funções básicas para este tipo de ensino. Dessa forma, o Ensino Supletivo previa quatro finalidades: Suplência, Suprimento, Aprendizagem e Qualificação.

- a) a **suplência** da escolarização de 1º Grau, para maiores de 14 anos, e a de maiores de 18 anos, que não tenham freqüentado ou concluído os respectivos cursos na idade própria; b) a **qualificação** para o trabalho, capacitando maiores de 14 anos, para o exercício de uma ocupação, através de formação profissional. Neste item aparece com destaque também a **aprendizagem** que é a formação metódica para determinada ocupação, destinada exclusivamente a alunos de 14 a 18 anos; c) o **suprimento** educacional, proporcionando estudos de aperfeiçoamento ou atualização para os que tenham completado ou interrompido os cursos de 1º ou 2º Graus, mas que necessitem de

complementação, especialização, atualização e readaptação profissional (FSP, 04/12/1972, p. 09).

A esse respeito, o padre Vasconcelos, do CFE, se pronunciou no impresso paulista afirmando que:

[...] não são quatro finalidades justapostas, mas três aspectos de uma mesma educação integral, três ângulos de visão de um mesmo processo formador; cada um deles supõe os dois outros e a lista de três finalidades poderia começar de qualquer lado que teria a mesma exatidão (FSP, 04/12/1972, p. 09).

A *suplência* tinha por finalidade:

[...] suprir a escolarização regular para os adolescentes e adultos que não a tenham concluído na idade própria e pode reduzir-se à parte geral do currículo ou realizar-se para o exclusivo efeito de habilitação profissional ou, ainda, revestir ambas as características e conduzir a um diploma técnico (FSP, 23/07/1972, p. 22).

O diário paulista argumentou que com essa medida pretendia-se evitar que adolescentes ou adultos ocupassem as vagas no ensino regular que deveriam ser preenchidas pelos alunos na faixa etária entre 7 e 14 anos, fato que era comum na zona rural ou urbana.

O *suprimento* educacional, por sua vez, atendia às deficiências de escolaridade anteriormente obtidas e proporcionadas, através de repetida volta à escola, estudos de aperfeiçoamento ou atualização, isto é, a “[...] necessidade de reciclagem do trabalhador de 45 anos que deixou a escola aos 14 e deve ser direcionado a uma nova ocupação, aos estágios de atualização e aperfeiçoamento, à adaptação às transformações científicas e técnicas, à evolução das atividades econômicas” (FSP, 30/10/1972, p. 04). O *suprimento* desenvolver-se-ia paralelamente a qualquer nível de escolarização regular, do 1º Grau à pós-graduação universitária.

Desse modo, a educação propiciada pelo *suprimento* permitiria a atualização de conhecimentos, oferecendo cultura àqueles que deixaram os bancos escolares ou àqueles que a ele não tenham ainda acedido, explicou o jornal paulista.

O Quadro 01 a seguir reproduz quadro extraído do jornal FSP de 30 de outubro de 1972, que compreende o currículo do curso supletivo com suas respectivas atividades, áreas de estudo, disciplinas e carga horária semanal e total.

Quadro 01 – Currículo do Ensino Supletivo conforme quadro publicado pela FSP em 30.10.1972

Matérias (Núcleo Comum e Parte Diversificada)	Atividades (A), Áreas de Estudo (E) e Disciplinas (D)		Carga Horária semanal (média) para cada série semestral				Carga horária total em hora/aula (4 semestres de 20 semanas)	
	Educação Geral	Formação Especial	1ª	2ª	3ª	4ª	EG	FE
Comunicação e Expressão	Língua Portuguesa (E)	-	3	3	3	3	240	-
	Educação Física (A)	-	3	3	3	3	240	-
	Desenho (E)	-	3	3	3	3	240	-
Estudos Sociais	Estudos Sociais (E) (História, Geografia, Organização Social e Política do Brasil)	-	2	2	4	4	240	-
	Educação Moral e Cívica (E)	-	2	2	-	-	80	-
Ciências	Matemática (E)	-	3	3	3	3	240	-
	Ciência Físicas e Biológicas (incluindo-se Higiene e Saúde) (E)	-	3	3	3	3	240	-
Arte Musical	Canto Orfeônico (A)	-	1	1	1	1	80	-
Formação Profissional	-	Práticas das Operações da Ocupação escolhida (incluindo a “Preparação do Trabalho”) (D)	12,5 + 4	12,5 + 4	12,5 + 4	12,5 + 4	-	1320
Totais de hora/aula	-	-	36,5	36,5	36,5	36,5	1600	1320

Explicando detalhadamente a Reforma aos leitores, a *Folha* buscava esclarecer quase didaticamente as novas mudanças educacionais implantadas pelo governo. Na notícia “Além de exames, também os cursos” de 30 de outubro de 1972, o veículo diário

prestou-se novamente a explicar e justificar aspectos da Reforma notificando que a *qualificação* para o trabalho consistia em:

- a) No 1º Grau, inicialmente por intermédio de sondagem de aptidões e posteriormente na iniciação para o trabalho; e, supletivamente, por intermédio dos cursos de aprendizagem supletiva, ainda, por cursos intensivos de qualificação profissional;
- b) No 2º Grau, por habilitações profissionais; supletivamente, por cursos intensivos de qualificação profissional (FSP, 30/10/1972, p. 04).

Segundo o relator Valnir Chagas, a qualificação baseava-se obrigatoriamente em cursos, e não apenas em exames, e visava predominantemente à profissionalização, sem preocupações de educação geral. O relator da Reforma do ensino definia a qualificação como um “recurso precioso para aumentar, diversificar e, sobretudo, acelerar a formação de recursos humanos ajustados às peculiaridades das diversas regiões do País” (FSP, 23/07/1972, p. 22).

A *aprendizagem* era vista como uma modalidade de ensino que estaria incluída na qualificação para o trabalho composta pelas características do processo ou sistema de formação profissional. No Parecer 699/72, o professor Valnir Chagas a teria definido assim: “Aprendizagem é a formação metódica do trabalho, a cargo das empresas ou de instituições por estas criadas e mantidas”, como o SENAI e o SENAC (FSP, 30/10/1972, p. 04).

Esclarecia o jornal que a partir dos 15 anos o jovem poderia freqüentar o curso supletivo correspondente às quatro últimas séries do 1º Grau e, dessa maneira, recuperar o tempo podendo prosseguir com os estudos ao nível do 2º Grau. Além disso, o intuito do Ensino Supletivo era possibilitar ao jovem de 14 a 18 anos a preparação para o trabalho e, simultaneamente, a aprendizagem de uma educação geral que lhe permitisse prosseguir os estudos no ensino de 2º Grau. Nesse sentido, “quando nos estudos de 2º Grau o jovem optar por habilitação profissional igual ou afim àquela já aprendida no Curso de Aprendizagem, a parte de formação especial realizada poderia servir-lhe de crédito para estes estudos” (FSP, 30/10/1972, p. 04).

Segundo a *Folha*, a qualificação e a aprendizagem poderiam desenvolver-se mediante planos que adotassem o princípio de intercomplementaridade, previamente aprovados pelo CEE, mediante convênios entre instituições ou estabelecimentos de ensino, que deveriam solicitar autorização prévia à SEE/SP para o seu funcionamento.

O pessoal docente do Ensino Supletivo, continuou o jornal, precisaria ter um preparo adequado às características especiais desse tipo de ensino, cujas normas seriam fixadas pelo CEE.

Experiências pedagógicas relativas ao Ensino Supletivo, com regimes diferentes dos fixados pela Deliberação nº 30/72, poderiam ser autorizadas pelo CEE, desde que devidamente fundamentados, ressaltou o diário paulista.

Em matéria noticiada pela *Folha* em 23 de julho de 1972, o impresso questionou: Por que o ensino supletivo ganhara tanta notoriedade na década de 1970? A própria FSP respondeu que “a resposta, ou parte dela, poderia ser encontrada em todo um capítulo da Lei 5.692, que implantou a Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus” (FSP, 23/07/1972, p. 22). Para o veículo diário, nas atividades de dois órgãos federais e um estadual – incumbidos da profissionalização nos setores da indústria e do comércio – poderiam também ser encontradas algumas das razões para o aumento da difusão desse tipo de ensino, uma vez que o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), o SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) e o SES (Serviço de Ensino Supletivo Estadual) eram responsáveis pela formação de mais de meio milhão de pessoas nos diversos setores de atividades profissionais.

Para além das razões administrativas apontadas pela *Folha*, o que estava em jogo nos anos 1970 era o fato de que o analfabetismo e os baixos níveis de escolaridade da população se colocavam como uma questão a ser resolvida com urgência. Nessa perspectiva, o estudo de Freitas (2009) nos aponta que os objetivos do ensino supletivo voltavam-se, portanto, para a recuperação do atraso, a atualização do presente e a formação de mão de obra adequada ao projeto de desenvolvimento nacional.

Diante disso, o Estado cuidou não apenas da expansão da escolarização formal como também de cursos paralelos, como o Mobral²⁸, o Projeto Minerva²⁹, o Projeto

²⁸ O Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) foi criado seguindo a política diretiva e intervencionista do regime militar. O objetivo principal do Mobral era promover a alfabetização do País e, com isso, promover o desenvolvimento nacional. A programação do Mobral compreendia cursos de alfabetização e de educação continuada para o trabalho (integrada). O atendimento do Mobral incidiu, inicialmente, sobre a população urbana analfabeta e na faixa etária de 15 a 35 anos. A estrutura administrativa descentralizada formava-se por quatro níveis: Mobral central, as coordenações regionais, as coordenações estaduais e as comissões municipais. A estrutura organizacional era composta por gerências (pedagógica, mobilização comunitária, assuntos financeiros, atividade de apoio) e assessorias (organização e métodos, supervisão e planejamento). O Mobral, como se sabe, não foi o primeiro esforço alfabetizador. Mas foi a primeira vez que o governo se encarregou de implantar um movimento que, antes de mais nada, alfabetizasse a força de trabalho e elevasse, mesmo que um mínimo, o seu nível de qualificação. E foi também a primeira vez que a alfabetização assumiu um caráter ideológico e visou de forma explícita inculcar no operariado os valores do capitalismo autoritário. No entanto, este projeto não

Saci³⁰, a Telenovela “João da Silva”³¹ e outros cursos supletivos. Contudo, haja vista os limites dessa pesquisa, os projetos educacionais de ensino supletivo instituídos pelo governo no decorrer da década de 1970, mesmo sendo notícia recorrente no jornal *Folha de S. Paulo*, não serão contemplados neste estudo.

No entanto, vale a pena lembrar que notícias sobre o Mobral, como a representada abaixo, foram recorrentes no jornal paulista durante os anos 1970. Segundo nossa observação, a *Folha* foi um importante instrumento de propaganda do Mobral, especialmente na primeira metade da década de 1970, ao publicar uma diversidade de notícias que caracterizavam o Mobral como um programa de alfabetização provido de infra-estrutura e material sofisticado com biblioteca, aparelho de som e rádio, fita k7, entre outros.

alcançou o objetivo ao qual se propunha: erradicar o analfabetismo em todo o território nacional (FREITAG, 2005, p.156-59).

²⁹ O Projeto Minerva, criado em 1976, era um dos projetos educacionais mais ambiciosos organizados pelo governo federal. Como noticiou a *Folha de S. Paulo* em 9 de setembro de 1975, visava suprir a carência do ensino básico regular para todos. Consistindo em oferecer transmissões via rádio das aulas do curso de 1º Grau; o projeto ainda possuía “radiopostos”, onde os alunos ganhavam apostilas, ouviam as aulas e recebiam apoio dos monitores, inclusive para exercícios práticos. O impresso desta data informava que “os programas transmitidos diariamente, de 2ª a 6ª feira, correspondiam ao currículo fixado pelo Conselho Federal de Educação, que compreenderia as seguintes disciplinas: Comunicação e Expressão, Estudos Sociais e Ciências, Educação Moral e Cívica, Educação Artística, Educação Física e Programas de Saúde” (FSP, 09/09/1975, p. 16). Ao concluir o curso, o aluno recebia certificado oficial de conclusão do 1º grau e, com isso, poderia prestar os exames supletivos oficiais promovidos duas vezes por ano pela Secretaria da Educação para cursos presenciais.

³⁰ O Projeto Saci (Satélite Avançado de Comunicações Interdisciplinares), criado em 1967, seria um projeto que utilizaria tecnologias aplicadas à educação. Em meados dos anos 1970, o programa era patrocinado pelo Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE), pelo governo do Estado e pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Com a utilização dos satélites norte-americanos ATS-3 e ATS-6, eram transmitidas para o Rio Grande do Norte aulas geradas em São José dos Campos, no Estado de São Paulo. Em dezembro de 1972, iniciaram-se as transmissões dos programas de Rádio e TV com os objetivos de: capacitação do magistério leigo, com curso supletivo; e, em 1973, teve início o curso para crianças de 1ª e 2ª séries do 1º Grau, na rede formal de ensino. Esses programas foram gravados em fitas (rádio) e audio-tape (TV) e enviados para o Rio Grande do Norte.

O Projeto Saci atingiu no ano de 1975, 70 dos 150 municípios do Rio Grande do Norte. Utilizava-se para a transmissão dos programas o sinal da TV Universitária, canal 5, de Natal e as emissoras de Educação Rural de Natal, Mossoró e Caicó. Para a transmissão das aulas no período experimental do Projeto Saci a estação de São José dos Campos emitia sinais que eram captados pelo satélite e, posteriormente, retransmitidos a estação receptora, em Natal, que, por sua vez, transmitia às escolas. Algumas escolas norte rio grandenses possuíam TV, outras apenas rádio, outras TV e rádio. “O Projeto Saci compreendia 228 escolas com televisão, 214 com rádio e 34 que utilizam os dois meios, num total de 476. Dessas escolas, 167 eram estaduais e 309 municipais, atendendo cerca de 19 mil alunos” (FSP, 23/09/1975, p. 17).

³¹ A telenovela “João da Silva”, programa de ensino supletivo, transmitia, via TV-Educativa o ensino das quatro primeiras séries do 1º Grau nos estados brasileiros do Rio Grande do Sul, Pernambuco, Paraná, Amazonas, Acre, Roraima, Rondônia e Amapá.

Fora isso, criou-se certa simpatia entre o Estado e os meios de comunicação de massa, em mãos da iniciativa privada. Alguns desses cursos foram transmitidos não apenas pela rede de emissoras educativas, criadas pelo governo, como também por emissoras de rádio e televisão da rede privada. Editoras particulares cuidaram da produção de apostilas que acompanhavam alguns cursos, como foi o caso do Mobral.



Figura 16 – Notícia da FSP sobre o Mobral de 11.09.1971

Em termos quantitativos, os resultados dessa política ficaram aquém do esperado: a taxa de analfabetismo entre a população brasileira de dez anos ou mais era de 32,8% em 1970 e passou para 25,5% em 1980³². Com isso, verifica-se que, apesar de alfabetizar parte da população, não se cumpriram as expectativas esperadas pelo governo.

Em termos qualitativos esses projetos de alfabetização das massas foram também desastrosos. Interessa notar que ao mesmo tempo em que o modelo de ensino a distância (EAD), presente nos vários projetos de alfabetização do governo, surge como uma possibilidade de democratização da educação configura-se também como algo inferior, desprovido de qualidade, uma vez que quando foram feitas as primeiras propostas que envolviam a utilização da metodologia à distância, os professores não estavam preparados e não haviam sido capacitados para trabalhar novas metodologias de ensino por meio das novas mídias disponíveis naquele momento.

³² Censo de 1980 e PNAD de 1983.



Figura 17 – Estudante do curso supletivo do Mobral em 09.09.1975

Em sua coluna sobre Educação no jornal *Folha de S. Paulo*, Perseu Abramo, ao realizar um balanço sobre os investimentos governamentais no âmbito educacional no início da década de 1970, destacou o que, segundo o editorialista, poderia ser chamado de “o fracasso do supletivo” e que algo estaria errado com este tipo de ensino. No dizer de Abramo, esse tipo de exame foi inicialmente idealizado para resolver um problema individual e social, ou seja,

[...] permitir que retomassem os estudos os que, por uma razão ou por outra, neles não haviam ingressado em época oportuna ou deles se haviam afastado de forma intempestiva. Ao longo dos anos, este tipo de ensino recebeu diferentes denominações como: artigo 99, Madureza, Supletivo, enfim, uma sucessão de nomes foi

acompanhando a mudança da realidade que se traduziu, como sempre, em alterações quantitativas e qualitativas (ABRAMO, FSP, 31/12/1972, p. 13).

Nos anos 1970, segundo Perseu Abramo, “o supletivo [era] a rede fina da peneira”. Tais peneiras foram consideradas pelo editorialista como:

A matrícula na 1ª série do 1º Grau; o antigo exame de admissão, eliminado [com a Lei 5.692/71], mas substituído pela chamada “falta de vagas”; o vestibulinho ao 2º Grau; o vestibular que, pouco a pouco, transformou-se no eixo central em torno do qual giram escolas, famílias, cursinhos, entidades selecionadas, dinheiro, taxas, talões, cartões etc.; e, agora também com sua importância cada vez maior, os exames supletivos (ABRAMO, FSP, 31/12/1972, p. 13).

Conforme identificou Abramo, 160.000 candidatos prestaram os exames supletivos em 1972, no entanto mais de 80% foram reprovados em pelo menos uma disciplina; Português e Matemática eliminaram cerca de 90% dos candidatos. Dessa forma, 100 mil desses candidatos continuaram sem prosseguir os estudos e deveriam tentar, novamente, no ano seguinte, até que com o passar do tempo desistissem de qualquer tentativa de voltar à escola. Para o editorialista, o supletivo, originalmente pensado para aproximar a escola do cidadão, transformou-se nesse período em um dispositivo para afastar o cidadão da escola.

Com efeito, observa-se que a *Folha* colaborou na difusão das novas metodologias de ensino daquele período, à medida que informava o seu leitor sobre as iniciativas brasileiras de expansão da educação através de projetos e programas que utilizavam a EAD como modelo válido de ensino. A esse respeito, interessa notar a importância da imprensa para a propaganda das políticas do governo federal, ao passo que no discurso do veículo diário, verifica-se um posicionamento favorável à metodologia do ensino à distância por considerá-la uma das poucas alternativas viáveis para a promoção do ensino nas regiões brasileiras onde a realidade sócio-educacional não possibilitava a concretização de uma educação formal.

Porém, o próprio jornal noticiou as vicissitudes e os impasses da implantação desse tipo de metodologia. Vale ainda notar que nenhum desses projetos vingou e os problemas educacionais relacionados à expansão do ensino permaneceram independentemente do tipo de tecnologia educacional utilizada. Apesar de tudo, não é inegável que houve algum progresso na área.

Não obstante, reitera-se a recorrência de notícias e artigos sobre os cursos de 1º e 2º Graus na modalidade à distância durante todo o período estudado. Notícias sobre Projeto Minerva, Projeto Saci, Mobral, enfim, eram publicadas de forma recorrente pelo jornal. Diante disso, surge o questionamento: Essa divulgação expressiva da expansão do ensino através da EAD teria contribuído para uma representação de queda na qualidade da educação? Teria o jornal forjado a imagem da queda na qualidade do ensino?

2.2.2 A avaliação escolar na nova reforma do ensino

Quanto à avaliação do aproveitamento escolar, o jornal *Folha de São Paulo* destacava que a Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus havia dado maior ênfase aos aspectos qualitativos da aprendizagem sobre os quantitativos, na medida em que a avaliação passou a ser expressa em conceitos ao invés de notas. De fato, a Lei Federal estabeleceu a recuperação paralela exigindo que os estabelecimentos de ensino funcionassem no período de férias para oferecerem estudos de recuperação aos alunos com aproveitamento escolar insuficiente.

A respeito da aferição da frequência, conforme as prescrições da Lei, “o aluno que não obtiver 75% da frequência total poderá ser aprovado, desde que tenha aproveitamento superior a 80% da escala de notas adotadas ou menções consideradas pelo estabelecimento” (PENTEADO, FSP, 19/09/1971, p. 64).

Mais uma vez, percebemos que a *Folha* buscou explicar o alcance inovador e democrático das mudanças instituídas pela Reforma de 1971.

Para o articulista do jornal paulista:

Apenas a consideração dessa nova forma de dirigir a aprendizagem escolar, auspiciosa sob vários aspectos, deverá exigir uma cuidadosa planificação do ensino, com a discriminação de horários, responsabilidade do professor que dirigirá a recuperação e forma de pagamento para tais trabalhos extras tão necessários para a elevação do nível de ensino nas escolas primárias e secundárias (PENTEADO, FSP, 27/06/1971, p. 61).

Aliás, para a execução da Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus em seus vários aspectos, seria necessária a elaboração de um amplo planejamento na rede de escolas públicas. Essa medida político-administrativa foi ressaltada pelo impresso ao destacar em notícia publicada pela *Folha* em 22 de agosto de 1971 que o governador Laudo Natel (1971-1974) havia incluído a educação entre as metas básicas de sua

administração, além de determinar prioridade aos estudos e levantamentos a serem realizados nesse sentido pelas Secretarias da Educação e do Planejamento. No estado paulista foi estabelecido “um cronograma de implantação da Reforma, levando em conta todos os aspectos ligados ao problema, como readaptação do pessoal docente, a formação de novos professores e técnicos de ensino, as construções escolares e até as providências de caráter jurídico para a aplicação do novo sistema” (FSP, 22/08/1971, p. 11).

Diante do exposto, verificamos que a *Folha de São Paulo*, nos primeiros anos após a promulgação da Lei 5.692/71, foi um importante instrumento de publicidade do governo. Observamos que o impresso trouxe as notícias sobre a Lei do ensino como mera informação, sem uma problematização mais incisiva. Embora em raras exceções, na maioria das notícias a redação do jornal não elaborou críticas ou teceu comentários sobre a Reforma, a não ser parabenizando a iniciativa do Governo Federal e do Ministério da Educação e Cultura em reformular o ensino com vistas a democratizá-lo. Nesse sentido, pode-se inferir que o jornal foi um importante meio de legitimação das ações governamentais. Isso pode ser explicado pelo fato de que até 1975 a *Folha* estava atrelada ao regime militar em decorrência do pagamento das dívidas contraídas pela empresa em períodos anteriores.

3 PLANO DE IMPLANTAÇÃO DA REFORMA DO ENSINO DE 1º E 2º GRAUS: O PROJETO DE REDISTRIBUIÇÃO DA REDE FÍSICA NO ESTADO DE SÃO PAULO



Figura 18 – Notícia de capa da FSP sobre a reestruturação da rede física de 05.03.1976

Como se observa na capa do jornal *Folha de S. Paulo* do primeiro dia letivo do ano de 1976, a implantação da Reforma Educacional de 1971 provocou um verdadeiro caos na educação do Estado de São Paulo.

Segundo noticiou a *Folha*, o início do ano letivo daquele ano para grande parte dos três e meio milhões de escolares de 1º e 2º Graus da rede oficial do Estado de São Paulo ocorreu em meio a confusões e deficiências provocadas pela inadequada implantação dos princípios de remanejamento de professores e redistribuição de alunos pela rede de escolas públicas do estado.

O impresso paulista destacou que em diversas escolas da Capital não foram poucos os pais de alunos que protestaram, alegando que não sabiam em que escola seus

filhos estavam matriculados ou mesmo se realmente o estavam. Outros se queixavam das mudanças compulsórias de turmas, horários, períodos, escolas e mesmo bairros.

Muitos professores tiveram de se defrontar pela primeira vez com o trabalho docente em escolas novas, com horários diferentes dos habituais, quando não reduzidos, e assumindo, por vezes, disciplinas para as quais não estavam preparados.

Desde a promulgação da Lei 5.692/71 e durante toda a década de 1970 e início da década de 1980, a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEE/SP) defendia no jornal as providências administrativas e pedagógicas que vinha adotando. Inclusive, no período da reorganização física das escolas de 1º e 2º Graus, iniciada a partir de 1975, o secretário da Educação, José Bonifácio Coutinho Nogueira, relatou à *Folha de S. Paulo* que estaria inteiramente preparado para justificar e defender os sistemas de implantação adotados, assim como estaria atento para corrigir erros que por ventura pudessem ocorrer nos procedimentos da implantação. Mas, ressaltou: “erros individuais, não sistemáticos. A Secretaria da Educação está inteiramente preparada para corrigi-los” (FSP, 05/03/1976, p.1).

Mesmo com os resultados desastrosos apresentados no início do ano letivo de 1976 para a implantação da Lei, principalmente no que se refere à integração dos antigos ensinos primário e ginásial numa escola básica de oito anos e obrigatória para alunos de 7 a 14 anos de idade, bem como a adaptação ao novo sistema, o governo do Estado de São Paulo e a SEE/SP, realizou na primeira metade da década de 1970 um planejamento prévio e o Plano Estadual de Implantação da Reforma, elaborado pelo Conselho Estadual de Educação (CEE).

A Lei 5.692/71, apesar de ter sido sancionada em 1971, apenas foi implementada no ano de 1976. Diante disso, perguntamos: Por que essa Lei demorou 5 anos para ser implementada? Acreditamos que esse hiato entre a promulgação e a implementação da Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus seria um indício da enormidade da mudança, no sistema de ensino, prescrita pela Reforma de 1971, principalmente no que se refere à extensão da escolaridade obrigatória de quatro para oito anos.

Dessa maneira, discorreremos nesse capítulo sobre as iniciativas dos órgãos governamentais no processo de planejamento e implantação da Lei 5.692/71 e os discursos da comunidade escolar no momento de implementação da Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus. Não obstante, procuraremos questionar o papel do jornal na construção da representação social sobre as modificações trazidas ao ensino pela Reforma de 1971.

3.1 Do Planejamento Prévio a Implantação da Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus

Entre 1971 e 1976 o veículo diário publicou diversos artigos informando sobre as várias medidas tomadas pelo governo paulista para a implantação da Reforma do ensino. Como veremos na seqüência deste trabalho, a *Folha* dedicou-se a fazer a propaganda das ações e iniciativas dos órgãos governamentais do Estado de São Paulo de modo a reforçar os preceitos da Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus, além de publicar notícias cuja divulgação fosse do interesse de seus leitores.

Em artigo à *Folha de S. Paulo* publicado no dia 16 de agosto de 1971, J. Penteado informou algumas das modificações trazidas ao ensino pela Reforma e como deveria ser o seu processo de implantação. Em relação ao processo de implantação o jornalista relatou que a Lei estabeleceu, por intermédio do artigo 72, que sua implantação seria feita progressivamente:

[...] segundo as peculiaridades, possibilidades e legislação de cada sistema de ensino, com observância do Plano Estadual de Implantação que deverá seguir-se a um planejamento prévio elaborado para fixar as linhas gerais daquele e disciplinar o que deva ter execução imediata (PENTEADO, FSP, 16/10/1971, p. 20).

No Estado de São Paulo, logo após a sanção da Reforma Educacional, no dia 24 de agosto de 1971 o governador Laudo Natel (1971-75) assinou decreto criando o grupo-tarefa encarregado da elaboração do planejamento prévio que deveria oferecer subsídio para o Plano Estadual de Implantação da Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus. Além disso, abriu o crédito especial de Cr\$ 2 milhões para as despesas desses estudos, informou a *Folha*.

Conforme declarou o governador Laudo Natel à *Folha*, ao assinar o decreto de criação do grupo-tarefa, cerca de oitenta projetos prioritários seriam definidos até março de 1972 pela SEE/SP, pois, uma vez concluídos os trabalhos o Estado paulista teria condições reais de implantar a Reforma no 1º e 2º Graus de modo a estabelecer uma nova dinâmica para o ensino paulista.

O grupo de trabalho (GT)³³ criado pelo governador para fazer o Planejamento Prévio e o Plano Estadual de Implantação da Reforma de 1º e 2º Graus era formado por representantes das secretarias da Educação e do Planejamento. O GT teve a incumbência de planejar todos os aspectos relativos à Reforma do 1º e 2º Graus, que estabeleceu uma nova dinâmica para o sistema educacional do Estado. De acordo com o decreto que criou o grupo, o GT deveria apresentar relatórios parciais para exame da Secretaria da Educação. O documento final sobre o planejamento deveria ser entregue até 15 de dezembro de 1971 à SEE/SP e tinha como finalidade fixar as primeiras providências para a implantação da Reforma, publicou a *Folha*.

Entre outras normas, o decreto estabelecia que o resultado dos estudos, com o planejamento prévio e o Plano da Reforma, seria submetido ao CEE. O documento também autorizava a SEE/SP a atribuir ao grupo outras atividades relacionadas com os estudos.

O GT, por sua vez, poderia solicitar auxílio a todos os órgãos diretamente ligados à administração, a pessoas ou instituições privadas, além de propor a admissão, a título precário, de pessoal técnico e administrativo para funções que não possam ser exercidas por funcionários da SEE/SP, contratando o serviço de terceiros para tarefas especiais (FSP, 25/10/1971, p. 9).

Conforme publicação do impresso, a SEE/SP considerou tarefa prioritária para o ano de 1971 a elaboração de um documento básico pelo GT que, sob o título de Planejamento Prévio para a Implantação da Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus no Estado, consubstanciaria, em forma de planejamento global, todas as diretrizes da administração referentes aos vários aspectos do sistema de educação em São Paulo.

Esse documento, entregue ao governador Laudo Natel, serviria de subsídio ao Plano Estadual de Educação e ao Plano Setorial do governo nesta área. Afirmou ainda a secretária da Educação:

³³ O GT era constituído por representantes das Secretarias da Educação e do Planejamento, composto, portanto, pelos seguintes membros: Carlos Correa Mascaro, assessor de gabinete da SEE/SP, que exerceria a função de coordenador; Maria Iracilda Robert, diretora do Departamento de Ensino Secundário e Normal; Tereseinha Fram, diretora da Divisão de Assistência Pedagógica; Walter Toledo Silva, diretor do Departamento de Ensino Técnico; Antonio Carlos Coelho Campino e Egas Moniz Nunes, assessores especiais da Secretaria do Planejamento (FSP, 25/10/1971, p. 9).

[...] diante da falta de dados sobre a situação do sistema de ensino do Estado, foi efetuada uma análise da realidade educacional paulista e a identificação de seus problemas básicos para, então, definir um plano de trabalho para o período 1971-74, garantindo a racionalidade de sua operação administrativa, o aumento de sua produtividade e a qualidade técnica de seus serviços (FSP, 13/10/1971, p. 4).

A Carta Escolar foi um dos projetos prioritários elaborados pela SEE/SP para otimizar o planejamento de implantação da Reforma do ensino de 1º e 2º Graus. Conforme publicou a *Folha de S. Paulo*, a Carta Escolar compreendia um sistema de levantamento e acompanhamento permanente da evolução escolar, além de ser uma “importante peça do programa de redistribuição das unidades, do planejamento do ensino, dos trabalhos de avaliação, da integração professor-aluno e escola-empresa, além da supervisão geral” (FSP, 08/01/1972, p. 8). Nos levantamentos acompanhados de avaliação da situação escolar global do Estado, seriam seguidas as linhas gerais da metodologia traçada pelo Centro Nacional de Recursos Humanos.

Segundo o diário paulista, a Carta Escolar seria implantada em caráter permanente e teria atualização anual. Como suporte físico para a Carta Escolar, haveria cartas topográficas e dados geográficos para localização das escolas. Esses mapas, cuja falta sempre foi sentida pela administração educacional do Estado, seriam complementados por fichas de cada escola, com minuciosas informações complementares de forma a assegurar uma base racional às decisões da administração.

Além da Carta Escolar, os outros projetos prioritários do governo estadual eram: “dos centros interescolares, o da reciclagem (preparo de professores para o novo ensino), o do Centro de Recursos Humanos para a Educação e o de estudo sobre o mercado de trabalho e da assistência ao escolar” (FSP, 08/01/1972, p. 8).

Os projetos prioritários que começaram a ser executados em março de 1972 deveriam estar integralmente lançados em 1973. Neles o governo do Estado utilizaria recursos próprios e financiamento decorrentes de convênios a serem firmados com diversos organismos, por intermédio do Ministério da Educação, explicava o jornal.

O governo do Estado encaminhou ao Ministério da Educação, para obter financiamentos complementares, os estudos de implantação dos projetos básicos de reforma do ensino. Desses projetos, o mais dispendioso e, também, o mais importante, para a *Folha*, foi o da criação de uma rede de centros interescolares no Estado. Reunindo recursos e equipamentos especializados na Capital e no Interior, os Centros

Interescolares, experiência então inédita no País, destinavam-se, sobretudo, à aplicação do ensino especial, nele incluída a parte profissionalizante do currículo. A localização dos centros interescolares seria determinada para atender o maior número de escolas possível.

O Centro Interescolar visava a implantação das modificações curriculares do ensino de 2º Grau, compreendendo:

[...] a organização de um complexo escolar que reuniria escolas de educação geral e escolas profissionais de várias áreas do conhecimento, com vistas ao seu entrosamento e intercomplementaridade a fim de aproveitar a capacidade ociosa de umas para suprir as eventuais deficiências das outras (FSP, 01/11/1972, p. 12).

O projeto de reciclagem do pessoal seria implantado em 4 etapas, a partir de um núcleo central de 100 monitores treinados pela Divisão de Assistência Pedagógica da Coordenadoria do Ensino Básico e Normal. Esse programa, também de custo elevado, conforme evidenciou o jornal paulista, seria executado até que tivessem sido capacitados 60 mil professores do antigo ensino primário e 40 mil do antigo nível médio, no menor prazo possível.

O Plano de implantação da Lei 5.692/71 determinava, ainda, em seu artigo 75, que na implantação do regime instituído deveriam ser observadas as seguintes prescrições:

I – As atuais escolas primárias deverão instituir, progressivamente, as séries que lhes faltam para alcançar o ensino completo de 1º Grau; II – Os atuais estabelecimentos que mantenham ensino ginásial poderão continuar a ministrar apenas as séries que lhes correspondem, redefinidas quanto à composição curricular, até que alcancem as oito séries da escola de 1º Grau (FSP, 11/01/1972, p. 2).

Dessa maneira, a investigação realizada por Minguili (1984) assinala que o Governo do Estado, através do Decreto nº 52.867/72, determinou que a partir do ano de 1972, devido à precariedade e a falta de prédios escolares, a 5ª série poderia ser instalada nos antigos estabelecimentos de curso primário e que os estabelecimentos de curso ginásial, instalados em prédios de grupos escolares desde 1970, seriam integrados a esses grupos formando uma única unidade de ensino de 1º Grau.

Entretanto, em carta enviada à seção “Cartas à Redação” um leitor do Interior escreveu ao jornal *Folha de S. Paulo* criticando a implantação da Reforma, pois, segundo ele, “enquanto em um mesmo prédio funcionar ginásio e grupo escolar ou escola agrupada, o ginásio não instalará as 5ª séries em 1972” e que “somente as unidades do ensino secundário que funcionam em prédio próprio poderão instalar as 5ª séries sob suas jurisdições. E só as 5ª séries”. A medida – continuou o leitor da *Folha*:

[...] além de contrariar a Lei, estabelece o início do esvaziamento das atuais escolas secundárias em benefício da hipertrofia das atuais escolas primárias, pois, enquanto estas deveriam criar classes até completarem a 8ª série, como determina a Lei, aquelas permanecerão como estão, sem possibilidades de formarem as 4 primeiras séries do 1º Grau, como também institui a Lei (FSP, 11/01/1972, p. 2).

Em seguida, em cumprimento às determinações da Lei 5.692/71, a Resolução nº 27/71 do Conselho Estadual de Educação, homologada no dia 11 de janeiro de 1972, pela secretária Esther de Figueiredo Ferraz, dispunha que “a partir do ano de 1972 será vedado o chamado exame de admissão no primeiro grau, podendo, em casos especiais, as entidades mantenedoras realizarem prova de classificação sempre que o número de candidatos for superior ao número de vagas” (FSP, 12/01/1972, p.26). O impresso desta data publicou na íntegra a resolução do CEE, afirmando-se, mais uma vez, como porta voz das ações da SEE/SP no que se refere às mudanças no sistema de ensino previstas pela Lei 5.692/71.

Conforme demonstram os trabalhos realizados por Minguili (1984) e Arelaro (1988), as séries dos antigos cursos primários e ginasiais passaram a receber o nome de 1ª a 8ª séries do 1º Grau e as classes do colegial passaram a 1ª a 4ª séries do 2º Grau. Na realidade, os grupos escolares foram inserindo paulatinamente as séries seguintes às primárias conforme o avanço na escolarização dos alunos daquele estabelecimento. Assim, os alunos, em sua maioria, permaneceram nas mesmas escolas em que cursaram as primeiras quatro séries do 1º Grau.

Analisando o estudo realizado por Souza (2008), observamos que a integração dos antigos ensinos primário e ginasial demandava também a articulação do currículo, a adaptação do espaço à clientela escolar e adequação da estrutura administrativa e pedagógica da escola para o atendimento de um grande número de alunos. Para tanto, a Secretaria da Educação realizou a elaboração dos chamados Guias Curriculares propostos para as matérias do Núcleo Comum do 1º Grau. Essa medida foi vista pelos

administradores do ensino paulista como um importante passo para a estruturação da escola fundamental de oito anos, pressupondo o currículo como eixo norteador da ação educativa, de forma a garantir unidade e continuidade entre as séries do ensino de 1º Grau.

Como acentuou Martins (2002) em suas investigações, esse novo currículo seguiu os ditames da abordagem tecnicista entremeado pela linguagem da Tecnologia Educacional, valorizando a eficácia e a eficiência. Houve um deslocamento da idéia de ensino como transmissão de conhecimentos, conceitos e teorias, que constituía o fundamento das escolas primárias e secundárias até os anos 60, para um ensino capaz de mudar os alunos, com vistas à formação do aluno reflexivo, criativo e comunicativo. O fato é que o conhecimento deixou de ser um fim da atividade escolar e passou a ser um meio visando um novo tipo de formação.

Segundo Nelio Lima, redator do jornal, São Paulo foi o primeiro Estado a aplicar no ano de 1972 a Lei nº 5.692/71. Porém, cumpre assinalar que “o Grupo-Tarefa optou pela implantação gradativa da Reforma do ensino no Estado, escolhendo inicialmente determinadas cidades, que iriam constituir os ‘núcleos-pilotos” (LIMA, FSP, 25/01/1972, p. 14), uma vez que a Lei estabelecia exigências que não poderiam ser atendidas de imediato, mesmo que fosse por uma pequena porcentagem de cidades paulistas, apesar de o Estado de São Paulo ser considerado o de melhor nível educacional do País.

Assim, a primeira informação noticiada pela *Folha* sobre o processo de implantação da Reforma no Estado era que apenas algumas cidades seriam atingidas no primeiro ano, isto é, em 1973, uma vez que, na visão do redator do impresso, eram poucas as cidades em condições de adotar o novo sistema imediatamente devido a várias exigências, dentre elas:

A cidade precisa ter possibilidade imediata de atender à capacitação dos professores. A nova Lei exige que os professores passem por cursos de adaptação ou reciclagem; isso só seria possível em cidades onde haja cursos superiores. Já no ano passado – em 1971 – a secretária Esther de Figueiredo Ferraz, da Educação, fazia essa advertência aos professores: *Os professores do Estado deverão estar preparados para a reforma do ensino. Cursos de reciclagem durante as férias são necessários* (LIMA, FSP, 25/01/1972, p. 14, grifos meus).

Para Nelio Lima, a exigência de capacitação dos professores decorria do fato de que os professores do Estado possuíam, até o início da década de 1970, qualificação unilateral, pois eram professores ou do curso primário ou do curso ginasial. Com a Lei 5.692/71, os dois cursos foram unificados e, com isso, deveria existir apenas professores do curso de 1º Grau.

Além disso, a Lei 5.692/71, em seu artigo 76, especificava que a iniciação para o trabalho (no curso de 1º Grau) e a habilitação profissional (característica fundamental do curso de 2º Grau) poderiam ser antecipadas de acordo com as definições de cada Plano Estadual. As condições para antecipação da implantação da profissionalização do ensino seriam as seguintes: “a) ao nível da série realmente alcançada pela gratuidade escolar em cada sistema, quando inferior à oitava série; b) para a adequação às condições individuais, inclinações e idade dos alunos” (PENTEADO, FSP, 16/10/1971, p. 20).

Esta última condição, no entanto, argumentou o articulista do impresso, J. Penteado, deveria ser precedida de uma infra-estrutura técnica e administrativa que assegurasse, efetiva e cientificamente, a medida das aptidões individuais para que a escolha do aluno fosse uma forma consciente de opção, objetivo fundamental e caro às finalidades do novo sistema de ensino.

Nesse sentido, para a implantação da Reforma do ensino, os municípios paulistas precisariam ter órgãos como o SENAI, o SENAC ou escolas industriais e técnicas, pois o Grupo-Tarefa considerava importante a existência de estabelecimentos que já dispunham de infra-estrutura que deveriam integrar-se às demais escolas para complementá-las no desenvolvimento do ensino prático da chamada parte diversificada do currículo, funcionando, desse modo, como “centros interescolares”.

O Plano Estadual de Implantação da Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus foi concluído no dia 11 de março de 1972 pelo Grupo-Tarefa designado pela SEE/SP e coordenado pelo professor Walter Toledo Silva.

3.2 Do Plano Estadual de Implantação da Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus

No Estado de São Paulo, a implantação da Reforma de 1º e 2º Graus foi um processo complexo, multifacetário e de grandes vicissitudes. Em conformidade com a Lei nº 5.692/71, o Plano Estadual de Implantação da Reforma do Ensino de 1º e 2º

Graus foi elaborado e aprovado entre os anos de 1971 e 1972. Segundo as investigações realizadas por Minguioli (1984), o Plano propunha treinamento e aperfeiçoamento de pessoal docente, técnico e administrativo com dois projetos principais: 1) em relação ao calendário de implantação, e 2) quanto à Redistribuição da Rede Física (RRF). O Plano apresentava, ainda, “a política de implantação explicitada através de objetivos, modelos de referências, diretrizes e medidas, núcleos de irradiação, controle e avaliação da implantação. Surgiram os guias curriculares e os treinamentos de pessoal” (MINGUIOLI, 1985, p. 36), a fim de transmitir a todos os agentes educacionais o conteúdo e instrumentos da Reforma.



Figura 19 – Notícia de 10.03.1972 que divulga a conclusão do Plano Estadual de Implantação da Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus.

O Plano Estadual de Implantação da Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus foi entregue no dia 16 de Março de 1972, no Palácio dos Bandeirantes, ao governador Laudo Natel pela secretária da Educação Esther de Figueiredo Ferraz. Como noticiou a *Folha*, o governador afirmou na ocasião que o que estava sendo feito em matéria de

reforma do ensino era “um amplo programa, perfeitamente entrosado com as diretrizes do governo federal, visando a uniformizar os programas e ao mesmo tempo evitar a dispersão dos recursos do Estado” (FSP, 17/03/1972, p. 8).

Para a elaboração do Plano, “o governo do Estado contou com a colaboração de um grupo de trabalho, que envolveu atividades de cerca de 100 técnicos, cada um dos quais ofereceu um pouco do seu esforço e dedicação à causa comum” (FSP, 17/03/1972, p. 8), salientou o governador à *Folha*. A secretária da Educação, Esther de Figueiredo Ferraz, disse ao jornal que para a elaboração do Plano os técnicos trabalharam dia e noite nessa tarefa, que foi o primeiro levantamento completo e o primeiro planejamento sobre a educação no Estado de São Paulo, de acordo com os postulados da Lei 5.692/71.

A *Folha* mencionou em 17 de Março de 1972 que o Plano apresentava mais de mil páginas que foram divididas em quatro capítulos distribuídos em três volumes. Segundo o veículo diário, o conteúdo dos quatro capítulos do Plano de Implantação da Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus versava sobre:

1 – o diagnóstico com análise preliminar sobre os dados referentes ao sistema de ensino no Estado, abrangendo todos os tipos e níveis de ensino, oficial, ou particular, com exceção do 3º Grau;

2 – as diretrizes da política de implantação, definindo uma estratégia que permitiria adequar o sistema de ensino às condições necessárias para a aplicação da Lei 5.692/71. Nesse capítulo, além dos objetivos da implantação, o Plano estabelecia as diretrizes e a sistemática dessa implantação, definindo os objetivos a curto e médio prazo;

3 – o programa de ação, que abrangeria sete setores diferentes, entre eles o ensino de 1º Grau, ensino de 2º Grau, educação especial, educação pré-escolar, ensino supletivo, saúde e alimentação, e programa de assistência material e financeira; e

4 – os recursos para a implantação da Reforma, humanos, organizacionais, físicos ou financeiros. Além de indicar medidas em médio prazo para adequação dos meios disponíveis e outras, como participação dos municípios, salário-educação, criação do Banco da Educação, convênios, orçamentos futuros, entre outros. A racionalização da aplicação dos recursos disponíveis era um dos objetivos dessa parte do Plano.



Figura 20 – Notícia da FSP que registra o momento de entrega do Plano Estadual de Implantação da Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus ao governador Laudo Natel pela secretária da Educação Esther de Figueiredo Ferraz, de 17.03.1972

Em suma, o Plano apresentava um diagnóstico do sistema estadual de ensino; a política de implantação da Reforma a ser adotada; os programas de ação com os respectivos projetos referentes ao ensino de 1º e 2º Graus, ensino supletivo, educação especial, educação pré-escolar, saúde e alimentação; e assistência material e financeira.

A *Folha* publicou que o Plano de Implantação da Reforma de 1971 gerou críticas entre os profissionais do ensino no Estado de São Paulo. O ministro da Educação, Jarbas Passarinho, ao refutar as críticas sobre as dificuldades para a implantação da Reforma do ensino, explicou ao jornal paulista que a implantação do novo sistema educacional não poderia ser uniforme devido às peculiaridades de cada Estado, tanto no que diz respeito ao planejamento como às condições econômicas de cada região.

O artigo 72 da Lei referia que a implantação da Lei 5.692/71 deveria ser progressiva respeitando as peculiaridades dos sistemas educacionais estaduais. Como a

Reforma Educacional implicava reestruturações de grande impacto na rede, para o ministro Passarinho não seria possível implantar todo o 1º Grau e tornar profissionalizante o ensino de 2º Grau em um ano e um mês ou um ano. Diante disso, a Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus deveria ser implantada gradativamente até 1975-76. Segundo o Plano, a Reforma estaria totalmente implantada em todas as escolas paulistas de 1º Grau em 1976. No entanto, em relação à reforma curricular do ensino de 2º Grau esta somente poderia estar completamente implantada em 1978, explicou o impresso em dezembro de 1972.

3.2.1 Do Sistema de Assessoramento da Secretaria da Educação na Implantação da reforma

As medidas administrativas da SEE/SP continuaram a ser noticiadas pela *Folha* que prestava, assim, informação acerca das iniciativas daquela Secretaria no processo de implantação da Reforma do ensino. Acompanhando os artigos do jornal da primeira metade da década de 1970 é possível perceber o modo como os administradores do ensino realizaram o planejamento prévio à implementação da Lei 5.692/71.

Por meio de decreto do governador Laudo Natel, publicado no Diário Oficial do dia 21 de Abril de 1972, foi extinto o Grupo-Tarefa encarregado de elaborar o planejamento prévio e o Plano Estadual de Implantação da Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus da Lei nº 5.692/71, informava o periódico paulista. Assim, “os serviços administrativos e auxiliares, os recursos financeiros e o remanescente dos encargos atribuídos ao Grupo-Tarefa foram transferidos para o Sistema de Assessoramento do Secretário da Educação” (FSP, 27/04/1972, p. 19).

Para assegurar a implantação do Plano, através do Decreto de 20/04/1972, foi criado o Sistema de Assessoramento do Secretário da Educação³⁴ com inúmeras incumbências, das quais se destacam:

Prestar assessoria ao secretário nas proposições da política educacional e de construções escolares; preparar estudos para

³⁴ Segundo a *Folha de S. Paulo*, a assessora do secretário da Educação encarregada da supervisão do projeto de redistribuição da rede física do Estado, na época, era a Professora Maria Aparecida Tamasso Garcia.

estabelecimento de diretrizes gerais e objetivos a serem alcançados pela Secretaria; avaliar os resultados de trabalhos desenvolvidos; propor medidas para o aprimoramento do sistema de ensino do Estado, especialmente quanto à racionalização dos processos pedagógicos e administrativos; propor medidas visando fixar as responsabilidades do Estado e dos Municípios no desenvolvimento do sistema de ensino do Estado; emitir pareceres sobre assuntos a serem submetidos à consideração do Conselho Federal de Educação e aprovação do governador do Estado; instruir, quando solicitado, as decisões do secretário sobre os vários assuntos ligados à Pasta; avaliar as necessidades de recursos para a execução dos programas de trabalho; e, finalmente, emitir pareceres sobre assuntos de sua especialidade, segundo normas estabelecidas pela Secretaria (FSP, 27/04/1972, p. 19).

Conforme noticiava a *Folha*, eram dez os elementos componentes do Sistema de Assessoramento da SEE/SP: Assessores de Política Educacional, de Administração Escolar, de Orçamento e Finanças, de Planejamento Setorial, de Ensino do 1º e 2º Graus; Coordenadores do Ensino Básico e Normal, do Ensino Superior e do Ensino Técnico e o diretor do Fundo Estadual de Construções Escolares (FECE). O grupo de assessores que iria acompanhar e orientar a implantação da Reforma do ensino era composto pelos seguintes membros: Dorival Teixeira Vieira (Política Habitacional), Carlos Correa Mascaro (Administração Escolar), Luiz Pasquale (Orçamento e Finanças), Walter Toledo Silva (Planejamento Setorial), Terezinha Fram (Ensino de 1º Grau) e Rosa Todeschi (Ensino de 2º Grau).

A tarefa de orientar e controlar a execução do Plano de Implantação da Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus, segundo normas aprovadas pelo Grupo de Assessores, ficaria a cargo dos professores Dorival Teixeira Vieira e Walter Toledo Silva.

De acordo com resolução assinada em 11 de Maio de 1972, ao assessor de Política Educacional caberia, entre outras atribuições, analisar a situação geral do sistema de ensino e suas implicações nas diretrizes gerais da Pasta; proceder a estudos pertinentes à política educacional da União e à repercussão desta no âmbito do Estado; estudar as conseqüências das normas fixadas pelos Conselhos Federal e Estadual de Educação nas redes de ensino e identificar as medidas a serem adotadas pela Secretaria; opinar sobre propostas relacionadas com a expansão e o aperfeiçoamento do sistema estadual de ensino (FSP, 12/05/1972, p. 8).

O impresso de 12 de Maio divulgou, ainda, que ao assessor de Administração Escolar caberia coordenar o desenvolvimento de projetos de reforma administrativa,

assistir os órgãos da SEE/SP no desenvolvimento desses projetos, examinar e opinar sobre todas as medidas propostas que envolviam alterações na estrutura da administração do sistema ou das unidades escolares, além de acompanhar e avaliar os resultados das medidas administrativas implantadas, estudar e opinar sobre normas relacionadas com a administração de pessoal e material de ensino.

O assessor de Orçamento e Finanças estudaria e opinaria sobre a execução orçamentária, por parte dos diferentes órgãos da SEE/SP, opinaria sobre as propostas para a elaboração do orçamento-programa e sobre convênios, acordos, auxílios e subvenções; estudaria e proporia medidas que permitissem a melhor utilização dos recursos financeiros disponíveis, bem como a captação de novos recursos; estudaria e opinaria sobre normas relacionadas com a administração financeira no âmbito da competência da SEE/SP, publicou a *Folha*.

Na parte de Planejamento Setorial, assinalava o jornal, caberia ao respectivo assessor, promover estudos para a fixação dos objetivos gerais da SEE/SP; coordenar a elaboração de planos, programas e projetos relativos às atividades da Pasta; e coordenar as atividades do Grupo de Planejamento Setorial da Secretaria.

Conforme dava a ver o impresso paulista, em seus respectivos setores, os assessores de Ensino de 1º e de 2º Graus deveriam estudar e propor normas para: orientação técnica do processo educativo; implementação e aperfeiçoamento dos sistemas de planejamento, supervisão e avaliação do processo pedagógico; regularização do fluxo escolar, assistência e supervisão técnico-pedagógica às redes de ensino municipal e particular; integração dos recursos disponíveis, de modo a evitar a duplicação de meios para fins idênticos; funcionamento do regime de inter-complementaridade entre os estabelecimentos.

Além disso, deveriam, ainda, estudar e opinar sobre normas e programas relacionados com instalações e equipamentos escolares, sobre normas que garantissem a adequação da oferta de habilitação profissional às características do mercado de trabalho nas várias regiões, bem como os recursos físicos disponíveis. Acompanhar e avaliar a produtividade da rede de ensino seria outra atribuição dos assessores do Ensino de 1º e 2º Graus, explicou o veículo diário.

Os coordenadores integrantes do grupo de assessores, por sua vez, deveriam auxiliar e superintender a implantação da Reforma do ensino de 1º e 2º Graus, acompanhar o desenrolar dos trabalhos, avaliar os resultados da execução dos

programas, subprogramas e projetos em que se deveria desdobrar o Plano Estadual de Implantação. Deveriam, também, prestar informações e fornecer subsídios para a execução de medidas e providências ajustadas à Política Educacional do Estado e colocar à disposição do Sistema de Assessoramento os dados levantados sobre as condições do desenvolvimento do ensino (FSP, 12/05/1972, p. 8).

Segundo informação do jornal paulista, ao diretor do FECE caberia prestar informações e fornecer subsídios para a determinação de medidas e providências decorrentes da Política Educacional do Estado, segundo as necessidades e exigências prioritárias da demanda de matrículas da população na faixa etária de escolarização obrigatória.

3.3 Do Fundo Estadual de Construções Escolares (FECE) e da Expansão da Rede de Ensino no Estado de São Paulo

Para o atendimento do aumento da demanda escolar crescente no Estado paulista desde a década de 1950 foi necessário um amplo planejamento no que se refere à ampliação, reforma e construção de prédios escolares. Nesse sentido, a *Folha de S. Paulo* tornou-se um importante veículo de propaganda das iniciativas do governo do Estado de São Paulo no que se refere à expansão da rede pública de ensino estadual e às determinações de extensão da escolaridade obrigatória da Reforma do ensino.

O jornal publicava de forma recorrente as notícias sobre as construções escolares realizadas pelo governo do Estado de São Paulo, através do Fundo Estadual de Construções Escolares (FECE), de modo a acentuar a preocupação do governo estadual em atender a demanda escolar e concretizar a implantação da Reforma do ensino. As notícias sobre a aplicação de recursos para a construção e reforma de prédios escolares em todo o Estado, assim como a enunciação das localidades em que as novas escolas seriam construídas ou ampliadas eram constantes na *Folha*. Essas notícias informativas evidenciavam o papel do jornal enquanto veículo de propaganda e informação aos leitores sobre o empenho do governo estadual para a melhoria da educação, construindo, assim, a representação social acerca das ações do Estado.

Dentro do planejamento para a implantação das determinações previstas pela Reforma ao ensino, a professora Esther de Figueiredo Ferraz mencionava que no ano de 1971 a SEE/SP ofereceu esforços para a planificação de construções escolares através

do FECE. Assim, pretendia-se: atender os municípios do Interior e da Capital com obras de construção, ampliação e reformas de escolas; dar prosseguimento nas obras paralisadas, assim como fornecer equipamentos e materiais. Citava ainda a secretária, conforme publicação do jornal paulista em 13 de Outubro de 1971, os estudos realizados para a fixação de projetos-padrão de construções escolares, bem como o planejamento para atender às necessidades do ensino da Grande São Paulo.

A questão das construções escolares foi divulgada pela *Folha de S. Paulo*, no início da década de 1970, como prioridade do governo estadual para enfrentar o déficit de escolas e salas de aula face à extensão da escolaridade obrigatória a partir da Lei 5.692/71. Para o governador Laudo Natel, “só o ensino primário e o médio exigem a construção urgente de nada menos que 13.887 salas em três anos” (FSP, 11/06/1971, p. 7), uma vez que de acordo com o levantamento sobre a rede física estadual, em 1971, mais de 50% dos prédios escolares estaduais abrigavam dois ou mais estabelecimentos de ensino. Além disso, mais da metade dos prédios, da rede oficial apresentava carência de reformas e melhorias gerais, publicou o periódico paulista.

A programação de construção e reforma em prédios escolares executada pelo Estado tinha por objetivo atender o crescimento da demanda, resolver o problema das escolas mal localizadas e em situações precárias, do funcionamento de escolas com três ou até quatro períodos de aula por dia devido ao excesso de alunos. Além de pretender adequar toda a rede escolar estadual à implantação da Reforma do ensino, observou o veículo diário.

Em carta à seção “Cartas à Redação”, o pai de uma aluna do Colégio Estadual Augusto Meirelles Reis Filho, localizado no bairro do Imirim, na Capital, fez um apelo ao Estado, através do jornal, a respeito da necessidade de reforma nas salas adaptadas da escola:

Elas não tem paredes parciais, vidros nos enormes vitrôs, isolante no teto, fechadura, luz elétrica etc., é uma calamidade [...]. Se faz sol as crianças tem dor de cabeça, pois há uma cobertura metálica, e se chove a sala fica alagada. Apesar do esforço do Sr. Diretor, autoridade alguma tem dado atenção ao problema. No coração da Capital é possível tal situação? Como uma criança pode produzir dessa forma? De que adianta reforma do ensino? (FSP, 03/05/1972, p. 6).

Diante dessa realidade, em meados do ano de 1971, o governador determinou ao FECE que o plano de emergência para construção, ampliação e reforma de prédios

escolares deveria prever, até 1973, quatro mil salas de aula por ano, afirmava o impresso paulista. A *Folha* divulgou que dado o alto índice de reformas a serem executadas nos prédios das escolas, o governador sugeriu ao diretor do FECE, João Pedro de Carvalho, que ampliasse convênios com as prefeituras do Interior. Assim, o governo estadual entregaria a elas o encargo da manutenção das escolas construídas pelo Estado. Segundo o diretor do FECE, a estimativa era de que até 1973 seriam reformadas 5.238 escolas.

A *Folha* destacava que os novos prédios escolares estaduais foram construídos a partir de projetos padronizados, flexíveis, possibilitando ampliações por etapas de acordo com as necessidades da demanda escolar. Com isso, poderia ser eliminado o custo e uma rapidez de 120 dias que seriam necessários para a elaboração de projetos individuais.

O governo do Estado, através do FECE, da Secretaria da Educação, tinha por objetivo oferecer condições que permitissem alcançar e manter satisfatoriamente a rede de prédios escolares, para a implantação do ensino de 1º Grau e atingir o índice de 100% da escolarização de crianças entre 7 e 14 anos de idade, explicava o jornal paulista. Desse objetivo, decorreram metas para curto e longo prazo. Em curto prazo, isto é, para 1972, objetivava-se a:

1) Substituição de escolas funcionando em prédios inadequados ou em caráter precário, como prédios de madeira em péssimas condições e prédios alugados; 2) Construção de novas unidades escolares em locais de acentuada previsão de demanda (exemplificando, zonas de expansão de centros urbanos, novos conjuntos habitacionais etc.); e 3) Ampliação do número de salas de aula em escolas existentes, tendo em vista as exigências para a implantação do ensino de 1º Grau (e a normalização do número de períodos)
(FSP, 09/01/1972, p. 19).

Em médio prazo, ou seja, para os anos de 1972 e 1973, o governo estadual tinha como metas:

1) Dar condições de funcionamento e atendimento a todas as unidades populacionais para a implantação do ensino de 1º Grau, quer ampliando os prédios existentes, quer construindo novas unidades escolares; e 2) Construir nas zonas urbanas Centros Interescolares, que terão os equipamentos mínimos necessários à nova política do ensino: biblioteca, centros de esportes, assistência médico-dentária, salas especiais orientadas para o trabalho (práticas comerciais, agrícolas e industriais), auditórios etc. (FSP, 09/01/1972, p. 19).

Em longo prazo, isto, é, para 1974, o governo visava oferecer:

[...] condições de funcionamento e atendimento ao ensino de 1º Grau de modo a atender toda a demanda de vagas, quer nas zonas urbanas, quer nas zonas rurais. Nesta última, construir centros rurais que possibilitem a educação e o ensino específico para cada região, controlando o êxodo rural e oferecendo a esse meio melhores condições de vida (FSP, 09/01/1972, p. 19).

O Governo do Estado investiu no período de 1971-72, cerca de 500 milhões de cruzeiros no programa executado pela SEE/SP por intermédio do Fundo Estadual de Construções Escolares (FECE), cujos resultados foram sintetizados pela *Folha*:

Até março de 1973, além das 5.600 salas de aula construídas, estarão recuperadas ou reformadas cerca de 760 prédios escolares já existentes: estarão adequados para a implantação da reforma do ensino 266 prédios, aos quais foram acrescentados laboratórios, salas de artes industriais, quadras de esporte e outros melhoramentos que tornarão possível incorporar essas unidades ao novo ensino; [...] estarão equipadas mais de seis mil salas de aula, correspondendo, só em carteiras, a um total de 250 mil unidades; e distribuídos cerca de 400 conjuntos de material esportivo (FSP, 19/11/1972, p. 22).



Figura 21 – Notícia da FSP em que o governador Laudo Natel, a secretária Esther de Figueiredo Ferraz e o diretor do FECE, João Pedro de Carvalho Neto, examinam maquete para construção de prédios escolares, de 19.11.1972

De acordo com o jornal paulista, o ritmo imprimido pelo Governo ao programa de construções escolares construiu em 1972 uma média de um prédio e meio por dia, com o objetivo de aparelhar a rede estadual para atender, simultaneamente, ao aumento da demanda de vagas e à implantação da Reforma do ensino, para a qual haveria um déficit de 12 mil salas de aula, em 1975, se o problema não fosse resolvido.

Em outra notícia, o governador Laudo Natel reiterou a prioridade da Educação em sua gestão afirmando que ao assumir o governo, em 1971, havia um déficit de dez mil salas de aula no ensino fundamental o qual foi reduzido em mais de 50%, mediante a construção de 5.600 salas, em menos de 20 meses de trabalho. “Cerca de 3.200 crianças matricularam-se em 1972 nas escolas oficiais de 1º Grau e podemos dizer que nenhum aluno, em idade escolar, deixou de ser atendido pelo Estado, o que pela primeira vez se verifica em São Paulo”, argumentava o governador (FSP, 21/11/1972, p. 18).

Ocorre que em 2 de Outubro de 1975, a *Folha* divulgou que um estudo feito pela Secretaria da Educação revelou que existia no Interior cerca de 200 prédios escolares que poderiam ser fechados sem prejuízos ao ensino. Enquanto isso, na periferia da Capital, em número de 100, as escolas funcionavam em 5 a 6 períodos diferentes com apenas duas horas e meia de aula por dia.

Conforme informou o secretário da Educação, José Bonifácio Coutinho Nogueira:

O número de matrículas de 1972, 1973 e 1974 – afirma Nogueira – estacionou na Grande São Paulo em torno dos 590 mil para a 1ª série do 1º Grau. Se a população aumenta e o ingresso na escola não acompanha esse crescimento é porque alguma coisa está errada. Isso gera desinteresse por parte do aluno e explica o crescimento dos cursos supletivos. Enquanto estes aumentam, os cursos regulares permanecem estacionários (FSP, 02/10/1975, p. 20).

Ainda o secretário da Educação do Estado de São Paulo afirmava ao jornal que o déficit de salas de aula na Capital ainda era de duas mil em 1975 e isso era consequência de uma falha de planejamento. Nesse sentido, segundo Coutinho Nogueira:

Os estudos deixaram claro que o sistema educacional esqueceu-se de planejar em termos de demanda. Temos no Interior certos prédios escolares faraônicos, construídos mais para dar prestígio à cidade que para solucionar problemas de ensino. Esse erro pressionou a demanda nos grandes centros e tanto a Baixada Santista quanto a Capital e Campinas são exemplos disso. Acreditamos que o programa que será desenvolvido entre Estado e Município poderá solucionar a questão, pelo menos até 1977, já que, acredito, ele deverá ser reformulado a partir de 1978 (FSP, 02/10/1975, p. 20).

Nesse cenário, 400 milhões de cruzeiros seriam empregados a partir de Novembro de 1975 pelo Estado e pela Prefeitura para a construção de 100 novos prédios escolares na periferia da Capital. Diante disso, as trinta primeiras unidades, que seriam construídas pela Secretaria da Educação do Estado, deveriam estar prontas para o início do ano letivo de 1976. O programa conjunto entre o Estado e a Prefeitura foi elaborado para solucionar, em parte, a carência de estabelecimentos de ensino nos subúrbios da Grande São Paulo e, nesse sentido, previa a construção, pelo governo estadual, de 70 novas escolas e as outras 30 pela prefeitura, noticiou o jornal paulista.

3.4 Do Financiamento do Ensino para a Implantação da Lei nº 5.692/71

O problema do financiamento do ensino também recebeu atenção da *Folha*. Como nos demais temas abordados sobre a Reforma, o jornal buscou inicialmente referendar as medidas do governo. Por exemplo, em 1972 explicou aos leitores como a Lei da Reforma havia tratado o financiamento da educação.

A Lei 5.692/71 trata do financiamento em seu Capítulo IV, começando por atribuir o dever da educação à União, aos estados, ao Distrito Federal, às empresas, à família e à comunidade em geral, “que entrosarão recursos e esforços para promovê-la e incentivá-la”. A Lei ainda responsabilizava pelo cumprimento do preceito constitucional da obrigatoriedade escolar, “os pais ou responsáveis e os empregadores de toda natureza” (FSP, 15/06/1972, p. 16). Pode-se dizer que no período em foco, a fim de

proporcionar ensino para todas as crianças e jovens em idade escolar, parte significativa do financiamento do ensino ocorreu via Banco Mundial, FMI, acordos MEC-USAID e quotas do salário-educação³⁵. Com os já mencionados acordos MEC-USAID, os recursos governamentais foram colocados a serviço das agências financeiras internacionais e à submissão, portanto, da política educacional brasileira aos ditames destas.

Segundo o jornal paulista, conforme esclarecimento do Serviço de Ensino pelas Empresas da SEE/SP, todas as empresas industriais, comerciais e agrícolas estabelecidas no Estado e com filiais ou matrizes cujos servidores estivessem vinculados ao sistema geral de previdência social estariam sujeitos ao recolhimento compulsório, sem exceção, do salário-educação, sendo este, dizia a *Folha*, uma importante forma de financiamento da educação.

De acordo com o artigo 178 da Constituição, as empresas eram obrigadas a recolher, junto ao INPS, o equivalente a 1,4% sobre o total da folha de pagamento dos empregados que não possuíam o curso primário, explicava o jornal diário. A legislação oferecia três opções para o cumprimento da obrigação pelas empresas de oferecer educação para os seus funcionários e os filhos deles (na faixa etária entre 7 e 14 anos):

Recolher a quota de 1,4% do salário-educação devida mensalmente sobre o montante do salário-contribuição; manter escolas próprias; custear bolsas de estudo por meio de convênios com escolas. As duas últimas opções seriam concedidas apenas às empresas com mais de cem empregados. As que possuem menos de cem empregados deveriam necessariamente recolher a contribuição. As isenções, nos casos de recolhimento, seriam concedidas pelo Serviço de Ensino de Empresas (77º andar do edifício da Secretaria da Educação no largo do Arouche), com a posterior homologação do Conselho Estadual de Educação (FSP, 06/02/1972, p. 18).

Ao lado do recolhimento do salário-educação, restaria, ainda, às empresas, atender à obrigação relativa aos servidores propriamente ditos, o que se daria através da obtenção dos certificados liberatórios (para as empresas com menos de cem

³⁵ Salário-educação refere-se à forma de contribuição das empresas para com a escolarização de seus empregados e os filhos destes, prática, aliás, utilizada em muitos países. Conforme a Constituição de 1946, as empresas industriais, comerciais e agrícolas onde trabalhassem mais de 100 pessoas ficavam obrigadas a manter o ensino de 1º Grau gratuito para seus empregados e os filhos destes. Esse dispositivo constitucional foi regulamentado através da Lei 4.440, de outubro de 1964 (CUNHA, 1985).

empregados) e dos de quitação (para as empresas com mais de cem servidores), divulgou o veículo diário.

No dia 21 de Dezembro de 1972 foi homologada, pela secretária Esther de Figueiredo Ferraz, a deliberação do CEE que aprovou a reformulação do Plano de Aplicação de Recursos do Salário-Educação, em conformidade com a nova sistemática estabelecida pela Diretoria do Ensino Fundamental do MEC. A *Folha* anunciava que a reformulação não alterou o montante das verbas correspondentes à quota federal mencionada acima, mas apenas a sua destinação.

Dessa forma, o salário-educação, além de financiar bolsas de estudos em estabelecimentos particulares quando houvesse alunos excedentes nas instituições oficiais e sem condições de custear o ensino em escola particular, seria destinado para a melhoria da qualidade da escola de 1º Grau e para o projeto “Operação Escola”, que previa reformas prioritárias em 16 estabelecimentos da Capital e 66 do Interior. O valor dos projetos de treinamento e aperfeiçoamento de professores, a reformulação dos currículos, a criação da carreira do magistério e a inserção da tecnologia educacional em projetos especiais era de Cr\$ 8.079.097,57 e o das reformas prioritárias nos prédios escolares era de Cr\$ 13.326.632,77.

O Ministério da Fazenda firmou, no dia 17 de Junho de 1971, um convênio com a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) no valor de 50 milhões de dólares para o financiamento parcial de um programa de expansão e melhoria do ensino nos níveis fundamental e médio a cargo do MEC, que entraria com uma parte de igual valor. Esta verba seria a base financeira para a Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus, publicou a *Folha*.

O jornal paulista informava que para utilizar os recursos os Estados firmariam contratos com o MEC especificando os projetos em que seria empregada a verba. Em notícia publicada no dia 18 de Junho de 1971, a *Folha* teve a preocupação de ressaltar a fala do representante da USAID, o embaixador William Rountree, que disse: “Através desse programa o sistema educacional brasileiro está incentivando um tipo de educação que terá influência direta e positiva no desenvolvimento sócio-econômico do Brasil. Tudo isso demonstra a excepcional atenção que o Brasil vem dando ao importante setor: a educação” (FSP, 18/06/1971, p. 9).

3.5 Dos cursos de capacitação de professores do ensino de 1º Grau



Figura 22 – Notícia sobre a promoção de cursos de capacitação aos professores pela SEE/SP para explicações sobre a Reforma Educacional publicada em 08.02.1972

Desde o sancionamento da Lei 5.692/71 pelo presidente Médici até a sua efetiva implantação no Estado de São Paulo, iniciada no ano de 1975, observamos no discurso do veículo diário a abertura para noticiar que os secretários da Educação realizaram reuniões com diretores dos departamentos, delegados de ensino, supervisores pedagógicos, prefeitos e demais elementos do ensino a fim de prestar esclarecimentos e dirimir dúvidas sobre a Lei 5.692/71 e a redistribuição da rede física escolar do Estado, que por ventura pudessem ocorrer, além de recomendar os professores da implantação da Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus.

O jornal *Folha de S. Paulo* noticiava todos os encontros, seminários, palestras, congressos e cursos de formação e aperfeiçoamento de professores promovidos pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEE/SP) e pelo Centro do Professorado Paulista (CPP) que, de modo geral, tinham por objetivo o estudo, debates e a capacitação de professores sobre a Reforma Educacional.

Desse modo é possível identificar no discurso do impresso paulista a preocupação da *Folha* em reafirmar a Reforma e promover as iniciativas da SEE/SP no que se refere à preparação do pessoal docente para enfrentar as transformações do sistema de ensino introduzidas pela Lei 5.692/71. O jornal se colocou, mais uma vez, como veículo de informação e publicidade das ações dos órgãos governamentais e, desse modo, podemos entender que a *Folha* objetivava construir a representação de que a SEE/SP fez o seu trabalho para possibilitar a implantação da Lei 5.692/71 e a abertura educacional. Assim, caberia aos professores executar a Reforma.

A preparação dos recursos humanos indispensáveis à implantação da Reforma Educacional colocou-se, para os educadores de todo o País, como um dos problemas mais aflitivos da escola brasileira, apontava a *Folha*. A Lei 5.692 estabelecia a preparação, aperfeiçoamento e atualização constante dos professores e especialistas de ensino como uma das prioridades básicas da escola e previa, para a solução urgente do problema, o concurso de entidades particulares especializadas que, repentinamente, desde a promulgação da Lei 5.692/71, “passaram a ser vistas em todo o território nacional, como a ‘tábua de salvação’ de um professorado assustado e inseguro diante dos reclamos e audácias da Reforma” (FSP, 08/02/1972, p. 14).

O veículo diário divulgou que em 31 de Março de 1972 foi instalado, pelo governo do Estado de São Paulo, o Centro de Recursos Humanos da SEE/SP, que teria como objetivo a atualização e reciclagem de professores para a implantação da Reforma do ensino em todo o Estado com programas a serem executados, principalmente, no período de férias escolares. A secretária da Educação, Esther de Figueiredo Ferraz, comunicava no jornal que a estratégia do Plano de Implantação da Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus no que se relacionava à capacitação dos profissionais da Educação não se estenderia apenas durante os anos 1971-74, mas envolveria um longo período.

As investigações realizadas por Souza (2008, p. 277) ressaltam que entre os anos de 1973 e 1975, a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo “dedicou-se à difusão das novas orientações legais na rede de ensino, capacitando mais de 150 mil professores, 5.000 diretores e grande número de servidores, delegados de ensino e técnicos da Secretaria”.

A exemplo desses encontros vale mencionar a Semana de Estudos Sobre a Implantação da Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus, promovida pela Câmara Municipal de São Paulo, no dia 12 de Outubro de 1971. O jornal na referida data informava que

mais de 500 pessoas entre educadores, professores, diretores de estabelecimentos de ensino do Estado e da Prefeitura participaram da reunião, além de vereadores, funcionários da SEE/SP de alto escalão e pesquisadores da área.



Figura 23 – Notícia sobre a realização de estudos sobre a Reforma na Câmara de 13.10.1971

Conforme enunciou a *Folha*, “o vereador Mário Osassa, coordenador do encontro, disse que o objetivo principal era fornecer aos professores e educadores subsídios para um melhor entendimento da reforma que estava sendo introduzida em todo o sistema educacional do Estado” (FSP, 12/10/1971, p. 6). Ainda em relação à reunião, a secretária da Educação, Esther de Figueiredo Ferraz, ressaltava que “não se implanta uma reforma do ensino sem esclarecer a quem vai implantá-la. É necessário conhecer de tal forma o assunto até que o próprio professor se transforme na imagem da reforma” (FSP, 12/10/1971, p. 6).

Contudo, assim como anunciou o impresso, na reunião antes mencionada, ocorrida no dia 12 de Outubro de 1971, verifica-se que estavam presentes apenas 500 professores do 1º Grau. Dessa maneira, podemos entender que a SEE/SP promovia cursos, mas estes não atingiam todos os professores do Estado. E os outros? Como ficaria a divulgação da informação sobre os aspectos da nova Lei do ensino para os professores que não puderam estar presentes nesses encontros promovidos pela SEE/SP

ou mesmo pelo CPP? Como poderiam adquirir tais informações os professores e demais servidores do ensino do Interior?

Ainda que a administração do ensino buscasse convencer a sociedade dos esforços da SEE/SP para a explicação da Reforma aos professores, é possível perceber outra face do problema na perspectiva dos professores e administradores do ensino. Em 1971, um Delegado do Ensino Básico residente no Interior queixou-se à *Folha* pela coluna “Cartas à Redação”:

[...] Subordinadas ao Departamento do Ensino Básico – disse o leitor – as Delegacias de Ensino deveriam receber orientação técnica daquele órgão. Entretanto, sua atual direção jamais promoveu uma reunião com os delegados de Ensino, a fim de orientá-los” (FSP, 17/10/1971, p. 2).

Em consequência, prosseguiu dizendo o delegado de ensino:

[...] cada delegado age da maneira que julga mais adequada, estribado, unicamente, na sua experiência e na sua dedicação. Mas, se por um lado os delegados não são convocados e orientados devidamente, o mesmo não ocorre com os demais integrantes do magistério, que constantemente são aliciados para reuniões. O lado pior de tudo isso, porém, reside no fato dos delegados ficarem alheios às determinações e orientações emanadas dessas reuniões. E muitas vezes são cobrados por serviços determinados pelo Departamento do Ensino Básico, solicitados nesses encontros. Sugerimos, pois, com o devido respeito às autoridades superiores, que seja modificada essa maneira de agir, que foge aos mais elementares princípios da administração. Os delegados querem cumprir, da melhor maneira possível, suas obrigações. Mas, para isso, precisam ser orientados devidamente (FSP, 17/10/1971, p. 2).

No entanto, a partir das queixas dos professores e demais funcionários do ensino na coluna de cartas dos leitores da *Folha*, é possível verificar que a recepção dos docentes não foi muito passiva em relação às ações da SEE/SP sobre as explicações da Reforma Educacional, uma vez que tais ações não foram totalmente abrangentes em todo o Estado e que o problema da falta de informação permanecia. Além do mais, podemos dizer que o diário paulista, através das notícias e artigos do período, se omitiu sobre o problema da capacitação dos professores, porém através da publicação das cartas dos leitores o jornal abriu espaço para essa problemática como forma de crítica

indireta e, ao mesmo tempo, foi o instrumento através do qual a população pôde reivindicar suas insatisfações.



Figura 24 – Reunião de Estudos Sobre a Reforma do Ensino de 30.09.1972

Além dos encontros promovidos pela SEE/SP para estudar a Reforma do ensino, o Centro do Professorado Paulista (CPP) promoveu vários fóruns de discussões sobre a Lei 5.692/71 durante a primeira metade da década de 1970 com o objetivo de informar os professores acerca das mudanças em curso e possibilitar discussões a respeito da mesma. Em 11 de Setembro de 1971, o CPP promoveu o II Fórum de Debates Educacionais, destinado exclusivamente ao estudo da Reforma do Ensino de 1º e 2º Grau e sua implantação no Estado.

A *Folha de S. Paulo*, interpretando a disposição do professorado paulista em estudar a Lei do ensino, mencionava que os professores estavam dispostos em colaborar plenamente com as altas autoridades do ensino no sentido de que a Reforma fosse implantada no Estado com os melhores resultados práticos e a efetiva participação do magistério. Segundo o diário, nos primeiros anos da década de 1970, o CPP construiu na Capital e em todas as regiões escolares do Interior, onde a entidade possuía sedes regionais, Grupos de Trabalho para o exame dos seguintes aspectos da Lei nº 5.692/71:

- 1 – O pré-escolar e o aluno da escola de 1º Grau. A obrigatoriedade, matrícula, freqüência, aproveitamento, promoção, conclusão de cursos e perspectivas;
- 2 – Formação, recrutamento e aproveitamento de

professor e especialistas para o ensino de 1º Grau; 3 – Organização Administrativa do ensino de 1º Grau na estrutura do Sistema Escolar; 4 – Organização didática da escola de 1º Grau. Currículos e programas; 5 – O ensino de 2º Grau; 6 – Ensino Supletivo; 7 – Financiamento; e 8 – Implantação (FSP, 11/09/1971, p. 6).

O diário paulista informava que, além dos eventos para o estudo da Lei 5.692/71, a SEE/SP também divulgaria as orientações aos professores e demais servidores do ensino para a implantação da Reforma Educacional no Diário Oficial. Segundo a *Folha*, o Diário Oficial do Estado, inclusive, publicara um suplemento especial sobre a Reforma do Ensino em São Paulo.

O suplemento continha o texto integral da Lei Federal nº 5.692/71, a mensagem do presidente Médici definindo a política educacional, a Exposição de Motivos do ministro da Educação, o relatório do Grupo-Tarefa, o substitutivo aprovado pelo Congresso e os textos anteriores e uma interpretação do texto em vigor feita por um grupo de especialistas (FSP, 19/09/1971, p. 22).

No discurso do veículo diário é possível observar uma tentativa do jornal de construir representações acerca do papel desempenhado pela SEE/SP no processo de democratização do ensino público paulista com a implantação da Reforma do ensino de 1º e 2º Graus passando a imagem de que esse órgão, assim como o MEC, considerava a importância da educação para o desenvolvimento do País. Em notícia divulgada pela *Folha*, a secretária paulista, Esther de Figueiredo Ferraz, ressaltou que “os cursos constituem nova demonstração de que a Secretaria da Educação vai deixando de ser meramente administrativa para assumir seu verdadeiro papel de órgão técnico e acentuou que as grandes esperanças da educação se concentram no ensino primário” (FSP, 02/07/1971, p. 6).

Nesse sentido, a partir da leitura do jornal, nota-se que havia a intenção da *Folha* em construir uma boa imagem da SEE/SP, no sentido de que esta estava cumprindo com as suas responsabilidades no processo de implementação da Lei 5.692/71. Na perspectiva do jornal caberia à comunidade escolar, especialmente aos professores – considerados pelo impresso os executores da Reforma do ensino –, procurar entender o que dizia o texto da Reforma e, dessa forma, colaborar com a sua implantação no Estado de São Paulo da maneira mais rápida e eficaz possível.

Conforme publicação do diário paulista, apenas a ação do professorado tornaria a escola brasileira uma real agência de mudanças sócio-culturais. “Foi a própria Lei que delegou essa responsabilidade ao profissional docente e, realmente, só o professor poderia transformar a escola e realizar a Reforma”, disse Jefferson Ildebrando da Silva, professor das Faculdades Associadas Ipiranga. Para esse professor, a Lei teria um sentido ainda mais amplo do que a simples reforma educacional, de estruturas, sistemas ou métodos de ensino. No exame de Ildebrando a Lei:

[...] se refere a uma mudança de mentalidade de um povo. Se o professor não for ouvido, valorizado e compreendido pela comunidade, pela empresa, pela família e pelos alunos, é evidente que nada se poderá fazer a favor da sua concretização (FSP, 08/02/1972, p. 14).

Para esse professor a Lei 5.692/71 mobilizava toda a Nação ao propor o desenvolvimento das potencialidades humanas e implicava uma mudança de atitudes, de idéias, de mentalidade.

Percebe-se, portanto, como o jornal tentou convencer os seus leitores de que a implantação da Reforma seria difícil para os professores, caso esses não modificassem a forma de pensar o ensino. Para o impresso, somente com a capacitação profissional os professores poderiam contribuir para o desenvolvimento sócio-cultural do País. Estaria este professor das Faculdades Associadas Ipiranga querendo vender os cursos de aperfeiçoamento pedagógico da sua faculdade?

No nosso ponto de vista, é provável que sim. A *Folha* ofereceu duas notícias em dois dias diferentes para publicar o discurso do professor das Faculdades Associadas Ipiranga, que enfatizava a responsabilidade dos professores em promover a execução da Reforma do ensino, considerada necessária, segundo ele, para o desenvolvimento global do País. Além do mais, se observa no caderno de Educação da FSP, uma enorme quantidade de propagandas de faculdades particulares que publicizavam, principalmente, a oferta de cursos de licenciatura. E a *Folha*, certamente, enquanto empresa privada publicava notícias e discursos segundo os interesses de seus anunciantes.

Além do discurso do referido professor, o jornal paulista destacava que, segundo a professora Wilma Alvez Penteado, da Universidade de São Paulo, a SEE/SP “não dispõe de recursos financeiros para preparar tecnicamente os professores, não tem

edifícios em número suficiente e condições adequadas para atender a clientela escolar e, por fim, não dispõe de recursos humanos para concretizar a Reforma”. Nesse sentido, a função das assessorias pedagógicas, órgãos particulares que se multiplicaram nesse período, seria “prestar à comunidade um trabalho de pesquisa educacional e de tratamento das técnicas docentes em alto nível profissional” para, assim, tornar aplicável a Lei do ensino (FSP, 08/02/1972, p. 14).



Figura 25 – Propaganda de Cursos de Licenciatura, publicada pela FSP em 04.03.1974

Em seguida, o jornal expôs o discurso da professora Ely Magalhães Gomes, da RENO³⁶, sobre a importância das equipes de planejamento educacional, também conhecidas como assessorias pedagógicas, com vistas à capacitação dos professores diante das mudanças introduzidas pela Lei 5.692/71. O impresso paulista informava ainda sobre o aprimoramento oferecido pela RENO³⁶ que:

[...] realiza estudos de comunidade que, complementados com o estudo da clientela escolar, fornece elementos para o planejamento dos currículos, faz aplicação de testes vocacionais, caracterização de

³⁶ A RENO³⁶ era um órgão educacional que atuou em São Paulo com funções de assessoria pedagógica junto a estabelecimentos de ensino, num plano de trabalho em conjunto com a SEE/SP no processo de implantação da Reforma Educacional (FSP, 29/01/1972, p. 7).

clientelas, dinâmica de grupo para professores, pais e alunos, e cursos de atualização de pessoal docente com atividades na área da orientação educacional e vocacional (FSP, 29/01/1972, p. 7).

Para a professora Jenny David, também da RENOV, “a orientação vocacional é indispensável no cumprimento da Reforma”, uma vez que a Lei previa, “logo no fim da escola de 1º Grau, a opção do aluno por uma área técnica” (FSP, 08/02/1972, p. 14). A *Folha* até mesmo divulgou que tais projetos eram executados por especialistas de ensino e seus custos variavam de Cr\$100.000,00 a Cr\$200.000,00, com tempo de execução entre seis meses e dois anos. Ora, poderia haver maior forma de propaganda que a propaganda dentro da própria notícia?

Pressupõe-se com base na leitura das notícias do veículo diário, especialmente na primeira metade da década de 1970, que a *Folha* pretendia construir a representação social de que os professores seriam os principais executores da Reforma Educacional que iria promover a democratização do ensino no Brasil. E, para tanto, seria necessário que os mesmos investissem em cursos de capacitação. Ao par disso, o impresso contribuía com seus anunciantes, donos de faculdades particulares e empresas especializadas, que objetivavam vender os seus cursos de licenciatura e seus serviços. Conforme consta no histórico da *Folha*, nesse período o diário paulista encontrava-se endividado e dependia, portanto, dos anunciantes do jornal.

3.6 Do Planejamento Educacional: a reforma administrativa da Secretaria da Educação

O planejamento educacional foi utilizado como instrumento de racionalização e burocratização do trabalho escolar justificado por argumentos de natureza técnica, baseados na literatura sobre Tecnologia Educacional, amplamente disseminada no País na década de 1960. Ainda a esse respeito, Souza (2008), ao abordar José Silvério Baia Horta, afirma que, desde a década de 1950, a preocupação com o planejamento ganhava força no Brasil no âmbito do poder executivo. Nesse sentido,

[...] o planejamento foi visto como estratégia para a promoção de desenvolvimento nacional e modernização do País. Os governos do regime militar reorganizaram as estruturas de poder e modernizaram a administração pública, ampliando a centralização das decisões e a estrutura burocrática, além de elegerem a planificação como recurso

indispensável para o desenvolvimento e a segurança nacional (SOUZA, 2008, p. 280-81).

De acordo com Minguili (1984) e Teixeira (1988), no campo da educação a preocupação com o planejamento perpassou todas as instâncias administrativas, desde o Ministério da Educação e Cultura, às Secretarias de Estado da Educação, às Delegacias de Ensino, repercutindo, por sua vez, nas unidades escolares. Dessa maneira, o Plano Escolar, exigido às escolas, tornou-se mais um mecanismo de controle burocrático sobre as instituições de ensino.

Minguili (1984) relata que o Governo Estadual promulgou o Decreto nº 51.319/69, onde fixava a nova estrutura da Secretaria da Educação, estabelecendo cinco órgãos básicos: 1) Gabinete do Secretário, 2) Grupo de Planejamento Setorial, 3) Coordenadoria de Ensino Básico e Normal (CEBN), 4) Coordenadoria de Ensino Técnico (CET), e 5) Coordenadoria de Ensino Superior (CES).

A dualidade existente anterior à Lei 5.692/71, com as diferentes finalidades atribuídas aos ensinos secundário e técnico, era mantida dentro da estrutura organizacional da Secretaria. Pois, a Secretaria de Educação se dividia em: a) Coordenadoria de Ensino Básico e Normal (CEBN), na qual estavam inseridas as Divisões Regionais de Educação (DREs) e, por sua vez, as Delegacias de Ensino e as Escolas; e b) Coordenadoria de Ensino Técnico (CET), da qual fazia parte a Inspeção Regional de Ensino Profissional (IREP) e, por sua vez, as escolas técnicas (MINGUILI, 1984, p. 29).

As notícias do veículo diário apontaram que no decorrer do planejamento para a reorganização administrativa da Pasta, houve uma descentralização a partir da instituição das Divisões Regionais de Educação (DREs) e, ao mesmo tempo, a centralização de decisões na SEE/SP acentuada a partir de 1972 com os preparativos para a implantação da Lei 5.692/71, haja vista as mudanças significativas que esta Reforma preconizava na rede de ensino. Com isso, a Secretaria da Educação começou a assumir decisões que, antes, pertenciam às escolas.

Conforme comunicado oficial distribuído pelo Palácio do Governo, noticiava a *Folha* que o decreto que estabelecia as diretrizes básicas para a reforma administrativa a ser processada na SEE/SP fora assinado no dia 21 de agosto de 1973 pelo governador Laudo Natel. A reforma administrativa da SEE/SP visava adequar a estrutura da Pasta à sistemática da Lei Federal nº 5.692/71 que fixou as diretrizes e bases da educação

nacional, bem como aumentar a eficiência e a eficácia dos sistemas de ensino de 1º, 2º e 3º Graus no Estado de São Paulo.



Figura 26 – Assinatura do Decreto que estabeleceu as diretrizes para a reforma administrativa da SEE/SP publicada pela FSP em 22.08.1973

Segundo o veículo diário, o chefe do Executivo paulista assinara na mesma data, e em função do primeiro ato, o decreto que criou o Centro de Recursos Humanos e Pesquisas Educacionais da SEE/SP, o primeiro órgão implantado em consequência da Reforma. “Trata-se de uma unidade de natureza técnico-científica destinada a oferecer novos métodos e técnicas para o aperfeiçoamento educacional em São Paulo e promover a reciclagem de cerca de 150 mil funcionários do magistério estadual” (FSP, 22/08/1973, p. 9).

Conforme disse o governador Laudo Natel ao jornal, a reforma administrativa da SEE/SP era o resultado de meses de estudos do GERA (Grupo Executivo da Reforma Administrativa) e das altas autoridades ligadas ao ensino do Estado.

De acordo com a *Folha*, o decreto enfatizava os projetos referentes à Reforma Administrativa da Secretaria da Educação que ficariam a cargo do Grupo de Trabalho instituído para essa finalidade e se orientariam da seguinte forma:

- a) estabelecer um sistema de planejamento de caráter permanente e global, como instrumento básico para a formulação e execução da política educacional do Estado;

- b) estabelecer um sistema de informação que permita a avaliação, o controle e a reformulação permanente dos planos e programas de atividades do sistema estadual de ensino;
- c) possibilitar a compatibilização dos planos e atividades educacionais do Estado, dos seus municípios e os da iniciativa privada com os da União;
- d) criar mecanismos que permitam a melhor utilização de seus recursos humanos e financeiros;
- e) incorporar os progressos da Ciência e Tecnologia aos processos de administração e da realização do ensino (FSP, 22/08/1973, p. 9).

Dessa maneira, os projetos seriam elaborados segundo um processo de implantação que absorveria os princípios da planificação, gradualismo, comportamento, unificação, administração por objetivos, economia de escala e avaliação de recursos, explicou o jornal paulista.

De acordo com publicação da *Folha*, a SEE/SP teria por finalidades: cumprir e fazer cumprir, no território do Estado, as leis federais e estaduais de ensino, bem como as decisões dos Conselhos Federal e Estadual de Educação; organizar e administrar o sistema de ensino do Estado, em seus vários graus, promovendo sua contínua expansão e atualização; articular esforços e recursos do Estado, dos municípios, das empresas, da família e da comunidade em geral, no sentido de promover e incentivar a educação, tendo em vista integrá-la no processo de desenvolvimento nacional; adotar medidas que visassem a eficiência da aplicação de recursos públicos destinados à educação, assegurando-lhes plena utilização e evitando a duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes.

O decreto estabelecia, ainda, a nova estrutura básica da SEE/SP que seria constituída pelos seguintes órgãos: 1) Administração Superior e da Sede, com gabinete do secretário, Sistema de Assessoramento e Grupo de Planejamento Setorial; 2) Primeira Coordenadoria de Ensino de 1º e 2º Graus; 3) Segunda Coordenadoria de Ensino de 1º e 2º Graus; 4) Terceira Coordenadoria de Ensino de 1º e 2º Graus; 5) Coordenadoria de Ensino Superior; 6) Centro de Recursos Humanos e Pesquisas Educacionais; 7) Fundo Estadual de Construções Escolares – FECE; 8) Departamento de Assistência ao Escolar; e 9) Departamento de Administração, divulgou o veículo diário.

A *Folha* ressaltava que, conforme o decreto, a implantação dessa estrutura básica seria feita através de decretos específicos que seriam, por fim, consolidados em um único decreto que viria a representar o complemento de toda a reforma

administrativa da Pasta, o Decreto nº 4.510/76. Estava, assim, consolidada a reforma administrativa da SEE/SP caracterizada pela centralização e burocratização das ações e decisões.

A exemplo de tal centralização pode-se dizer que o artigo 145 do Decreto nº 4.510/76 eliminou as competências deliberativas da Direção da Escola, conferindo-lhe a posição de executiva. Com isso, os diretores não poderiam mais admitir pessoal para sua unidade escolar, como também não poderiam decidir o uso do prédio escolar pela comunidade nos períodos ociosos. Pois, estas decisões, conforme o artigo 144, passaram ao âmbito da Delegacia de Ensino.

Ao contrário do período de 1971 a 1975, na segunda metade da década de 1970 e início dos anos 1980, a *Folha* posicionou-se de forma mais crítica à maneira como os órgãos governamentais conduziram o processo para a implantação da Reforma e publicou em suas notícias o descontentamento da sociedade sobre as medidas instituídas. Em 23 de Abril de 1980 o impresso paulista mencionava que muitas siglas e a burocracia em excesso estavam perturbando professores, diretores de escola e demais especialistas da SEE/SP. Entre as queixas, a *Folha* apontou:

Os diretores de escola queixavam-se de não poder desempenhar suas funções pedagógicas por causa dos formulários que [eram] obrigados a preencher em muitas vias e das muitas siglas que não [eram] compreendidas. Para alguns diretores, essa nova carga burocrática, que vinha aumentando assustadoramente nas escolas era recebida inclusive com desconfiança. Eles argumentaram que tal volume de trabalho, cujas finalidades muitas vezes desconheciam, deveria ser proposital para afastá-los dos reais problemas do ensino e aprendizagem pelos quais passava a rede estadual.

GTME, Demex, CAM, SA, DE, DRE, FAS-PG, Cogesp, Eame, Game, SE, UA, Conesp e SAP, entre outras, eram as siglas que acompanhavam o vasto material apostilado contendo observações e normas sobre o andamento de questões na maioria das vezes consideradas irrelevantes (FSP, 04/04/1980, p. 14).

O jornal referia que um dos exemplos citados pelos professores dizia respeito a uma apostila de normas burocráticas distribuída aos responsáveis na área do ensino estadual. Dentre as inúmeras instruções burocráticas que professores, diretores de escola e outros funcionários receberam da SEE/SP, destacamos as instruções sobre como lidar com o material excedente doado:

Os estabelecimentos de ensino e órgãos da SEE/SP deveriam arrolar, em processos regulares, constituídos de ofícios-justificativas e de modelos de impressos distribuídos pelo GMTE, os materiais devidamente considerados excedentes, e este GMTE encaminharia à Demex – órgão da Coordenadoria de Administração – para as providências que se fizessem necessárias (autorizar a inutilização ou encaminhar à seção – Casa Civil (mod. Of. Para solicitar baixa – fls. 14). O preenchimento do “mapa de arrolamento”, nesse processo, teria que ser feito em seis vias, sem rasuras, com a data inscrita, no momento em que for encaminhado ao GTME (que, aliás, significa Grupo de Trabalho de Material Excedente). A sexta via ficaria arquivada no estabelecimento; a quinta, no arquivo da Delegacia de Ensino; a quarta ficaria no processo DRE (que significa Divisão Regional de Ensino); as três primeiras vias deveriam ser encaminhadas ao GTME pela equipe auxiliar da DRE, acompanhado de ofício em duas vias. Mas a questão não para aí: o GTME encaminharia, em seguida, à Demex (que é um órgão da CAM, isto é, da Coordenadoria da Administração; mas o que é Demex?) em duas vias, o mapa de arrolamento, através de ofício com a segunda via do ofício, a ser encaminhado pela Equipe Auxiliar da DRE ou SAP (SAP não se conseguiu saber o que é); agora, todos ficariam sabendo que o mapa de arrolamento enviado pelo GTME, através de ofício daquela divisão, formaria o processo CAM. Mas a história ainda não acabou com esses materiais “inservíveis”, porque autorizada a inutilização do material excedente pela Demex, o GTME enviaria para a equipe auxiliar da DRE cópia da autorização através de ofício. E ainda falta a ata de inutilização elaborada pelo estabelecimento de ensino em seis vias, contando todos os materiais discriminados na “especificação de materiais”, do mapa de arrolamento (FSP, 04/04/1980, p. 14).

Como acentuou Minguili (1984) em seus estudos, diante dessas circunstâncias, as escolas deixaram de ser órgãos diretivos, pois o controle da vida funcional passou a ser exercido pelas Delegacias de Ensino, através do Serviço de Recursos Humanos (SERHU), e, por conseguinte, pela SEE/SP. Dessa maneira, toda a vida funcional passou a ser registrada nas escolas, através dos atestados de frequência, e enviada às Delegacias de Ensino.

3.7 Da implantação da Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus: Redistribuição da Rede Física e Remanejamento de Pessoal

Para seguir as determinações propostas pela Lei 5.692 no que se refere à implantação do 1º Grau que integraria os antigos ensinos primário e ginásial fazia-se necessário o remanejamento de todo o pessoal responsável pela educação pública estadual. Nesse contexto, professores, diretores, funcionários e alunos precisariam

adaptar-se à nova configuração escolar prescrita pela legislação “fosse por opção ou à revelia”, noticiou o impresso paulista.

O Projeto de Redistribuição da Rede Física, implementado em 1975 mediante o Decreto de nº 7400/75, visava atender os objetivos propostos para a instalação da escola de 1º Grau de oito anos. Nesse mesmo decreto foi definida a estrutura da rede oficial de ensino do Estado de São Paulo (Art. 1º), como: Escola Estadual de 1º Grau, Escola Estadual de 2º Grau, Escola Estadual de 1º e 2º Graus e Centro Educacional Interescolar. Além do mais, as investigações de Minguili (1984) ressaltam que o Decreto 7400/75,

[...] deu ao Secretário da Educação a competência de criar, conservar, transferir, fundir, incorporar, alterar estabelecimentos de ensino e classes; relotar cargos do Quadro do Magistério (GM) e do Quadro da Secretaria da Educação (QSE); redistribuir funções, transferir materiais e equipamentos e, por fim, transferir aluno de um para outro estabelecimento (MINGUILI, 1984, p. 40).

O jornal paulista noticiou que o secretário da Educação do Estado de São Paulo, José Bonifácio Coutinho Nogueira, esclareceu que o Projeto de Redistribuição da Rede Física era composto por 605 levantamentos completos e complexos, cada qual definindo a situação presente e futura de cada uma das 3.300 unidades escolares do Estado. Segundo ele, esse planejamento envolveria 3.500 funcionários da Secretaria da Educação, durante 120 dias, através de propostas e análises feitas por grupos locais, sub-regionais, regionais e setorial. Foram ouvidos Prefeitos e Presidentes de Câmaras, a fim de integrar, no seu contexto, as aspirações comunitárias.

Conforme afirmava o secretário ao veículo diário, o objetivo essencial do planejamento não seria a simples migração de alunos, de escola a escola. A setorização da clientela seria, apenas, um meio e jamais um fim; por meio dela, sem posições radicais que prejudicassem os interesses legítimos da Educação, chegar-se-ia a outros resultados, estes, sim, essenciais para o futuro da escola pública em nosso Estado.

Além do mais, acrescentava Coutinho Nogueira ao impresso, para a implantação da Reforma do Ensino seria necessária a adaptação da rede física à sua sistemática inovadora. Até o ano de 1975, a estrutura do ensino no Estado de São Paulo compreendia o primário e o secundário (ginasial + colegial) e, com isso, a SEE/SP teria de reestruturar a sua rede. A nova escola de 1º Grau, de oito anos, não poderia ser a

soma dos antigos ensinos primário e ginasial com quatro anos de duração cada, que funcionavam geralmente em prédios separados e sim uma escola única e integrada.

Em relação ao remanejamento de alunos, a *Folha* informava que o Projeto de Redistribuição da Rede Física alteraria, em 1976, o domicílio escolar de uma pequena parte de alunos, estimada em cerca de 10% a 15%, que a SEE/SP pensava ainda em reduzir. Segundo o secretário Coutinho Nogueira, ao final do ano de 1975, a SEE/SP estava estudando a melhor forma de implantação do Plano, de modo a oferecer as aberturas indispensáveis ao atendimento dos interesses do alunado. Essa flexibilidade, porém, ressaltou o secretário, não implicaria no atendimento de interesses pessoais ou particulares. Desse modo, a SEE/SP estaria atenta à separação que deveria ser feita entre problemas de interesse coletivo e os de interesse puramente pessoal.

No dia 13 de novembro de 1975, o secretário da Educação, José Bonifácio Coutinho Nogueira, apresentaria ao governador Paulo Egydio, os critérios que seriam seguidos para a implantação do Projeto de Redistribuição da Rede Física, que visava, entre outros objetivos, à “utilização racional dos recursos físicos existentes, adequados às peculiaridades do ensino de cada grau”, relatou o impresso.

3.7.1 Do Projeto de Redistribuição da Rede Física e do Remanejamento de Professores

No período 1971-74, as críticas e reclamações sobre a Reforma do ensino publicadas pela *Folha* deram-se através das cartas dos leitores, em sua maioria professores do antigo ensino secundário, insatisfeitos com a nova estrutura educacional, especialmente no que se refere à preferência legal pela admissão dos diretores mais antigos para assumir o cargo nos estabelecimentos de 1º Grau em detrimento dos formados por Faculdades de Filosofia e concursados, além da perda das chamadas “aulas excedentes”.

Em relação à situação dos professores, a partir das medidas instituídas pela SEE/SP no processo de implantação da Reforma Educacional, é possível verificar que um dos fatos de maior destaque oferecido pelo jornal paulista na primeira metade da década de 1970 foi o problema da alteração das aulas excedentes. Esse problema havia começado logo após a sanção da Lei 5.692 em 1971 e se prolongou até o momento de implementação da Reforma em 1976.

Assim, vale a pena retomar que já em 1972 a *Folha* havia se manifestado sobre o problema informando as mudanças em relação ao pagamento das aulas excedentes baixadas pelo Decreto nº 52.876, de 8 de Fevereiro de 1972. Por esse dispositivo, as aulas excedentes ministradas pelos professores dos estabelecimentos de ensino médio do Estado deixaram de ser contadas e pagas segundo critério constante no Decreto nº 51.575, de 20 de Março de 1969, pelo qual, para efeito do cálculo de pagamento, o mês seria considerado como de quatro semanas e meia.

Ocorre que em meados de 1971 foi proposta pela SEE/SP a alteração do referido critério de 1969 sob a alegação de que esse regime infringia disposições da Lei nº 10.168, de 10 de Julho de 1968. Logo a seguir o assunto foi levado ao exame do Conselho Estadual de Política Salarial da Secretaria da Fazenda, o qual, em reunião de 26 de Julho de 1971, considerou que havia uma falha técnica na legislação, o que acarretava várias distorções e problemas de ordem administrativa, propondo, desse modo, a devida correção, conforme anunciava o jornal.

Em virtude dessa decisão foi baixado o já mencionado Decreto nº 52.876, que foi alvo de reiteradas reclamações por parte dos professores atingidos, que publicaram inúmeras cartas no jornal *Folha de S. Paulo*. A exemplo dessas reclamações, o impresso publicou uma carta enviada por cerca de 40 professores do município de São Carlos. Na carta, os professores do Instituto Estadual “Dr. Álvaro Guião” reclamavam a alteração do artigo 9º, parágrafo 2º, do Decreto nº 52.876, de 8 de Fevereiro de 1972, sobre o cálculo das aulas excedentes para os professores do antigo ensino secundário. Na carta, os professores argumentavam:

Como é de conhecimento geral, até o mês de janeiro [de 1972] o cálculo das aulas excedentes era feito à base de quatro semanas e meia, descontando apenas as aulas em que o professor faltasse. Com a presente alteração, o professor sente-se lesado nos seus vencimentos. Os dias e as semanas dos meses variam muito e o professor teria sempre um prejuízo de 10 aulas aproximadamente. 10 aulas equivalem a aproximadamente Cr\$130,00. Onde vão parar os 20% que recebeu de aumento este ano? O que a mão direita dá, a esquerda tira? (FSP, 02/03/1972, p. 6).

Diante de reiteradas cartas de professores efetivos do ensino médio enviadas de diferentes localidades do Estado de São Paulo, no dia 06 de Novembro de 1972, a *Folha* publicou, na seção “Cartas à Redação”, a carta de uma professora de Bauru. Segundo a

professora, na mencionada seção sobre reclamações com relação à atribuição das aulas excedentes, “todas elas, não passam de duelo entre professores efetivos e estáveis, cada lado puxando a sardinha para o seu prato, apesar da regulamentação cuidar, cuidadosamente e unicamente, da vontade dos efetivos e estáveis, relegando a segundo plano os interesses dos professores sem cadeira”. A professora prosseguiu dizendo:

Não sei bem, mas parece que melhor andariam os reclamantes se fossem menos egoístas e as autoridades mais acauteladoras. Há um mundo de professor desprovido de cadeiras, carecendo de trabalho, e com urgência. Em contrapartida, efetivos e estáveis digladiam-se. Eles querem mais aulas, mais ginásios. Eles querem abarcar as 44 aulas semanais, eles querem tudo. Eles querem dois ordenados, enquanto nós outros, formados e com benção de faculdades, engrossamos as fileiras dos desocupados. O ministro Passarinho – ressaltou a professora – precisa trazer algum alento aos “descadeirados”, gente sem horizonte e com poucas perspectivas nas atuais condições (FSP, 06/11/1972 p. 6).

Analizando os problemas causados pela Reforma em relação à situação dos professores do antigo ensino médio, Minguili postula que:

Os professores do antigo ginásio tiveram suas aulas diminuídas nessas escolas e precisaram se inscrever nos antigos grupos escolares para as aulas de 5ª série. Já não pertenciam a uma única escola. Dependendo da matéria lecionada, os professores precisavam percorrer duas, três ou mais escolas por dia para poderem manter o seu salário-aula mensal (MINGUILI, 1984, p. 35).

Dessa forma, a mesma autora afirma que os professores efetivos passaram a receber o equivalente a 18 aulas semanais que era o teto salarial, perdendo, assim, as chamadas “aulas excedentes” através das quais antes da 5.692/71 faziam um total de 44 aulas por semana. Os admitidos e contratados através do regime por CLT foram dispensados. Com isso, iniciava-se uma época de mandados de segurança de professores contra a Administração e os assuntos educacionais passaram a ser resolvidos na justiça.

Vale registrar o caso dos mais de 500 professores concursados para direção de estabelecimento de nível médio que não puderam ocupar o cargo em decorrência das prescrições da Lei 5.692/71 (que unificou o ensino primário e ginásial – 1º ciclo do ensino médio – em uma escola única de 1º Grau. A preferência foi dada ao diretor mais antigo, estes em sua maioria ocupavam a direção dos grupos escolares). Reiteramos que

esse tipo de situação foi publicação recorrente na seção “Cartas à Redação” do jornal *Folha de S. Paulo* na primeira metade da década de 1970.

Os professores excedentes concursados para cargos de direção do ensino médio durante todo o ano de 1972, conforme assinalou o editorialista Perseu Abramo, “foram aguerridos ao passo que mandaram cartas ao jornal, discutindo, reivindicando, batalhando os seus direitos” (ABRAMO, FSP, 24/12/1972, p. 15).

Utiliza-se como exemplo o caso de uma diretora do Interior que enviou carta à coluna da *Folha* “Cartas à Redação” endereçada à secretária da Educação. A diretora relatou que no mês de março de 1971 fora realizado concurso para provimento de cargos de diretor do ensino médio, cuja escolha de vagas ocorreu em 31 de agosto do mesmo ano. No entanto, “foram aprovados 854 candidatos para uma oferta de 335 vagas”. A diretora questionou: “Não parece justo, justíssimo, que os excedentes às vagas oferecidas, plenamente aprovados, deveriam ocupar o lugar de pessoas não habilitadas? Há aproximadamente 500 a 600 ginásios nas mãos de leigos e aproximadamente 500 concursados excedentes querendo fazer carreira”, argumentava a diretora em carta ao jornal (FSP, 24/09/1971, p. 6).

Por outro lado – continuando a carta dizia a diretora –, “a sistemática de classificação foi elaborada de tal maneira que somente tiveram oportunidade os que possuíam mais tempo de serviço, pois cada ano somava-lhes 3 ou 6 pontos, conforme estivessem ministrando aulas ou exercendo a direção” (FSP, 24/09/1971, p. 6).

Ao funcionário administrativo, a SEE/SP explicava, através de publicação na *Folha*, que garantiria a continuação do exercício no próprio estabelecimento e, em caso de supressão, o aproveitamento na mesma localidade ou, no caso da Capital, na área das futuras Delegacias de Ensino. O pessoal administrativo foi remanejado a partir da Resolução SE nº 139/76.

Ao dar prosseguimento com as informações acerca do processo de implantação da Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus, o jornal assinalou em meados da década de 1970 que quanto à situação dos professores³⁷ e funcionários administrativos das escolas, conforme os esclarecimentos apresentados pela SEE/SP, a *Folha* divulgou que a SEE/SP vinha elaborando documentos que garantiriam aos professores II, III e estáveis,

³⁷ O primeiro Estatuto do Magistério da Rede Estadual de São Paulo, em relação aos cargos estabelecidos para docentes, através da Lei Complementar nº 114 de 1974, estabelece que Professor I (1ª a 4ª série do 1º Grau), Professor II (5ª a 8ª série do 1º Grau), Professor III (5ª a 8ª série do 1º Grau e em todo o ensino de 2º Grau) (ANCELMO, 2010).

a regência de aulas excedentes, até o limite permitido, no mesmo município ou, no caso da Capital, na área das futuras Delegacias de Ensino, melhores oportunidades de trabalho mediante a compatibilização dos horários nas escolas da localidade, sempre que isto fosse possível.

Ao professor I, explicava o impresso, a SEE/SP também afirmou assegurar a designação de outra unidade equivalente para sede de exercício, quando o remanejamento for absolutamente necessário, mas sempre dentro da zona urbana do próprio município ou distrito em que lecionava ou, ainda, da área das futuras Delegacias de Ensino, no caso da Capital, respeitados os critérios de classificação que forem estabelecidos; idêntico tratamento seria dispensado, em seqüência, aos estagiários (antigos substitutos efetivos).

Aos professores temporários, o jornal paulista divulgou no dia 12 de Novembro de 1975 que a SEE/SP também fez garantir a possibilidade de, quando devidamente habilitado, assumir a regência de aulas em qualquer estabelecimento do município onde tivesse exercício ou na área das futuras Delegacias de Ensino, no caso da Capital; a inscrição para atribuição de aulas excedentes em âmbito municipal, nos próprios estabelecimentos de ensino onde tivesse exercício, no mês de dezembro; a escolha de aulas em fevereiro de 1976, visando, com tal medida, liberar o docente para o perfeito e necessário gozo das férias em janeiro; o aproveitamento de todos os que no ano de 1975 desenvolveram atividades docentes da 5ª série em diante nos termos em que a regulamentação de aulas excedentes determinar, somente admitindo novos professores, para cada disciplina no município ou, na Capital, na área das futuras Delegacias de Ensino, após aquela providência.

A Secretaria afirmava também ao jornal que os Concursos de Remoção de professores apenas se efetivariam após os necessários remanejamentos, ocorrendo a escolha de vagas antes do início das aulas do ano de 1976. Afirmava, ainda, que os professores das disciplinas específicas do 2º Grau teriam sua sede de exercício transferida para estabelecimentos que proporcionassem ensino desse grau, na mesma localidade quando a escola onde lecionassem for integrada, transferida ou extinta; também os professores das disciplinas específicas da parte de formação especial, quando ocorresse uma das hipóteses acima, seriam transferidos para o estabelecimento que proporcionasse ensino profissionalizante, na mesma localidade e, dependendo da qualificação, em outras escolas de 1º ou 2º Graus; a escolha de vagas para os

professores I, classificados no último concurso de ingresso, dar-se-ia antes do início do ano letivo. E, ainda, alertava aos professores III que estariam abertas as inscrições ao Concurso até o dia 12 de Novembro de 1975.

Quanto aos diretores de escola entendemos que a situação fora mais complicada, pois, uma vez que os grupos escolares e os ginásios se unificaram, havia dois diretores efetivos numa mesma escola.

A esse respeito, a *Folha* noticiava que ao Diretor de Escola a Resolução baixada pela SEE/SP esclarecia que o remanejamento, quando necessário, iria ser realizado dentro da zona urbana do município, sede de seu exercício ou, na Capital, da área das futuras Delegacias de Ensino. Além disso, os critérios para o remanejamento dos diretores deveriam ter como base o disposto na Lei Complementar nº 114/74 através da qual a preferência para o cargo de direção deveria compreender a antiguidade no cargo ou no Serviço Público. Para os antigos Diretores de Estabelecimento de Ensino Médio, o remanejamento deveria compreender a atribuição de funções compatíveis com seu cargo e qualificação no município de exercício ou, na Capital, na área das futuras Delegacias de Ensino, quando inexistissem escolas para o seu aproveitamento; a designação, em caráter excepcional e com sua aquiescência de funções na sede da Delegacia de Ensino.

Em 1976, no período de implantação da Reforma, para a escolha do diretor, adotou-se, portanto, o critério de tempo de serviço ao Estado. Com isso, os mais velhos, que geralmente eram os diretores dos grupos escolares, assumiram a direção das escolas estaduais de 1º e 2º Graus em detrimento dos mais novos que, inclusive, dispunham de formação universitária. Essa determinação gerou, portanto, um número excessivo de diretores excedentes.

No dia 12 de Fevereiro de 1976, o periódico paulista noticiava que os professores do Instituto de Educação Regente Feijó, de Itu, impetraram mandado de segurança contra o Supervisor Pedagógico daquela cidade. Esse mandado de segurança contra o Supervisor Pedagógico fora motivado pela remoção dos professores para outro estabelecimento de ensino. Esse supervisor certamente seguia as orientações do Decreto Estadual 7400/75, que determinava o remanejamento em caráter obrigatório do pessoal docente vinculado à Secretaria da Educação.

Esse grupo de professores foi o primeiro de uma série que impetrou ações judiciais contra o Estado, através do Departamento Jurídico da Associação dos

Professores do Ensino Oficial do Estado. Segundo o advogado Raul Schwinden, em depoimento à *Folha*, mais de cem docentes dirigiam-se diariamente àquela Associação, a fim de obter informações sobre meios existentes para se evitar o remanejamento compulsório pela Administração Estadual, com base no já mencionado Decreto 7400/75.

Ao fundamentar o pedido de anulação do remanejamento dos professores de Itu, Raul Schwinden qualificou o Decreto 7400 de ilegal, inconstitucional, violento e arbitrário, alegando que o Ato Institucional nº 8 (AI-8), no qual se baseava a orientação adotada pela Secretaria da Educação, autorizava tão somente os Governos Estaduais a criarem ou extinguírem cargos em comissão.

Em prosseguimento à fundamentação do mandado de segurança interposto pelos professores de Itu, o advogado ressaltava que os impetrantes eram vitalícios por concurso e, por isso, o remanejamento compulsório era ato lesivo aos seus direitos.

Cargos de carreira – declarava o diretor do Departamento Jurídico da Associação à *Folha* – na forma da Constituição Federal, da Lei de Diretrizes e Bases e do Estatuto do Magistério, só podem ser providos por concurso, e seus titulares só podem ser removidos também por concursos, na forma da lei (FSP, 12/02/1976, p. 19).

O responsável pelo Departamento Jurídico da Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo, Raul Schwinden, dissera à *Folha*, que recebeu muitas queixas de professores. Segundo o jornal,

[...] a sala de espera da Associação parece mais uma casa de saúde: fisionomias cansadas e preocupadas, pais de família angustiados porque vão sofrer um rebaixamento de salário com a perda das aulas ou com as mudanças de cargos, e professoras, cabisbaixas, reclamando que a profissão não oferece nenhuma compensação (FSP, 02/03/1976, p. 10).

Conforme Raul Schwinden todos esses problemas começaram com a redistribuição da rede física. Pois, com ela, os professores I, referência 18, que respondiam pela direção de cursos primários anexos, muitos dos quais com mais de 10 anos no cargo, foram afastados sem receber direito algum a partir do dia 19 de Março de 1976, devendo reassumir a docência, embora não estivessem lecionando há muitos

anos. E, ainda, todos os diretores que foram remanejados também sofreram uma diminuição salarial.

O diretor do Departamento Jurídico da Associação esclarecia, ainda, ao jornal, que os diretores que estavam nessas condições tinham o direito de recorrer à Justiça. “Muitos deles – disse Schwinden à *Folha* – recorreram e na semana passada 42 obtiveram ganho de causa para ser efetivados como diretores” (FSP, 02/03/1976, p. 10).

Analisando os problemas causados pela Reforma, Minguili (1984) assinala que as reuniões pedagógicas se tornaram raras pela dificuldade de reunião do pessoal, por escola, num mesmo dia. Por ocasião da implantação da Reforma em 1976 e, conforme determinação publicada no “Diário Oficial”, as reuniões pedagógicas foram reduzidas a quatro por ano.

Podemos entender a abertura oferecida pelo jornal para a publicação recorrente das cartas de leitores contrários à Reforma do ensino, como foi o caso, por exemplo, dos diretores excedentes do ensino médio concursados para o cargo de direção, pela ótica de que o professorado paulista era um público leitor assíduo da *Folha de S. Paulo*. Diante disso, se pensarmos pela lógica empresarial do jornal enquanto empresa que visa o lucro, a *Folha* não seria contrária à publicação das opiniões da maioria dos professores, isto é, do seu mercado potencial.

Porém, mesmo com a publicação do descontentamento dos diretores excedentes a *Folha* deixou de problematizar o fato de que os diretores dos antigos grupos escolares, que a priori lidavam apenas com alunos de 1ª a 4ª séries e professores normalistas, com a unificação dos antigos ensinos primário e ginásial numa escola de 1º Grau passaram a lidar também com adolescentes, isto é, alunos de 5ª a 8ª séries e professores secundaristas. Imaginamos que esses diretores mais antigos que assumiram o cargo de direção da escola de 1º Grau passaram por grande dificuldade para trabalhar com uma clientela diferente da que estavam acostumados. E tais dificuldades não foram noticiadas no jornal.

3.7.2 Do Projeto de Redistribuição da Rede Física e do Remanejamento de Alunos

O Projeto de Redistribuição da Rede Física, apresentado ao governador Paulo Egydio Martins (1975-1979) pelo secretário Coutinho Nogueira, foi noticiado pela *Folha*. Segundo os critérios desse Projeto:

- 1) A Secretaria da Educação define, para cada prédio, se sua melhor utilização é o ensino de 1º ou de 2º Grau. Ainda em 1976, deverão existir casos excepcionais – enquanto se constroem novos edifícios – em que algumas unidades serão mantidas como de 1º e 2º Graus;
- 2) O aluno começará a estudar na escola da sua comunidade, de seu bairro. Para isso, as matrículas na 1ª série do 1º Grau serão feitas atendendo-se ao critério de setorização;
- 3) Para as seis séries seguintes (da 2ª à 7ª do 1º Grau) será dada preferência aos alunos do bairro;
- 4) Havendo vagas remanescentes, em série, estas serão oferecidas aos alunos que estão atualmente cursando o estabelecimento e que não residem no bairro. Em seguida, se ainda restarem vagas, elas serão oferecidas aos estudantes dos bairros mais próximos;
- 5) A Secretaria da Educação procurará manter os alunos da 8ª série nas escolas em que se encontram matriculados;
- 6) Somente haverá transferência compulsória quando ela for indispensável, como consequência da mudança de destinação do prédio e a complementação da montagem da escola de oito anos;
- 7) O critério de setorização não será aplicado na distribuição das classes do 2º Grau; e
- 8) Os atuais ginásios profissionalizantes (industriais) serão transformados, a partir do próximo ano, em centros interescolares municipais (FSP, 14/11/1975, p. 25).

Assim, conforme assinalou o jornal, a Resolução baixada no dia 17 de Novembro de 1975 pelo secretário da Educação Coutinho Nogueira seguia os critérios descritos acima de modo que a SEE/SP teria condições de executar a Reforma do Ensino no ano de 1976.

Segundo o impresso paulista, o atendimento da demanda dos alunos de 1º Grau seria prioritário, devendo haver equilíbrio na distribuição das classes de 1ª e 5ª a 8ª séries para cada período diurno de funcionamento das escolas, com vistas à propiciar a efetiva integração de alunos e professores do 1º Grau.

Determinava, ainda, a Resolução, em seu artigo 6º, que as escolas de 1º e 2º Graus funcionariam separadamente com todas as séries do determinado grau em sede única de modo à melhor atender as exigências dos respectivos currículos. Quando não fosse possível e/ou conveniente a separação dos graus de ensino, estes poderiam funcionar, em caráter provisório, num mesmo estabelecimento, até que fossem executadas as construções necessárias. Quando a escola mantivesse, entretanto, ambos os graus, deveria agrupar, preferencialmente, as classes de 2º Grau com as últimas do 1º Grau num mesmo período. Além disso, por razões sociais, políticas, psicológicas e morais, a convivência de crianças de 7 a 18 anos seria altamente inconveniente. No

entanto, a separação dos dois graus levaria, também, ao remanejamento parcial do alunado, divulgou o diário paulista.

Nesse sentido, a *Folha* mencionava que conforme a Reforma do Ensino, a escola de 2º Grau seria uma unidade especial que exigiria alto custo de investimentos. Segundo o impresso:

[...] O Estado não poderia equipar, com laboratórios e máquinas apropriadas, todas as suas unidades, para serem, ao mesmo tempo, de 1º e 2º Graus. Daí ser conveniente, do ponto de vista econômico, concentrar as unidades de 2º Grau em estabelecimentos próprios, onde a clientela de todo um setor da comunidade poderia ser atendida (FSP, 13/11/1975, p. 23).

Como anunciou o secretário Coutinho Nogueira ao jornal paulista, no ano de 1975 o sistema educacional registrava classes de até 50 alunos, apenas com duas horas diárias de aula e com matrículas discriminatórias. Nesse sentido, a partir do artigo 8º da Resolução, conforme o Projeto de Redistribuição da Rede Física, a SEE/SP instituiria um “modelo pedagógico” único para todo o Estado com o limite máximo de 35 alunos por classe, com 4 horas diárias de duração para cada turno de funcionamento para todas as escolas sem distinções sócio-econômicas.

Em decorrência desse “modelo pedagógico de classe” era necessário que a SEE/SP realizasse um diagnóstico das necessidades físicas (número de salas de aula, material e equipamento), através dos grupos de trabalho (GTs) para, assim, além de aproveitar a capacidade dos prédios, também estabelecer a rede física escolar.

A esse respeito, em carta à *Folha de S. Paulo* o secretário da Educação, José Bonifácio Coutinho Nogueira, esclarecia: “Durante o ano letivo de 1976, à medida que forem sendo concluídas as novas escolas, e até o início de 1977, será implantado, em todo o Estado, o novo modelo pedagógico de 35 alunos por classe e 4 horas diárias para todos” (FSP, 05/03/1976, p. 10).

O estudo de Minguili (1984) sinaliza que para a realização desse programa nas escolas, o grupo local de trabalho iniciou o levantamento do número de alunos e previsão da demanda escolar, “mapeando a cidade, levantando as necessidades, recursos humanos e materiais, buscando a localização de alunos, por endereço” (MINGUILI, 1984, p. 37). Como assinala essa autora, a princípio a redistribuição seguiria o critério de proximidade da residência do aluno e da escola. Mas, isto causou reação por parte dos alunos e pais, o que levou a Secretaria da Educação a baixar uma nova Resolução

dando direito de opção ao aluno que poderia permanecer na escola de origem ou ser transferido para a escola mais próxima da casa.

Para a implementação do 1º Grau, portanto, a redistribuição da rede física seria um dos meios a serem utilizados e, com isso, acrescentava o secretário José Bonifácio Coutinho Nogueira à *Folha*, “cabe-nos construir salas e melhor aproveitar as existentes” (FSP, 13/11/1975, p. 23).

O secretário explicava ao jornal que nas situações em que houvesse precariedade e insuficiência de prédios escolares o Projeto seria executado de forma gradativa. Nestas áreas, a execução plena seria feita tão logo fossem concluídas as construções escolares previstas pelo projeto, em curto prazo, garantindo o funcionamento regular das escolas.

A fim de disciplinar as matrículas no 1º Grau, o artigo 9º da Resolução estabelecia que a composição do corpo discente das escolas de 1º Grau obedeceria, em 1976, aos seguintes critérios:

I – na primeira série do 1º Grau as matrículas serão feitas atendendo rigorosamente ao critério da setorização; II – para as matrículas das séries seguintes, da segunda à última, será garantida a preferência para os alunos residentes no setor escolar, dentro das possibilidades de vagas; III – considerando o disposto no inciso anterior, as vagas remanescentes, em cada série, serão oferecidas aos alunos atualmente cursando o estabelecimento; IV – os alunos matriculados na última série, em 1975, terão preferência, em 1976, para cursar a 8ª série na escola de origem (FSP, 18/11/1975, p. 24).

Segundo o veículo diário, o domicílio escolar dos alunos somente seria alterado na hipótese de falta de vagas no estabelecimento, considerando o atendimento previsto no item I, dada a mudança de destinação do prédio, nas situações absolutamente indispensáveis, para a organização da escola de 1º Grau.

Em qualquer hipótese, as autoridades encarregadas da implantação deveriam oferecer opções à escolha dos alunos. “No atendimento dos alunos de 2º Grau, deveria ser considerado o binômio – existência da demanda escolar e disponibilidade física – tendo em vista o planejamento para o triênio 1976-78” (FSP, 18/11/1975, 24). Ainda apontava o jornal que os alunos do 2º Grau apenas teriam alterado seu domicílio escolar quando houvesse extinção ou mudança de sede do estabelecimento que frequentavam.

A Resolução tratava, também, do ensino técnico ministrado pela SEE/SP. Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*:

Os atuais ginásios industriais e escolas técnicas de 1º e 2º Graus – segundo o artigo 14º – serão transformados gradual e progressivamente em Centros Interescolares, oferecendo no primeiro caso formação especial aos alunos da 7ª a 8ª séries que desejem e necessitem de conclusão do curso e, no segundo caso, formação especial a nível de 2º Grau, em forma de entrosagem e intercomplementaridade com outras escolas (FSP, 18/11/1975, p. 24).

De acordo com o noticiário do diário paulista, o diretor de cada unidade escolar ficaria inteiramente responsável pelo cumprimento dos critérios de setorização para futuras matrículas. Por outro lado, a execução do Projeto de Redistribuição da Rede Física em todas as etapas, para o ano letivo de 1976, seria da responsabilidade dos diretores Regionais de Educação, diretor do Departamento de Educação da Grande São Paulo, diretor da Eduvale, delegados de ensino das Debs, Desns e Ireps, obedecidas as competências previstas na Resolução SE nº 86, de 20 de Outubro de 1975.

Contudo, em depoimento à *Folha* em 05 de Março de 1976, alguns alunos que se encontravam aglomerados em frente à Escola Estadual Macedo Soares, na Capital paulista, disseram que o remanejamento feito pela SEE/SP não colocou o aluno na escola mais próxima de sua residência. Uma aluna citou o seu caso: “*Eu moro logo aqui na esquina do Macedo Soares e, no entanto, fui remanejada para [a Escola Estadual] Alarico Silveira*” (FSP, 05/03/1976, p. 10), indicou.

Não podemos nos esquecer, porém, que os critérios para a redistribuição da rede física, até certo ponto, foram benéficos para os alunos no sentido de possibilitar o atendimento destes o mais próximo de suas casas e, assim, possibilitar à escola organizar melhor o seu trabalho levando em consideração a realidade social dos seus alunos. O “modelo pedagógico”, o qual determinava o número máximo de 35 alunos por classe, foi também um ganho para a educação numa época em que havia até 60 alunos em classes noturnas nos antigos ginásios e colégios. Ocorre que as escolas não estavam preparadas no que se refere ao investimento em recursos físicos, materiais e humanos para a implantação desse modelo de classe e da setorização organizada previstos pela Lei 5.692/71, assim através do discurso acima podemos observar que nem sempre a setorização ocorreu da maneira prevista.

Segundo o diário paulista, a abertura do ano letivo de 1976 da rede oficial estadual de 1º e 2º Graus, em São Paulo, ocorreu em meio a enormes confusões.

Alunos de doze anos tendo de sair da aula às onze e meia da noite, pais e mães querendo saber, afinal, em que escola seus filhos estavam matriculados, escolares que acabaram ficando sem vagas, professores sem horários, escolas com superlotação de alunos e outras com salas ociosas (FSP, 05/03/1976, p. 10).

Tudo isso, observou o jornal, seria resultado da inadequação de providências de remanejamento e redistribuição adotadas durante o período de férias pela SEE/SP, provocando descontentamento não somente entre os alunos, mas também entre os professores, e, ainda mais, entre os diretores das escolas.

A esse respeito, as investigações realizadas por Souza (2008, p. 279) apontam que a redistribuição da rede física provocou enorme reação por parte de professores, pais e alunos, devido às medidas de racionalização da rede escolar, que ocorreu mediante “a transformação, incorporação e desdobramento de escolas”, além do remanejamento de pessoal que causou polêmica na comunidade escolar.

Resta saber, todavia, como o processo de implantação da Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus no Estado de São Paulo foi incorporado no cotidiano pela sociedade e pelos educadores. Quais foram os discursos veiculados na grande imprensa, especialmente no jornal *Folha de S. Paulo*, acerca das representações dos sujeitos atuantes naquele período da história da educação, como professores, pais, alunos e diretores de escolas?

3.7.3 Representações em debate: a Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus no jornal *Folha de S. Paulo*

O momento de implementação do Projeto de Redistribuição da Rede Física, iniciado no Estado de São Paulo no ano de 1976, coincidiu com a mudança na linha editorial da *Folha de S. Paulo* que deixou de caracterizar-se apenas como um jornal informativo e noticioso e passou a abrir espaços para os discursos e debates acerca das mudanças profundas que ocorriam na rede estadual de ensino com a implantação da Lei 5.692/71.

Para explicar a mudança na orientação política da linha editorial da *Folha*, podemos dizer que houve a congruência de dois fatores: 1) em 1975 o diário paulista terminou o pagamento da dívida com o governo e 2) nesse período houve o início da chamada “distensão” ou abertura política no governo Geisel. Além disso, em 1976 a

Reforma efetivamente saiu do papel e se concretizou gerando transtornos com a reorganização da rede física das escolas públicas de 1º e 2º Graus que foram noticiados pela *Folha*.

Assim, através da leitura das notícias do impresso, se observa que a implantação da Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus a partir do Projeto de Redistribuição da Rede Física com vistas à implementação da escola básica de oito anos provocou reação por parte de professores, diretores, pais e alunos envolvidos, e o remanejamento de pessoal também causou polêmica na sociedade paulistana e foi divulgado pelo veículo diário.

Ao prosseguir com as publicações sobre a Reforma do ensino, o impresso relatou que o secretário da Educação Coutinho Nogueira afirmava que o Projeto de Redistribuição da Rede Física constituía “a primeira etapa da implantação da reforma do ensino nos moldes preconizados pela Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971, o que se dará de forma sistemática e efetiva a partir do ano letivo de 1976” (FSP, 15/11/1975, p. 14).

No dia 6 de fevereiro de 1976, o jornal divulgava:

A reforma administrativa da Secretaria da Educação, anunciada e iniciada pelo titular da pasta, José Bonifácio Coutinho Nogueira, vem provocando as mais desencontradas reações. Muitos professores e diretores de escolas, individualmente ou por meio de suas entidades profissionais, tem demonstrado seu descontentamento, se não contra os princípios da reforma, pelo menos contra as conseqüências práticas de sua implantação; alegam, principalmente, em fundamento de suas queixas, o que qualificam de falta de planejamento adequado e interesses estranhos aos técnicos e pedagógicos na condução de sua implantação. Por outro lado, educadores e membros do Conselho Estadual de Educação aplaudem-na sem reservas, considerando-a como passo decisivo na implantação da Lei 5.692/71, a lei do ensino de primeiro e segundo graus (FSP, 06/02/1976, p. 23).

Precipitação, falta de entrosamento entre a direção e as assessorias do Plano, falta de espírito humanitário no tratamento para com as pessoas, abuso de poder, eram algumas das expressões constantes nos vários depoimentos de diversos diretores de escolas da Grande São Paulo para classificar e opinar sobre as medidas adotadas pela Secretaria da Educação na implantação da Lei do ensino, registrava a *Folha*.

O jornal possibilitava a todo e qualquer interessado manifestações de críticas às ações da SEE/SP, quanto ao remanejamento de professores e diretores, bem como à redistribuição da rede física e seus efeitos. Grande clima de tensão pairava sobre eles, que se declaravam desorientados quanto ao sentido que deveriam imprimir em suas ações e diretrizes, nos respectivos estabelecimentos de ensino.

Esse foi o depoimento de um dos diretores publicado pelo jornal:

A intenção da Secretaria pode ser boa, no entanto, mudanças como as que estamos sentindo, num espaço tão curto de tempo, só podem instaurar clima de tensão e desespero entre os da classe, e não me refiro somente aos diretores, professores, delegados, auxiliares e outros. Parece até que os encarregados de promover as mudanças seguiram à risca muitos métodos usados para desenvolver alguns planos aqui no Brasil: desprovidos de qualquer base científica e de previsão de possíveis alternativas que tenham que ser adotadas no decorrer da execução do plano (FSP, 06/02/1976, p. 23).

O depoimento de outro diretor à *Folha* destacava o transtorno causado em toda a sua equipe, no estabelecimento que dirigia, inclusive, nas relações com a comunidade escolar. O diretor se referia às indagações da comunidade escolar, as quais ninguém estava habilitado a responder, uma vez que a escola ainda não recebera orientação do grupo setorial de como deveria ficar na nova situação.

A *Folha* mencionava que problema semelhante acontecera em outro estabelecimento, isto é, as fichas que foram entregues aos alunos, para preenchimento e posterior devolução para encaminhamento ao grupo setorial do projeto de redistribuição voltaram em parte, com a recomendação de que seriam encaminhados para este estabelecimento mais alguns alunos, mas não informava quantos alunos nem a respectiva série. Para esse diretor não era possível planejar, em virtude do tempo escasso até o início das aulas e pelos dados dos alunos chegarem incompletos.

Declarou ainda este diretor ao impresso paulista:

Todo nosso planejamento para o ano seguinte é feito com base em estimativas: verificamos a quantidade de aprovados, números de possíveis aprovados em exame de segunda época, número de matrículas e de possíveis reprovados, e outros dados necessários para planejar o funcionamento do estabelecimento no ano seguinte. Mesmo assim erramos muitas vezes. Agora, como poderei fazer planos se o grupo setorial ainda não definiu os dados corretos, quantos alunos de quais séries terei a mais que aqueles que já freqüentavam esta escola e que permanecerão? (FSP, 06/02/1976, p. 23).

A preocupação maior desse diretor, como de outros, era o tempo para fazer o que fosse necessário, uma vez que faltava, na época, menos de um mês para o início das aulas.

As queixas de outro diretor diziam respeito ao esquema de divulgação dos órgãos oficiais. Alegou que se havia má interpretação era em decorrência da falta de divulgação da Secretaria. Segundo ele:

Nós tomamos consciência das mudanças que ocorrem no setor pelo “Diário Oficial” – afirmou – e cada um dá a interpretação como quer, pois ninguém esclarece. Já não basta a linguagem usada na formulação de qualquer medida legal ser confusa, dando margens a diferentes interpretações e, ainda, após qualquer lei ou decreto, ou mesmo portaria, não recebermos qualquer assistência oficial? Isso para não dizer de instruções baixadas que são quase imediatamente acompanhadas de sua revogação (FSP, 06/02/1976, p. 23).

No estabelecimento desse diretor, segundo noticiava o jornal, as recomendações do grupo setorial apontavam classes com mais de 35 alunos por sala, contrariando promessas do secretário de seguir um único modelo pedagógico em todas as unidades de ensino.

Não podemos entender – afirmou outro diretor – certas medidas tomadas pelo grupo responsável pela redistribuição da rede física. Tínhamos vários alunos que residem aqui numa rua a cem metros da escola. A maioria deles foi deslocada não sabemos para onde. E não há colégio num raio de pelo menos quinhentos metros, a menos que tenham construído outro (FSP, 06/02/1976, p. 23).

Esse diretor também manifestava desagrado quanto ao sistema de divulgação de medidas oficiais pelos órgãos competentes.

De julho para cá – continuou – foi criado um clima de insegurança para todos nós. A ação da Secretaria deveria ser menos precipitada, começando pela primeira série, somente no ano seguinte iniciando o processo com as outras. No entanto, não podemos opinar naquilo que realmente nos diz respeito; as coisas não são comunicadas quando já foram transformadas em leis. E aqui estamos nós: não sabemos como ficará a estrutura da escola, nem o seu funcionamento (FSP, 06/02/1976, p. 23).

Já o professor Antonio Teixeira tecia elogios à redistribuição da rede física feita pelo secretário da Educação afirmando que:

[...] é necessário a concentração do ensino de 1º Grau em um único estabelecimento, porque sem isso a Lei 5.692 não tem meios de ser

implantada e, nesse sentido, ela é bem clara. Para isso, não há nenhuma razão – declarou – para que as pessoas não abram mão de algumas comodidades insistindo em não sair de suas fronteiras, pois a renovação do ensino não é obra só do secretário. Pois, professores e alunos precisam também fazer seus sacrifícios para que alguma coisa se concretize (FSP, 06/02/1976, p. 23).

O jornal *Folha de S. Paulo* publicava cartas de professores contendo observações críticas aos planos de remanejamento e redistribuição da rede física postos em prática pela Secretaria da Educação. Entre as várias manifestações dos professores, destacam-se as de M. Nazareth que relatava a situação dos professores com diferentes tipos de contratação: O professor I do Interior e da Capital, quando podia, optava; se novo na escola era remanejado indo trabalhar a quilômetros de onde residia.

O professor III, efetivo por concurso, na opinião dessa professora, ficava em pior situação à medida que caso lecionasse nos cursos ginásial e colegial e o colegial tivesse sido deslocado para outro estabelecimento, o professor teria que esgotar todas as aulas nos estabelecimentos onde era lotado. Ainda, argumentava a professora:

Assim, eu, que lecionava ginásial cedo e colegial à tarde, fui obrigada, depois de 23 anos de magistério, a lecionar 7^{as} e 8^{as} séries nos períodos: manhã, tarde e noite. Ainda devo me dar por feliz – revelou M. Nazareth –, apesar de nunca ter lecionado à noite, porque tenho colegas que pegaram aulas em 3 e 4 estabelecimentos. Sem poder dar 9 aulas por dia, sem poder financiar um carro, o remédio será comprar bicicleta e pedalar de um estabelecimento para outro pedindo a Deus que não mande chuva! (FSP, 05/03/1976, p. 12).

Essa mesma professora também relatava:

Há um salmo que diz: O pranto pode continuar a noite inteira, mas a alegria vem com a manhã. A noite do professor está tão longa que parece nunca chegar o amanhecer! Quem sabe a Assembléia Legislativa – ressaltou ainda a professora – tenha pena da gente, quem sabe o Presidente da República venha a saber o que se passa, através de jornalistas [...] (FSP, 05/03/1976, p. 12).

A *Folha* recebeu outra carta de um leitor, que se considerava “*um educador com medo*”. Nesta carta, a respeito da redistribuição da rede física e do remanejamento de pessoal, o professor dizia:

Irás e angústias resultantes da aventura de se querer fazer no curto espaço de 1 ano, sem condições básicas, sem suporte, o que não se fez

em 40 ou 50 anos. A coisa foi longe demais. Nunca se viu tanta gente tratada como coisa e tanta coisa tratada como gente. Jamais vi tanta imprudência nos meus experimentados 58 anos de vida. Será que todo mundo, na Secretaria da Educação, de repente, perdeu a capacidade de exercício do pensamento crítico?

Continue, em nome de milhares de colegas. Não nos abandone. Estamos reduzidos a um grupo de pessoas com medo. Medo dos resultados dessa reforma administrativa e didática apressada e mal pensada, medo de represálias, medo do nosso futuro. Imagine, eu, um homem com pouco menos de 3 anos para me aposentar. E os outros? (FSP, 05/03/1976, p. 12).

A redistribuição continuou causando celeuma pelos problemas trazidos também aos alunos. Além dos professores e diretores, os pais se mobilizaram e protestaram contra a redistribuição.

Segundo noticiava a *Folha*, o diretor da Escola Estadual de 1º e 2º Graus Conselheiro Antonio Prado, Mário Albuquerque Rolim de Oliveira, afirmava, no dia 4 de Março de 1976, às mães de alunos, que reclamavam por seus filhos não estarem matriculados em nenhuma escola, que não faltaria vaga para nenhum dos escolares da rede estadual de ensino.

Sempre repetindo a mesma frase: “*vamos naturalmente preencher as vagas*”, o diretor Rolim de Oliveira tentava acalmar as mães, que com o passar das horas se viam mais aflitas. Como último recurso ao apelo das mães, o professor Rolim garantiu que “*se não houver vaga no seu estabelecimento, os alunos seriam matriculados em escolas das proximidades*” (FSP, 05/03/1976, p. 10).

Uma das professoras da Escola Estadual Antonio Prado reclamava, em altos brados, que não seria possível manter uma classe com mais de 50 alunos, como ocorreu com a sua. De acordo com essa professora, os funcionários do estabelecimento não obedeceram ao cronograma estabelecido pela direção da escola e evitavam inserir às suas classes os alunos que ainda não tinham escola, divulgou o impresso.

Uma funcionária desse estabelecimento, que orientava as mães, logo na porta, disse que a redistribuição da rede física trouxe confusão para os escolares. Segundo alegou a funcionária ao jornal, “*muitos alunos foram colocados em escolas longe de suas casas e muitos irmãos ficaram em escolas separadas, gerando transtornos para as mães*” (FSP, 05/03/1976, p. 10).

O Sr. Silvio Silva, pai de aluno, também reclamou: “*Tenho um filho que está cursando a 5ª série. Sempre estudou [na Escola Estadual] Antonio Prado (antigo*

Colégio Macedo Soares). Entretanto, este ano ninguém pode me informar onde está matriculado”. Mostrando-se bastante revoltado com a situação, esse pai de aluno indagava: “É essa a melhoria do ensino?” (FSP, 05/03/1976, p. 10).

Sem ter a quem recorrer, outro pai de aluno, Alfredo de Souza Macedo, dizia que depois de ter preenchido a ficha de matrícula na Escola Estadual de 1º e 2º Graus Wagner do Amaral, localizada no Jaçanã, em São Paulo, foi informado, no dia 4 de Março de 1976, que não havia vaga para seus dois filhos, que cursavam a 2ª e a 4ª série daquela escola. Como havia sido transferido do trabalho de Guarulhos para a Capital, alegava que, se não houvesse vaga em nenhuma das escolas da Capital, seria obrigado a voltar para o Interior da Grande São Paulo, pois talvez lá não houvesse tanta confusão, pois na Capital, argumentou o cidadão ao jornal, “nem mesmo a Rede Física, instalada na Rua Silva Jardim, solucionou meu caso”.

Segundo o diário paulista, na Escola Estadual Macedo Soares as queixas se repetiam. Uma mãe procurou o secretário da escola para dizer que não queria que seus filhos estudassem em classes separadas, uma vez que eles viviam chorando por esse motivo. Outra mãe não queria que seu filho estudasse à noite.

O secretário da Escola Estadual Macedo Soares mencionava à *Folha* que, além dessas reclamações, o principal problema por ele enfrentado estava relacionado com a criação de uma 6ª série no período noturno. Nas palavras desse funcionário da escola: “Os pais não querem que seus filhos menores de idade estudem à noite” (FSP, 05/03/1976, p. 10).

Na Escola Estadual de 1º e 2º Graus João Kopke, no momento da conferência da lista dos matriculados naquela escola, o ambiente era de confusão, salientou a *Folha*:

Enquanto uma funcionária da escola chamava alunos por um microfone, mencionando a série onde eles estavam matriculados, inúmeras pessoas entre alunos e pais se aglomeravam diante de uma porta para verificar se realmente estavam inscritos naquele estabelecimento (FSP, 05/03/1976, p. 10).

A *Folha de S. Paulo* alardeava que “tendo que esperar horas para serem atendidos, muitos se impacientaram”, como foi o caso de Geni de Souza Raicoski que dirigiu-se à diretora da Escola Estadual João Kopke “em prantos e desesperada”. “Não agüento mais – queixava-se – estou aqui há 4 horas e ninguém resolve nada”.

As lágrimas escorriam pelo seu rosto. Ela maldizia sua condição de operária, ressaltou o jornal. “Trabalho numa fábrica de bolsas, estou com meu filho menor doente

e já vim aqui 4 vezes, e outro tanto no Parque Dom Pedro, lá na Rede Física. Tive que interromper meu serviço e serei obrigada a trabalhar de madrugada” (FSP, 05/03/1976, p. 10), asseverou a mãe de aluno.

Dona Geni não conseguia mais se controlar e desabafa à *Folha*: “Sou pobre, mas não sou peteca. Não posso ficar o dia inteiro correndo de lá para cá. Se eu pudesse, meu filho não estudaria em escola do Governo, pois a gente recebe péssimo tratamento” (FSP, 05/03/1976, p. 10).

Ela contou ao jornal, entre soluços, que seu filho, Mauricio José Raicosk, estava estudando na Escola Estadual Macedo Soares e que agora ele havia pedido sua transferência para a Escola Estadual João Kopke. “O pior é que com essa bagunça meu filho vai acabar ficando sem poder estudar, o que não pode acontecer de jeito nenhum. Ele também trabalha para me ajudar e precisa continuar na escola” (FSP, 05/03/1976, p. 10).



Figura 27 – Sequência de imagens de D. Geni preocupada com a matrícula escolar do filho no início do ano letivo de 1976 em 05.03.1976

No entanto, salientava o impresso, Dona Geni tivera sorte, e parece que seu desabafo produziu efeito positivo. Seu choro chamou a atenção da diretora, que foi imediatamente tratar do assunto. Dentro de poucos minutos ela estava de volta com uma relação de nomes. Depois de verificá-la, mostrou que o nome do aluno Mauricio José Raicosk estava na lista enviada pela SEE/SP.

Outro problema decorrente da redistribuição da rede, que gerou descontentamento, foi o excesso de alunos em sala de aula. Na Escola Estadual Dr.

Alarico Silveira, na Barra Funda, Capital, segundo informava seu diretor, professor Celso S. Pacheco, à *Folha*, houve um acréscimo de alunos na ordem de 50%. O diretor disse ao jornal que não tivera problemas sérios para acompanhar os 2.800 alunos que haviam se matriculado, sendo que esse número era de 1.800 no ano anterior; em março de 1976 a escola dispunha de 27 salas e oferecia, ao todo, nos três períodos de aula, 79 classes.

“A Rede Física nos mandou a lista de novos alunos, somente na quinta-feira da semana passada – dia 26 de Fevereiro de 1976. Esse número inesperado de alunos novos nos obrigou a criação de novas classes, mas, o nosso corpo docente tornou-se insuficiente para atender a demanda”, disse o diretor Celso S. Pacheco à *Folha*.

Contudo, ressaltava esse diretor, que o problema de falta de professores somente seria solucionado no dia 9 de Março daquele ano, quando a Rede Física redistribuiria novamente os alunos. Essa nova redistribuição seria realizada levando-se em consideração o número de vagas ociosas em cada estabelecimento de ensino. Assim, um aluno que fora remanejado de escola poderia retornar à sua escola de origem, desde que esta apresentasse vaga, assinalou o jornal paulista.

Segundo o veículo diário, “o ensino noturno também foi prejudicado com os desmandos” da SEE/SP para a implantação a Reforma Educacional. Além da Escola Estadual Alarico Silveira ter sido considerada um dos melhores estabelecimentos de ensino da Capital paulista, dois problemas afetaram as escolas mais próximas levando as mães a procurarem, segundo a *Folha*,

[...] desesperadamente, um lugar nesse Colégio para seus filhos; a Escola Estadual Conselheiro Antônio Prado, no mesmo bairro, adotando uma medida incompreensível, marcou aulas para os alunos da 7ª e 8ª séries no período noturno, das 7h30 às 23h30. Muitos deles tem doze anos e o pavor das mães em deixá-los na rua a essa hora é muito grande. Por isso, muitos se transferiram para [a Escola Estadual] Alarico Silveira (FSP, 26/02/1976, p. 16).

Também se manifestaram as crianças de 12 anos, matriculadas na Escola Estadual Conselheiro Antonio Prado, obrigadas a saírem das aulas à meia noite em decorrência do desdobramento de turnos escolares. Fernando Moreira Albuquerque (12 anos, 7ª série) não se conformou em ter que sair da aula nesse horário, principalmente porque, segundo contou à *Folha*, “a barra é pesada ali na região” (FSP, 26/02/1976, p. 16).

No decorrer do ano de 1975 e no início do ano de 1976, a *Folha* apresentou um conjunto de opiniões controversas sobre as medidas de implantação do Plano de Redistribuição da Rede Física. Entende-se que o papel do jornal nesse processo foi de informar os seus leitores sobre as mudanças em curso, bem como abrir espaços de discussão e exposição de opiniões sobre o descontentamento da comunidade escolar face à sistemática de reorganização da rede física das escolas estaduais de 1º e 2º Graus de São Paulo pela SEE/SP. Além disso, pode-se observar que o jornal atuou como mediador entre a sociedade civil e os órgãos públicos estaduais encarregados de promover a implantação da Reforma de 1971.

Rus Perez (2000), por sua vez, sublinha que na conclusão do processo foram remanejados 5.343 professores de 1ª a 4ª série, 474 professores de 5ª a 8ª série, 334 diretores, 6.151 servidores e, ainda, 493 cargos de direção foram eliminados, permanecendo na escola o diretor mais antigo. No final de 1976, revela o autor, 94% das 3.816 escolas do estado estavam organizadas de modo a atender ao ensino de 1º Grau e, por conseguinte, a estrutura da rede oficial do Estado de São Paulo passou a compreender escolas de 1º Grau, escolas de 2º Grau e escolas de 1º e 2º Graus.

Mas, o que esses dados apontados pelo autor significam em termos da totalidade da educação no Estado de São Paulo? Nas limitações deste trabalho, para responder a esta questão, toma-se como base à análise dos números correspondentes apenas ao total de professores e funcionários no Estado paulista.

TABELA 03 – Professores e Funcionários da Rede Estadual do Estado de São Paulo (1972-1982)

Ano	Número de professores	Número de funcionários
1972	116.662	9.211
1974	142.850	12.302
1976	157.068	22.133
1978	175.817	34.663
1980	182.462	39.151
1982	184.000	61.000

Fonte: TEIXEIRA, Maria Cecília Sanchez. *Política e administração de pessoal docente: um estudo sobre a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo*. São Paulo: FEUSP, 1988, p. 95.

Se em 1976 foram remanejados “5.343 professores de 1ª a 4ª série” e “474 professores de 5ª a 8ª série”, que somam 5.817 professores da rede pública estadual, de um total de 157.068, e “6.151 servidores” de um total de 22.133 funcionários, em uma visão geral, num Estado como São Paulo esses números não parecem ser tão significativos frente à proporção que a reestruturação da rede física e o remanejamento de pessoal tomaram na imprensa.

Quando observados nas notícias do jornal, através dos depoimentos dos vários sujeitos da comunidade escolar, a consolidação da Reforma não surgiu do apoio popular, nem da querência dos educadores, nem dos interesses dos educandos. Porém, quando analisados os números absolutos no quadro acima pode-se perceber que a quantidade de professores e funcionários remanejados foi ínfima frente ao total dos números. Nesse sentido, a imprensa foi uma aliada importante da comunidade escolar descontente com as modificações introduzidas na rede de ensino a partir da Reforma de 1971.

A partir dos depoimentos da comunidade escolar não apenas em cartas, mas também nas notícias, é possível notar que até 1975 a *Folha* apenas informava as medidas administrativas e os atos legais da SEE/SP e a partir de 1976 o jornal deixou de ser meramente informativo e passou a seguir uma abordagem mais crítica no modo de conduzir a notícia, uma vez que não foi possível ficar alheio à repercussão da Reforma no cotidiano das escolas, pois esta foi muito forte e causou polêmica na sociedade, abalou a estrutura das escolas, a organização pedagógica e os modos de se conceber o ensino. A representação social que se formava era de negação ao novo, à mudança prevista pela Lei, além daqueles que se viram prejudicados com a reorganização da rede escolar.

A desorganização das escolas públicas estaduais no primeiro dia letivo do ano de 1976, que foi o ano de implementação da Reforma Educacional, como vimos, foi notícia de capa da *Folha de S. Paulo*. Além do mais, observamos a divulgação de depoimentos dos pais de alunos descontentes e desinformados em relação às mudanças instituídas pela SEE/SP no que se refere à redistribuição da rede física das escolas estaduais como foi o caso de uma mãe de aluno, a Dona Geni, que chorava na porta da Escola Estadual João Kopke, da Capital, por não ter informação se seu filho havia conseguido vaga naquela escola. Podemos entender que essa mãe estava lutando, à sua

maneira, contra o autoritarismo do regime, contra a burocracia da SEE/SP e contra as ações do Estado que interferiram diretamente na vida do cidadão comum.

Nesse sentido, pode-se dizer que diante da Lei 5.692/71, que reformulou a organização do ensino até então instituída, a reação dos pais e professores, como pode-se observar em seus discursos, seja nas notícias ou através das cartas enviadas à redação do jornal, foi de resistência às ações praticadas pela SEE/SP. Muitos cidadãos resistiram à sua maneira à incongruência com relação à racionalidade presente no planejamento para a implantação da Lei do ensino.

Logo, a implantação da Lei 5.692/71 revelou seu lado mais sombrio, uma vez que a redistribuição pôs em evidência as fragilidades da Reforma e a insuficiência das políticas educacionais do Estado de São Paulo. Entendemos que a partir de 1976 o jornal não pôde ficar alheio à comoção social causada pela redistribuição e teve que noticiar o descontentamento da comunidade escolar e os problemas decorrentes da redistribuição física e do remanejamento de pessoal considerados necessários pela SEE/SP para a implantação da escola única de 1º Grau.

Como mencionado, o número de pessoal remanejado foi ínfimo se pensarmos no âmbito geral do Estado de São Paulo. No entanto, o remanejamento dos poucos professores, alunos e funcionários causou muita revolta e tumulto, principalmente na Capital onde as distâncias entre os bairros e as escolas eram maiores, além do mais era na Capital que estava localizada a *Folha de S. Paulo*. Então, esse remanejamento de pessoal repercutiu na sociedade e o jornal teve que noticiar como uma resposta a esta questão. Não obstante, diante da grande quantidade de cartas que os professores paulistas enviavam ao impresso, podemos dizer que os professores eram um público leitor da *Folha*. Diante disso, o diário paulista não poderia deixar de noticiar a ansiedade de seus consumidores naquele momento.

Por outro lado, ao publicar a resistência da comunidade escolar o jornal deixou de discutir o ganho que a escolaridade obrigatória de oito anos representou para a educação brasileira. Essa ocultação do ganho que foi a extensão legal da escolarização básica preconizada pela Lei 5.692/71 pode ser entendida pelo fato de que a maioria dos leitores da *Folha* – lembramos que este diário era direcionado para a “classe média” paulista – provavelmente já havia conquistado a escolarização de oito anos mesmo antes da promulgação da Reforma de 1971.

O fato é que existem acontecimentos cuja divulgação se torna essencial para a venda do jornal. Entendemos que as notícias são, nesse sentido, uma mercadoria vendida duas vezes e a dois mercados diferentes: o de leitores e o de anunciantes. Pode-se dizer que a redistribuição da rede física escolar no estado paulista iniciada em 1976 foi um desses acontecimentos.

Não pretendemos neste estudo verificar se houve ou não queda na qualidade da educação brasileira. No entanto, nos surge o questionamento: Até que ponto a publicação pela *Folha* dos discursos e imagens dos protestos e descontentamentos de pais e professores da rede oficial do Estado de São Paulo, que denunciavam os problemas causados com a implantação da escola integrada de oito anos, contribuiu para a representação social de que a abertura educacional provocou a queda na qualidade do ensino?

3.7.4 A coluna sobre Educação da *Folha* e a Reestruturação da Rede Física

O editorial sobre Educação do jornal *Folha de S. Paulo* no período de 1972 a 1979³⁸ era escrito pelo professor Perseu Abramo, jornalista e sociólogo, que participou ativamente da greve dos professores em 1979 e articulou críticas à favor da causa social durante toda a sua atuação no diário paulista. O editorialista manifestou apoio aos pais dos alunos e professores e criticou a SEE/SP pelas falhas no planejamento da implantação da Reforma do ensino. O jornalista certamente contribuiu para a gradativa virada do jornal para uma posição mais crítica, especialmente no que se refere aos problemas decorrentes da Reforma, uma vez que mesmo em período anterior a 1975 Abramo já efetuava críticas indiretas a algumas prescrições da Lei 5.692/71.

Após o ano de 1975 a *Folha* chegou a colocar-se na vanguarda dos meios de comunicação de massa, manteve apoio às questões sociais e à defesa pelos movimentos redemocratizantes. Contudo, vale a pena ressaltar que a linha editorial da empresa jornalística era dotada de astúcia para localizar os temas emergentes, assim o impresso seguia as técnicas da publicidade comercial à medida que procurava captar precisamente temas recorrentes no cenário social e capitalizar isso em favor do que pretendia vender.

³⁸ Em 1979 Perseu Abramo foi demitido pelo jornal (juntamente com centenas de profissionais castigados pelo patronato).

No dizer de Perseu Abramo, a Secretaria da Educação do Estado, para efetivar a implantação da Lei 5.692/71, executou a redistribuição da rede física e o remanejamento de alunos. Nessa tentativa, conforme analisou o colunista, “a Secretaria partiu de um princípio louvável”, o de reduzir o congestionamento das salas e permitir que os escolares pudessem se matricular nas escolas situadas nos seus respectivos bairros. Entretanto, argumentou Abramo, do princípio à sua aplicação, a idéia original passou por coordenadorias, grupos de trabalho, comissões de planejamento e equipes de estudos. O resultado foi:

Sem ter tido prazo e recursos para criar escolas onde não as havia, e se faziam necessárias, não podendo, assim, espichar o espaço, a Secretaria espichou o tempo. Passou alunos de uma escola para outra, de um período para outro, de um para outro professor. Assustou os pais, amedrontou os filhos, separou turmas, divorciou colegas, destruiu esquemas de transportes, subverteu horários de famílias. Crianças de doze são, agora, obrigadas a ir à escola em ruas espúrias, irmãos ficam desacompanhados, mães não sabem o que fazer para conciliar os abstratos princípios pedagógicos da Secretaria com as concretas tarefas cotidianas do lar. O conceito de bairro, em São Paulo, é extremamente relativo. Escola do mesmo bairro pode não significar nenhuma vantagem para o ensino ou para os escolares, nem em termos geográficos, nem sociais, nem econômicos, quando as escolas são poucas, não há condução apropriada, os horários noturnos obrigam à caminhadas perigosas por caminhos ínvios (ABRAMO, FSP, 29/02/1976, p. 13).

Após os comentários acima publicados na *Folha*, o secretário da Educação, José Bonifácio Coutinho Nogueira, enviou à redação do jornal no dia 3 de Março de 1976 uma carta endereçada à Perseu Abramo contendo esclarecimentos a propósito do projeto de redistribuição da rede física. Em 5 de Março de 1976, o diário publicaria as correções solicitadas ao colunista pelo secretário da Educação. Entre as correções, Coutinho Nogueira afirmava que:

1) A implantação da reforma estaria apresentando margem de erros muito inferior ao previsto e perfeitamente dentro das possibilidades da SEE/SP de, a curto prazo, corrigir tais distorções. Na opinião do secretário, a implantação gradativa de qualquer reforma acabaria por converter-se na anti-reforma. Assim, seria mais fácil avaliar os efeitos irreversíveis da implantação e, depois dessa análise, proceder às adaptações necessárias e indispensáveis do que alongar-se o trabalho preparatório na procura de soluções perfeccionistas;

2) Do amplo programa em execução que teria duração quadrienal, duas etapas seriam desenvolvidas no biênio 75-76: o Projeto de Redistribuição da Rede Física e a

Reforma Administrativa. Ambos poderiam ser adequadamente julgados no início do ano letivo de 1977. Em 1975 seria feito o planejamento; durante 1976 seria completada a sua implantação;

3) Durante o ano letivo de 1976, à medida que foram sendo concluídas as novas escolas, e até o início de 1977, seria implantado, em todo o Estado, o novo modelo pedagógico de 35 alunos por classe e 4 horas diárias para todos. Para isso foi necessário proceder-se a um levantamento que apontou a necessidade de construções para mais de 500.000 vagas escolares. O processo de setorização da clientela, por bairros, conforme sinalizou o secretário, foi realizado sobre esse planejamento. Coutinho previa para 1976 a construção de novos edifícios nos próprios bairros onde ocorresse congestionamento de vagas;

4) As construções, ampliações e reformas, não puderam ser iniciadas em 1975 porque, segundo o secretário, o orçamento desse exercício fiscal fora feito pela Administração anterior que, dentro do seu critério de prioridades, não deixou recursos para isso. Para 1976, a SEE/SP disporia de meios materiais indispensáveis à realização do Plano de Obras que, à medida que seria executado, permitiria a melhor acomodação da clientela, observou o secretário;

5) Para conhecimento do colunista da *Folha* e também para a indispensável fiscalização do trabalho da SEE/SP, Coutinho Nogueira enviou ao jornal um exemplar desse Plano de Obras, apresentando a localização das novas escolas e o mês previsto para as respectivas concorrências públicas. Diante disso, o secretário atestou que as unidades ainda congestionadas estariam sempre na vizinhança de terrenos destinados a tais edificações, quase sempre localizadas na periferia das cidades. Conforme previsão da SEE/SP, durante o ano de 1976 a Rede Física iria ganhando as condições necessárias à implantação do novo modelo pedagógico;

6) Com um programa quadrienal e, nele tendo as duas etapas mais críticas em um cronograma bienal, a SEE/SP não poderia, de nenhuma forma, ressaltou Nogueira, evitar que as medidas projetadas sofressem as implicações naturais de um calendário eleitoral com dois pleitos marcados para 1976 e 1978. A SEE/SP optou por realizar o planejamento em 1975 e a execução para 1976 na certeza de que os efeitos e interferências políticas seriam menores por essa forma. A elaboração do Plano de Obras, da Redistribuição da Rede Física e do remanejamento do magistério, seria inexeqüível

em meio a uma campanha eleitoral, argumentou o secretário. Já os seus efeitos, depois de consolidada a implantação, resistiriam aos excessos da disputa partidária;

7) Se em março de 1975 a SEE/SP houvesse encontrado todo o planejamento necessário à implantação da Reforma, se fossem então conhecidos dados que permitissem à Secretaria diagnosticar os pontos mais vulneráveis do sistema, se tivessem legado à ela estudos sobre as áreas de maior congestionamento da rede, se a SEE/SP dispusesse no orçamento de recursos para a concretização do plano de obras, se nos grandes centros urbanos fossem encontrados terrenos disponíveis, era óbvio, apontou Nogueira, que, nessas circunstâncias, a SEE/SP teria antecipado ainda mais o programa; mas, não dispondo desses elementos, teve de procurá-los e obtê-los para, apenas assim, iniciar à execução do programa; e

8) O secretário afirmou, ainda, à *Folha* estar inteiramente preparado para justificar e defender os sistemas de implantação adotados. Assim como estaria atento para corrigir erros, alguns cometidos de boa fé, muitos não, ocorridos nos procedimentos da implantação. “Erros individuais, não sistemáticos”, ressaltava. A Secretaria da Educação estaria inteiramente preparada para corrigi-los. Para o secretário, as hipóteses do artigo de Perseu Abramo eram erros de execução, todas contrárias às normas expressas do sistema. A implantação da reforma pretendia ser inteligente, nunca teimosa. Assim, se outros erros fossem apontados, não previstos, o secretário desejaria corrigi-los (FSP, 05/03/1976, p. 10).

A partir dessas ponderações apresentadas à *Folha* pelo secretário da Educação no período de implantação da Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus no que se refere à redistribuição da rede física para a constituição da escola básica de 1º Grau, se observa que a posição do secretário Coutinho Nogueira era de defesa dos fundamentos da Lei 5.692/71 e de seu Plano de Implantação, sendo que os problemas ocorridos seriam, para o secretário, apenas de execução e não de planejamento.

No discurso do secretário da Educação, o planejamento apresentava uma força de racionalidade, no entanto, entende-se que a implantação não poderia ser racional, uma vez que acarretaria mudanças na vida e no trabalho de milhares de pessoas do ensino.

Além do mais, mesmo com as iniciativas de capacitação dos professores por parte da SEE/SP publicadas pela *Folha* no decorrer da década de 1970, através das notícias publicadas a partir do ano de 1975 e, especialmente no momento de

implementação do ensino de 1º Grau em 1976, ficou evidente que houve falta de informação nas escolas acerca dos procedimentos para a implantação gerando insatisfação e insegurança por parte daqueles que de fato executariam a Reforma no cotidiano escolar, isto é, os professores e diretores. A esse respeito, conforme assinalou a professora Eurides de Brito ao jornal, as principais dificuldades encontradas para a implantação da Reforma foram a falta de um maior número de professores qualificados, a ausência de especialistas em educação e a quase inexistência de supervisores de ensino.

A partir do discurso da professora Eurides de Brito, entende-se que houve uma tentativa de não culpabilizar o Estado e de não culpabilizar a SEE/SP pelos problemas causados durante a implantação da Reforma. Nesse sentido, percebe-se que houve uma tentativa de retirar a responsabilidade dos órgãos governamentais e culpabilizar os professores pelas falhas na implantação da Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus, o que se tornou uma falácia ao passo que se colocou sobre os professores a responsabilidade sobre os problemas de execução da Reforma Educacional.

Para que os professores fossem capacitados para a instituição do novo sistema de ensino prescrito pela Lei 5.692/71 seria necessário maior investimento do Estado em recursos humanos e materiais. A propósito, no discurso do veículo diário nota-se que houve uma grande preocupação com o planejamento e a então centralização das decisões e burocratização do sistema de ensino pela SEE/SP, mas como a Reforma demandava uma reestruturação muito grande na rede de escolas públicas e privadas, as iniciativas dos órgãos governamentais divulgadas pela *Folha* não foram suficientes para a implementação das prescrições da Reforma de 1971.

Diante disso, pergunta-se: Como a implantação da Reforma poderia ter sido bem sucedida? O sucesso da Reforma poderia ocorrer apenas com atos legais instituídos e medidas administrativas?

Segundo a nossa interpretação, para o sucesso no planejamento de implantação da Lei, mais do que medidas administrativas, faltou justamente o envolvimento da comunidade escolar e tempo para a discussão com os professores e com a sociedade civil. Nessa perspectiva, a implantação da Reforma foi um ato de força, autoritário como o regime militar.

Acreditamos, portanto, que o limite da Lei 5.692/71 esteve no próprio ato autoritário do governo, ao passo que os professores foram tratados apenas como meros

executores da Reforma. Nesse sentido, no momento de implantação da Lei do ensino as prescrições chegaram de modo intempestivo diante do fato de que foi preciso reorganizar uma estrutura secular na organização do ensino no Brasil no que se refere à rede escolar e ao currículo. Nesse contexto, os professores foram apenas informados sobre as mudanças para executá-las. Os professores não foram chamados para opinar sobre como poderia ter sido implantada a Lei e, a nosso ver, isso corroborou para os problemas ocorridos no processo de implantação da Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus.

4 “NESTA TERRA EM SE [IM]PLANTANDO TUDO DÁ?”: A PROFISSIONALIZAÇÃO DO ENSINO NA LEI 5.692/71

A implantação da profissionalização nos ensinos de 1º e 2º Graus preconizada pela Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus Lei nº 5.692/71, a partir de sondagem vocacional para o ensino de 1º Grau e a profissionalização compulsória para o 2º Grau, com vistas à formação de mão-de-obra técnica qualificada em prol do desenvolvimento industrial brasileiro segundo a historiografia da educação brasileira, foi um dos aspectos mais inovadores e polêmicos da Lei do ensino.

A partir das notícias e artigos do jornal *Folha de S. Paulo* compreende-se melhor as vicissitudes e os entraves cotidianos da implantação desse ensino profissionalizante no sentido de que o jornal, durante os anos de 1971 e 1972, dedicou-se a informar a sociedade sobre o que mudaria no ensino com a implantação do novo currículo, assim como divulgava as ações da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo na tentativa de capacitar os professores para o planejamento do currículo profissionalizante. Entretanto, a imprensa aqui estudada, nos primeiros anos da década de 1970, de maneira geral, se omitiu em relação à polêmica que foi a introdução da obrigatoriedade da profissionalização do ensino publicando apenas uma quantidade ínfima de cartas de leitores com críticas sobre o tema. Os artigos que apresentavam as discussões desse aspecto da Lei 5.692/71 foram encontrados apenas entre os anos de 1980 e 1982 quando o jornal já exibía uma posição mais crítica em relação às prescrições da Reforma do ensino.

4.1 Currículo e Profissionalização Compulsória do Ensino

Ao noticiar sobre a Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus no início dos anos 1970, com o objetivo de informar a sociedade e divulgar as ações do governo, a *Folha* apontou que uma das ênfases dadas pela Reforma de 1971 foi a qualificação para o trabalho em termos de iniciação profissional, com sondagens de aptidões no 1º Grau e de habilitação profissional no 2º Grau, sem deixar, entretanto, a abertura para a existência no currículo de estudos gerais. Essa medida alterava todo o currículo em vigor até aquele momento. J. Penteado, articulista da *Folha*, mostrava-se favorável à Lei ao justificar a inovação curricular dizendo que a educação humanista tradicional fora

eliminada do currículo, pois ela estaria desajustada aos interesses sociais e econômicos das grandes massas da população.

No artigo publicado em 25 de Julho de 1971 Penteado mencionava que os poucos cursos médios de habilitação profissional existentes no País eram quantitativamente inexpressivos, pois absorviam apenas cerca de 25% dos estudantes do ensino médio. “Sempre foram desprestigiados socialmente, apesar de seu caráter de terminalidade”, presente agora na nova Lei do ensino (PENTEADO, FSP, 25/07/1971, p. 61). Se observa, a partir da afirmação do articulista da *Folha*, que este jornal divulgou notas a favor da profissionalização nos currículos para a formação de recursos humanos.

Em relação ao currículo do 1º Grau, o professor Rapinolo Cassale, presidente do CEE, informou ao impresso que a Reforma do ensino trouxe uma inovação muito importante para o 1º Grau: os dois últimos anos do ensino fundamental deveriam ter um currículo voltado para uma exploração profissional. Nesse sentido,

[...] a escola de primeiro grau não terá a finalidade precípua de profissionalizar – disse o presidente do CEE – mas terá a responsabilidade precípua de introduzir os alunos em áreas de profissionalização. Assim o 1º Grau deverá ser necessariamente vocacional, ou seja, o aluno ao terminar o seu primeiro estágio escolar deverá saber qual a habilitação profissional a ser seguida na escola de segundo grau (FSP, 11/08/1971, p. 8).

Dessa maneira, o currículo apresentaria um núcleo comum, proposto pelo Conselho Federal de Educação, obrigatório em âmbito nacional, e uma parte diversificada para atender as peculiaridades locais de todas as escolas de 1º e 2º Graus, proposta pelos Conselhos Estaduais de Educação. Caberia ainda ao CFE estabelecer para o ensino de 2º Grau o mínimo a ser exigido em cada habilitação profissional. Para o presidente do CEE, Rapinolo Cassale:

Aos Conselhos Estaduais de Educação caberá a indicação de disciplinas dentre as quais as escolas escolherão as que constituirão o currículo diversificado e específico a cada Estado, cidade, regiões ou até mesmo a cada bairro. Por exemplo: uma cidade como São Paulo com riqueza de variações permitirá que as próprias escolas mantenham currículos específicos próprios, por bairro, ou seja, currículos diversificados em função das necessidades locais de formação de mão-de-obra (FSP, 11/08/1971, p. 8).

O currículo básico comum a todos os cursos de nível médio, previstos na Reforma do ensino, começou a ser estudado no dia 18 de Agosto de 1971 pela Comissão de Ensino de 1º e 2º Graus no Conselho Federal de Educação. O Padre José Vasconcelos, presidente da Comissão, informou à *Folha* que para a elaboração do currículo comum seriam consultadas empresas, estabelecimentos de ensino e culturais e, de acordo com os resultados do estudo, seriam fixadas as áreas – e não disciplinas –, que seriam obrigatórias ao currículo comum.

Assim sendo, o articulista do impresso, J. Penteado, assinalou que a Lei 5.692/71 estabeleceu que os respectivos currículos teriam duas partes fundamentais:

O **núcleo comum** de matérias obrigatórias para todo o sistema, a ser fixado pelo Conselho Federal de Educação, e a parte diversificada correspondendo às **iniciações profissionais**, quanto ao 1º Grau; e às **habilitações profissionais** para os estudantes que concluírem o curso de 2º Grau. As escolas poderão, do mesmo modo, incluir outros estudos ou disciplinas não incluídas nas exigências oficiais, desde que tenham sido aprovadas pelos Conselhos Estaduais de Educação. Os estabelecimentos poderão, ainda, criar outros cursos de formação profissional ou conjunto de habilitações não relacionados, naturalmente desde que sejam aprovados pelo Conselho respectivo. Com a promulgação da Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971, ficou obrigatório a inclusão da Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programas de Saúde nos currículos. Quanto ao ensino religioso, será ministrado em caráter facultativo, embora conste dos horários normais de aulas, nas escolas oficiais de primeiro e segundo graus (PENTEADO, FSP, 19/09/1971, p. 64).

O núcleo comum obrigatório nos currículos de 1º e 2º Graus, em consonância à determinação da Resolução nº 8 de 1/12/1971, além de priorizar as experiências do aluno e a criatividade, deveria abranger as seguintes áreas de estudo com as respectivas disciplinas:

- Comunicação e Expressão (Língua Portuguesa);
- Estudos Sociais (Geografia, História e OSPB);
- Ciências (Matemática, Ciências Físicas e Biológicas);
- Práticas Educativas (Educação Física, Educação Artística, Educação Moral e Cívica, Programas de Saúde, Ensino Religioso, sendo este último facultativo aos alunos).

Em conformidade com os pressupostos da Lei nº 5.692/71, uma das prioridades do Plano Setorial de Educação para o ano de 1973 foi a completa reformulação do

ensino de ciências nas escolas de 1º e 2º Graus. Com isso, as autoridades pretendiam “torná-lo mais prático, produtivo e menos livresco, motivando a criança para a investigação científica” (FSP, 29/10/1972, p. 21).

4.2 A nova organização curricular do ensino de 1º Grau nas páginas do jornal

Um dos problemas cruciais presentes na Lei 5.692/71 era a integração do currículo único para o ensino de 1º Grau e a mudança completa do currículo do ensino de 2º Grau. A mudança no currículo não era uma questão apenas pedagógica, mas se tratava da essência do projeto de formação e trazia implicações para os professores, uma vez que os cursos profissionalizantes, segundo as prescrições da Reforma, deveriam ser organizados de acordo com as necessidades do mercado de trabalho. Destaca-se nos primeiros anos da década de 1970 que a *Folha* não deu ênfase ao significado da mudança de um currículo humanista para outro currículo profissional e científico.

A partir da leitura do jornal constatamos que o modo como a *Folha* tratou o problema da organização curricular revela mais uma vez o compromisso do diário paulista em propagar a política do governo. Não houve, especialmente na primeira metade da década de 1970, nenhuma análise crítica, nenhuma discordância sobre o projeto cultural elegido para a formação das crianças e jovens brasileiros. A *Folha* se limitou a explicar as mudanças curriculares nos limites técnico-administrativos adotados pela SEE/SP.

De acordo com a *Folha*, Ciências Sociais, Ecologia e Artes Plásticas eram algumas das matérias da parte diversificada do currículo que os estudantes dos cursos de 1º Grau (os antigos cursos primário e ginásial) poderiam aprender a partir do ano de 1972 nas escolas do Estado de São Paulo, segundo a nova Lei do Ensino.

O jornal mencionava que essas matérias integravam a parte diversificada do novo currículo escolar, e foram aprovadas pelo CEE no dia 03 de Janeiro de 1972. Em seguida foi submetida resolução à secretária Esther de Figueiredo Ferraz. Segundo o diário, a parte diversificada era um dos componentes do chamado “currículo pleno” e seria elaborada pelas Secretarias de Educação de cada Estado, atendendo as peculiaridades regionais. Além da parte diversificada, o currículo tinha, também, um “núcleo comum”, fixado pelo CFE para todas as escolas do País.

A *Folha* anunciou a reunião do CEE de 03 de Janeiro de 1972 que dispôs também sobre a elaboração do currículo pleno nos estabelecimentos de ensino (já que a parte diversificada constituía apenas uma série de alternativas possíveis entre as quais cada escola deveria escolher as matérias a serem lecionadas).

Entre as normas para a elaboração do currículo pleno, o CEE fixou a obrigatoriedade de um mínimo de 720 horas anuais para as atividades curriculares, recomendou a inclusão, no campo de Comunicação e Expressão, de uma língua estrangeira moderna a partir da 5ª série, e determinou que as matérias “ensejassem a sondagem de aptidões e a iniciação para o trabalho” (FSP, 04/01/1972, p. 9).

A *Folha* publicou a homologação da Deliberação do CEE que relacionava as matérias que fariam parte do novo currículo. Segundo o texto da deliberação publicado no impresso paulista:

- 1) O ensino de 1º Grau se destinaria à formação da criança e do adolescente, variando em conteúdo e métodos, segundo as fases de desenvolvimento dos alunos.
- 2) O currículo pleno do ensino de 1º Grau teria um núcleo comum e uma parte diversificada.

Nesse sentido, o núcleo comum seria o fixado pelo Conselho Federal de Educação, mediante a Resolução nº 8, de 1º de dezembro de 1971, com os objetivos e amplitudes no Parecer nº 853/71 desse Colegiado. A parte diversificada seria constituída por matérias indicadas pelo Conselho Estadual de Educação, entre as quais cada estabelecimento escolheria as que atenderiam, conforme as necessidades e possibilidades concretas, às peculiaridades locais, aos planos dos estabelecimentos e às diferenças individuais dos alunos.

Com aprovação do Conselho Estadual de Educação, os estabelecimentos de ensino poderiam incluir em seu currículo estudos não decorrentes das matérias da parte diversificada. Contudo, o CEE fixou ainda nove grandes campos de matérias dentro da parte diversificada no novo currículo. Dentro de cada campo, os estabelecimentos de ensino poderiam optar pelas matérias que pretendessem lecionar. O campo da Língua Estrangeira não apresentou restrições (o que indicava a possibilidade de escolha de qualquer língua por parte do estabelecimento).

Segundo anunciou a *Folha* em 29 de Fevereiro de 1972, a parte diversificada do currículo do ensino de 1º Grau seria constituída das seguintes matérias:

- 1) Línguas estrangeiras modernas;

- 2) Ciências Sociais: Economia, Folclore, Relações Humanas;
- 3) Ciências Exatas: Física, Química, Geociências;
- 4) Ecologia;
- 5) Artes: Artes Aplicadas, Artes Plásticas, Arte Musical, Arte Dramática, Expressão Corporal, Dança e Fotografia;
- 6) Expressão Gráfica: Desenho, Desenho Técnico, Desenho Geométrico, Desenho de Propaganda;
- 7) Da Área Econômica Primária: Agricultura, Pesca, Criação de Animais, Produtos Agrícolas e Animais, Mecanização Agrícola, Economia Doméstica Rural;
- 8) Da Área Econômica Secundária: Organização Industrial, Economia Industrial, Mecânica, Metalúrgica e Siderúrgica, Mineração, Madeira, Artes Gráficas, Cerâmica, Couro Plástico, Têxtil, Eletricidade, Eletrônica, Construção Civil, Química, Alimentação, Vestuário;
- 9) Da Área Econômica Terciária: Comércio, Administração, Contabilidade, Turismo, Hotelaria, Publicidade, Bancos e Valores, Transportes, Comunicações, Administração Doméstica, Alimentação, Habitação e Decoração, Enfermagem, Puericultura, Vestuário, Estética Corporal, Higiene e Saúde.

Conforme divulgava a *Folha*, na organização do currículo cada matéria seria tratada na forma de atividades, áreas de estudos e disciplinas e o seu conteúdo deveria adequar-se ao nível de maturidade dos alunos.

As matérias relacionadas no núcleo comum poderiam ser incluídas na parte diversificada com objetivos e amplitudes diversas das fixadas na Resolução nº 8/71, do Conselho Federal de Educação (FSP, 02/03/1972, p. 14).

O impresso comunicava que entre as várias recomendações e exigências para os estabelecimentos de ensino, o CEE determinou que, na organização do currículo, cada matéria tivesse o seu conteúdo adequado ao nível de maturidade dos alunos. O Conselho tornou obrigatório para as escolas o ensino religioso. Para os alunos, contudo, este ensino seria facultativo e seria ministrado em horário acrescido ao mínimo semanal de aulas fixadas no regimento da escola.

4.3 A nova organização curricular do ensino de 2º Grau nas letras do jornal

Ao dar prosseguimento com as informações sobre a Reforma e as ações dos órgãos governamentais no início dos anos 1970, a *Folha* divulgou que a Secretaria da Educação do Estado por intermédio da Coordenadoria do Ensino Técnico desenvolveu no mês de maio de 1972 estudos para definir novas ocupações, especialmente no setor terciário (comércio, administração e serviços), para a formação profissional em nível de 2º Grau, uma vez que este setor correspondia a 42% da oferta do mercado de trabalho e, portanto, demandaria mão-de-obra técnico-especializada.

Como vimos, além do núcleo comum, o CFE deveria fixar o mínimo a ser exigido em cada habilitação profissional. Diante disso, em 04 de Junho de 1972, a *Folha de S. Paulo* anunciava que a relação das matérias da parte diversificada do currículo do ensino de 2º Grau fora aprovada em reunião da Câmara de 2º Grau, presidida pelo Professor Arnaldo Laurindo. A justificativa do parecer salientava que “sob o aspecto das peculiaridades locais um amplo conjunto de diferenciações poderia ser explorado pelas escolas”, acrescentando ainda que “diferenças de níveis culturais, bem como diferenças de desenvolvimento sócio-econômico deveriam ser levadas em consideração na escolha de matérias e disciplinas da parte diversificada” (FSP, 04/06/1972, p. 21).

No projeto de deliberação que foi aprovado no dia 05 de Junho de 1972 ficava esclarecido que a relação das disciplinas compreenderiam as matérias que poderiam ser escolhidas pelos estabelecimentos e tratadas como atividades, áreas de estudos ou disciplinas, umas para o enriquecimento do currículo da parte da educação geral e outras para o da parte da formação especial. As matérias integrantes do núcleo comum poderiam ser ministradas na parte diversificada e, também, os estabelecimentos de ensino poderiam incluir estudos não decorrentes das matérias relacionadas mediante aprovação do CEE.

A relação das matérias seria, então, segundo o jornal, periodicamente revista pelo CEE, considerando os planos, os objetivos dos estabelecimentos e as experiências realizadas, os interesses individuais dos alunos e, ainda, os levantamentos sobre as necessidades concretas e peculiaridades locais. Em 4 de Junho de 1972 a *Folha* publicou na íntegra a primeira versão do catálogo das matérias que deveriam compor a parte diversificada do currículo de 2º Grau.

O jornal paulista informava que, depois de várias semanas de discussões e estudos publicados pela *Folha*, fora aprovada em reunião do Conselho Estadual de Educação no dia 03 de Julho de 1972 a deliberação relativa ao currículo diversificado, que fixava as normas para a escolha, por cada escola, das matérias que comporiam o currículo pleno dos estabelecimentos de ensino estadual. De acordo com a deliberação, o catálogo possuía cerca de 600 matérias da parte diversificada do currículo do 2º Grau.

A lista das matérias da parte diversificada do currículo de 2º Grau provocou discussão entre os conselheiros. O conselheiro Arnaldo Laurindo afirmou à *Folha* que a lista “é extensa porque pretende ser o mais rico possível, de maneira a oferecer uma larga margem de opções aos diversos estabelecimentos de ensino”. Já na visão do conselheiro Luíz Cantanhade Filho, “não adianta fazer programas belíssimos, que não estão ao nível dos alunos, e por isso muitas disciplinas deveriam ser cortadas” (FSP, 04/07/1972, p. 11).

O professor Luíz Cantanhade Filho foi o único a votar contra a aprovação do catálogo. Para ele, o catálogo era muito sofisticado e com grande repetição de expressões. O professor citava, entre outros, o exemplo de duas matérias – Física do Solo e Pavimentação do Solo – reafirmando que disciplinas desse gênero apenas poderiam ser ministradas em cursos de nível mais elevado.

O conselheiro Guido Cavalcanti de Albuquerque, notando haver divergências no catálogo que fora aprovado pela Câmara de 2º Grau e o que foi apresentado no plenário, observou ainda que “há matérias que envolvem tal bagagem de conhecimentos anteriores, que jamais poderiam ser dadas a nível médio, ainda que de forma elementar, como seria o caso da *Patologia e Pesquisa Educacional*” (FSP, 04/07/1972, p. 11).

O professor Laerte Ramos de Carvalho, apesar de aprovar o catálogo, fez restrições à própria Lei 5.692, atribuindo-lhe influências norte-americanas, alheias à realidade brasileira. Carvalho afirmou ao jornal que:

[...] desde o Império assistimos a tentativa de implantação de modelos importados que são, em parte, absorvidos pelo sistema de ensino. Agora, na Lei 5.692, é evidente a influência do modelo norte-americano trazida pelo professor Valnir Chagas que estudou nos Estados Unidos (FSP, 10/07/1972, p. 14).

Mas essa foi uma crítica isolada sem grande destaque na *Folha*. A posição desse jornal, no início dos anos 1970, foi de reafirmar as mudanças curriculares trazidas pela

5.692/71, uma vez que publicou informações sobre o novo currículo, inclusive disponibilizando páginas inteiras do impresso para divulgar o catálogo curricular na íntegra.



Figura 28 – Opções do currículo do ensino de 2º Grau, publicada pela FSP em 08.11.1972

Após as discussões realizadas no CEE, o jornal paulista expôs na íntegra o catálogo de matérias para a parte diversificada do currículo de 2º Grau do sistema estadual de ensino de São Paulo, de acordo com o artigo 4º, inciso II, da Lei Federal 5.692, de 11 de agosto de 1971. O catálogo foi aprovado pelo Conselho Estadual de Educação no dia 10 de Julho de 1972.

Dessa maneira, o Parecer nº 45/72 estabelecia o mínimo a ser exigido para 52 habilitações técnicas ou plenas e 78 outras habilitações parciais, configurando um total de 130 habilitações – subdivididas entre o setor primário, secundário e terciário – com forte predominância da formação diversificada sobre a formação geral.

Por outro lado, os estabelecimentos dedicados ao ensino técnico de nível médio (como o SENAI, SENAC e outros) deveriam também diversificar as áreas de opção profissional a serem oferecidas aos alunos.

Contudo, ao publicar na íntegra o currículo introduzido aos ensinos de 1º e 2º Graus pela Lei 5.692/71, seria suficiente para o professor ao ler o jornal entender sobre o novo currículo e saber implantá-lo? De fato, percebemos que havia um problema decorrente das modificações profundas ao ensino trazidas pela Reforma, assim não era por acaso que a *Folha* noticiava um currículo na íntegra.

Nesse sentido, o que significava publicar uma informação sem crítica? É possível perceber que a divulgação da informação era uma estratégia utilizada pelo jornal para reforçar a Reforma e, com isso, dar visibilidade às iniciativas do governo.

4.3.1 A composição curricular do ensino de 2º Grau no Estado de São Paulo

No início dos anos 1970 o jornal paulista também noticiou sobre as habilitações profissionais técnicas em nível de 2º Grau, no Estado de São Paulo. Estas foram distribuídas pelas áreas primária, secundária e terciária. Segundo a *Folha*, a área primária compreendia os setores de Agricultura, Agro-Industriais, Agropecuária, Economia Doméstica Rural, Enologia, Laticínios, Mecanização Agrícola, Parques e Jardins e Pecuária.

A área secundária estava constituída pelos setores de Acabamento Têxtil, Agrimensura, Alimentos, Artes Gráficas, Calçados, Carne e Derivados, Cerâmica, Cervejas e Refrigerantes, Curtimento, Desenho de Construção Civil, Desenho Técnico Mecânico, Decoração, Edificações, Eletromecânica, Eletrônica, Estradas, Fiação, Geologia, Instrumentação, Leite e Derivados, Malharia, Manutenção de Aeronaves, Mecânica, Metalúrgica, Mineração, Pesca, Petroquímica, Química, Refrigeração e Ar Condicionado, Tecelagem, Telecomunicações, Têxtil e Vestuários, relatou o jornal paulista.

E, por fim, o impresso divulgava que a área econômica terciária compreendia as profissões listadas pelo CFE de Assistente de Administração, Assistente de Administração Bancária, Assistente de Administração Hospitalar, Assistente de Administração de Transportes, Comercialização e Mercadologia, Comércio Exterior, Contabilidade, Corretagem Imobiliária, Desenho de Comunicação, Documentação Médico-Estatística, Economia Doméstica, Enfermagem, Estatística, Farmácia, Fisioterapia, Foniatria, Fotografia, Fotogrametria, Higiene e Segurança do Trabalho, Hotelaria, Instrumentalista Musical, Música, Nutrição e Dietética, Ortese, Ótica, Patologia Clínica, Programação de Sistemas, Prótese, Publicidade, Radiosótopos, Radioterapia, Radiodiagnóstico, Redator Auxiliar, Saneamento, Secretariado, Seguros, Teatro, Terapia Ocupacional, Tradutor e Intérprete e Turismo.

Por outro lado, nos aparece o questionamento: Em que medida o fato das disciplinas se transformarem em áreas de conhecimento contribuiu para uma percepção

de que o ensino estava perdendo a qualidade? Do nosso ponto de vista, isso também contribuiu para a representação de queda na qualidade do ensino, ao passo que eram evidentes as diferenças no currículo do ensino secundário em período anterior à Reforma, especialmente nas décadas de 1930-40 quando a escola secundária era considerada uma escola de excelência, marcada por uma educação humanística com a transmissão de uma cultura clássica, como o latim e o grego. Entretanto, no currículo prescrito pela Lei 5.692/71 não havia mais nem a disciplina de Língua Portuguesa, pois esta fora incluída na área de Comunicação e Expressão.

O jornal *Folha de S. Paulo* no início da década de 1970 enfatizava o investimento realizado pela SEE/SP na tentativa de planejamento e implantação do currículo profissionalizante nas escolas paulistas como a criação de um Centro de Documentação para o planejamento curricular. No dia 08 de Novembro de 1972, o veículo diário mencionava que para organizar um Centro de Documentação para o ensino profissional, a SEE/SP trouxe para São Paulo o especialista francês Jayme Robredo, do Instituto do Vidro de Paris. O Centro de Documentação, instalado no CENAFOR (Fundação Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para a Formação Profissional), visava satisfazer as necessidades de informação do pessoal da Fundação CENAFOR e dos professores do ensino técnico brasileiro de modo a fornecer-lhes dados e documentos para a elaboração de programas, currículos, estudos, pesquisas e trabalhos correlatos.

Entretanto, mesmo a *Folha* divulgando a iniciativa da SEE/SP em preparar os professores para a elaboração do novo currículo, conforme as determinações da Lei 5.692/71, a oferta dessas capacitações foi pequena em relação à quantidade de escolas em todo o estado paulista. Além do mais, os professores do Interior seriam os mais prejudicados, uma vez que quando se realizavam tais capacitações elas ocorriam na Capital.

Porém, tendo em vista as dificuldades de implantação dessa grande variedade de habilitações profissionais em decorrência da falta de recursos físicos, materiais e humanos necessários, dificilmente as escolas públicas e particulares teriam condições de oferecer uma quantidade variada de áreas de estudo, disciplinas e atividades. Diante disso, em 1975 foi aprovado o Parecer nº 76/75 que buscava amenizar o caráter essencialmente profissionalizante do 2º Grau, estabelecendo os mínimos exigidos e a

reformulação de 10 habilitações básicas com um maior equilíbrio entre a formação diversificada dos currículos e a formação geral.

Como explica Freitag (2005), os objetivos oficiais fixados na Lei 5.692 e reforçados pelo parecer 76/75 foram assim explicitados:

1º) Mudar o curso de uma das tendências da Educação brasileira, fazendo com que a qualificação para o trabalho se tornasse a meta não apenas de um ramo de escolaridade, como acontecia anteriormente, e sim de todo um grau de ensino que deveria adquirir nítido sentido de terminalidade; 2º) Beneficiar a economia nacional, dotando-a de um fluxo contínuo de profissionais qualificados, a fim de corrigir as distorções crônicas que há muito afetam o mercado de trabalho, preparando em número suficiente e em espécie necessária o quadro de recursos humanos de nível intermediário de que o País precisa (FREITAG, 2005, p. 162).

A historiografia da educação brasileira assinala que as transformações instituídas pela Reforma ao ensino secundário foram ainda mais profundas, uma vez que o currículo marcadamente humanista predominante até então, que gozava de prestígio e legitimidade social, foi substituído por uma cultura científica e técnica orientada para o trabalho. Desse modo, os conteúdos considerados de caráter acadêmico foram retirados introduzindo ao currículo uma orientação técnica-pedagógica e disciplinas de temáticas profissionalizantes. Nesse sentido, a organização curricular proposta reforçava as tendências de simplificação do currículo apresentando apenas “o mínimo, o básico, o fundamental” para o desenvolvimento de habilidades, técnicas e atitudes necessárias às exigências da sociedade urbano-industrial (SOUZA, 2008).

A partir da leitura do periódico paulista foi possível constatar que durante os anos 1970 a *Folha* apenas publicou uma quantidade ínfima de cartas enviadas à redação do jornal e nenhuma notícia com críticas mais incisivas em relação às mobilizações da sociedade acerca da obrigatoriedade do ensino técnico-profissionalizante no 2º Grau. Com isso nos surge o questionamento: Será que a mudança curricular não foi realmente um problema? O jornal omitiu, pois não quis se envolver no debate? Mas pode ser também que as escolas tivessem buscado alternativas internas de solução do problema sem necessitar da contestação através da imprensa.

No entanto, entendemos que omitir a crítica à legislação era uma forma de compactuar com ela. Assim, o fato do jornal não publicar, principalmente na primeira

metade da década de 1970, as críticas ou as dúvidas dos professores sobre o ensino profissionalizante pode significar que o impresso estava conivente com a mudança nos currículos. Contudo, vale a pena lembrar que no início dos anos 1980 o diário divulgou o debate sobre a problemática da profissionalização e admitiu a inviabilidade deste tipo de ensino.

O problema da mudança curricular era grave, pois, de acordo com a Lei do ensino, era preciso transformar um currículo humanista em um currículo profissional, o que exigiria mudanças nos modos de se conceber e praticar o ensino, além de grandes esforços e investimentos do governo no planejamento, na qualificação do professor, na oferta de recursos físicos e materiais para a construção de laboratórios. Era preciso articular dois tipos de escolas, dois tipos de professores com formações diferentes, a convivência de crianças de diferentes idades em um mesmo espaço físico, enfim, as mudanças no sistema de ensino seriam muito profundas. E o diário paulista, no início da década de 1970, ao invés de problematizar apenas informou sobre as mudanças. A *Folha* se limitou a propagandear a legislação. Assim, as mudanças curriculares que afetavam toda a concepção do ensino brasileiro não foi problematizada pelo jornal.

Os estudos realizados por Souza (2008) assinalam que a questão do currículo vinha sendo discutida no decorrer do século XX. Nas discussões sobre o currículo ao longo dos anos, vimos a participação da Igreja como uma reacionária na mudança curricular. A Igreja durante muitos anos apareceu como uma defensora, por exemplo, do ensino do Latim – porém, este foi extinto do currículo desde 1961. E, no entanto, no contexto da década de 1970 a partir da leitura das publicações da *Folha*, observamos que a Igreja se calou em relação à profissionalização compulsória no currículo escolar.

Enquanto houve todo um contexto histórico de debates sobre o currículo, no período estudado, até mesmo no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, quando o diário paulista se colocou de forma mais crítica em relação às políticas do governo, a *Folha* silenciou sobre a posição da Igreja. A Igreja não apareceu em nenhum momento nas notícias do diário paulista. Diante disso, surge o questionamento: Por quê houve esse silenciamento do jornal em relação à participação da Igreja nessa problemática do currículo? Será que a Igreja não se posicionou a respeito do profissionalizante? Será que o impresso não queria criar problemas com a Igreja? Será que a discussão sobre as humanidades e as chamadas ciências modernas estaria ultrapassada? O fato é que a *Folha* foi omissa a algumas questões importantes e, mais, fez a propaganda do governo.

4.3.2 A publicidade de cursos técnico-profissionalizantes estampada no jornal

Em dezembro de 1972 o impresso anunciava o curso técnico de Aerofotogrametria que fora criado em 1971, através de convênio entre a Vasp e a SEE/SP, era o único curso na época especialista no assunto na América Latina em nível de 2º Grau. O curso possuía quatro anos de duração, sendo que os três primeiros anos correspondiam ao 2º Grau e o quarto ano era para estágio.

Segundo a *Folha*, a Vasp teria condições de absorver todos os formandos, mas ainda havia outras empresas como a Cruzeiro, a Aeromapa e a Hidroservice, que apresentava em seus quadros no ano de 1972 alunos do Curso Técnico de Aerofotogrametria. A maioria dos professores que lecionavam as matérias técnicas eram engenheiros da Vasp, esclarecia o jornal.

Na notícia “Plásticos, nova área de ensino técnico do SENAI”, publicada em 08 de Novembro de 1972, a *Folha* noticiava a informação do diretor-chefe da Divisão das Escolas do Ensino de 2º Grau do SENAI, José Moreira Senna, sobre a instalação de uma nova escola profissionalizante do SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), a Escola Técnica de Plásticos, localizada no bairro do Tatuapé, na Capital paulista, que recebeu inúmeros apoios da indústria nacional de plásticos e dos respectivos sindicatos de trabalhadores.

Durante os quatro anos de duração do curso de Plásticos, o aluno recebia toda a educação regular do 2º Grau e mais as aulas de laboratório, além de um ano de estágios em indústrias com remuneração média de Cr\$1.200,00 mensais, informava José Moreira Senna, ao jornal. “É normal – completou – os alunos alcançarem salários de Cr\$3.000,00 nos quatro primeiros anos após a formatura” (FSP, 08/11/1972, p. 12). Segundo José Moreira Senna, os laboratórios e oficinas do SENAI eram modernos e equipados.

Conforme publicou o veículo diário, os currículos plenos adotados nos cursos de Plásticos, Metalurgia, Mecânica, Artes Gráficas, Cerâmica e Têxtil eram iguais aos aprovados pelo CEE, mas decodificados face à Lei 5.692/71. Nesses cursos técnicos:

[...] as atividades referentes aos programas de Saúde e Educação Artística eram desenvolvidas junto ao núcleo comum e práticas extra-classe; o estágio supervisionado na indústria compreendia 1440 horas de duração e a partir do 3º ano haviam várias opções, conforme o curso” (FSP, 08/11/1972, p. 12).

Os alunos do curso Têxtil poderiam optar por: fiação, tecelagem, tinturaria, acabamento, malharia e meias. Os profissionais de Cerâmica fariam a opção entre: cerâmica branca e refratários. Os estudantes de Artes Gráficas selecionariam: composição e impressão tipográfica, fotomecânica, offset, rotogravura e produção visual gráfica, destacou a *Folha*. Vale ainda notar que, segundo as notícias do jornal, o total da carga horária prevista para os cursos técnicos profissionalizantes do SENAI era de 4320 horas subdivididas em Educação Geral (EG) e Formação Especial (FE).

Desse modo, a Educação Geral compreendia as matérias do núcleo comum, como: Comunicação e Expressão, Estudos Sociais e Ciências; as atividades de Educação Física e Artística, Educação Moral e Cívica e Programas de Saúde; as disciplinas de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, Inglês, História, Geografia, Organização Social e Política Brasileira, Educação Moral e Cívica, Matemática, Física, Química e Biologia.

A lista de matérias da parte diversificada e dos mínimos para a habilitação profissional, segundo a *Folha*, era grande e poderiam ser destacadas: Desenho, Matéria Prima, Processos de Fabricação, Máquinas e Equipamentos, Mecânica, Custo Industrial, Eletricidade, Química Aplicada, Física Aplicada, Mineralogia, Metalurgia, Resistência dos Materiais, Controle de Qualidade e estudos de Tempo e Movimento.

A partir da publicação das notícias acima, se observa que o jornal objetivava, muitas vezes, fazer a propaganda de cursos técnicos ressaltando a infra-estrutura das instituições e as possibilidades de ingresso no mercado de trabalho para os alunos formados naquelas habilitações, inclusive com a estimativa de remuneração após o término do curso.

Pressupõe-se, no entanto, a partir da leitura das notícias do jornal paulista na primeira metade da década de 1970 sobre a implantação do ensino profissionalizante nas escolas de 2º Grau, que a *Folha* pretendeu construir a representação de que a SEE/SP estava se empenhando para cumprir a Lei na tentativa de preparar órgãos (como o CENAFOR) para assessorar as escolas e os professores e oferecer cursos e estudos para o planejamento do currículo nas escolas de diferentes regiões.

4.3.3 Os Grupos de Trabalho e o currículo das habilitações profissionais

A partir da leitura do jornal constata-se que algumas escolas, especialmente escolas particulares de 2º Grau, solicitaram ao CEE a aprovação para a abertura de determinadas habilitações profissionais que poderiam oferecer, conforme suas possibilidades e as particularidades dos educandos.

A esse exemplo, no dia 05 de Novembro de 1972 a *Folha* publicou a notícia “Grupo estuda habilitação”, na qual a secretária da Educação, através da Coordenadoria do Ensino Técnico, constituiu um grupo de trabalho³⁹ a fim de produzir um documento em que ficasse delineada a habilitação profissional do Técnico em Música, tendo em vista o caráter profissionalizante do ensino de 2º Grau, prescrito na Lei 5.692/71.

De acordo com o veículo diário, para a elaboração de documento para criação de qualquer habilitação profissional deveriam ser levados em consideração dois aspectos fundamentais:

De um lado, a habilitação profissional, compreendida como um corpo de atividades e funções bem definidas, fundamentada em um conjunto de conhecimentos gerais, bem como técnicos específicos; de outro, o mundo da aplicação – setores profissionais em que os habilitados encontrarão seu campo de atuação e provisão das necessidades e flutuações do mercado de trabalho, a curto e médio prazo (FSP, 05/11/1972, p. 20).

O documento, devidamente aprovado, deveria servir como modelo às escolas de 2º Grau quando desejassem solicitar autorização para instalação e funcionamento de cursos, em consonância com a Lei 5.692/71. Além disso, o relatório do grupo de trabalho sobre o currículo de Música e outros similares sobre habilitações profissionais exigidas pelo mercado de trabalho foram divulgados junto às escolas de 1º Grau para que os Orientadores Educacionais e Professores tivessem melhores condições de informar os jovens sobre as profissões, encaminhando-os para as mais adequadas do ponto de vista pessoal e sócio-econômico, noticiou o jornal paulista.

³⁹ O Grupo de Trabalho designado para estudar e propor o currículo para habilitação profissional de Técnico em Música era composto pelas seguintes entidades convidadas: Serviço de Fiscalização Artística, Comissão Estadual de Música, Fundação das Artes de São Caetano, Instituto Musical de São Paulo, Comissão de Música do Conselho Estadual de Cultura, Escola Municipal de Música, escola de Comunicações e Artes da USP, Sindicato dos Músicos Profissionais, Ordem dos Músicos do Brasil, Escola Superior de Música Santa Marcelina, Conservatório Musical Marcelo Tupinambá, Faculdade Paulista de Música, CENAFOR, Centro de Integração Escola Empresa, Serviço de Educação Supletiva, SESC, SESI, Sub-Divisão de Cinema e Teatro, Conservatório Musical do Brooklin Paulista (FSP, 05/11/1972, p. 20).

No caso do currículo da habilitação profissional em Música, o grupo de trabalho baseou-se no curso de instrumentista musical criado pelo CFE e composto pelas seguintes matérias: História da Música, Harmonia Estética, Canto Coral, Folclore Musical, Instrumento, Prática de Orquestra, sendo que o GT poderia, também, propor modificações a esse currículo conforme as características regionais, destacava a *Folha*.

O Laboratório de Currículos da SEE/SP esclarecia ao jornal que:

[...] a habilitação profissional era uma condição resultante de um processo educativo pelo qual os estudantes se capacitariam para o exercício de uma profissão ou ocupação técnica, cujo desempenho exigia escolaridade completa em nível de 2º Grau ou superior, além de outros requisitos (FSP, 08/11/1972, p. 11).

Em 08 de Novembro de 1972 o impresso divulgava que um Grupo de Trabalho, da Coordenadoria do Ensino Técnico da SEE/SP, constituído para elaborar o currículo que seria utilizado como modelo pelas escolas de 2º Grau, realizou discussões acerca da profissionalização de técnicos de nível médio para a área da indústria automobilística e a estimativa da demanda de mão-de-obra nesse setor. O plano curricular para esse setor previa a consideração de aspectos relacionados com marketing, vendas, finanças, produção, relações industriais, administração, suprimentos e outros, além da utilização de estudos realizados por outros Grupos de Trabalho que foram encarregados da elaboração de currículos para as áreas de Comércio Exterior, Computação, Mecânica e outras.

Foi criado também pela Coordenadoria do Ensino Técnico da SEE/SP, tendo em vista o caráter profissionalizante do 2º Grau, um Grupo de Trabalho na área de Mecânica. Esse GT, assim como os GTs dos demais cursos profissionalizantes, deveria elaborar um documento para servir como modelo às escolas de 2º Grau, quando desejassem solicitar autorização para instalação e funcionamento de cursos nessa área. Nesse sentido, mencionava a *Folha*:

Documento como esse e outros similares, produzidos por GTs constituídos para o estudo de outras habilitações profissionais exigidas pelo mercado de trabalho serão divulgados junto às escolas de 1º Grau, a fim de conferir a orientadores educacionais e professores condições de informar os jovens sobre as profissões (FSP, 12/11/1972, p. 27).

Segundo documento elaborado pelo Centro de Integração Empresa-Escola (CIE-E), o veículo diário dizia que o Grupo de Trabalho constituído pela SEE/SP, através da Coordenadoria do Ensino Técnico, reuniu-se no final do ano de 1972 para a definição do currículo do Técnico em Ótica de nível médio, previsto nas habilitações profissionais listadas pelo CFE.

Conforme publicação do jornal, o documento do CIE-E sobre análise ocupacional do curso foi debatido por representantes do SENAC, Instituto de Física da Universidade Estadual de Campinas, Associação Brasileira de Ótica e Cine-Foto, Sindicato do Comércio Varejista de Material Ótico do Estado de São Paulo e de firmas óticas paulistas e de outros Estados.

A *Folha* assinalou que vários Grupos de Trabalho foram organizados pela SEE/SP com o objetivo de analisar a questão da habilitação profissional mínima nas diversas áreas requeridas pelo mercado de trabalho. Este trabalho desenvolvido pela SEE/SP fazia parte de um programa de âmbito nacional e contava com a colaboração de órgãos especializados como o Centro de Integração Empresa-Escola, CENAFOR e representantes de entidades profissionais ligadas diretamente à produção e consumo do material ótico.

O coordenador do Ensino Técnico, professor Erasmo de Freitas Nuzzi, afirmou ao impresso que “os currículos deveriam ser montados por quem realmente conhecesse a profissão e o mercado de trabalho para o qual se destinam” (FSP, 14/11/1972, p. 16).

A partir da publicação de solicitações para a abertura de cursos técnico-profissionalizantes e seu estudo pelos respectivos Grupos de Trabalho, entende-se que a *Folha* visou construir a representação de que houve uma tentativa por parte de algumas escolas de 2º Grau, professores e da SEE/SP, principalmente na primeira metade dos anos 1970, de elaborar currículos especiais para a implantação das habilitações profissionais. Mas, no período estudado, não foram encontradas publicações no jornal sobre escolas públicas de 2º Grau solicitando a abertura de cursos técnico-profissionalizantes.

Com efeito, ao informar sobre a Lei 5.692/71 a *Folha* estava prestando um serviço ao governo à medida que noticiava sobre a Reforma de modo a reforçá-la, além de fazer a propaganda de cursos técnicos profissionalizantes de instituições particulares. Além do mais, não era por acaso que o impresso noticiou sobre a mudança curricular nos primeiros anos da década de 1970, ao passo que esta foi uma temática debatida no

CEE e este Conselho foi muito consultado pelos jornalistas, o que podemos perceber à medida que o jornal publicava a informação nos termos que ela se encontrava nos documentos oficiais. Assim, ao noticiar, a *Folha* estaria tentando esclarecer para a sociedade como estaria estruturado e organizado o novo modelo de ensino ao mesmo tempo em que realizava a propaganda das políticas do regime.

Porém, ao realizar um balanço a respeito da implantação da Lei 5.692 no Estado de São Paulo, Perseu Abramo, questionava acerca da incongruência no que se refere a um dos pilares da Reforma do ensino: o caráter profissionalizante, que permitia a vigência do conceito de terminalidade, “tão caro ao relator do projeto original”, observava o professor Perseu. Segundo o editorialista da *Folha*:

No lugar de integrar ao nível do ensino e do aprendizado o aspecto humanístico e o aspecto pragmático – para ficarmos numa linguagem de curso universal –, a implantação resolveu o problema dividindo os currículos em dois tipos de disciplinas: as de formação geral e as de caráter profissionalizante, deixando às escolas a opção por essas últimas; resultado prático final: algumas escolas continuaram produzindo candidatos aos vestibulares, e, outras, empregados de escritório, como sempre aconteceu, com ou sem a Lei 5.692. A integração que seria capaz de permitir a terminalidade é um problema de filosofia da educação, não de administração escolar. Enfim, como diria um emulo de Caminha: *nesta terra, em se [im]plantando, tudo dá* (ABRAMO, FSP, 24/12/1972, p. 15, grifos meus).

A partir do discurso do editorialista, observamos que nos primeiros anos da década de 1970, embora em poucos momentos, a *Folha* também teve uma perspectiva crítica em relação à profissionalização compulsória do ensino mesmo que esta crítica fosse indireta. Nessa perspectiva, talvez o jornal apenas se limitasse a informar e fazer a propaganda das políticas educacionais do regime, devido à censura à imprensa e uma vez que na primeira metade dos anos 1970 estava atrelado ao governo em decorrência das dívidas financeiras adquiridas pela empresa jornalística em período anterior.

Minguili (1984) demonstra que, através do Projeto MEC/DEM/SE/77, que acompanhou a implementação do ensino de 2º Grau, foi realizada no ano de 1977 uma pesquisa com 571 municípios do Estado de São Paulo, que haviam implantado o 2º Grau técnico-profissionalizante, de um total de 891 unidades desse nível de ensino. O resultado encontrado apontou:

- 107 escolas reuniram melhores condições para a manutenção das habilitações profissionais;

- 377 escolas conseguiram implantar as habilitações profissionais conforme o Parecer 45/72, das quais 120 não dispunham de condições algumas e as restantes estavam em período de manutenção;
- 407 escolas haviam implantado as habilitações básicas federais conforme o Parecer 76/75.

Diante dos dados apresentados pela autora pode-se inferir que mesmo com a diminuição do mínimo exigido da parte profissionalizante no currículo através do Parecer nº 76/75, as dificuldades de implantação permaneceram tendo em vista que nem a metade das escolas de 2º Grau conseguiu implantar as habilitações profissionais e muitas implantaram sem a infra-estrutura necessária para a consolidação desse tipo de ensino.

4.4 Dos prós e contras: o ensino profissionalizante no jornal *Folha de S. Paulo*

A partir dos anos 1975-76 a *Folha* iniciou uma reformulação em sua linha editorial ao passo que se tornou um jornal mais politizado e crítico. Neste momento, como vimos na história do diário paulista, a empresa havia terminado o pagamento da dívida com o Estado, além disso ocorria no contexto nacional a abertura política iniciada no governo do General Ernesto Geisel (1974-1979).

Sob esse prisma, no final da década de 1970 e início dos anos 1980, ao contrário do que ocorreu no início dos anos 1970 quando o jornal era apenas informativo, a *Folha* se posicionou e passou a criticar a profissionalização compulsória do ensino de 2º Grau e a sondagem vocacional no 1º Grau, uma vez que segundo o impresso, a parte profissionalizante do currículo não conseguiu ser implementada nas escolas públicas e na maioria das instituições particulares por falta de investimentos em recursos físicos, materiais e humanos para a implantação desse tipo de ensino.

Em 1981, Irede Cardoso publicou na *Folha* um artigo criticando a profissionalização e a terminalidade dos estudos no 2º Grau como medida para a contenção da demanda pelo ensino superior. Segundo a articulista:

Preocupado com a movimentação dos “excedentes” do ensino superior, que faziam passeatas, deitavam nos trilhos dos bondes, estendiam redes à porta das escolas – tudo isso por terem passado no vestibular e não haver vagas – o governo federal numa época em que se caprichava com a “ordem”, baixou um “pacote educacional”, sob o nome de Lei 5.692, de agosto de 1971, fixando as diretrizes e as bases

para o ensino de 1º e 2º graus. Desde sua promulgação a Lei 5.692/71 foi drasticamente criticada por professores e estudantes; e 10 anos depois, o próprio governo começou a perceber as falhas nela existentes e, especialmente, sua impraticabilidade (CARDOSO, FSP, 02/12/1981, p. 12).

Na década de 1970, São Paulo dispunha de 923 escolas de 2º Grau e, dessas, 512 ofereciam formação profissionalizante básica, contudo com grandes limitações. Uma escola profissionalizante custava mais de Cr\$ 50 milhões em equipamentos se tivesse a intenção de formar, realmente, seus alunos. Isso tornava os custos realmente proibitivos, afirmou Ireda Cardoso.

A redatora da *Folha* salientava que um dos aspectos que preocupou os responsáveis pela área educacional no governo federal dizia respeito ao ensino profissionalizante, considerado por muitos especialistas como o próprio cerne da Lei 5.692, pela qual o aluno teria, ao fim do 2º Grau, uma formação profissional, “o que o levaria a deixar de entupir os estreitos canais que levavam ao ensino superior, principalmente nas poucas universidades públicas existentes” (CARDOSO, FSP, 02/12/1981, p. 12).

Conforme as publicações do impresso, os simpósios realizados no Brasil no início da década de 1980 foram marcados pela crítica à obrigatoriedade do ensino profissionalizante através de pedidos de intervenções e propostas de alteração da Lei 5.692/71 por parte de professores e, até mesmo, alguns representantes do governo. Professores e estudiosos da educação criticavam desde a falta de verbas e condições humanas para a operacionalização do ensino profissionalizante em escolas regulares, até o enfoque que o sistema educacional ofereceu à profissionalização de maneira que desconsiderou a formação geral do educando.

Os debates ocorridos no simpósio “Lei 5.692/71 – Uma década de ensino profissionalizante” foram marcados por críticas à legislação que serviu de base à reforma do ensino de 1º e 2º Graus. Nele participaram educadores e técnicos do ensino público e particular. A tônica de quase todas as intervenções feitas em plenário, no auditório da Federal do Comércio de São Paulo, foi no sentido de se propor uma reforma ao texto legal. Os educadores pretendiam a revisão do que definiram como “esquema centralizado” do sistema de ensino nacional, de modo a propiciar maior liberdade de trabalho, respeitando os profissionais na sua diversidade e possibilitando

que os sistemas estaduais atendessem efetivamente às suas peculiaridades, noticiou o diário paulista em agosto de 1980.

Os grupos de trabalho que se organizaram no mesmo simpósio consideraram, em documento divulgado no dia 28 de Agosto de 1980, que, no Estado de São Paulo, cerca de 57% dos alunos do ensino de 1º Grau freqüentavam cursos noturnos e, portanto, já se encontravam integrados na força de trabalho. Diante disso, o documento via “a necessidade de se repensar o sentido da profissionalização escolar em nível de 1º Grau” (FSP, 29/08/1980, p. 20).

Com relação ao ensino de 2º Grau, os participantes do simpósio questionaram o objetivo, proposto pela Lei 5.692, “de levar o adolescente à compreensão do mundo em que vive, ao mesmo tempo em que lhe era dada uma base de conhecimentos permitindo-lhe a adaptação ao mundo do trabalho”. Para esses educadores, “a Lei coloca a educação nacional a reboque de uma concepção desenvolvimentista, onde o homem é visto predominantemente como um componente do processo de produção” (FSP, 29/08/1980, p. 20).

No início da década de 1980, a maioria das escolas que ofereciam cursos profissionalizantes restringia-se a formar secretárias, comerciários, uma vez que estes cursos não exigiam um custo financeiro muito alto.

Alguns debates foram marcados pelo tema “Formação Profissional – competência das escolas ou das agências especializadas?”, como também discussões em grupos que analisaram o problema da falta de verbas para a implantação do ensino profissionalizante, como previa a Lei, e enfatizavam a necessidade de oferecer uma formação geral sólida aos estudantes do 1º e 2º Graus, meta que, segundo os integrantes desse grupo informaram ao jornal, não foi atingida com a atual legislação até o ano de 1980, assinalou o impresso.

No início dos anos 1980, as críticas ao ensino profissionalizante, bem como à maneira como a Lei 5.692/71 foi implantada, partiram do próprio CEE. O professor Edgar Flexa Ribeiro, do Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro, que participou do mesmo simpósio “Lei 5.692/71 – Uma década de ensino profissionalizante”, em entrevista à *Folha* afirmou: “A Lei 5.692, de 1971, espelha o autoritarismo de um Estado baseado na ilusão da eficiência burocrática, no centralismo das decisões e na euforia de um milagre brasileiro que anunciava a fartura, a opulência e a Copa do Mundo de 1974” (FSP, 28/08/1980, p. 16).

Ainda o professor Flexa Ribeiro declarou em sua fala de abertura no simpósio intitulada “Facilidades e dificuldades criadas pela lei 5.692” que a Lei que definiu o ensino profissionalizante:

[...] é um documento intrinsecamente autoritário, que retirou do educador a liberdade do trabalho, pretendendo determinar o desempenho do professor; eliminou o direito dos jovens de participar do seu processo educativo; e, principalmente, desmontou uma estrutura curricular sem colocar outra no lugar (FSP, 28/08/1980, p. 16).

Não obstante, no referido simpósio, conforme publicou o jornal paulista, identifica-se discursos favoráveis à profissionalização do ensino proferidos por representantes do MEC e da SEE/SP. O secretário da Educação do Estado de São Paulo, no período, Luís Ferreira Martins, ressaltava que “o momento é oportuno para se analisar o desempenho dos cursos profissionalizantes”, advertindo para a necessidade de se olhar para o mercado de trabalho. Ferreira Martins disse também ao impresso paulista que a SEE/SP formou 40 mil alunos até 1980 nos cursos pré-profissionalizantes do 1º Grau (FSP, 30/08/1980, p. 12).

Já o representante do MEC, Pedro Demo, ressaltou no evento o aspecto de que uma educação prioritariamente profissionalizante “aumentaria mais o lucro das empresas do que o salário do trabalhador”. Entretanto, ele considerou que “a Lei 5.692 tem suas virtudes, e uma delas é ser maleável”, podendo ser adaptada pelos responsáveis pelo ensino regular em cada Estado às necessidades e características regionais (FSP, 30/08/1980, p. 12).

Pedro Demo – que representou o Ministro Eduardo Mattos Portella (1979-1980) – defendia, portanto, a profissionalização no 1º Grau citando estatísticas segundo as quais apenas 15% dos estudantes que ingressavam nas escolas públicas concluíam o ensino fundamental. Assim, o sub-secretário achava melhor “profissionalizá-los no 1º Grau, porque muitos não chegavam ao 2º” (FSP, 30/08/1980, p. 12).

Finalmente, considerando as críticas que marcaram os três dias de debates e conferências – no sentido de que o objetivo de profissionalização não estava sendo atingido nas escolas – Pedro Demo afirmava que “infelizmente, nem a lei 5.692, nem a Educação, criam mercado de trabalho. A Educação não pode fazer, sozinha, o milagre do desenvolvimento” (FSP, 30/08/1980, p. 12).

Nesse sentido, o MEC passou a admitir revisão da Lei do ensino, uma vez que houve uma tentativa de implantação de um tipo de 2º Grau (antigo Colegial) que nada tinha de profissionalizante – se entendermos por profissionalizante o preparo para uma profissão definida. Acrescenta-se a isso a grande novidade ocorrida naquele simpósio que estava na advertência do representante do Ministro Eduardo Portella de que a revisão da Lei deveria ser feita após um “amplo debate nacional”, no qual participariam “diferentes grupos sociais, especialmente os educadores” (FSP, 30/08/1980, p. 12).

Em artigo publicado no impresso paulista em 07 de Setembro de 1980, a professora Dulce Whitaker referia que uma profissionalização precoce, além de não resolver tal problema, iria apenas cristalizar os efeitos das desigualdades sociais profundas, que tornavam cada vez maior as distâncias entre a escola particular e a escola pública. Isso para não falar dos riscos de um novo fracasso da política educacional, asseverou a professora.

A jornalista Gioconda Guedes da Sucursal de Brasília publicou uma matéria em 09 de Agosto de 1981 na qual manifestava que se o objetivo da Lei era permitir a formação de bons técnicos, bons profissionais que de imediato fossem absorvidos pelo mercado de trabalho, ele não foi atingido. A jornalista continuou: “E o principal problema responsável pela não realização desses objetivos e que sempre dificultou a boa aplicação da Lei 5.692/71, segundo apontou o secretário do Ensino de 1º e 2º Graus do MEC, Antônio Albuquerque, [era] a falta de recursos financeiros, humanos e materiais” (GUEDES, FSP, 09/08/1981, p. 31).

Segundo Gioconda Guedes, para o professor Antônio Albuquerque do MEC, a resistência cultural do povo brasileiro foi outro fator que dificultou o bom desenvolvimento do ensino profissionalizante. Conforme afirmou Antônio Albuquerque à jornalista da *Folha*, essa resistência decorria de uma tradição cultural do País, que dava preferência à formação humanística e evitava qualquer aprendizado que envolvesse processos manuais. Outro problema destacado pelo secretário Albuquerque que para ele contribuiu para a distorção do ensino profissionalizante foi o mercado de trabalho que não absorveu os técnicos recém-formados ou, quando o fez, remunerou o profissional de forma pouco estimulante.

Além disso, a conselheira do CFE Ana Bernardes acrescentou à *Folha* que a implantação de habilitações profissionais foi afetada seriamente pela escassez de recursos, especialmente financeiros e materiais, dos sistemas de ensino e ainda pela

reação dos alunos do 2º Grau, que ampliaram a busca pelos “cursinhos” preparatórios ao vestibular. Tudo isso como forma de atingir o forte preparo em cultura geral que o acesso ao ensino superior pressupunha e que o profissionalizante não oferecia.

4.5 O fim da profissionalização compulsória do ensino

Em dezembro de 1981, a sucursal da *Folha* de Brasília anunciou que o ministro Rubem Carlos Ludwig (1980-82), da Educação e Cultura, enviaria no início do ano de 1982, ao presidente João Batista Figueiredo (1979-1985), o anteprojeto de lei que previa a extinção da obrigatoriedade do ensino profissionalizante no 2º Grau, que passaria a ser opcional. Caso fosse aprovado, o artigo nº 5 da Lei 5.692/71, que tornou compulsória a profissionalização, seria alterado, ficando a critério de cada escola optar pela sua adoção ou não.

De fato, desde o ano de 1980 o MEC passara a admitir a inviabilidade da profissionalização compulsória no ensino dada à falta de recursos físicos, materiais e humanos para a implantação da mesma. “O ministro, assim, está atendendo ao apelo de toda a comunidade” (FSP, 31/12/1981, p. 13) – disse o porta-voz do MEC, Antônio Praxedes, ao transmitir a informação aos repórteres. Segundo ele, o ministro da Educação Rubem Ludwig recebeu do CFE parecer sobre o ensino profissionalizante e, após analisá-lo em conjunto com outros documentos, verificou que todos eram favoráveis à extinção da obrigatoriedade da profissionalização. Em reunião do CFE com a presença dos secretários de Educação de todos os Estados, os participantes julgaram imprescindível a concretização dessa medida, sob o argumento de que o ensino profissionalizante não cumpriu os seus objetivos, noticiava a *Folha*.

Disseram os secretários, por exemplo, que o governo e a rede particular nunca tiveram condições de arcar financeiramente com esse ensino e, conseqüentemente, as escolas desenvolveram precariamente os cursos nessa área. Além disso, outro fator negativo foi o mercado de trabalho, que não foi suficiente para absorver o contingente de técnicos que se formava a cada ano.

Os estudos realizados por Souza (2008), a respeito da profissionalização compulsória do currículo, apontam que as escolas públicas de 2º Grau não conseguiram adaptar-se às exigências necessárias para a implantação das habilitações profissionais, tais como a compra de equipamentos, montagem de laboratórios, bem como a capacitação e contratação de professores especializados e aptos a ministrarem esses

cursos em decorrência da falta de recursos humanos, físicos e materiais e, com isso, a instalação da parte diversificada do currículo foi interrompida.

Outra dificuldade referia-se à sondagem das necessidades do mercado de trabalho para a formulação dos currículos. Outro problema dizia respeito à restrição do mercado que poderia ficar saturado, implicando o cancelamento de ofertas pela escola, das habilitações não mais procuradas, além das empresas que preferiam a sistemática da formação em serviço.

Dessa forma, a inviabilidade da profissionalização obrigatória ficava evidente e, com isso, a contestação veio de diferentes setores. As investigações de Cunha (1977) apontam que a primeira contestação partiu da burocracia do ensino público, que alegou impossibilidade de instalação da formação profissionalizante do currículo devido à falta de recursos materiais e humanos.

Os diretores de escolas privadas, por sua vez, criticavam a profissionalização compulsória, pois se viam prejudicados devido aos altos custos para a implantação deste tipo de formação. Inclusive nos primeiros anos da década de 1970 verifica-se notícias na *Folha* de instituições particulares solicitando auxílio financeiro do governo para a implantação da parte profissionalizante. A este exemplo, em 02 de Novembro de 1972, o diário publicou a notícia “Escolas particulares querem ajuda do MEC”, segundo a qual os dirigentes das escolas particulares manifestaram o desejo de começar a receber o auxílio financeiro do MEC, previsto por lei, a partir do ano de 1973, para a implantação das modificações previstas pela Lei 5.692/71 para a escola de 1º e 2º Graus. Os dirigentes de estabelecimentos de ensino particular alegaram que não dispunham de recursos suficientes para a instalação da escola de 1º Grau e, principalmente, a de 2º Grau profissionalizante. Além do mais, segundo eles “se não começarem a aparelhar suas escolas estariam em desvantagem com o ensino público, o que poderia ocasionar o fechamento de muitas escolas” (FSP, 02/11/1972, p. 14).

Outro problema do ensino profissionalizante referia-se aos cursinhos pré-vestibular. Para os donos de cursinhos pré-vestibular, a necessidade de adequação às normas desviava a real finalidade dessas instituições que era a preparação dos estudantes para o ingresso nas universidades. E, por fim, os alunos viam a redução da carga horária de formação geral um prejuízo para os interesses no vestibular.

Conforme análise realizada por Freitas (2009) sobre as prescrições da Lei 5.692/71, o aumento da população escolarizada e com certificação de 2º Grau

profissionalizante não correspondeu, como propagado, à ampliação do acesso ao mercado de trabalho, uma vez que o ensino profissionalizante como foi implantado no Brasil, com déficit de recursos físicos, materiais e humanos, foi sendo paulatinamente desvalorizado.

Agregando-se às críticas de vários setores sociais, a *Folha* relatava ainda que com a obrigatoriedade do ensino profissionalizante criou-se um impasse: o aluno não se formava como um bom técnico, nem se preparava para enfrentar o vestibular e cursar o ensino superior. Outros acusavam também a profissionalização de alienar o aluno que, com a predominância de matérias técnicas em detrimento da formação geral, perderia o senso crítico e o poder de análise da realidade brasileira, advogou o veículo diário em dezembro de 1981.

Os estudos de Piletti (1988) assinalam que a profissionalização do ensino de 2º Grau introduzida pela Lei 5.692/71 ocasionou:

[...] o dismantelamento tanto do ensino técnico antes existente, pela exigência de enquadrar-se nos currículos mínimos estabelecidos pelo Parecer do CFE nº 45/72, quanto do ensino secundário, pela imposição da profissionalização compulsória que, na impossibilidade de ser concretizada, acabou fazendo nem uma coisa, nem outra: não preparavam para o ensino superior e, muito menos, profissionalizavam (PILETTI, 1988, p. 84).

Nesse sentido, o ensino de 2º Grau profissionalizante trazia na sua gênese a descaracterização tanto das escolas técnicas quanto das escolas de formação geral. A Lei 5.692 propunha uma profissionalização compulsória no 2º Grau, cuja finalidade seria a terminalidade dos estudos e a preparação para o trabalho, porém, a historiografia da educação assinala que essa profissionalização acabou por sucatear o ensino já que o excedente nos vestibulares e o número de qualificados em nível técnico sem oportunidade de emprego aumentou consideravelmente nesse período.

Com efeito, a profissionalização obrigatória não chegou a ser efetivamente implementada, seja na rede pública ou particular, devido aos altos custos que ela demandava e as oposições à Reforma demonstradas pelos redatores da *Folha* no início dos anos 1980. Em 1982, a profissionalização compulsória foi definitivamente eliminada pela Lei 7.044/82 aprovada pelo Congresso Nacional. A partir de então, o ensino de 2º Grau voltou a se constituir em escolas técnicas profissionalizantes e escolas de educação geral.

Nesse sentido, vale a pena perguntar: Por quê o aspecto da profissionalização do ensino presente na Lei 5.692/71 durou tão pouco? De acordo com as notícias publicadas pela *Folha*, no Plano de Implantação da Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus verifica-se que a previsão para ser implementada a reestruturação da rede física das escolas seria a partir de 1975 e a profissionalização do currículo apenas teria condições de ser implantada na rede de escolas públicas estaduais em 1978. Desse modo, se o ensino profissionalizante foi implantado em 1978 e em 1982 a profissionalização do ensino deixa de ser compulsória percebe-se que o currículo técnico-profissionalizante permaneceu apenas quatro anos na estrutura curricular. Concordamos que não houve investimentos do governo suficiente para ser implantando um currículo profissionalizante com os recursos físicos, materiais e humanos necessários. No entanto, uma lei não seria revogada com essa rapidez apenas por fatores econômicos. Havia uma tensão e uma oposição à Lei 5.692/71, principalmente no que se refere ao profissionalizante, de inúmeros setores da sociedade.

Pode-se inferir que a explicação dessa rapidez com que a profissionalização curricular foi revogada pode ser encontrada nos seguintes argumentos: a linha defendida pelo *OESP* sobre a Lei 5.692/71 era de que a Reforma popularizou demais a educação e, mais, a chamada classe média não queria ser profissionalizada e sim ingressar nas universidades; além disso, as manifestações da universidade e de intelectuais também contribuíram para a falência do profissionalizante ao passo que muitos intelectuais escreveram críticas à Reforma do ensino. Nesse caso, talvez estas críticas não tenham aparecido na imprensa de forma clara, mas apareceu na bibliografia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do que se depreende deste estudo, podemos dizer que a *Folha de S. Paulo* era um jornal moderno e com senso de oportunidade, entendendo por este último termo o direito de mudar de opinião sempre que novos fatos assim o exigissem, e dirigido à chamada “classe média”. Essa postura abriu espaço, no decorrer da década de 1970, para uma flexibilidade de linha editorial, o que seria um posicionamento importante para que o jornal se consolidasse enquanto empresa, uma vez que a mensagem, considerada como mercadoria, seguia uma lógica de mercado e não necessariamente às opiniões do dono do jornal. Com isso, a nosso ver o período de 1971 a 1982 pode ser dividido em dois momentos distintos no que refere ao posicionamento editorial do jornal: 1º) 1971-75, e 2º) 1975-82.

Assim, a natureza do trabalho da *Folha* sofreu um deslocamento gradativo. No início o jornal era apenas informativo e realizava a publicidade das iniciativas do regime militar. Em meados da década de 1970, ou seja, no momento da redistribuição da rede física escolar no Estado de São Paulo, o diário trouxe a voz dos sujeitos atuantes naquele momento histórico em suas notícias. Não obstante, no final dos anos 1970 e início dos anos 80 a FSP se posicionou de forma crítica em relação aos problemas decorrentes do modo como as prescrições da Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus foram instituídas no decorrer da década de 1970.

Este nos parece ser o caminho mais fecundo para entendermos os posicionamentos do veículo diário estudado em relação às construções representativas induzidas por este no que se refere às mudanças ocorridas no sistema educacional na década de 1970, embora não tenhamos aqui a pretensão de esgotar o assunto.

O primeiro momento refere-se ao período de 1971 a 1975, em que a impossibilidade de se falar de política e a necessidade de preencher o número habitual de páginas do jornal nos permite observar por que elas foram sendo compostas com materiais leves (como, por exemplo, a *Folha Feminina* e a *Coluna Social*) ou com a ampliação das seções existentes. Assim, podemos entender o motivo pelo qual o impresso disponibilizou tantas páginas do jornal para a seção Educação.

A questão social foi assumida com ênfase pela *Folha*, embora de modo ambíguo e pouco definido do período 1971-75, ao passo que ao mesmo tempo em que verificamos a defesa do “interesse público”, dos direitos de cidadania, enfim, o diário

paulista defendeu o desenvolvimento do País, a educação e a instrução pública como um antídoto contra o comunismo, pois este não seria interessante para qualquer empresa, inclusive a empresa jornalística.

Além do mais, a defesa dos direitos de cidadania como, por exemplo, a educação, pode significar um maior mercado potencial para o jornal na medida em que promoveria salários mais altos, maior tempo de lazer e escolaridade mais elevada. No primeiro período assinalado por nós ficou evidente a defesa pela educação enquanto formadora da mão de obra qualificada para o desenvolvimento e o progresso nacional, além da ênfase dada às campanhas de alfabetização, como o Mobral e os cursos de alfabetização na modalidade à distância. Todos esses elementos faziam parte da política educacional do governo e, nesse momento, a *Folha* foi um importante instrumento informativo e publicitário do regime militar em relação às mudanças no sistema educacional, particularmente, no que se refere às prescrições da Lei nº 5.692/71.

Interessa notar que a imprensa jornalística burguesa com características empresariais se consolidou no Brasil justamente num período marcado pela falta de liberdade de expressão, como foi especialmente a primeira metade da década de 1970, uma vez que o crescimento da economia brasileira, principalmente após o período do chamado “milagre econômico”, possibilitou que empresas como as automobilísticas, as imobiliárias, as de eletroeletrônicos, as faculdades particulares, o próprio Estado, entre outras, noticiassem no jornal, o que permitiu um aumento da renda da empresa jornalística. Inclusive, o número de propagandas no jornal se multiplicou no decorrer do período em foco e, com isso, pode-se verificar um progressivo aumento do número de páginas do veículo diário.

As notícias da *Folha* no período de 1971 a 1975 retratavam as vicissitudes do processo de planejamento e implantação da Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus, através da publicidade dos atos legais de reformulação do ensino e por meio das cartas dos leitores, representantes das escolas, professores, pais e alunos na seção “Cartas à Redação” que discursavam, de modo geral, sobre os problemas decorrentes do Projeto de Redistribuição da Rede Física e do remanejamento de pessoal. Como nesse período o jornal paulista ainda mantinha laços com o Estado em decorrência da dívida financeira contraída em período anterior, não poderia, portanto, atuar politicamente e criticar de forma direta as ações governamentais. Nesse contexto, talvez as cartas dos leitores fosse o único recurso que o diário poderia utilizar para publicar o descontentamento da

sociedade com as mudanças profundas introduzidas pela Lei 5.692/71 na rede de ensino do Estado de São Paulo. E, ao mesmo tempo, o jornal poderia ser o instrumento utilizado pela sociedade, que se encontrava silenciada pelo regime, para poder ter um mínimo de voz e participação nas discussões sobre as políticas educacionais instituídas pelo governo.

No segundo momento de atuação do periódico paulista (1975-82), pode-se observar que a *Folha* reformulou sua linha editorial e, com isso, tornou-se um jornal politizado expressando suas opiniões explicitamente através dos editoriais. Nesse período, o impresso ofereceu cobertura às manifestações estudantis, às reivindicações sindicais, principalmente em relação à publicação de reiteradas notícias sobre as greves de professores, alunos, operários e demais trabalhadores, ocorridas a partir de 1977. Assim como publicou as reivindicações desses setores, a FSP colocou-se contrária, por exemplo, à privatização do ensino, ao modo como ocorreu a redistribuição da rede física nas escolas públicas do Estado de São Paulo, o que implicou no remanejamento de professores, funcionários e alunos, e a profissionalização compulsória do ensino.

No início da década de 1970 podemos observar que a *Folha* corroborou com a tese desenvolvimentista baseada na TCH que atrelou a educação à economia, à medida que era preciso investir em educação para formar a mão de obra para o mercado de trabalho e, assim, promover o desenvolvimento e o progresso nacional. Não obstante, quando isso se revelou uma falácia, uma vez que a profissionalização do ensino não se concretizou, surgiu a crítica de que a educação não tinha mais finalidade.

As grandes mudanças que assolaram as escolas públicas na década de 1970, como o crescimento vertiginoso do número de alunos matriculados, a renovação e ampliação do quadro docente, as pressões para a modificação dos métodos e conteúdos de ensino, as mudanças na avaliação do rendimento escolar dos alunos com vistas à redução dos índices de evasão e repetência, as condições precárias de trabalho e da rede física aliados aos baixos salários dos professores, “redesenharam o quadro da educação pública, anunciando a emergência de uma nova cultura escolar e reiterando a percepção social de falência do ensino no País” (SOUZA, 2008, p. 283).

Não pretendemos neste estudo verificar se houve ou não queda na qualidade da educação brasileira. Contudo, reiteramos o questionamento: até que ponto, através da publicação de notícias, editoriais ou cartas de leitores, o jornal *Folha de S. Paulo* contribuiu para a representação social de queda na qualidade do ensino? Quais foram as

representações construídas pelo jornal FSP sobre as mudanças educacionais introduzidas pela Lei 5.692/71 quando a *Folha* publicou determinados aspectos da Reforma e omitiu outros?

As mudanças colocadas pela Lei foram muito profundas e, ao mesmo tempo, intempestivas. Os profissionais do ensino responsáveis pela execução do Plano de Implantação da Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus não conseguiram organizar a rede de ensino no tempo previsto pela SEE/SP sem ocasionar problemas.

Como vimos no decorrer deste trabalho, o jornal paulista noticiou sobre o transtorno causado com a redistribuição da rede física para a implantação do ensino de 1º Grau com oito anos de duração. A *Folha* publicou matérias acerca do problema causado aos professores como a perda das chamadas “aulas excedentes”, os diretores de ensino médio excedentes no concurso, os mandados de segurança impetrados por professores contra a SEE/SP, o desdobramento de turnos escolares, as classes ociosas ou superlotadas, os problemas ocorridos na setorização para a matrícula dos alunos nas escolas mais próximas de suas residências, publicou, ainda, a desorganização das escolas no início da implementação do ensino de 1º Grau, iniciada em 1976, o celeuma na porta das escolas entre alunos, pais e professores, entre outros.

O impresso, seguindo a lógica de mercado potencial, noticiou sobre todos esses descontentamentos e problemas gerados na rede de ensino do Estado de São Paulo em decorrência da racionalização com que a Reforma de 1971 foi implementada.

Além disso, se pensarmos em toda a década de 1970 em poucos momentos o jornal paulista fez a crítica da Reforma, na maior parte das vezes fez a propaganda da Reforma até mesmo reforçando a ideia de que a expansão do ensino assim como a qualificação profissional de mão de obra para o mercado de trabalho seriam mudanças necessárias para o desenvolvimento e o progresso do País. Desse modo, entendemos que a *Folha* estaria tentando convencer a “classe média” de que o ensino secundário (5ª a 8ª série do 1º Grau e 2º Grau), como era concebido até a Lei 5.692, não poderia mais ser elitista e sim popular de modo a contribuir para o desenvolvimento econômico brasileiro.

E mais, observa-se elementos quantitativos nas notícias. A publicação na íntegra do novo currículo escolar, por exemplo, de certa forma contribuiu para a representação de queda na qualidade do ensino. Entendemos que uma nova estruturação curricular modifica as formas de se conceber o ensino, uma vez que representamos a escola pelo

currículo. As pessoas atribuem às disciplinas e aos professores daquelas disciplinas qualidade boa ou ruim. O fato de a *Folha* noticiar que não faria mais parte do currículo de 1º e 2º Graus as disciplinas de Português e Matemática ao passo que o novo currículo seria composto por áreas de estudos, como Comunicação e Expressão, também é uma forma de contribuir para a queda da representação positiva sobre a escola.

Por outro lado, a *Folha* omitiu outras questões, como a dificuldade dos antigos diretores primários que assumiram o cargo nos estabelecimentos de 1º Grau que passaram a lidar com um maior número de alunos, com alunos de diferentes faixas etárias e professores com diferentes tipos de formação (normalistas e secundaristas) em um mesmo espaço físico. As dificuldades enfrentadas por esses diretores e a conseqüente emergência de uma nova cultura escolar não foi noticiada no jornal.

Da mesma forma, a *Folha* não divulgou nenhuma notícia no que diz respeito à conquista legal da expansão da escolaridade para anos subseqüentes ao antigo ensino primário para todas as crianças e jovens em idade escolar. Essa omissão ocorreu provavelmente porque a maioria dos leitores do periódico – lembramos que a FSP era destinada à chamada “classe média” paulista – já havia conquistado a escolarização de oito anos mesmo antes da implantação da Lei 5.692/71. Assim, o ganho da escola pública se perdeu. O ganho da expansão da escola pública, que era a reivindicação dos intelectuais brasileiros nas primeiras décadas do século XX, foi considerado como a grande perda na qualidade do ensino.

Nesse sentido, nas décadas de 1970-80 a rede de escolas públicas tornou-se maior que a rede particular no Estado de São Paulo e nos anos 1990 a escola particular tornou-se o lugar da qualidade da educação. No nosso ponto de vista, a queda da qualidade não ocorreu em virtude da expansão do ensino e acesso para todas as crianças e jovens em idade escolar, mas foi decorrente de um conjunto de medidas como o investimento insuficiente em recursos físicos, materiais e humanos para a escola poder receber uma grande quantidade de alunos.

Com efeito, à medida que a *Folha de S. Paulo* investiu na divulgação de determinados temas educacionais do período e omitiu outros aspectos do ensino, o diário paulista acabou contribuindo para a construção da representação de queda na qualidade da educação.

REFERÊNCIAS

- ANCELMO, Muriel Carmo Lameira. *Escola Estadual Bento de Abreu: um estudo das representações sobre uma instituição de ensino*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara, 2010.
- ABRAMO, Perseu. *Padrões de manipulação na grande imprensa*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru, SP: Edusc, 2005.
- ARAÚJO, Maria Aparecida Nascimento. A luta democrática contra o Regime Militar na década de 1970. In: REIS, Daniel Aarão (org.). In: *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004, p. 161-175.
- ARELARO, Lisete Regina Gomes. *A (ex) tensão do ensino básico no Brasil: o avesso de um direito democrático. Uma análise da ação governamental nos últimos 25 anos (1962-1987)*. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, 1988.
- AZANHA, José Mário Pires. Democratização do ensino: vicissitudes da idéia no ensino paulista. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, nº 2, p. 335-344, mai/ago 2004.
- BASTOS, M. H. C. Espelho de papel: a imprensa e a história da educação. In: ARAÚJO, J. C. S.; GATTIJUNIOR, D. (Orgs.) *Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa*. Campinas: Autores Associados, 2002.
- BERG, Creuza de Oliveira. *Mecanismos do silêncio: expressões artísticas e censura no regime militar (1964-1984)*. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2002.
- BONTEMPI JR, Bruno. *A cadeira de História e Filosofia da educação da USP entre os anos 40 e 60: um estudo entre a vida acadêmica e a grande imprensa*. Tese de Doutorado, Pontifera Universidade Católica de São Paulo, 2001.
- BONTEMPI JR, Bruno. Em defesa de “legítimos interesses”: o ensino secundário no discurso educacional de O Estado de S. Paulo (1946-1957). In: *Revista Brasileira de História da Educação*. nº 12. Campinas: Autores Associados, 2006, pp. 121-158.
- BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília A. N. (Orgs.). *O Brasil republicano: O tempo da ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- BREJON, Moysés (Org.). *Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º graus: leituras*. 19 ed. São Paulo: Pioneira, 1986.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Federal de Educação. *Reforma do ensino: 1º e 2º Graus*. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1971.

BUENO, Maria Sylvia Simões. *A política educacional paulista para o ensino de 2º grau (1968-1988): expansão, contenção ou descompromisso*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 1993.

BUENO, Maria Sylvia Simões. Itinerário do descompromisso na escola pública de 2º grau paulista. In: *Cadernos de Pesquisa*., São Paulo, nº 99, Nov. 1996, p. 73-79.

BUENO, Maria Sylvia Simões. Orientações Nacionais para a Reforma do Ensino Médio: dogma e liturgia. In: *Cadernos de Pesquisa*., São Paulo, nº 109, Março/1996, p. 7-23.

BUFFA, Ester; NOSELLA, Paolo. *A educação negada: introdução ao estudo da educação brasileira contemporânea*. São Paulo: Cortez, 3 ed. 2001.

CAMPOS, Raquel Discini de. *Mulheres e Crianças na Imprensa Paulista (1920-1940): representação e história*. Tese de Doutorado, Universidade Estadual Paulista, 2007.

CAMARGO, Aspásia; DINIZ, Eli (Orgs.). *Continuidade e mudança no Brasil da Nova República*. São Paulo: Vértice, 1989.

CAPELATO, Maria. Helena. Rolim. *Os Arautos do Liberalismo: imprensa paulista (1920-1945)*. São Paulo: Editora brasiliense, 1989.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988.

CARVALHO, Carlos Henrique de. *República e Imprensa: as influências do Positivismo na concepção de Educação do professor Honório Guimarães – Uberabinha, MG*. Uberlândia: Edufu, 2. Ed., 2007.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1988.

CHARTIER, Roger. *O mundo como representação*. In: Estudos Avançados, vol. 11, 1991.

CRUZ, H. de F. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana (1890-1915)*. São Paulo: Educ, 2000.

CUNHA, Luiz Antonio. *Política educacional no Brasil: a profissionalização do ensino médio*. 2 ed. Rio de Janeiro: Eldorado, 1977.

CUNHA, Luiz Antonio. *Educação e Desenvolvimento Social no Brasil*. 5 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.

CUNHA, Luiz Antônio; GÓES, Moacyr de. *O golpe na Educação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 5ª ed. 1985.

DARNTON, Robert. Jornalismo: toda notícia que couber a gente publica. In: DARNTON, R.; BOTTMANN, D. (Trad.) *O beijo de Lamourette*. Mídia, cultura e revolução. São Paulo: Cia. das Letras, 2010.

DINES, Alberto. O “Jornal dos Jornais”. In: *20 textos que fizeram história*, Folha de S. Paulo, 1991.

FEIL, Cristóvão. “A Folha e a ditabranda”. Blog Vi O Mundo por Luiz Carlos Azenha, 21 de fevereiro de 2009.

FONSECA, Francisco. *O consenso forjado: a grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2005.

FREITAG, Bárbara. *Escola, Estado e Sociedade*. 7 ed. São Paulo: Moraes, 2005.

FREITAS, Marcos Cesar de; BICCAS, Maurilane de Souza. *História Social da Educação no Brasil (1926-1996)*. São Paulo: Cortez, 2009.

FRIGOTTO, Guadêncio. *A produtividade da Escola improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista*. São Paulo: Cortez, 1993.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada: As Ilusões Armadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1ª edição, 2002.

GASPARI, Elio. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GENTILINI, João Augusto. *Política educacional, planejamento e gestão*. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2001.

GIMENO SACRISTÁN, José. *Compreender e transformar o ensino*. Porto Alegre: Artmed, 1998.

GRINBERG, Lúcia. Uma memória política sobre a Arena: dos “revolucionários de primeira hora” ao “partido do sim, senhor”. In: *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004, p. 141-159.

HABERT, Nadine. *A Década de 70: Apogeu e crise da ditadura militar brasileira*. São Paulo: Editora Ática, 1992.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. *Francisco Rangel Pestana: jornalista, político, educador*. São Paulo. Tese de Doutorado. FFLCH-USP, 1986.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. *História da educação brasileira: leituras*. São Paulo: Thomson Editora, 2003.

LARIZZATTI, Dóris Satler de Souza. “A luz dos olhos de um povo”: os projetos de educação do jornal O Estado de S. Paulo (1920-1934). Dissertação de Mestrado, Pontífica Universidade Católica de São Paulo, 1999.

LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza. (Orgs.) *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

MACHADO, Lucília R. de Souza. *Educação e divisão social do trabalho*: contribuição para o estudo do ensino técnico industrial brasileiro. São Paulo: Autores Associados, 1982.

MARTINS, M. C. *A história prescrita e disciplinada nos currículos escolares*: quem legitima esses saberes? Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

MELO, Lilian Sanches. *A escola nas páginas dos jornais: o discurso da qualidade de ensino na Folha de São Paulo (1996-2006)*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009.

MENESES, João Gualberto de Carvalho et al. *Estrutura e Funcionamento da Educação Básica*. São Paulo: Pioneira, 1999.

MERCADO, Edna A. *A educação no jornal O Estado de S. Paulo (1890-1920)*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica, 1996.

MINGUILI, Maria da Glória. *Direção de Escola Estadual de 2º Grau no Estado de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, 1984.

MOTA, Carlos. Guilherme; CAPELATO, Maria. Helena. Rolim. *História da Folha de S. Paulo (1921-1981)*. São Paulo: Impres, 1981.

TOLEDO, Caio Navarro. *1964: visões críticas do golpe*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997, p. 55-74.

NÓVOA, António de S. “A imprensa de educação e ensino”. In: CATANI, D. & BASTOS, M. H. C. *Educação em revista: a imprensa periódica e a história da educação*. São Paulo: Escrituras, 1997, pp. 11-32.

NUNES, Clarice. *Escola & dependência: o ensino secundário e a manutenção da ordem*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979.

NUNES, Clarice. O “velho” e “bom” ensino secundário: momentos decisivos. *Revista Brasileira de História da Educação*, nº 14, mai/jul/ago 2000, p. 35-60

O'DONNELL, Guillermo; Schmitter, Philippe C. *Transições do regime autoritário: primeiras conclusões*. São Paulo: Vértice, 1988.

PARIS, Mary Lou. *A Educação no Império: o jornal A Província de São Paulo (1875-1889)*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 1980.

PEREZ, M. I. *História de uma instituição pública de ensino secundário: implicações da democratização do ensino na cultura escolar*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2006.

PILETTI, Nelson. Evolução do currículo do curso secundário no Brasil. In: *Revista Faculdade de Educação*, USP, São Paulo, 1987.

PILETTI, Nelson. *Ensino de 2º Grau*. Educação geral ou profissionalização. São Paulo: EPU, 1988.

POPKEWITZ, Thomas S. *Reforma Educacional: uma política sociológica – poder e conhecimento em educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

RIBEIRO, Leisa Alves. *O ensino de segundo grau em O Estado de S. Paulo (1972-1977)*. Dissertação de Mestrado, Pontífica Universidade Católica de São Paulo, 2007.

RIDENTI, Marcelo. Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia A. N. (Orgs.). *O Brasil republicano: O tempo da ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia A. N. (Orgs.). *O Brasil republicano: O tempo da ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

RUS PEREZ, J. R. *Avaliação, impasses e desafios da educação básica*. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Annablume, 2000.

SILVA, T. R. N. *Conteúdo curricular e organização da educação básica: a experiência paulista*. Tese (Doutorado em Educação) – Pontífica Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1988.

SAVIANI, Dermeval. *Política e educação no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2002.

SCHWARTZMAN, Simon et al. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, São Paulo: Edusp, 1984.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SOUZA, Rosa Fátima de. *História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX (ensino primário e secundário no Brasil)*. São Paulo: Cortez, 2008.

TABORDA DE OLIVEIRA, Marcus Aurélio. *Educação Física escolar e ditadura militar no Brasil (1968-1984)*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

TASCHNER, Gisela. *Folhas ao vento: análise de um conglomerado jornalístico no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

TEIXEIRA, Maria Cecília Sanchez. *Política e administração do pessoal docente: um estudo sobre a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo*. São Paulo: FEUSP, 1988.

VALÉRIO, Telma Faltz. *A Reforma do 2º Grau pela Lei 5.692/71 no Paraná: representações do processo*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Paraná, 2007.

VITAGLIANO, Luis Fernando. *A CEPAL no fim do milênio: a resposta aos programas de ajustes neoliberais*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação. Campinas: UNICAMP, 2004.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *A política externa do regime militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e a construção de uma potência média (1964-1985)*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.

WARDE, Mirian Jorge. *Educação e Estrutura social: a profissionalização em questão*. São Paulo: Moraes. 3 ed., 1983.

ANEXOS

Matérias da *Folha de S. Paulo*

Passarinho quer o ensino para todos – 08/06/1971
Educação: plano de emergência – 09/06/1971
Mais quatro mil salas de aula por ano, quer Natel – 11/06/1971
Caetano de Campos à noite – 12/06/1971
Reforma do ensino em regime de urgência – 15/06/1971
Ester: “sufocamento ou reforma do ensino em SP” – 16/06/1971
USAID: dólares para o ensino – 17/06/1971
50 milhões de dólares para nosso ensino – 18/06/1971
Preparação de mão de obra em SP – 24/06/1971
Governo quer ensino obrigatório agora em oito anos – 26/06/1971
A NOVA REFORMA I – O que mudará na educação?, por J. Penteado – 27/06/1971
Passarinho: gratuidade não é igualdade – 29/06/1971
Reforma total em 8 anos – 29/06/1971
Reforma do ensino: Ester pede colaboração ao GT – 02/07/1971
Ensino: Encontro vê a Reforma – 06/07/1971
Urgência na Reforma – 07/07/1971
Ensino Profissionalizante – 09/07/1971
TV Educativa: plano está pronto – 10/07/1971
Nova Reforma III, por J. Penteado – 11/07/1971
Mais salas de aula para os dois níveis – 16/07/1971
As escolas técnicas e a reforma – 16/07/1971
Substitutivo para reforma do ensino – 20/07/1971
Reforma do Ensino – 21/07/1971
Ensino: aprovado parecer à Reforma – 21/07/1971
Mais 13 Centros de Educação – 22/07/1971
MEC: 500 milhões para o nível médio técnico – 22/07/1971
Prefeitura e FECE: recuperação de escola – 27/07/1971
Congresso vota a reforma do ensino – 27/07/1971
Educação, Mito e Realidade: A escola é encarada agora como o primeiro grande núcleo dos futuros profissionais de nível médio, por J. Penteado – 25/07/1971

Preparação para a reforma – 03/08/1971
Médici sanciona esta semana a lei do Ensino Fundamental – 03/08/1971
Natel aprova a Carta Escolar e os Centros de Treinamento – 04/08/1971
ABC: quase 1 milhão de alunos – 05/08/1972
Reforma de centro educacional – 10/08/1971
As Camaras do Ensino nos três escalões criados pela reforma – 11/08/1971
Ensino no primeiro e segundo graus: Médici sanciona a lei – 12/08/1971
FECE: obras no Interior – 14/08/1971
Implantação da nova reforma do ensino, por J. Penteado – 14/08/1971
Como será implantada a nova reforma?, por J. Penteado – 16/08/1971
Novo currículo para os cursos de nível médio – 19/08/1971
Ginásio: inscrições começam – 22/08/1971
Reforma do ensino e mestres do Ribeira – 25/08/1971
Conselho examina lei do Ensino Fundamental – 25/08/1971
Ensino adapta-se à lei de diretrizes e bases – 28/08/1971
A definição de novos currículos escolares, por J. Penteado – 29/08/1971
GT da reforma do ensino vai ser empoçado hoje – 01/09/1971
Antiguidade vale para ser diretor – 01/09/1971
GT da reforma empossado – 02/09/1971
Passarinho fala sobre a democratização do ensino – 02/09/1971
Estado precisa de 32 mil salas de aula até 1973 – 04/09/1971
MOBRAL: Passarinho elogia programa – 09/09/1971
Médici em Jundiaí preside festa do Mobral – 11/09/1971
Professores e a reforma do ensino – 11/09/1971
Jornalismo: Informação e Educação – 12/09/1971
Reforma do ensino em suplemento – 19/09/1979
Novos núcleos ou métodos de ensino?, por J. Penteado – 19/09/1971
Concurso para diretor – 24/09/1971
Simpósio sobre reforma educacional em outubro – 28/09/1971
Reforma educacional em estudo – 30/09/1971
Fórum faz reunião preparatória – 30/09/1971
Reforma em marcha – 01/10/1971
Reforma do ensino é discutida – 01/10/1971

Educação, base do progresso – 02/10/1971
“Núcleo Comum” da Reforma – 02/10/1971
Novas escolas no Estado – 03/10/1971
“Núcleo Comum” vai receber emendas – 05/10/1971
Estudos para a reforma do ensino – 05/10/1971
TV Educativa terá coordenação – 08/10/1971
“Núcleo Comum” aprovado no CFE – 09/10/1971
Conselhos Estaduais convocados – 09/10/1971
Reforma do ensino na Câmara – 12/10/1971
Secretariado faz balanço de sete meses do governo Natel – 13/10/1971
Semana da Reforma na Câmara – 13/10/1971
Ampliação da rede escolar – 14/10/1971
Reforma e atualização de mestre – 15/10/1971
Fórum de debates sobre o ensino – 16/10/1971
Projeto Minerva no Amazonas – 26/10/1971
Projeto Minerva vai lançar mais três cursos – 03/11/1971
Programa de Teleducação – 11/11/1971
Função da TV-Educativa analisada na Câmara – 11/11/1971
O Ensino Municipal e a Reforma: O 2º Grau, por Antonio Carlos Escudero – 01/01/1972
O Ensino Municipal e a Reforma: Grupo-Tarefa, por Antonio Carlos Escudero – 01/01/1972
Reforma e vagas, metas de 1972 – 02/01/1972
Rumores intranquilizam diretores – 04/01/1972
62 opções no novo currículo – 04/01/1972
MEC vê programa da TV Educativa – 05/01/1972
Curso sobre a Reforma no IPA – 07/01/1972
Estado fiscaliza escolas técnicas – 07/01/1972
Reforma reúne professores – 07/01/1972
Ensino terá Carta Escolar – 08/01/1972
Nova lei municipal do ensino – 09/01/1972
Salas para 80.700 alunos – 09/01/1972
Reforma: “mau começo” – 11/01/1972

O exame de admissão de 1º grau está vedado este ano – 12/01/1972
A queixa do velho mestre – 13/01/1972
Concurso para diretor – 13/01/1972
2º grau tem 30 mil excedentes – 15/01/1972
Reforma, otimismo e reserva – 16/01/1972
Madureza: depoimento – 18/01/1972
Diretores e colégios – 18/01/1972
Primário inicia aulas 5ª feira – 18/01/1972
Debates sobre a Reforma – 18/01/1972
Diretores na berlinda – 23/01/1972
A regência das aulas excedentes – 23/01/1972
A reforma da educação em SP, por Nelio Lima – 25/01/1972
Recursos para plano educacional – 25/01/1972
O novo e discutido calendário municipal – 25/01/1972
Diretores de colégios – 26/01/1972
Disciplinada a distribuição de aulas excedentes – 26/01/1972
Reforma: cursos para professores – 29/01/1972
O uso de prédios escolares – 29/01/1972
Os velhos professores – 30/01/1972
Secretaria da Educação informa – 02/02/1972
Reforma do ensino em foco – 03/02/1972
A reforma sem recursos – 03/02/1972
Os exames de 2º grau – 04/02/1972
Aulas excedentes I e Aulas excedentes II – 06/02/1972
Recolhimento do salário-educação – 06/02/1972
Reforma do ensino e os professores – 06/02/1972
Reforma do Ensino: o que fica e o que vai mudar – 08/02/1972
Recursos humanos para a implantação – 08/02/1972
Aulas excedentes em foco – 11/02/1972
Aulas excedentes na berlinda – 11/02/1972
Aulas excedentes – 17/02/1972
Cumprimentos ao diretor do FECE – 18/02/1972
FECE libera verbas – 18/02/1972

Diretores de escolas – 20/02/1972
Começa hoje o ano letivo no Estado; aulas dia 28 – 21/02/1972
Iniciado planejamento curricular – 22/02/1972
Caminho de volta para a escola – 23/02/1972
Há excedentes no 2º grau – 23/02/1972
Há vagas no ensino fundamental – 23/02/1972
Diretores do ensino médio – 24/02/1972
Apelo de estudante à SE – 26/02/1972
O drama das reprovações – 27/02/1972
Centro vê a Reforma – 27/02/1972
Aulas noturnas aos sábados – 29/02/1972
Currículo do Ensino de 1º grau – 29/02/1972
Concursados para diretor – 01/03/1972
Excedentes dos cursos de 2º grau – 01/03/1972
A reforma e as más notícias – 02/03/1972
Apelo de estudantes – 02/03/1972
Homologadas as opções do ensino – 02/03/1972
Aulas no sábado à noite – 02/03/1972
Professores aprovados em concurso – 02/03/1972
Os excedentes do 2º grau – 03/03/1972
Amanhã, a volta às aulas – 05/03/1972
As aulas começam para 4 milhões – 06/03/1972
Reforma do ensino – 07/03/1972
Excedentes do Colegial – 07/03/1972
Quatro milhões retornam às aulas – 07/03/1972
Vontade de mudar – 09/03/1972
Aulas excedentes em SP – 09/03/1972
Excedentes do 2º grau – 09/03/1972
Diretores do ensino médio – 10/03/1972
Plano da Reforma pronto – 10/03/1972
Passarinho refuta críticas – 10/03/1972
Hoje, o plano da reforma – 13/03/1972
Implantação da Reforma – 14/03/1972

Reforma entregue a Natel – 17/03/1972
Secretária fala sobre a Reforma – 29/03/1972
Concursados excedentes: SE informa – 12/04/1972
Mais cinco escolas em São Paulo – 12/04/1972
TV Educativa quer mudar ensino – 13/04/1972
Sábados livres: solução para cursos noturnos? – 16/04/1972
Duplicidade de direção e de meios – 19/04/1972
Financiamento do ensino em estudo – 27/04/1972
Serviço permanente substituirá o GT – 27/04/1972
Cai frequência sábado à noite – 28/04/1972
Reforma é tema de seminário – 28/04/1972
MEC ajudará SP: reforma do ensino – 29/04/1972
Associações ajudarão a ver prédios – 02/05/1972
Estudantes sofredores – 03/05/1972
FECE constrói novos prédios escolares – 05/05/1972
“Pobres” e “ricos”, por Perseu Abramo – 06/05/1972
Escolas: Prefeitura cede novos terrenos – 07/05/1972
Novas habilitações são estudadas – 07/05/1972
Como formar técnicos – 09/05/1972
Regulado grupo dos assessores – 12/05/1972
Educação integrada – 13/05/1972
Separação provocará afunilamento – 14/05/1972
Deputado critica a separação – 21/05/1972
Superstições – I, por Perseu Abramo – 27/05/1972
Superstições – II, por Perseu Abramo – 28/05/1972
Reforma prepara os professores – 28/05/1972
Mais 2.400 estudantes em escolas técnico-agrícolas ainda este ano – 31/05/1972
Teleeducação hoje entra em debate – 13/07/1972
Valnir explica a sua lei – 14/07/1972
O financiamento, segundo a lei – 22/07/1972
Justiça não admite 2º salário-educação – 22/07/1972
É uma solução. Mas para qual problema? – 23/07/1972
O falso dilema, por Dante Moreira Leite – 20/08/1972

Balanço dos efeitos iniciais da L. 5.692 – 26/08/1972
Televisão educativa terá plano educacional – 31/08/1972
Diálogo: A integração do primário ao secundário – 07/09/1972
Implantação regional da lei 5.692 – 19/09/1972
Apoio à implantação da lei 5.692 – 19/09/1972
Minerva entra hoje em seu terceiro ano – 04/10/1972
MEC terá sua própria rede de televisão – 22/10/1972
Implantação da lei 5692 e rede física – 22/10/1972
TV Educativa apresentará novelas em 73 – 27/10/1972
Necessidades e modificações do 1º grau – 29/10/1972
MEC vai modificar ensino de ciências – 29/10/1972
Diálogo: Rede Física – 29/10/1972
CEE deve discutir hoje as normas do supletivo – 30/10/1972
11 milhões em prédios escolares – 30/10/1972
Findo o curso para montagem de currículo – 30/10/1972
SE estuda redistribuição da rede – 30/10/1972
Além de exames, também os cursos – 30/10/1972
Ensino supletivo aprovado no CEE – 31/10/1972
Diretores iniciam uma ação contra a SE – 31/10/1972
Escola agrícola atenderá 600 alunos em Jundiaí – 01/11/1972
Projeto do Interescolar – 01/11/1972
Matrículas: fixadas as datas – 02/11/1972
CE para Calendário Único – 02/11/1972
Unificação Necessária, por Perseu Abramo – 02/11/1972
Escolas particulares querem ajuda do MEC – 02/11/1972
Diretor diz que não haverá excedentes no 1º grau – 05/11/1972
Grupo estuda habilitação – 05/11/1972
8 áreas municipais cedidas para escola – 05/11/1972
Quantidade e qualidade no ensino atual – 05/11/1972
Novo critério para matrícula no 1º grau – 05/11/1972
CEE regulamentará o supletivo no ensino oficial ministrado em SP – 06/11/1972
Ensino profissional ganha novas opções e um currículo próprio – 08/11/1972
Indústria de autos terá técnicos de 2º grau/ Habilitações Profissionais – 08/11/1972

Documentação sobre ensino técnico: Cenafor – 08/11/1972
Plásticos, nova área de ensino técnico do SENAI – 08/11/1972
PROCARTA termina o trabalho em dezembro – 08/11/1972
Ação de diretores está na Fazenda para exames – 09/11/1972
Diálogo – Concursados: prós e contras – 09/11/1972
Homologado o curso supletivo do Estado – 11/11/1972
Diálogo – O que pode e o que não pode/ Desabafo – 12/11/1972
GT da área de mecânica para 2º grau – 12/11/1972
SE define currículo de técnico em ótica – 14/11/1972
CEE aprova técnico de cafeicultura – 14/11/1972
Revogação do decreto 477 será debatida – 15/11/1972
Ensino também é questão de planejamento – 17/11/1972
Escolas poderão remanejar vagas – 18/11/1972
Mais 560.000 vagas para o ensino de primeiro grau – 19/11/1972
Números incompletos – 19/11/1972
Nenhuma criança sem ser atendida este ano – 21/11/1972
O Ceticismo dos Mestres – 23/11/1972
Revogada a revisão do decreto 477 – 24/11/1972
Governo fará contratações – 29/11/1972
No dia 16 de fevereiro o início das aulas – 30/11/1972
Já em vigor o calendário único – 01/12/1972
Providencias para atender a demanda escolar paulista – 01/12/1972
Professores na Secretaria – 02/12/1972
APM: mensalidade é optativa – 02/12/1972
Como os professores secundários vêem a Reforma do ensino médio – 04/12/1972
CEE: normas para ensino supletivo – 04/12/1972
Aplicação de recursos no S. Educação – 05/12/1972
Novas classes de 1ª e 5ª – 06/12/1972
Criticado plano de teleducação do MEC – 07/12/1972
Aerofogrametria, opção para 2º grau – 12/12/1972
Balanço – I (primeira parte), por Perseu Abramo – 24/12/1972
Reforma planejada e sem improvisações, por Nádia Franco da Cunha – 25/12/1972
Educação e desenvolvimento, por Irving Grunwildt – 29/12/1972

Balanço – II, por Perseu Abramo – 31/12/1972
Treinamento para implantar a lei 5.692 – 11/07/1973
Mais um curso pela TV 2 – 28/07/1973
Reformada a Secretaria da Educação – 22/08/1973
Ensino Supletivo, dois anos de procura – 22/08/1973
Controle de isentas do salário-educação – 22/08/1973
Esther F. Ferraz deixa Educação – 28/08/1973
João da Silva começou no Rio e GB – 29/11/1973
Planate: novo plano para teleducação – 01/02/1974
Profissionalização do ensino municipal – 09/03/1974
As formas supletivas de ensino e a telecomunicação – 31/03/1974
Depois do rádio e da TV, um satélite chega à escola – 19/05/1974
O projeto Saci segundo seu idealizador – 19/05/1974
Lançado satélite do projeto Saci – 01/06/1974
TV Educativa de Minas vai ao ar em 75 – 28/09/1974
Vagas no 1º grau remanejadas – 08/01/1975
TV 2 prepara programação do ensino – 24/01/1975
Fumbratel, uma forma nova de teleducação – 06/02/1975
Teleducação fixa as diretrizes básicas – 21/02/1975
Programa de saúde pela TV já tem roteiro – 04/03/1975
Estruturação recebe críticas da Apeoesp – 27/03/1975
TV-Educativa lança programas para 30 canais – 28/03/1975
Mais recursos em 75 para teleducação – 01/04/1975
TV 2 Cultura ganha prêmio internacional – 06/04/1975
No 1º grau, ensino pela televisão – 10/05/1975
Supletivo terá programa na TV Educativa – 05/06/1975
Curso por correspondência obtém êxito – 10/06/1975
Secretário: reforma é irreversível – 12/06/1975
O secretário conclama os delegados a implantarem a lei de 1º e 2º graus – 26/06/1975
Serão antecipadas as obras escolares – 27/06/1975
SE trata da redistribuição da rede física – 05/07/1975
Os Delegados de Ensino do Interior preocupados com remanejamento – 09/07/1975
Programas do Canal 2 vão a outros países – 10/07/1975

Suspensa estrutura básica das escolas – 11/07/1975
Salvador terá 1º e 2º graus pelo rádio – 12/07/1975
Normas para a redistribuição da rede física – 26/07/1975
Secretário vê redistribuição da rede física – 31/08/1975
Saci: objetivos nas alturas – 09/09/1975
Rondon e Minerva: os projetos ambiciosos – 09/09/1975
“É mais tecnológico do que Educacional” – 23/09/1975
Três milhões de alunos são remanejados – 02/10/1975
Dia 16, inscrições na 1ª série das escolas estaduais de 1º e 2º graus – 08/10/1975
Secretaria quer ver pais cientes do remanejamento – 18/10/1975
Rede física teve ontem reunião – 22/10/1975
Cientista defende o Projeto Saci – 25/10/1975
Remanejamento abrangerá todas as séries, por Irede Cardoso – 26/10/1975
Redistribuição: consulta aos docentes – 29/10/1975
Redistribuição da rede física em nova etapa – 02/11/1975
Explicações sobre a distribuição física – 02/11/1975
Será por etapas a redistribuição da rede – 05/11/1975
Resolução sobre a rede física – 06/11/1975
Cidades preparam-se para redistribuição – 06/11/1975
Esquema contra erros no remanejamento – 12/11/1975
Secretaria esclarece apenas caso dos professores – 12/11/1975
Um leitor que pensa no aluno – 12/11/1975
Cerca de 15% dos alunos mudam de escola em 1976 – 13/11/1975
Anunciados critérios da redistribuição – 14/11/1975
Escolas já têm critérios para matricular os alunos – 15/11/1975
Fixadas normas para plano de redistribuição da rede – 18/11/1975
Quando um aparelho de TV substitui o bom professor – 29/11/1975
As escolas já estão remanejando alunos – 04/12/1975
Remanejamento causa protesto dos pais – 05/12/1975
TV Educativa no Rio mostrará programas – 09/12/1975
Valinhos executará redistribuição – 12/12/1975
A redistribuição da rede gera protesto – 12/12/1975
Protesto em Campinas: remanejamento – 13/12/1975

Remanejamento não agrada professores – 03/02/1976
Implantação da 5.692 vista por docentes – 04/02/1976
Professores reunidos analisam a Lei 5.692 – 05/02/1976
Dísparas as reações à reforma da Secretaria – 06/02/1976
Escolas do Interior são reestruturadas – 10/02/1976
Mestres entram com ação contra remoção – 12/02/1976
Rede física vai ter relatórios – 28/02/1976
A Castanha e o Gato, por Perseu Abramo – 29/02/1976
Antes do ano letivo, já começam as reclamações – 02/03/1976
Começam as aulas, apesar das confusões – 05/03/1976
Secretário dá esclarecimentos sobre a reforma – 05/03/1976
A sentida queixa dos professores – 05/03/1976
Educação pela TV: os primeiros resultados – 08/02/1979
A defesa do ensino público e gratuito – 17/04/1980
Alice no país do ensino pago – 20/04/1980
Burocracia em excesso na SE recebe crítica – 23/04/1980
CFE promete responder sobre licenciatura curta – 29/07/1980
Os alunos perdem aulas e reclamam – 15/08/1980
Remoção afeta estudantes e docentes, diz educadora – 16/08/1980
A troca de escola afeta professores – 17/08/1980
Lei 5.692 é criticada em simpósio – 28/08/1980
Novos pedidos de revisão da Lei 5.692/71 – 29/08/1980
5.692 só muda após o debate – 30/08/1980
MEC admite a revisão da Lei – 30/08/1980
Docente aponta a decadência do curso normal – 07/09/1980
A educação profissional no 2º grau, por Dulce C. A. Whitaker – 07/09/1980
Queda de Portela não afeta greve, dizem docentes – 27/11/1980
Ministro anuncia a reestruturação para o magistério – 05/12/1980
Magistério terá nova estrutura – 10/12/1980
Docentes iniciam análise detalhada da reestruturação – 14/12/1980
A Crise do Ensino, por Miguel Reale – 16/12/1980
Reestruturada carreira para 1º e 2º graus – 17/02/1981
Secretário afirma que os reajustes não tem distorção – 06/03/1981

Apeoesp volta a condenar critérios para os reajustes – 07/03/1981

Pressões dificultam mudança no magistério, diz secretário; por Ailton Santos – 19/03/1981

Sesu quer integração do 1º grau – 21/07/1981

Municipalização da pré-escola – 22/07/1981

UNE quer reconhecimento oficial – 02/08/1981

UNE e Andes fazem críticas à adoção do ensino pago – 07/08/1981

Em debate mudança da lei 5.692, por Gioconda Guedes – 09/08/1981

O profissionalizante poderá ser optativo – 11/08/1981

Educação e justiça social – 10/08/1981

CPI do Ensino Pago erra na convocação de três depoentes – 12/08/1981

Ludwig nega o encaminhamento do ensino pago – 28/10/1981

Supletivo profissionalizante – 22/08/1981

Reformulação da Pedagogia em discussão – 23/08/1981

Alunos, pais e professores contra mudança de escola – 02/09/1981

Estudantes de Pedagogia vão debater o curso – 07/09/1981

Após 11 anos, há 20% de adultos analfabetos – 09/09/1981

Docentes vêm a reformulação da Pedagogia – 11/09/1981

Porta-voz do MEC desmente a saída de Rubem Ludwig – 12/09/1981

Docentes discutem a formação do educador – 13/09/1981

Paralisação de docentes do 3º grau – 15/09/1981

Ludwig defende na Câmara ensino profissionalizante – 07/10/1981

Diretor da Udemo aponta a falência do ensino público – 11/10/1981

Federação quer dividir em dois ciclos o 1º grau – 23/10/1981

Candidatos de SP queixam-se do telecurso – 27/10/1981

Andes responde ao MEC e condena o ensino pago – 27/10/1981

O porta-voz do MEC critica o ânimo grevista – 28/10/1981

GAP procura solução para a evasão escolar – 06/11/1981

Custo do ensino provoca evasão na rede particular – 08/11/1981

CFE proporá alteração na Lei nº 5.692 – 01/12/1981

Governo começa ver falhas do profissionalizante, por Ireda Cardoso – 02/12/1981

MEC estuda fim da exigência do profissionalizante – 09/12/1981

Escolas de 1º e 2º graus também aumentam 36,8% – 12/12/1981

Educadora condena a atual formação profissionalizante – 13/12/1981
Conselho quer o ensino profissionalizante livre – 14/12/1981
Salário de professores – 30/12/1981
Pronto projeto que modifica o profissionalizante – 31/12/1981
Cursos habilitam ao ensino técnico – 05/01/1982
Para Mugayar, a evasão é normal, por Irede Cardoso – 07/01/1982
Ludwing admite o ensino pago nas escolas oficiais – 08/01/1982
Docentes reagem ao ensino pago em escolas oficiais – 09/01/1982
Salário-Educação terá alterações no recolhimento – 11/01/1982
Empresariado não apóia mudança no salário-educação – 12/01/1982
Os particulares vêm confusão no salário-educação, por Thereza Martins – 13/01/1982
MEC quer adotar ensino pago em 83 – 13/01/1982
Grupo de reitores evita comentar o ensino pago – 14/01/1982